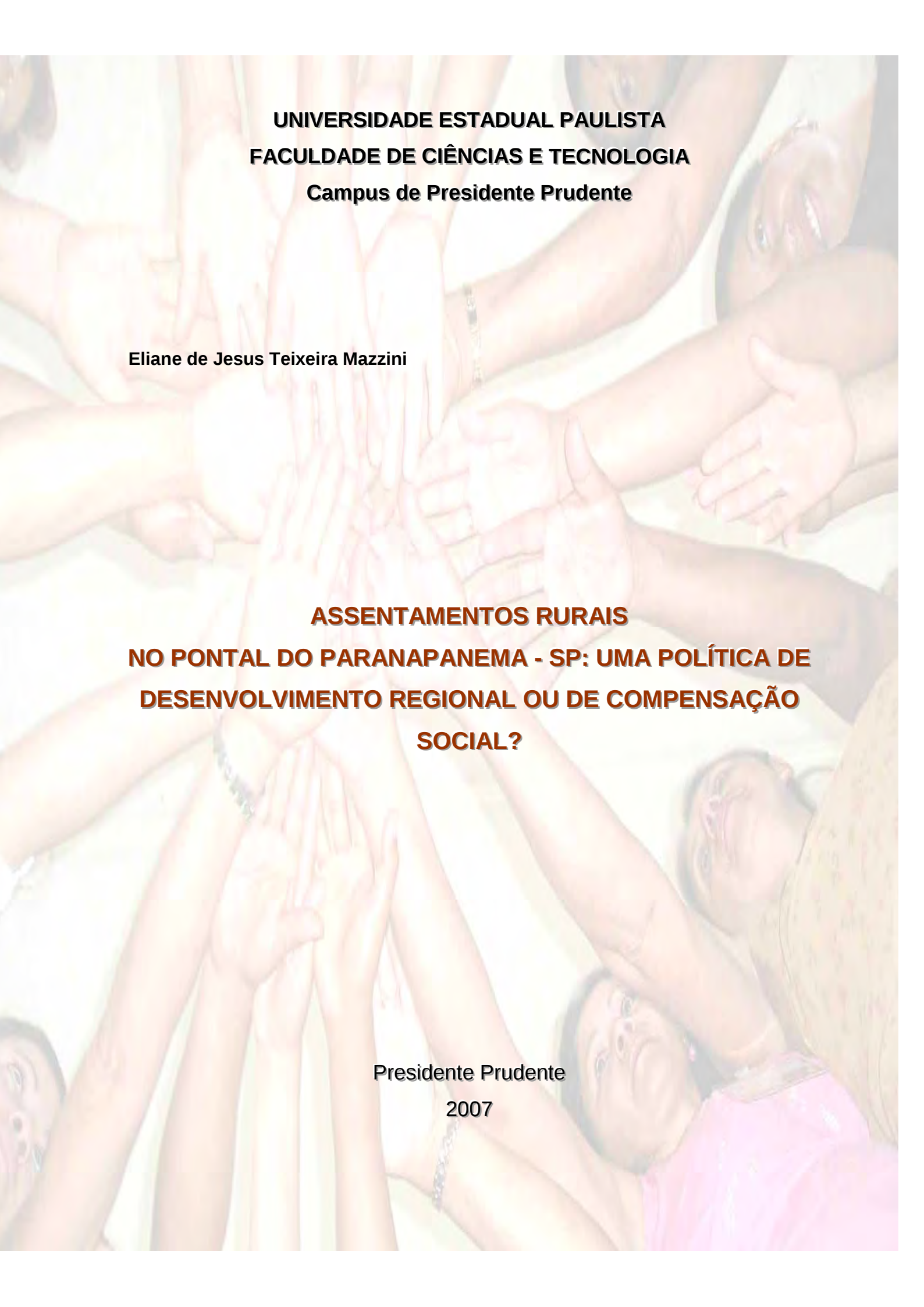




**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
Campus de Presidente Prudente**

Eliane de Jesus Teixeira Mazzini

**ASSENTAMENTOS RURAIS
NO PONTAL DO PARANAPANEMA - SP: UMA POLÍTICA DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL OU DE COMPENSAÇÃO
SOCIAL?**

**Presidente Prudente
2007**



**ASSENTAMENTOS RURAIS NO PONTAL DO
PARANAPANEMA - SP: UMA POLÍTICA DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL OU DE COMPENSAÇÃO
SOCIAL?**

Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Pós - Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP de Presidente Prudente, para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadores:

Prof.^a Dr.^a Encarnita Salas Martin

Prof.^o Dr.^o Bernardo Mançano Fernandes

Presidente Prudente

2007

TERMO DE APROVAÇÃO

ELIANE DE JESUS TEIXEIRA MAZZINI

ASSENTAMENTOS NO PONTAL DO PARANAPANEMA – SP: Uma política de desenvolvimento regional ou de compensação social?

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia, da Universidade Estadual Paulista, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof^a. Dr^a. Encarnita Salas Martin

Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente da UNESP

Co-Orientador: Prof^o. Dr^o. Bernardo Mançano Fernandes

Departamento de Geografia Agrária da UNESP

Prof. Dr^o. Antônio Thomaz Júnior – Departamento de Geografia - FCT/ UNESP

Prof. Dr^o. Mirian Cláudia Lourenção Simonetti – Departamento de Ciências Políticas e Econômicas – Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília

Suplente: Prof. Dr^o. Luis Antônio Barone – FCT/ UNESP

Suplente: Prof. Dr^o. Paulo Roberto Raposo Alentejano - UERJ

Presidente Prudente, 23 de julho de 2007

Aos Meus pais Francisco e Rosa

Aos meus irmãos Edimar, Elisângela, Rodrigo e Luzia

Ao meu esposo Ivo e minhas filhas Larissa e Eloisa

Aos assentados do Pontal do Paranapanema

Pessoas ...cujas força e brilho são reflexos de suas conquistas.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho deve-se a colaboração direta e indireta de várias pessoas sem as quais certamente eu não teria conseguido concluir este trabalho. Gostaria de manifestar a minha gratidão a todas elas e de forma especial:

Aos meus familiares dos quais privei muitas vezes de minha companhia, mas que em todo momento me incentivaram, me deram força e coragem para persistir nos trabalhos, por terem me educado no caminho da verdade e da justiça o meu eterno agradecimento.

Ao meu amado esposo Ivo, fiel companheiro e incansável colaborador de todas as causas por mim empenhada, de modo especial pela criação do banco de dados para sistematização das informações de campo que compõem este trabalho. Obrigada. Às minhas filhas Larissa e Eloisa pela inspiração e confiança em um futuro melhor e mais justo.

Aos colegas da Fundação ITESP com os quais ampliei imensamente o debate sobre a questão agrária e fundiária no Estado de São Paulo, trocando conhecimentos teóricos e práticos, dúvidas, angústias, compartilhando experiências positivas e buscando soluções para problemas banais emperrados nas burocracias do Estado. Agradeço de modo especial aqueles que me auxiliaram no levantamento de dados e com ações práticas para que este trabalho fosse possível: João Leite, Vanuza, Cida, Leandro, Edson, Luciana, Tião, Odjalma, Adalberto, Toninho, Patrícia, Cacá, Fábio, Alessandro, à estagiária Ediléia e tantos outros.

Aos meus orientadores Encarnita e Bernardo pela paciência e compreensão tão necessários no processo de construção dos conhecimentos, pelos ensinamentos e reflexões conjuntas que nortearam o desfecho de todo este trabalho.

Aos colegas do NERA e da pós-graduação pelos debates acalorados sobre os temas polêmicos e apaixonantes que envolvem a questão agrária.

Às famílias assentados do Pontal do Paranapanema, que me receberam em suas casas e compartilharam comigo suas histórias, lutas e conquistas, nos permitindo aproximar da realidade sobre a qual escrevemos.

A todos meus sinceros agradecimentos.

Reforma Agrária

“Se a dúvida ocorre nos meios científicos, o que dizer da confusão que prevalece na arena política e nos círculos leigos, em que o interesse dos participantes quase sempre se sobrepõe à verdade dos fatos?”

- José Gomes da Silva, 1971 –

ABSTRACT

The present study aims to enlarge the discussion concerning the agrarian subjects and regional development. The development is accepted in this study like a multidimensional process with repercussions in the social, politics, economical and environmental dimensions. These aspects should make possible the enlargement of the satisfaction and individual and collective well being. And it includes contemplating and improving the conditions of reproduction and maintenance of life with quality and genuine possibilities of choices for the population.

This study englobed all "politics of development" implanted in the Pontal de Paranapanema region. It was verified these are known as socioterritorial development politics because are implantating in the rural settlement to benefit many social needs. We do not agree the growth of the workers' contingent and the production of goods and services of a certain area or country are the better manner to measure the economy development.

This presupposition started from the study of case of three rural settlements in municipal districts (Piquerobi, Caiuá and President Epitácio) in the Pontal de Paranapanemas' region. This study shows that politics of rural settlements should not be included in the same category of the compensatory politics. This argument is the basis against Land Reform in Brazil, because that tries to consider like true proves of the rural settlements failure. But it does not proceed, because many rural settlements have social and economics success.

This research demonstrates that the rural settlements constitute a politics of regional development undeniably because promotes a process of enlargement of satisfaction and individual and collective well being of these populations. The positive result of this politics are observed in the social, politics, economical and environmental levels, which we called impacts socioterritoriais due to its multidimensionalities and connections.

The access to the land and the "world of the right to the public politics" has been improving the conditions of life of these families (mainly if compared to the period pré-settlement) and it has been generating jobs and income for part of this expropriated population by the capitalist model adopted in Brazil. Also it has been creating space for the production with base in the rural family economy to the detriment of the unproductive and excluding latifundium. And it has been favoring the

recovery and preservation of the natural resources, still bringing for the political arena new social agents and forms of cooperatives.

The settlements should not be appraised just under the economical inclination. When new parameters of evaluation of the development index are adopted, it is observed that settlements have been offering valuable contributions to work relationships and production.

It is necessary to overcome the speech against Land Reform which are based in the failure of the settlements. It is possible when we analyzed the social classes' contradiction and we understood that Land Reform brings the development that is capable to give other sense for rural production in spite of all destruction of social dignity and the natural resources imputting by capitalism system.

Word-key: Pontal do Paranapanema, Rural settlements, Socioterritorial Impacts and Regional Development.

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo ampliar o discurso acerca da questão agrária, relacionando-a à questão do desenvolvimento regional.

Compreendemos desenvolvimento como um processo multidimensional com repercussões nas dimensões social, política, econômica e ambiental, que deve possibilitar entre outras coisas, a ampliação do bem estar e da satisfação individual e coletiva, refletindo na melhoria das condições de reprodução e manutenção da vida com qualidade e possibilidades genuínas de escolhas.

Fizemos um estudo de todas as “políticas de desenvolvimento” planejadas e implantadas na região do Pontal do Paranapanema e constatamos que a que mais se aproxima do que podemos chamar de políticas de desenvolvimento socioterritorial é a política de implantação dos assentamentos rurais, uma vez que, contempla outras dimensões que não só a econômica. Lembrando que o crescimento econômico, caracterizado somente pelo aumento da capacidade produtiva da economia, da produção de bens e serviços de uma determinada região ou país, não pode ser considerado como desenvolvimento.

Partindo deste pressuposto, a partir do estudo de caso de três municípios com assentamentos rurais na região do Pontal do Paranapanema (Piquerobi, Caiuá

e Presidente Epitácio), concluímos que a política de implantação de assentamentos rurais não deve ser incluída na mesma categoria das políticas compensatórias. Embora tal discurso, fortaleça a não necessidade da Reforma Agrária no país, a partir da tentativa de comprovar o fracasso dos assentamentos rurais.

Esta pesquisa demonstra que os assentamentos rurais constituem inegavelmente uma política de desenvolvimento regional, na medida em que desencadeia um processo de ampliação do bem estar e da satisfação individual e coletiva de milhares de famílias, promovendo impactos positivos nas dimensões sociais, políticas, econômicas e ambientais, os quais chamamos de impactos socioterritoriais devido à sua multidimensionalidade e interligação.

O acesso à terra e ao “mundo do direito às políticas públicas” têm proporcionado não só a melhoria nas condições de vida destas famílias (principalmente se comparadas ao período pré-assentamento), mas tem gerado emprego e renda a uma parcela da população expropriada pelo modelo de desenvolvimento capitalista adotado no país. Tem criado espaço para a produção com base na economia familiar em detrimento do latifúndio improdutivo e excludente. Tem favorecido as condições de recuperação e preservação dos recursos naturais, trazendo para a arena política novos atores sociais e formas organizativas mais cooperativas.

Como vimos os assentamentos não devem ser avaliados apenas sob o viés econômico. Na medida em que se adotam novos parâmetros de avaliação do índice de desenvolvimento, os assentamentos têm oferecido contribuições valiosas para se pensar nas relações de trabalho e produção. Superar o discurso que tenta justificar a não necessidade de Reforma Agrária a partir do fracasso dos assentamentos, é um desafio passível de compreensão somente quando analisamos o embate entre as classes sociais e compreendemos que a Reforma Agrária traz em seu bojo, mais que a luta pela terra, o questionamento do modelo de produção que tem se mantido soberano apesar de todas as mazelas que ele tem imputado à sociedade e aos recursos naturais.

PALAVRAS - CHAVE: Pontal do Paranapanema, Assentamentos Rurais, Impactos Socioterritoriais e Desenvolvimento Regional.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

01 – Planilha do banco de dados	33
02 – Planilha do banco de dados – assistente de gráfico.....	35
03 – Geografia das Ocupações de Terra no Brasil (1988–2004).....	66
04 – Geografia dos Assentamentos no Brasil (1942-2004).....	68
05 – Localização municípios com assentamentos no Pontal (1984 – 2007).....	131
06 – Localização do Município de Presidente Epitácio.....	135
07 – Localização do Município de Caiuá.....	150
08 – Localização do Município de Piquerobi.....	161

FOTOS

01 – Vista aérea do Parque Estadual Morro do Diabo.....	104
02 - Área de pastagem localizada - Marabá Paulista (maio de 2006).....	105
03 - Acampamento Dona Carmem - Teodoro Sampaio (junho de 2006).....	124
04 - Início de uma ocupação - Teodoro Sampaio (junho de 2006).....	129
05 e 06 – Sede do Assentamento Lagoinha (agosto 2006).....	143
07 – Casa de assentado no assentamento Lagoinha (11/10/2006).....	144
08 – Rio Santo Anastácio que corta o assentamento Porto Velho. (10/10/2006)....	146
09 – Vista Parcial do Assentamento Engenho	148
10 - Vista parcial do assentamento Maturi (03/10/2006).....	154
11 – Crianças Assentamento Santa Rita. (10/03/2006).....	156
12 – Reunião da comunidade com tecnicos da Fundação Itesp (10/03/2006).....	157
13 – Vista parcial do Assentamento Malú (28/07/2006).....	159
14 – Vista parcial do Assentamento Luis de Moraes (03/10/2006).....	160
15 - Agrovila do Assentamento Santo Antônio da Lagoa (dezembro de 2005).....	168
16 - Agrovila do Assentamento São José da Lagoa (maio de 2006).....	168
17 - Assentamento Santa Rita – Piquerobi (abril 2006).....	170
18 – Cortadores de cana - Teodoro Sampaio (julho de 2006).....	185
19 - Escola EE Ribeirinhos, Gleba XV, setor III – Rosana/ Euclides da Cunha.....	189
20 – Primeira “casa” - assentamento Santa Rita em Piquerobi (junho de 2006)....	201
21 – Casa atual – Assentamento Santa Rita (junho de 2006).....	202
22 - Canavial da Destilaria Alcídia S/A - Teodoro Sampaio (abril de 2006).....	245
23 - Assentamento Porto Velho cortado pelo Rio Santo Anastácio.....	251

24 - Estrada que corta o assentamento Porto Velho (10/10/2006).....	251
25 - Assentamento Lagoinha – Presidente Epitácio. (10/10/2006).....	252
26 – Assentamento Nossa Senhora Aparecida – Marabá Paulista.....	253
27 - Área de pecuária extensiva - Marabá Paulista (10/10/2006).....	258
28 - Assentamento St ^a . Maria - Marabá Pta. implantado em 2004 (foto, 2006).....	259
29 - Assentamento St ^o . Antônio - Marabá Pta. implantado em 1999 (foto, 2006)....	259
30 – Assentamento São Pedro - Rancharia - implantado em 2001 (foto 2006).....	259
31 - Frases do cartaz - mulheres Assentamento Nova do Pontal – Primavera.....	262

PLANTAS

1 - Situação Jurídica do Pontal e Assentamentos Implantados.....	anexo 04
2 - Planta Pres. Epitácio com a localização dos assentamentos rurais.....	anexo 05
3 - Planta do Assentamento Lagoinha – Município de Presidente Epitácio.....	142 - A
4 – Planta do Assentamento Porto Velho – Município de Presidente Epitácio..	146 - A
5 – Planta do Assentamento Engenho – Município de Presidente Epitácio.....	147 - A
6 – Planta do Assentamento São Paulo - Município de Presidente Epitácio....	149 - A
7 – Planta Caiuá com a localização dos assentamentos rurais.....	anexo 06
8 – Planta do Assentamento Maturi – Município de Caiuá.....	153 - A
9 – Planta do Assentamento Santa Rita – Município de Caiuá.....	155 - A
10 – Planta do Assentamento Santa Angelina - Município de Caiuá.....	157 - A
11 - Planta do Assentamento Vista alegre - Município de Caiuá.....	157 - B
12 - Planta do Assentamento Malú - Município de Caiuá.....	157 - C
13 – Planta do Assentamento Luis de Moraes Neto – Município de Caiuá.....	160 - A
14 – Planta Piquerobi com a localização dos assentamentos rurais.....	anexo 07
15 – Planta do Assentamento São José da Lagoa – Município de Piquerobi....	165 - A
16 – Planta do Assentamento St ^o . Antônio da Lagoa – Município de Piquerobi..	165-B
17 – Planta do Assentamento Santa Rita – Município de Piquerobi.....	169 - A

GRÁFICOS

01 – Situação Jurídica das terras do Pontal do Paranapanema.....	99
02 – Ordem cronológica da implantação dos Assentamentos rurais no Pontal.....	120
03 - Movimentos de Luta pela terra no Pontal do Paranapanema (2006).....	128
04 – Origem das famílias Assentadas.....	176
05 – Função Principal dos jovens dentro dos assentamentos.....	180

06 - Empregos diretos gerados no lote.....	184
07 – Acesso à água potável.....	194
08 - Acesso à energia elétrica nos assentamentos Pesquisados.....	195
09 – Tipos de Casas nos Assentamentos.....	198
10 – Índice de desistência de lotes.....	204
11 – Origem da renda dos assentados nos municípios Pesquisados.....	211
12 – Situação do pagamento dos créditos e custeios.....	213
13 - Tamanho do rebanho nos assentamentos pesquisados.....	215
14 – Produção leiteira (litros/Mês) nos Assentamentos Pesquisados.....	216
15 - Renda Mensal aproximada das famílias assentadas.....	219
16 - Produção para autoconsumo.....	225
17 – Tipo de estabelecimentos comerciais impactados pelos assentamentos.....	226
18 – Opinião dos comerciantes sobre a Reforma Agrária.....	233
19 - Quantidade de fregueses assentados.....	235
20 – Produtos vendidos pelos assentados no comércio local e regional.....	236
21 – Qualidade dos clientes assentados.....	237
22 – Sugestões para melhorar o desenvolvimento dos Municípios do Pontal.....	239
23 – Uso dado ao solo antes da implantação dos assentamentos.....	247
24 – Limitações à exploração no lote.....	254
25 - Condições conservação ambiental dos corpos.....	255
26 - Representação política dos assentados.....	265
27 - Nível de participação dos assentados em grupos organizados.....	270
28 - Principais demandas dos Assentados apontada pelos prefeitos.....	273

QUADROS

01 - Municípios com Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema.....	027
02 – Duas concepções de desenvolvimento.....	050
03 – Períodos e Modelos de projetos de políticas agrárias no Brasil.....	069
04 – Dimensões e indicadores dos Impactos socioterritoriais.....	089
05 – Emancipação Política- administrativa dos Municípios do Pontal.....	101
06 - Valores pagos pelas Benfeitorias de Imóveis.....	115
07 – Ocupações no Pontal do Paranapanema por município.....	119
08 – Número de Ocupações e Número de Assentamentos rurais (1984 – 2005)...	125
09 – Acampamentos no Pontal do Paranapanema (2006).....	126

10 – Municípios com o maior número de famílias em ocupações (1990-2004).....	127
11 - Dados implantação dos Assentamentos rurais no Pontal (1984 – 2006).....	132
12 – Assentamentos implantados no município de Presidente Epitácio.....	140
13 – Desconcentração Fundiária no Município de Presidente Epitácio.....	142
14 – Assentamentos no município de Caiuá.....	152
15 – Desconcentração Fundiária no Município de Caiuá.....	153
16 – Assentamentos implantados no município de Piquerobi.....	164
17 – Desconcentração Fundiária no Município de Piquerobi.....	165
18 - Nível de escolaridade dos assentados.....	178
19 - Acesso à escola.....	188
20 – Eletrodomésticos, audiovisuais, meios de comunicação nos assentamentos.....	196
21 – Cadastro Regional de interessados por lotes no Pontal.....	203
22 – Renda e Produção leiteira nos Assentamentos do Pontal.....	217
23 - Laticínios envolvidos na comercialização de leite dos assentamentos de Presidente Epitácio, Caiuá e Piquerobi.....	218
24 – Renda média da população empregada nos municípios pesquisados.....	220
25 – Produção Agrícola nos assentamentos.....	223
26 – Estabelecimentos Comerciais Apontados nas Pesquisas de Campo.....	227
27 – Estabelecimentos de compra apontados nos assentamentos.....	231
28 – Áreas de Reserva Legal, Florestal e APPs nos assentamentos pesquisado.....	250
29 - Principais práticas de recuperação/ preservação ambiental adotada pelos assentados entrevistados.....	256
30 - Assentados eleitos para vereador (gestão 2004/2008).....	267

LISTA DE SIGLAS

Movimentos de luta pela terra

ARST - Associação de Renovação dos Sem Terra

CONTAG - Confederação de Trabalhadores Agrícolas

CPT - Comissão Pastoral da Terra

INDEP - Independente

MAST - Movimento dos Agricultores Sem Terra

MBUQT - Movimento dos Brasileiros Unidos Querendo Terra

MLPT - Movimento Luta pela Terra

MLST - Movimento de Libertação dos Sem Terra

MPT - Movimento Pacífico pela Terra

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTB - Movimento Terra Brasil

MTPr - Movimento Terra Prometida

MTSRTB - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Brasil

MUST - Movimento Unidos Sem Terra

SINTRAF - Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar

UNITERRA - União dos Movimentos pela Terra e Fome Zero

Siglas Governamentais

AMCF - Assessoria de Mediação de Conflitos Fundiários/ITESP

BT – Banco da Terra

CAF – Consolidação da Agricultura Familiar

CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

CDI – Comitê para Democratização da Informática

CEAGESP – Companhia de Entrepósitos de Armazéns Gerais de São Paulo

CEASA – Centro Estadual de Abastecimento

CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe

CESP – Companhia Energética do Estado de São Paulo

CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental

CF – Crédito Fundiário

CODESPAR - Conselho para o Desenvolvimento do Pontal do Paranapanema

CONAMA - Conselho Nacional do Meio ambiente

CPR – Combate à pobreza Rural

DPRN - Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FEHIDRO - Fundo de Financiamento das Unidades de Gerenciamento de Recurso Hídricos
FEPASA – Ferrovia Paulista S. A.
FPM - Fundo de Participação dos Municípios
FUNDESPAR - Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Pontal do Paranapanema
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA - Instituto de Pesquisas aplicadas
ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MME - Ministério de Minas e Energia
NT – Nossa Primeira Terra
PCT – Projeto Cédula da Terra
PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PROCERA – Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SIM – Selo de Inspeção Municipal
SNCR – Sistema Nacional de Cadastro Rural
TNB – Terra Negra Brasil
UGRHI – Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos
UNESP – Universidade Estadual Paulista

Siglas ONGs, Associações e Cooperativas

AMAPP – Associação dos Municípios com Assentamentos do Pontal do Paranapanema
APOENA – Associação
COCAMP – Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentamentos de Reforma Agrária do Pontal
CUT - Central Única dos Trabalhadores

IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas

UNIPONTAL – União dos Municípios do Pontal do Paranapanema

Outras

APPs – Áreas de Preservação Permanente

DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra

HA - hectare

NERA – Núcleo de Estudos Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento

RIST – Relatório de Impactos Socioterritoriais

SUMÁRIO	
1- INTRODUÇÃO	18
Justificativa e Relevância do Tema	20
2 - A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO	37
2.2 - Desenvolvimento, questão agrária e assentamentos rurais	53
3 - A LUTA PELA TERRA E AS POLÍTICAS DE ASSENTAMENTOS RURAIS	59
3.1 – Antecedentes da criação dos assentamentos rurais	63
3.2 - Os assentamentos rurais	70
3.3 - As Políticas Compensatórias e os Assentamentos Rurais	79
3.4 - Impacto socioterritorial	85
4 - FORMAÇÃO TERRITORIAL DO PONTAL DO PARANAPANEMA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO	91
4.1 – Os atores sociais	91
4.2 – Formação territorial e os conflitos fundiários	91
5 - IMPLANTAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO PONTAL DO PARANAPANEMA – MATERIALIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA	113
5.1 – As ocupações de terra	123
5.2 – Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema	130
6 - DOS LATIFUNDIOS AOS ASSENTAMENTOS RURAIS NOS MUNICÍPIOS DO PONTAL	134
6.1 – O município de Presidente Epitácio	135
Formação Territorial	135
6.1.1 – Assentamento Lagoinha	142
6.1.2 – Assentamento Porto Velho	145
6.1.3 – Assentamento Engenho	147
6.1.4 – Assentamento São Paulo	149
6.2 – O Município de Caiuá	150
Formação Territorial	150
6.2.1 – Assentamento Maturi	153
6.2.2 – Assentamento Santa Rita	155
6.2.3 – Assentamentos Santa Angelina, Vista Alegre e Malu	157

6.2.4 - Assentamento Luis de Moraes Neto	160
6.3 – O município de Piquerobi	161
Formação do Territorial	162
6.3.1 – Assentamento São José e Santo Antônio da Lagoa	165
6.3.3 – Assentamento Santa Rita	169
7- IMPACTOS SOCIOTERRITORIAIS DOS ASSENTAMENTOS	172
7.1 - Dimensões sociais do impacto	174
7.1.1 - Origem e Caracterização das famílias	174
Ocupação Anterior das famílias	177
Escolaridade	178
Composição familiar e jovens nos assentamentos	179
Impactos na densidade demográfica dos municípios	183
Empregos gerados	183
Outras fontes de renda e benefícios sociais	186
7.1.2 - Qualidade de vida e infra-estrutura	187
Educação	188
Saúde nos assentamentos	190
Meios de locomoção e transportes	192
Acesso à água potável	193
Acesso à energia elétrica	194
7.1.3 – As casas nos assentamentos	197
7.1.4 - Processo de obtenção da terra e índices de desistência dos Lotes:	
registros de uma luta e constatação da resistência	202
7.2 - Dimensões Econômicas do impacto	208
7.2.1 – Produção e renda nos assentamentos rurais	210
7.2.2 – Impacto dos assentamentos no comércio local e regional	226
7.3 – Dimensões Ambientais do Impacto	240
Breve histórico ambiental da região do Pontal do Paranapanema	240
Projetos de maiores impactos socioterritoriais na região	242
Impacto ambiental dos assentamentos rurais	246
7.4 – Dimensões Políticas do Impacto	262
Representação política dos assentados	263

Estratégias de Organização dos assentados	269
Demandas por políticas públicas	272
8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	280
9 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	293

1- INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objetivo ampliar a discussão acerca da questão agrária, relacionando-a à questão do desenvolvimento regional, compreendendo desenvolvimento como um processo multidimensional com repercussões nas dimensões social, política, econômica, e ambiental, uma vez que deve possibilitar a ampliação do bem estar e da satisfação individual e coletiva, refletindo na melhoria das condições de reprodução e manutenção da vida com qualidade e possibilidades genuínas de escolhas.

A relevância do estudo parte da análise dos principais impactos socioterritoriais causados pelos assentamentos rurais na região do Pontal do Paranapanema: as transformações exigidas no âmbito municipal; a desconcentração fundiária que ainda não é contabilizada por dados oficiais como o SNCR – Sistema Nacional de Cadastro Rural e o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; os indicativos na melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas; os investimentos no comércio local e regional gerado dentro dos lotes; e as possíveis alterações ambientais em curso nos assentamentos.

No Pontal do Paranapanema estão inseridos 103 projetos de assentamentos rurais, questionamos quais mudanças foram impressas no campo e quais as correlações de força existentes sob este aspecto, no qual a luta pela terra permitiu a transformação do espaço geográfico e a construção de novos territórios, nos quais a luta contra a expropriação continua, revelando-se em formas de resistência no enfrentamento da luta de classes.

Em pleno século XXI, com várias experiências em curso e aproximadamente 10 assentamentos rurais com mais de 15 anos, ainda se discute a efetiva contribuição dos mesmos no processo de desenvolvimento dos municípios e da região onde foram implantados. Alguns analistas, entre eles Carvalho (2004), afirmam que a política de implantação de assentamentos rurais tornou-se apenas uma política compensatória que nega as bases fundamentais de uma verdadeira política de Reforma Agrária. Outros estudos entre eles os de Fernandes e Ramalho (2001); Leal (2003); Medeiros (2001), Bergamasco (2001 e 2003), Leite (1992 e 2001) e Heredia et al. (2001), apoiados nos estudos dos impactos socioterritoriais causados pelos assentamentos rurais, confirmam a importância dos mesmos no processo de desenvolvimento rural.

Através deste trabalho de pesquisa apresentamos indicativos de que a implantação dos assentamentos rurais na região do Pontal do Paranapanema foi a única política capaz de desconcentrar renda e terra e proporcionar melhor qualidade de vida as famílias assentadas. Dinamizou o comércio local e regional, embora muitos comerciantes não tenham consciência deste impacto, uma vez que os produtores assentados dificilmente se identificam como tal quando realizam suas compras.

Municípios puderam ser emancipados como foi o caso de Euclides da Cunha e Ribeirão dos Índios. Num emaranhado complexo de relações e processos, ainda pouco estudados, municípios como o de Santo Anastácio, que não possui assentamentos implantados, sofrem impactos diretos e indiretos dos mesmos como veremos no decorrer deste trabalho.

O que nos motiva realizar esta pesquisa é tentar compreender esta nova configuração espacial, moldada através da ação da sociedade, principalmente das camadas mais carentes, as quais sempre foram relegadas do processo de desenvolvimento, num país em que as honras e os méritos ainda são creditados aos detentores de poder.

Nosso desafio maior é retratar os anseios desta gente simples do campo, que um dia se uniu num sonho de liberdade representado pela posse da terra, muitos se *perderam no caminho* é verdade, mas a maioria tem criado estratégias de resistência no campo e hoje são responsáveis por impactos socioterritoriais que a grande maioria das pessoas ainda desconhece, porque assim é conveniente.

Através do estudo de caso de três municípios, analisamos as mudanças socioterritoriais ocorridas na região do Pontal do Paranapanema, a partir da implantação dos Projetos de Assentamentos Rurais. Resgatamos a história conflituosa da ocupação desta região e a luta (que deverá ser *contínua*) dos movimentos sociais na conquista e construção de espaços de desenvolvimento para populações historicamente excluídas deste processo.

Buscamos compreender e analisar a correlação de forças existentes entre as classes sociais e os diferentes atores envolvidos, principalmente os latifundiários, movimentos sociais, assentados rurais, representantes do comércio regional e o poder público através de suas diferentes instâncias, num horizonte cuja a presença dos assentamentos rurais desde meados da década de 1980 tem proporcionado uma série de reflexões e embates.

A presença cada vez mais marcante destes assentamentos na Região do Pontal do Paranapanema, nos fez questionar sobre os impactos socioterritoriais em curso. Entende-se por impactos socioterritoriais as mudanças multidimensionais daí resultantes. Tais mudanças trazem em seu bojo transformações sociais, políticas, econômicas que influenciam diretamente a vida das famílias assentadas e indiretamente a de tantas outras pessoas. Alguns aspectos como a alteração na paisagem, nas relações de trabalho e produção são mais perceptíveis, no entanto, se diagnosticou mudanças não tão perceptíveis na dinâmica regional que permitem responder se a implantação dos assentamentos rurais pode ser considerada uma política de desenvolvimento regional ou apenas uma política de compensação social.

Justificativa e Relevância do Tema

Consultando a bibliografia sobre análises dos assentamentos na região do Pontal do Paranapanema, percebemos que existe um número relevante de trabalhos, principalmente estudos sobre alguns deles¹. As pesquisas que tratam dos impactos socioterritoriais da implantação dos assentamentos em determinados municípios e que mais contribuíram no desenvolvimento desta pesquisa são os trabalhos de Ramalho (2002) sobre os assentamentos no município de Mirante do Paranapanema e de Leal (2003) sobre o Município de Teodoro Sampaio.

Apesar da existência de vários estudos sobre os assentamentos da região, são poucas as informações sistematizadas e analisadas sobre o significado e a importância da implantação dos assentamentos rurais para as regiões onde estão localizados. Este trabalho *“Assentamentos no Pontal do Paranapanema: uma política de desenvolvimento regional ou de compensação social?”* visa oferecer contribuições neste sentido, que possam ser utilizadas para auxiliar na compreensão destes diferentes, mas também semelhantes espaços geográficos no contexto local e regional a partir da análise de estudos de caso.

¹ ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de (1996) vai fazer uma comparação entre reassentamento e assentamento rural; RIBAS, Alexandre Domingues (2002) vai tratar da organização nos assentamentos trazendo para o foco da discussão a gestão político-territorial a partir da Cocamp; OLIVEIRA, Alécio Rodrigues (2001) aborda o processo de ocupação da região do Pontal do Paranapanema; bem como as diferentes formas de organização e resistência camponesa contra a expropriação do latifúndio e a conquista do assentamento rural; ARAÚJO, Lucimar de (1995) e FRANCO GARCIA (2004) o trabalho da mulher nos assentamentos do Pontal do Paranapanema enfocando as relações de gênero luta pela conquista da terra;

Observamos que as informações veiculadas na mídia, tendem a enfatizar pontos negativos ligados à falta de infra-estrutura nos assentamentos, que são na maioria das vezes denúncias localizadas, no entanto favorecem a criação de estereótipos pejorativos entre a população, principalmente a urbana que, em sua maioria, desconhece a realidade do campo. Fato que ficou ainda mais evidente quando das pesquisas realizadas no comércio dos municípios nos quais estão inseridos os assentamentos pesquisados.

Nesta pesquisa buscamos nos aproximar das famílias assentadas, convidando-as a opinar a respeito de sua própria condição de vida. Ouvindo as histórias das famílias assentadas, suas lutas e derrotas, suas vitórias e conquistas, observamos que o desenvolvimento vai além da renda. A aquisição do lote tem garantido às famílias maiores e melhores condições de escolhas genuínas. Em seus relatos observamos a ampliação das liberdades que passaram a ter e a percepção da melhoria de vida pós-assentamento.

Direcionamos a pesquisa para outros aspectos do desenvolvimento como o nível de satisfação com o assentamento, com a moradia, as condições de vida e de conforto nestes espaços, a riqueza da produção de autoconsumo na garantia da melhoria da qualidade de vida. O estabelecimento de relações mais racionais de uso e manejo dos recursos naturais a partir da produção camponesa.

Este trabalho contribuirá, também, para dimensionar a amplitude da área de influência destes novos territórios no comércio local e regional. Observamos que comparando as falas dos assentados com as dos comerciantes locais fica nítido que os segundos, com raríssimas exceções, não têm noção da quantidade e da qualidade do investimento dos assentados nos seus estabelecimentos.

Falamos das políticas públicas, enquanto fruto da pressão dos sujeitos coletivos e do jogo de interesses antagônicos que circundam os aspectos da produção de riquezas, principalmente quando o assunto diz respeito à divisão, à distribuição e a redistribuição das riquezas geradas.

Percebemos que, apesar do número significativo de assentamentos implantados no Pontal do Paranapanema, e aproximadamente uns 10 já estão com 15 anos, as pessoas ainda fazem uma grande confusão entre assentados, que são pessoas que já receberam um lote rural e acampados, que são aquelas pessoas que permanecem à espera de um lote, morando em condições precárias em barracos de lona às margens de rodovias, ou mesmo em locais cedidos.

Pretendemos, portanto, com este trabalho apresentar dados e informações ainda ausentes com relação aos avanços e contradições da questão agrária no Pontal do Paranapanema, a partir da análise dos impactos socioterritoriais dos assentamentos, de forma multidimensional avaliando estes impactos a partir das dimensões sociais, políticas, econômicas e ambientais. Tais análises oferecem subsídios para concluirmos que os assentamentos rurais inegavelmente promovem o desenvolvimento regional e portanto não podem ser tratados apenas como políticas de compensação social.

Dentre os objetivos da pesquisa procuramos caracterizar a região e a forma como têm sido pensadas e implantadas as “políticas públicas de desenvolvimento” no Pontal do Paranapanema. Fizemos um histórico geral dos antecedentes e da ordem cronológica da implantação dos assentamentos rurais na região, demonstrando a importância dos sujeitos coletivos na transformação do espaço e na construção de novos territórios. A partir de então, levantamos os principais impactos socioterritoriais dos assentamentos no contexto local e regional a partir do estudo de caso dos municípios de Presidente Epitácio, Caiuá e Piquerobi.

A fim de constatar tais impactos recorreremos a vários instrumentos metodológicos. Segundo Gerardi (1981) a importância da metodologia científica está intrinsecamente relacionada aos conceitos e aos processos relevantes que ela ressalta na análise dos fenômenos. Neste trabalho ressalta-se a preocupação com as interações e os processos resultantes da espacialização dos assentamentos rurais na região do Pontal do Paranapanema.

Houve o esforço no sentido de utilizar o método de pesquisa dedutivo, partindo do geral para o particular, das idéias para os fatos, da generalização para a observação. Segundo Gerardi (1981, p.05) este método oferece mais segurança para se chegar a generalizações válidas que o indutivo, embora os dois métodos destacam a importância da generalização como objetivo final da abordagem.

Como a situação real é bastante dinâmica e flexível, e é dela que partimos, muitas vezes se utilizou o que Gerardi chama de tipo misto: ora “*através de uma abstração crescente e um conteúdo mais teórico; (...) ora mais descritiva e mais aproximada à realidade empírica.*” (GERARDI, 1981, p.08). É importante ressaltar que valorizou-se no desenvolvimento desta metodologia tanto os aspectos quantitativos e objetivos, quanto os qualitativos e subjetivos no levantamento de dados diretos, numa aproximação constante da realidade estudada.

Apresentaremos a seguir os ensaios iniciais que deram origem a este trabalho de pesquisa: o problema inicial, as hipóteses e todo o caminho construído para se chegar as conclusões apresentadas nesta dissertação.

a) O problema

A implantação dos Assentamentos rurais tem contribuído para o Desenvolvimento socioeconômico e ambiental no Pontal do Paranapanema ou tornou-se apenas uma política de compensação social?

b) Objeto

Desenvolvimento Regional: Assentamentos de trabalhadores rurais no Pontal do Paranapanema.

c) *Pergunta Central*

A implantação dos assentamentos rurais tem contribuído ou não para o desenvolvimento regional? Se tiver contribuído, em que grau e em quais aspectos? Se não tem contribuído, quais os motivos?

d) Hipótese

Existem na região do Pontal do Paranapanema 103 (cento e três) assentamentos de trabalhadores rurais, com 5.535 famílias assentadas sem mensurar os dependentes e os agregados. Isto certamente causou um impacto regional impondo uma nova configuração social, econômica, política e geográfica.

É possível afirmar que os assentamentos podem ser vistos como uma política de desenvolvimento regional e tentativa de recuperação/preservação ambiental, ou apenas de compensação social, no sentido de amenizar as tensões fundiárias, atendendo em parte os apelos dos movimentos sociais, oferecendo uma nova alternativa de vida a um grande número de desempregados com baixa qualificação profissional?

CASO I – A implantação dos assentamentos no Pontal do Paranapanema pode ser considerada uma política de compensação social quando:

- os assentamentos foram implantados com o propósito imediato de atender os apelos dos movimentos sociais e evitar grandes conflitos fundiários na região;
- pretende oferecer opção para um grande contingente de desempregados com baixa qualificação profissional oriundos do processo de ocupação da região;
- não são oferecidas condições para que as famílias assentadas consigam produzir com o mínimo de rentabilidade econômica nos lotes recebidos para que possam viver em condições melhores que as de antes;

- os assentamentos tornam-se um ônus a mais para as Prefeituras dos Municípios nos quais estes foram implantados, uma vez que os assentados são considerados "população flutuante", o que não assegura ao município o recebimento de verba suficiente para atendê-los como munícipes;
- a questão ambiental não foi levada em conta nos projetos de Assentamento e prevalece o ritmo de degradação ambiental anterior a estes projetos.

CASO II – A implantação dos assentamentos rurais pode ser considerada uma política de desenvolvimento regional quando:

- aumenta e diversifica a produção agropecuária;
- aumenta a arrecadação do ICMS nos Municípios nos quais estão inseridos;
- geram empregos diretos e indiretos;
- dinamiza o comércio local através da compra e venda de insumos e utensílios agropecuários;
- representa uma forma de utilização mais racional e produtiva dos recursos naturais;
- os grandes latifúndios subaproveitados cedem lugar a inúmeros lotes com base na agricultura familiar, fazendo com que as terras cumpram seu papel social, promovendo melhora na qualidade de vida das famílias assentadas;

As hipóteses são constatações prováveis e como tal foram testadas para compreendermos sua validade.

A partir destes enunciados iniciais adotou-se os seguintes passos:

1) Definição do **objetivo inicial** do estudo:

Analisar se a implantação dos Assentamentos tem contribuído para o Desenvolvimento sócio-econômico e ambiental no Pontal do Paranapanema ou tornou-se apenas uma política de compensação social.

Partindo daí a construção do quadro com os **conceitos básicos** a serem considerados, quais sejam: desenvolvimento; políticas públicas e políticas compensatórias; assentamentos rurais e impactos socioterritoriais. Com o avanço dos trabalhos outros conceitos relevantes também foram considerados como o de território e camponês.

E o **objetivo geral da pesquisa passou a ser**: avaliar se a implantação dos assentamentos rurais na região do Pontal do Paranapanema tem contribuído para o desenvolvimento regional.

B) Definido o objetivo e os conceitos pertinentes ao desenvolvimento da pesquisa passou-se para a coleta de informações relevantes.

Tomou-se a Região do Pontal do Paranapanema, definida pela UNIPONTAL (União dos municípios do Pontal do Paranapanema), para elaboração de um diagnóstico geral, tentando contribuir na análise do papel dos assentamentos no desenvolvimento local e regional.

Durante a realização deste trabalho de pesquisa, encontrou-se uma vasta bibliografia sobre as condições locais destes espaços, principalmente sobre as relações intrínsecas aos Projetos de Assentamento, inclusive vários estudos de caso destinados a desvendar as relações de produção e trabalho dentro dos lotes e da comunidade como um todo. Alguns trabalhos que dizem respeito a assentamentos que estão dentro da área de estudo deste projeto foram estudados, a fim de acrescentar dados quantitativos e qualitativos ao trabalho, como os estudos de Rosimeire Aparecida de Almeida (1996) no município de Rosana; Alexandre Domingues Ribas (2002) sobre o processo de organização em cooperativas, o caso da Cocamp; Alécio Rodrigues de Oliveira (2001) que aborda o processo de ocupação da região do Pontal do Paranapanema; bem como as diferentes formas de organização e resistência camponesa contra a expropriação do latifúndio e a conquista do assentamento rural; Lucimar de Araújo (1995) e Maria Garcia Franco (2004) que abordam o trabalho da mulher nos assentamentos do Pontal do Paranapanema enfocando as relações de gênero e luta pela conquista da terra.

Foram encontrados, também, trabalhos como os de Gerd Sparovek (2003 e 2005), Sérgio Leite *et al* (1992, 1994, 1997, 2001, 2004), Sônia Bergamasco (2003), Leonilde S. Medeiros (1994, 1999 e 2001); Cristiane Barbosa Ramalho (2002); Gleison Moreira Leal (2003); Gómez, Jorge R. Montenegro (2006) entre outros, que perseguiram desvendar além das relações que se dão dentro dos assentamentos. Atingiram uma esfera maior do entorno das áreas com assentamentos rurais e dos seus impactos sobre a sociedade que é na linha do que se pretende com o presente estudo.

Não foram encontradas muitas pesquisas de caráter mais regional, que analisassem o impacto da implantação dos assentamentos na dinâmica da região do Pontal do Paranapanema, particularmente analisando tanto os reflexos nos estabelecimentos comerciais dos municípios com assentamento e seu entorno, bem

como as alterações na organização das relações de trabalho e produção, o que motivou ainda mais a realização deste estudo.

Analizamos ainda dados de fontes secundárias como os dados do DATALUTA, dos RITs (Relatório de Impactos Socioterritoriais) de Teodoro Sampaio (2002/2003), dentre outros órgãos de pesquisa como o IBGE, SEADE, SNCR, dados dos órgão que trabalham diretamente com os assentamentos como o INCRA e a Fundação ITESP.

Encontramos, ainda, outros estudos acadêmicos e técnicos sobre alguns assentamentos. Estes estudos de caso que em muito contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho de pesquisa, uma vez que oferecem dados que não foi possível levantar em trabalhos de campo. Foi de grande utilidade, também, alguns estudos dos PDAs (Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos) de alguns assentamentos, que contribuíram no mesmo sentido.

Existem atualmente na região do Pontal do Paranapanema 103 (cento e três) assentamentos de trabalhadores rurais, com 5.535 famílias assentadas². Dentre os Municípios que fazem parte da UNIPONTAL, 14 (quinze) possuem assentamentos rurais quais sejam: Rosana, Euclides da Cunha, Teodoro Sampaio, Mirante do Paranapanema, Sandovalina, Presidente Bernardes, Martinópolis, Rancharia, Piquerobi, Ribeirão dos Índios, Presidente Venceslau, Marabá Paulista, Caiuá e Presidente Epitácio. O que equivale dizer que um grande número de municípios da região apresentou transformações em sua estrutura fundiária com impactos diretos e indiretos sobre as dimensões política, econômica, social e ambiental da região.

A distribuição numérica dos assentamentos nos municípios em questão está apresentado no quadro 01, no qual podemos verificar também, a quantidade de famílias assentadas presentes em cada um destes municípios:

² Fonte: Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, 2006.

Quadro 01 - Municípios com Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema

Municípios	nº. assentamentos	nº. lotes
Piquerobi	3	84
Rosana	3	201
Euclides da Cunha	9	1041
Teodoro	20	849
Sandovalina	2	198
Mirante do Paranapanema	31	1326
Presidente Bernardes	8	266
Rancharia	2	199
Martinópolis	2	124
Ribeirão dos Índios	1	40
Tupi Paulista*	1	31
Presidente Venceslau	5	248
Marabá Paulista	6	255
Caiuá	6	334
Presidente Epitácio	4	338
Total: 15	103	5.535

Fonte: Itesp (maio de 2006)

* Tupi Paulista é o único município que não faz parte da UNIPONTAL, no entanto está representado devido a proximidade com a área estudada e o fato de órgão como o ITESP classificá-lo dentro dos limites de atuação nesta região.

Inicialmente pretendíamos trabalhar com estes 15 municípios, pesquisando, através da aplicação de questionários, o impacto da implantação dos assentamentos no comércio local e as novas relações estabelecidas entre o poder municipal e os assentamentos. As alterações socioterritoriais resultantes da luta pela terra e da implantação dos assentamentos rurais. Prevíamos aplicar questionários em todos os municípios escolhendo percentuais de assentamentos e de lotes por município.

Segundo Gerardi (1981, p. 20) para um universo de 5535 assentados, dever-se-ia selecionar uma amostra de aproximadamente 354 pessoas. Segundo a mesma autora, *a análise quantitativa* permite de maneira objetiva a verificação entre os fenômenos estudados e sua distribuição no espaço e deve ser utilizada como um meio e não como um fim para chegar às conclusões sobre a realidade estudada.

Dada à amplitude destes números, compreendemos a necessidade da utilização de algumas fontes secundárias e de um recorte espacial das fontes

primárias que possibilitassem responder às perguntas que se faz sobre a realidade. Foi assim que com o avanço da pesquisa e as dificuldades encontradas na implementação desta metodologia optamos por um novo recorte espacial para obtenção dos dados primários através de questionários aplicados a sujeitos de interesse para a pesquisa.

Os projetos de assentamento verificados foram àqueles implantados pelo ITESP/INCRA no período entre 1984 a 2006, na região do Pontal do Paranapanema, totalizando 103 projetos.

Por acreditar que os projetos de assentamentos possuem características parecidas quanto sua origem, organização interna, procedência das famílias e desdobramentos na escala local e regional semelhantes e dada a dimensão da escala e da disponibilidade de recursos e tempo para levantá-los e analisá-los optamos pelo recorte espacial e pela definição de uma amostra aceitável para caracterizar a região.

Este é um caso no qual um levantamento completo é inviável, se não impossível, devido às restrições de custo, tempo, material, mão de obra, etc. o que nos leva a adotar a amostragem como solução.

Segundo Gerardi (1981, p.13) existem dois tipos de amostragem: a amostragem intencional, que é proposital, não trabalha com probabilidades e é subjetiva e a amostragem probabilística que é mais objetiva. No caso da amostragem probabilística é privilegiado o elemento chance na escolha das unidades amostrais. *A “aleatoriedade da seleção dos indivíduos amostrados é o princípio básico deste tipo de amostragem que se assenta em teorias e regras matematicamente estabelecidas”* e os resultados da análise pode ser estendidos para a população com grau de confiança determinado. (GERARDI, 1981, p. 13).

Neste caso específico, optamos pela amostragem intencional *que seleciona indivíduos ou amostras que consideramos serem típicas ou representativas do total da população. São os “estudos de caso”* nos quais um município ou vários municípios com assentamentos rurais podem ser estudados como exemplos de uma área mais abrangente, no caso a Região do Pontal do Paranapanema, sem se adotar necessariamente a probabilidade como regra na seleção dos indivíduos. No entanto, para adoção desta técnica de amostragem tornou-se necessário a *“retirada dos casos ideais ou perfeitos, que não podem ser considerados representativos”*. (GERARDI, 1981, p. 13).

Consideramos casos ideais e não representativos, municípios com um número muito elevado de assentamentos, que chegam a constituir o que Heredia et al (2001) chama de manchas de assentamentos. São os casos de Mirante do Paranapanema com 31 assentamentos, Teodoro Sampaio com 20 e Euclides da Cunha com 09. Nestes municípios o número de famílias assentadas se aproximam ou passam de 1000 famílias, nos quais os impactos serão de dimensões desproporcionais que no restante dos municípios com assentamentos nos quais o número de assentamentos varia de 01 a 08.

Assim, dentre os 15 municípios com assentamentos rurais foram escolhidos os municípios de **Piquerobi**, com três assentamentos e 84 famílias assentadas; **Caiuá**, com seis assentamentos e 334 famílias assentadas e **Presidente Epitácio** com 04 assentamentos rurais e 338 famílias assentadas.

Tendo em vista que as técnicas quantitativas possibilitam maior objetividade e precisão na análise, nestes municípios foi possível utilizar uma amostra de 10% das famílias assentadas de cada um deles, sendo esta recomendada, para garantir maior confiabilidade nos resultados.

Para a escolha dos 03 municípios procurou-se privilegiar uma amostra que contemplasse da melhor forma possível a realidade regional. Adotou-se os seguintes critérios gerais:

- a) Características semelhantes com os outros 12 municípios que possuem assentamentos rurais;
- b) Possibilidade de entrevistar 10% da população assentada de cada um destes municípios.

E de modo específico foi considerado:

Presidente Epitácio

- a) Por constituir um sub-polo regional, juntamente com os municípios de Presidente Venceslau e Teodoro Sampaio;
- b) por possuir 4 assentamentos rurais e um reassentamento da Cesp;
- c) Proximidade da divisa interestadual (a divisa é o Rio Paraná) como outros municípios que possuem assentamentos: Rosana, Teodoro Sampaio, Euclides da Cunha, Mirante do Paranapanema e Sandovalina;

Caiuá

- a) Não só no caso do Pontal do Paranapanema, mas também no Estado de São Paulo, a maioria dos assentamentos rurais estão localizados em municípios

com menos de 20 mil habitantes. Caiuá é um exemplo típico com 4.192 habitantes;

- b) Mais da metade da população, 2.423 habitantes, vive no campo;
- c) Hipótese de que a implantação de assentamentos rurais neste município causa
- d) repercussões diretas e indiretas nos municípios de Presidente Epitácio e de Presidente Venceslau e muito pouco em Caiuá;

Piquerobi

- a) Dentre os três assentamentos inseridos neste município, dois estão organizados em agrovilas;
- b) Hipótese de que a implantação de assentamentos rurais neste município causa repercussões diretas e indiretas em município que não possui nenhum assentamento rural, que é o caso de Santo Anástácio;

Serão usados ainda, alguns dados primários não quantitativos, mas qualitativos, levantados nos demais municípios com assentamentos rurais a fim de comparar a viabilidade de algumas generalizações que se pretende fazer a partir dos estudos de caso.

No presente estudo está sendo utilizado 3 modelos diferentes de questionários, conforme anexos 01, 02 e 03. Entrevistamos assentados, donos de estabelecimentos comerciais e o representante do poder público municipal.

Serão entrevistados 10% dos assentados de cada um dos municípios citados acima, bem como os administradores públicos de cada um deles. No comércio só foram aplicados questionários nos estabelecimentos que foram citados repetidas vezes nos questionários aplicados junto aos assentados.

A opção pelo emprego de três modelos de questionários, deveu-se à necessidade de se obter uma visão mais holística da temática tratada, ou seja, buscamos evidenciar diferentes pontos de vista destes distintos atores sociais envolvidos. Parte-se da hipótese que cada um destes atores possui uma visão diferente para os mesmos fatos da realidade, uma vez que são representantes de segmentos diferentes da sociedade.

Convém ressaltar que os três questionários foram testados em campo com o intuito de aperfeiçoá-los e adequá-los à realidade encontrada, bem como torná-los mais práticos e objetivos.

No questionário aplicado nos assentamentos com as famílias assentadas, procurou-se verificar principalmente:

- a) Perfil das famílias assentadas: origem; experiência profissional anterior, faixa etária, escolaridade, principais fontes de informação, etc.;
- b) Jovens no assentamento: porcentagem de jovens no assentamento, principal função, motivos que levam os jovens a deixarem o assentamento, perspectivas futuras;
- c) Qualidade de vida nos assentamentos: infra-estrutura, nível de conforto, acesso às principais políticas públicas, tipo de moradias, facilidades, dificuldades, índice de desistência dos lotes;
- d) Produção e renda: renda mensal aproximada das famílias, origem da renda, produção para venda e para auto-consumo, relação crédito e assistência técnica;
- e) Perfil de produção dos assentamentos: impacto na produção leiteira, tamanho do rebanho, principais produtos agrícolas;
- f) Impacto no comércio regional: principais estabelecimentos de compra e de venda, indústrias e fábricas relacionadas à produção dos assentamentos;
- g) Formas de organização coletiva: meio de acesso à terra, inserção política, organizações sociais dentro do assentamento, nível de participação;
- h) Transformação ambiental e espacial: principais medidas de preservação ambiental praticadas pelos assentados, criação e preservação de áreas de reserva, alterações na paisagem;

Neste questionário existem algumas questões abertas que auxiliaram na compreensão das demais questões abordadas e no direcionamento das análises, uma vez que são questões bastante subjetivas e têm a ver com a percepção do(a) assentado(a) entrevistado(a). Perguntamos, entre outras coisas, sobre a luta para a obtenção da terra, se a conquista da terra é um sonho realizado, a opinião sobre os movimentos sociais, sobre a aquisição e o emprego dos financiamentos, o que acha do assentamento que mora e quais são os planos para o futuro.

Com relação aos questionários aplicados com o poder público local o principal objetivo foi verificar:

- a) O impacto da implantação dos assentamentos no poder local: principais demandas, aceitação/ rejeição, facilidades/ dificuldades;

- b) Qualidade dos serviços prestados à população assentada: avaliação do administrador, nível de organização e exigência da população assentada;
- c) Percepção dos impactos socioterritoriais da implantação dos assentamentos: na geração de empregos e renda; na diversificação da produção municipal; no recolhimento do ICMS, na melhoria da qualidade de vida da população;
- d) Estimativa do número de famílias à espera de um lote em cada município;
- e) Origem da população assentada: participação do poder local no processo de seleção das famílias e se houve aumento no número de habitantes,
- f) Aporte de recursos: principais projetos para a população do campo, incentivo ou não à realização de feiras livres e da aprovação do SIM (Selo de Inspeção Municipal).

À exemplo do primeiro questionário, este também possui questões abertas norteadoras do trabalho e que tratam principalmente de aspectos ligados à percepção do desenvolvimento municipal e regional com a inserção dos assentamentos rurais. Tentamos avaliar se a população do campo está incluída nos “planos de desenvolvimento” para o município. Entrevistamos também alguns vereadores assentados para compreendermos um pouco mais sobre os impactos no campo político com a implantação dos assentamentos.

Com relação aos questionários aplicados no comércio local, convém ressaltar que inicialmente, pretendíamos aplicar os questionários no comércio dos 3 municípios aleatoriamente sem seguir um critério rígido. Com a evolução da pesquisa, observamos que os questionários dos assentamentos deveriam ser aplicados primeiramente. Algumas respostas colhidas nos assentamentos seriam necessárias para verificar os locais de compra e venda dos assentados e só então, com a listagem destes estabelecimentos em mãos, dar seqüência ao trabalho investigativo no comércio local.

O principal objetivo com este instrumental foi comprovar a hipótese de que a maioria dos comerciantes, não possuem a real dimensão dos gastos realizados pelos assentados em seu comércio. Daí a necessidade do cruzamento das informações com o primeiro questionário.

Analisamos entre outros dados:

- a) Se o surgimento do estabelecimento tem relação com a implantação dos assentamentos naquele município;

- b) Proximidade do comerciante com o cliente assentado: se conhece algum assentamento, se oferece alguma facilidade específica para o assentado, se compra produtos de assentados;
- c) Percepção do comerciante com respeito à questão agrária.

Convém ressaltar que as dificuldades encontradas para aplicação dos questionários no comércio foi bem maior, se comparado com o trabalho feito nos assentamentos, revelando as relações de subordinação e dependência na busca do lucro embutidas nas relações comerciais.

Se no campo o assentado é o gestor de seu próprio tempo e imprime o ritmo em sua rotina de trabalho, no comércio isto não é possível. O ritmo de trabalho é ditado pelo fluxo de pessoas que adentram os estabelecimentos, dificultando a aplicação dos questionários.

Tendo em vista que as técnicas quantitativas possibilitam maior objetividade e precisão na análise e podem evitar longas descrições quanto da transformação destes dados em gráficos e tabelas, optamos pela criação de um banco de dados em ambiente do MICROSOFT OFFICE EXCEL para tabulação das informações, conforme representado na figura 01.

Figura 01 – Planilha do banco de dados

MUNICÍPIO		PIQUEROBI					PIQUEROBI					PIQUEROBI	
NOME DO ASSENTAMENTO		SANTO ANTÔNIO DA LAGOA					SANTA RITA					TOTAL DO MUNICÍPIO	
Nº DO LOTE		10	24	15	16	3	TOTAL	9	14	21	1	TOTAL	TOTAL DO MUNICÍPIO
1	Ocupação dos Pais?												
2	a) Boataria						0	X			X	2	2
3	b) Emprego Rural	X					1	X	X	X		3	7
4	c) Aрендatário		X	X	X	X	4					0	6
5	d) Assentado						0					0	0
6	e) Assalariado Urbano						0					0	0
7	f) Proprietário Rural						0					0	0
8	g) Outros						0					0	0
9	Último município em que morou?												
10	a) O mesmo do assentamento	X	X	X	X	X	5			X		1	9
11	b) Municípios do Pental						0	X	X		X	3	5
12	c) Outras cidades dentro do Estado						0					0	0
13	d) Outras cidades fora do Estado						0					0	0
14	Qual sua experiência anterior?												
15	a) Aрендatário		X	X	X		3					0	4
16	b) Párcaro						0					0	0
17	c) Possessore						0					0	0
18	d) Desempregado da antiga fazenda						0					0	0
19	e) Assalariado rural temporário	X				X	2		X	X		2	6
20	f) Assalariado Urbano						0					0	0
21	g) Desempregado						0	X			X	2	4
22	h) Acampado						0	X			X	2	3
23	4) Escolaridade												
24	a) Analfabeta						0					0	1
25	b) Escreve o nome						0					0	0
26	c) Fundamental incompleto				X	X	2					0	4
27	d) Fundamental Completo	X		X			2	X		X	X	3	7
28	e) Médio incompleto		X				1		X			1	2

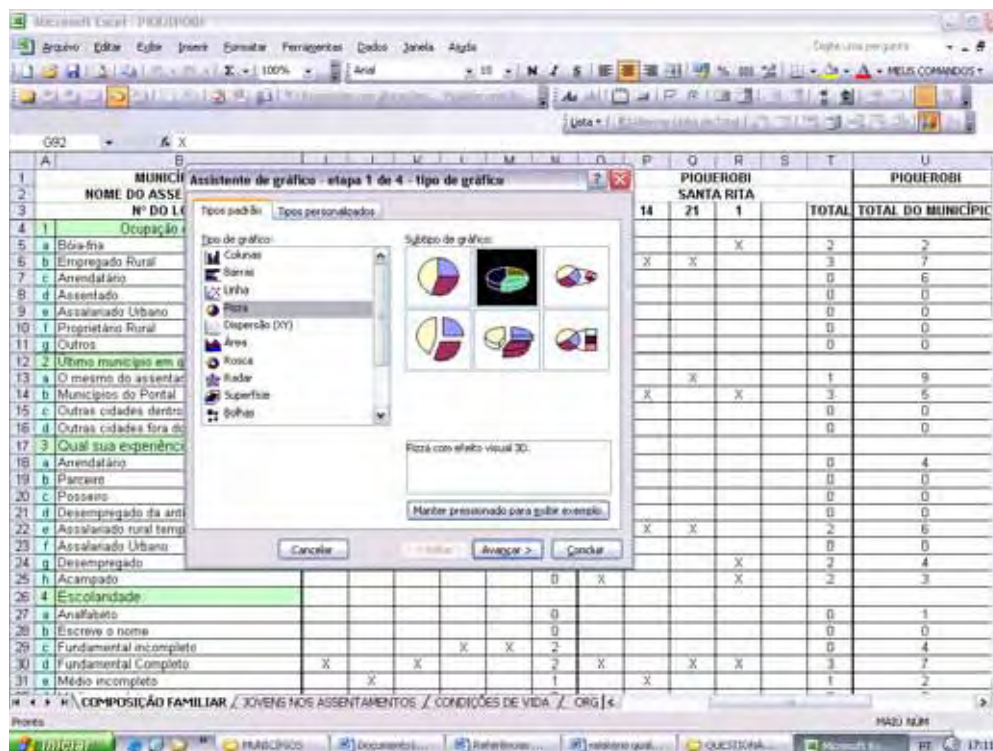
Inicialmente foram transferidas, para este ambiente, todas as questões aplicadas nos assentamentos passíveis de tabulação; composição familiar; jovens no assentamento; condições de vida; organização e inserção política; renda e consumo; produção; assistência técnica e incentivo à produção; informações ambientais e outras informações. Para cada um destes temas foram criadas planilhas separadas elaboradas para cada município.

A Figura 01 traz como exemplo o modelo utilizado para tabulação dos dados coletados nos assentamentos do Município de Piquerobi, observe que na mesma planilha já estão separados por colunas cada assentamento do Município. No caso específico estamos falando de três assentamentos, devido ao mecanismo da barra de rolagem o assentamento São José da Lagoa não aparece, no entanto independente do número de assentamentos, todos estão na planilha do município correspondente.

Este mecanismo possibilitou a geração de gráficos por tema pesquisado tanto em âmbito municipal, com a soma total das respostas por assentamentos, quanto em âmbito regional, com a soma dos resultados totais de cada município representante do estudo de caso. Foram tabulados ainda, utilizando a mesma metodologia, dados coletados em outros assentamentos distribuídos pela região do Pontal do Paranapanema.

Após a inserção de todos os dados coletados em campo nas planilhas de cada município, foi possível gerar gráficos a partir do recurso de “Assistente de Gráfico” do próprio programa Excel, como mostra a Figura 02.

Figura 02 – Planilha do banco de dados – assistente de gráfico



Deste modo, os dados coletados se transformaram em gráficos e também em tabelas dependendo a abordagem que se pretendeu dar e a forma de representação mais adequada. Utilizamos o mesmo procedimento para tabular os dados coletados no comércio.

Os questionários aplicados com os administradores não exigiram este procedimento uma vez que envolvia apenas três amostras que puderam ser facilmente analisadas e comparadas.

Assim, o eixo central desta pesquisa se move sobre a questão da inserção dos assentamentos na região do Pontal do Paranapanema. É a partir desta nova configuração socioespacial, permeada de particularidades que se lança a pergunta central deste trabalho: a implantação dos assentamentos rurais pode ser considerada uma política de desenvolvimento regional ou de compensação social?

Observamos a necessidade de trabalhar o **conceito de desenvolvimento** tão controverso como instigante, gerando polêmicas em todo mundo, essencialmente porque carrega em seu bojo uma série de outras questões de ordem conjuntural, palpável, visível e também de ordem ideológica, subjetiva, imaterial. Basicamente os estudos em torno do tema dividem-se em duas alas: aqueles que acreditam num

desenvolvimento possível, necessário enquanto mola propulsora da sociedade e aqueles que apontam o conceito como um grande engodo, uma ilusão criada visando, principalmente, o controle das classes sociais no modo de produção capitalista.

Discutir as diferentes abordagens sobre o conceito de desenvolvimento (sustentável, diferencial, territorial, setorial, como liberdade de escolha) é um desafio colocado. Procuramos fazê-lo a partir da análise da inserção dos assentamentos rurais na região do Pontal do Paranapanema, enquanto territórios de luta, resistência e regresso do camponês ao campo, do qual tem sido historicamente expulso pelo avanço do capital.

Na primeira parte deste trabalho esboça-se uma compreensão a respeito da questão do desenvolvimento, enfocando as principais contribuições teóricas que auxiliaram na construção deste enfoque.

Na sequência tratamos do **conceito de políticas públicas** buscando suporte teórico e metodológico para compreensão da inserção das políticas de assentamentos rurais no contexto socioespacial atual. Acreditamos que tal abordagem permite encontrar o lugar dos assentamentos enquanto políticas públicas, se estão no âmbito das políticas compensatórias, das políticas de desenvolvimento regional ou de políticas de controle social. Abordaremos na sequência reflexões teóricas feitas a respeito da **questão agrária e dos assentamentos rurais**.

O conceito de **impacto socioterritorial** também é tratado neste capítulo com o objetivo de embasar as discussões do Capítulo 6, onde são apresentados dados dos trabalhos de campo que revelam os principais impactos socioterritoriais desencadeados a partir da implantação dos assentamentos rurais na região do Pontal do Paranapanema, tomando por base o estudo de caso dos três municípios descritos anteriormente.

2 - A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO

Torna-se cada vez mais difícil encontrar ou mesmo propor uma definição de desenvolvimento que contemple a abrangência de seu significado. Observamos, no entanto, que todos os modelos ditos de desenvolvimento, favoreceram a evolução do modo de produção capitalista, que é extremamente concentrador e excludente, trazendo como consequência direta a crescente pauperização da população.

Sabe-se que desde meados do século XVIII, com a Revolução Industrial, que o conceito de desenvolvimento passou a ser utilizado como sinônimo de crescimento, industrialização e modernização, principalmente no pós Guerra, quando apareceram os “milagres econômicos” que pareciam indicar estágios de desenvolvimento. Pouco a pouco se tornou impossível desconsiderar que o crescimento está ligado diretamente a um adjetivo quantitativo e econômico, ou seja, se produz mais e conseqüentemente gera-se mais riquezas, o que não significa dizer que isto é um imperativo para que a sociedade viva melhor, uma vez que o trabalho excedente da classe trabalhadora é apropriado pela classe dominante.

Até a Segunda Guerra Mundial, a temática predominante nos estudos brasileiros se deu entorno da caracterização do espaço e do povo brasileiro. Mais precisamente a partir de 1946, com o final da guerra, apareceram novos questionamentos e a tônica dominante passou a ser a questão do desenvolvimento/subdesenvolvimento, influenciados pelas contribuições teóricas marxistas. Busca-se a partir de então, entender as razões de uma nação tão rica como o Brasil ser subdesenvolvida.

A partir de então, vários estudos têm revelado as desigualdades sociais, a miséria e suas diferentes faces no campo e na cidade, os desequilíbrios regionais e a postergação de soluções de problemas teoricamente simples, fruto das contradições do modo de produção capitalista e do antagonismo entre as classes sociais. Muitos pesquisadores ainda tentam justificar tais problemas pelo mau funcionamento das instituições públicas ou pelas debilidades políticas e éticas que prejudicam o bom funcionamento das coisas, no entanto as razões destes males possuem outras fontes ligadas diretamente ao modelo de desenvolvimento adotado no país e no mundo.

Para fundamentar o entendimento a respeito do conceito de desenvolvimento, consultamos várias bibliografias³, no entanto foram escolhidos apenas alguns teóricos que se debruçaram mais sobre a questão do desenvolvimento e que oferecem diferentes contribuições; são eles : Samir Amin (1976, 2001, 2002 e 2003), Neil Smith (1988), Celso Furtado (1974, 1998, 2002 e 2004), Amartya Sen (2000 e 2001) e Ignacy Sachs (2001, 2002 e 2004). Procuramos desconstruir suas análises ao mesmo tempo em que tentamos construir outra, embora compreendamos que este deve ser um esforço contínuo, no sentido de ir além do aparente, além dos enunciados teóricos e além das transcrições feitas por estes teóricos, num jogo contínuo entre teoria e objeto, cientes de que o próprio objeto se movimenta no espaço e não é visualizado por completo. Se a realidade é formada de fragmentos corre-se o risco de que esta análise se torne ainda mais fragmentada.

Samir Amin é um dos primeiros teóricos a falar da característica desigual do processo de desenvolvimento e subdesenvolvimento. Afirma que uma política econômica de desenvolvimento deve ir sistematicamente contra “as leis naturais” da economia visando reduzir as diferenças de renda entre as categorias sociais com vistas a assegurar a coesão nacional. (AMIN, 1976, p.187).

Amin em sua obra “*O desenvolvimento desigual: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico*” defende, claramente, um projeto socialista de desenvolvimento, acreditando que o capitalismo preencherá sua função histórica, que é a acumulação, preparando-se para sua superação. Amin (1976, p.330). Difícil de apreender tal situação, talvez porque realmente estamos diante de um impasse que exigirá novas formas de desenvolvimento ou a crescente deteriorização da qualidade de vida que atingirá indiscriminadamente toda a humanidade, caso não exista uma terceira alternativa.

Em suas produções mais atuais (2002), Amin expressa uma crítica fundamentada à globalização neoliberal. Afirma que as políticas de desenvolvimento neoliberais fracassaram (para a maioria da população e não para os donos do capital) tanto no terreno social quanto econômico, isto porque, identificadas com o seu projeto de globalização, estimularam a criação de blocos regionais sob a égide do grande capital financeiro. Essa prática tem demonstrado que os problemas dos

³ Veiga (1991, 2000 e 2005); Gómez (2002 e 2006); Molina (2003); Alentejano (2003); Bobbio (2000); Graziano da Silva (1981); Souza (1997) e Lacoste (1985).

povos, em vez de se resolverem, agravam-se. Segundo ele, as políticas neoliberais fomentam a divisão e ampliam as divergências entre os países periféricos. Por outro lado, acredita que essa estratégia contribuiu para tornar mais evidente a necessidade de uma globalização da unidade e da solidariedade em defesa do bem comum.

Neste sentido, percebemos que o acesso aos meios de comunicação e informação, que diminuem espaço e tempo, pode facilitar maior organização social em termos mundiais. Do mesmo modo, facilitam maior supervisão e controle dos conflitos entre as classes. De fato, para controlá-los o Estado deverá injetar cada vez mais recursos e, sob pressão, será forçado a instalar medidas redistributivas e de desconcentração da renda, como tem sido feito no caso da implantação dos assentamentos rurais.

Difícil, no entanto é acreditar na supressão do conflito do jogo que envolve o crescimento econômico e o desenvolvimento, uma vez que é marcado por interesses que não correspondem aos ideários da harmonia, do consenso, da fraternidade e da justiça e muito menos na redistribuição das riquezas. A igualização será sempre suplantada pela diferença.

Amin utiliza o conceito de desenvolvimento desigual, justificando-o a partir das formações sociais dos países do capitalismo periférico, demonstrando que o mesmo tem uma estrutura fundamentalmente diferente da do capitalismo central:

Enquanto estes últimos conhecem a acumulação auto-centralizada, as formações sociais periféricas conhecem uma estrutura de desenvolvimento essencialmente desequilibrado. No centro o desenvolvimento gira em torno da produção de bens de capital e do incentivo ao consumo de massa: na periferia, contudo é a produção para exportação e o consumo de bens de luxo que forma a base da economia, sendo uma estrutura essencialmente desequilibrada. (AMIN, 1974, p.167)

que gera os contrastes entre riqueza e miséria tão perceptíveis no Brasil, são favelas ao lado de condomínios de luxo, carros com mais de 30 anos circulando ao lado dos modelos mais avançados, as lojas de grifes e os camelódromos.

Concordamos que o avanço das transnacionais, juntamente com o aumento das exportações, não resolve os problemas dos países, pelo contrário, deixa a economia ainda mais vulnerável,

(...) em princípio porque a alocação exclusiva de recursos neste tipo de negócio é feito em detrimento da agricultura e das indústrias destinadas ao

mercado interno, arrastando nestes setores um crescimento rápido das importações. (AMIN, 1974, p.188).

Percebe-se que a transferência dos lucros para o exterior cancela todo o impacto que parece positivo das exportações.

É por este motivo que, Bobbio reforça a colocação de Amin, ressaltando que não podemos descuidar da análise histórica e sócio-política dos modelos de organização das diferentes sociedades quando o assunto em questão é o desenvolvimento, porque muitas vezes o que aparenta ser desenvolvimento significativo

talvez seja mais correto falar, na maioria dos casos em crescimento quantitativo sem mudanças estruturais) e isto ocorre também nos países periféricos, tem um preço e algumas consequências bem precisas, embora nem todas caracterizáveis, para o futuro destes países” (BOBBIO, 2000, p.1227).

Assim, o crescimento econômico instigado pelo capital estrangeiro, acaba por apossar-se dos setores mais avançados destas economias controlando-os mais rigorosamente, tornando-os ainda mais dependentes do que antes.

Amin (2002) levanta questões importantes sempre em caráter de alerta e denúncia sobre as novas relações de produção e de trabalho no modo de produção capitalista coloca que a

revolução tecnológica decompõe de forma atual a organização do trabalho. Ela não aboliu as classes, mas decompôs as formas internas da organização das classes e as recompõe. (...) A atual revolução tecnológica e científica tem uma natureza nova, por se apoiar em dois ramos novos: a informática e a genética. As duas permitem um aumento gigantesco da produtividade. (AMIN, 2002).

Os reflexos de tudo isto são sentidos tanto no campo como na cidade. Nos auxiliam na compreensão das novas relações de trabalho e produção e na necessidade de valorizar o saber do homem do campo, da defesa do banco de sementes e opor-se contra os transgênicos, a fim de preservar as estratégias de luta e resistência no campo.

Amim denuncia que os países ricos teriam condições de sanar as principais deficiências materiais da humanidade se assim o quisessem, no entanto, não o fazem. Embora controlem os dados sobre a pobreza ano após ano

apresentando-a só como um fato medido empiricamente, tanto de forma muito grosseira através da distribuição do rendimento (linhas de pobreza) ou de uma forma um pouco menos grosseira através dos índices compostos (tais como o Índice de Desenvolvimento Humano proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), sem nem mesmo

levantar a questão das lógicas e dos mecanismos que geram esta pobreza.
(AMIN, 2003)

Várias são as contribuições deste pensador na concepção deste trabalho. Esta sua necessidade de perseguir a lógica e os mecanismos que geram a pobreza; sua visão globalizada dos problemas oriundos do modo de produção capitalista que nos auxiliam a compreender as relações presentes na sociedade brasileira principalmente no que diz respeito aos mecanismos de concentração de renda e poder.

Torna-se relevante compreender o papel do nosso país e dos demais países, por ele classificados de periféricos, na divisão internacional do trabalho, que envolve a necessidade de um mundo globalizado para ampliação incondicional do capital. Tal afirmação só pode ser compreendida quando se busca as raízes históricas desta divisão, impossível de ser esgotada nesta discussão, mas que se tornou mais clara ao analisarmos as idéias de Neil Smith.

É através do caráter contraditório de produção do espaço que **Neil Smith** analisa o desenvolvimento desigual e por isto não considera a existência de um único tipo de desenvolvimento, mas de vários desenvolvimentos, com escalas, tempo e processos desiguais. (SMITH, 1988, p.147).

Hoje o processo de desenvolvimento desigual apresenta-se em contornos mais nítidos em todas as escalas espaciais do que em qualquer outro período anterior (...) as tendências contraditórias para a diferenciação e a igualização são determinadas pela produção capitalista do espaço. (...) A desigualdade espacial não tem sentido algum, exceto como parte de um todo, que é o desenvolvimento contraditório do capitalismo. (SMITH, 1988, p.149-151).

O autor propõe uma análise que considere sociedade e natureza como produto da unidade do capital, sendo preciso separar os momentos essenciais da produção da natureza de suas aparências variadas, que ora revela desenvolvimento, ora revela subdesenvolvimento.

Sua teoria de desenvolvimento desigual é embasada fortemente pelo fato de considerar a tendência à igualização dos espaços, impossível sob o modo de produção capitalista,

por razões profundamente estruturais. Quanto mais a produção atinge alguma condição de equilíbrio espacial (...) tanto maior o incentivo competitivo para os capitalistas individuais romperem a base daquele equilíbrio (...). (SMITH, 1988 p.192).

Tanto o subdesenvolvimento, como o desenvolvimento, ocorre em todas as escalas espaciais, e o capital tenta se movimentar geograficamente de tal maneira que continuamente explora as oportunidades de desenvolvimento, sem sofrer os custos econômicos do subdesenvolvimento. Isto é, o capital tenta fazer um vaivém de uma área desenvolvida para uma área subdesenvolvida, para então num certo

momento posterior voltar à primeira área que agora se encontra subdesenvolvida, e assim sucessivamente. Na medida em que o capital não pode encontrar um fixo espacial na produção de um ambiente imóvel para a produção, ele recorre à completa mobilidade como um fixo espacial. (SMITH, 1988, p. 213).

As colocações de Neil Smith sobre o vaivém realizado pelo capital sob os diferentes espaços, gerando desenvolvimentos desiguais, permite questionar sobre aqueles locais onde isto não é visível. E mesmo transferindo para uma escala em que se é colocado mais próximo do exercício de compreensão deste fenômeno, que é o espaço estadual e regional, fica difícil compreender este movimento.

Se Neil Smith coloca que o desenvolvimento é desigual à medida que o capital se movimenta sobre os diferentes espaços geográficos num vaivém constante e tenta aproveitar as vantagens do desenvolvimento, fugindo dos malefícios do subdesenvolvimento, também significa dizer que é o capital que promove o desenvolvimento e também o subdesenvolvimento é uma contradição. Se o capital só promovesse o desenvolvimento ele seria permanente, como também promove o subdesenvolvimento e em escalas ainda maiores ele precisa se movimentar.

No entanto, não se pode confundir as forças produtivas do homem com as forças produtivas do capital: só o homem é capaz de produzir valores e só ele pode definir o que tem valor ou não. Deste modo o desenvolvimento pode ser considerado uma condição, um estado de ser. Discordando de Smith concluímos que não se pode afirmar, que a ausência do capital gera o subdesenvolvimento, são as relações sociais que moldam a construção do espaço e dos territórios que geram o subdesenvolvimento ou o desenvolvimento.

Já **Furtado** (1958, 1985, 2000, 2004), ao estudar profundamente a estrutura política e econômica do Brasil e se consagrar como um dos intérpretes latino-americanos das questões do subdesenvolvimento e um ativo militante dedicado à sua superação, revela que nos encontramos diante de um impasse, que só poderá ser superado pela criatividade política impulsionada pela vontade coletiva.

Considera que o ponto de partida do processo de reconstrução que temos que enfrentar deverá ter uma participação maior do povo no sistema de decisões. Sem isso, o desenvolvimento futuro não se alimentará de autêntica criatividade e pouco contribuirá para a satisfação dos anseios legítimos da nação. Impõe formular a política de desenvolvimento a partir de uma explicitação dos fins substantivos que almejamos alcançar, e não com base na lógica dos meios imposta pelo processo de acumulação comandado pelas empresas transnacionais. A superação do impasse com

o qual nos confrontamos requer que a política de desenvolvimento conduza a uma crescente homogeneização de nossa sociedade e abra espaço à realização das potencialidades de nossa cultura. (FURTADO, 2004, p.07)

Furtado compreende que só existirá desenvolvimento de fato se o mesmo estiver imbricado de processos que deva levar a sociedade a uma contínua homogeneização, o que parece impossível na análise de Neil Smith, da qual falamos anteriormente.

Cabe lembrar, no entanto, que a CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe), da qual Furtado foi o grande expoente brasileiro, propôs um modelo de desenvolvimento para o Brasil que fundamentou a elaboração dos dois grandes Planos de Desenvolvimento Econômico (I e II PNDs), baseados na modernização da indústria e na produção dos produtos para exportação. As principais características da modernização da agricultura proposta neste período e ainda em curso, tem indicado contradições a partir do modelo de desenvolvimento do qual a modernização foi gestada.

Furtado acreditava que o modelo proposto poderia trazer benefícios gerais não apenas para a burguesia industrial e os grandes proprietários de terras, mas também para as demais classes sociais, o que de fato não ocorreu.

Para Mantega, tal propositura carecia de como fazer, e de uma explanação detalhada de como se difundiria a riqueza e o bem-estar para toda essa população, levando a crer que isso deveria efetivar-se de forma automática e espontânea (1984, p.42).

A partir do modelo de desenvolvimento adotado, tornaram-se ainda mais concentradas a terra e a renda, houve aumento considerável no nível de desemprego e aumentaram-se as desigualdades sociais. Além dos fatores estruturais internacionais, por se investir mais na produção para exportação que para o consumo interno, na década de 1970, a baixa oferta de gêneros alimentícios refletiu-se nas altas taxas de inflação, principalmente na elevação do custo da cesta básica.

Observamos neste processo que o subdesenvolvimento gerado a partir de tanto investimento (PNDs), não foi a ausência de capitalismo, mas sim o seu resultado. O crescimento da economia ocorreu, mas de forma totalmente perversa, alimentado pelo aprofundamento das desigualdades sociais e os conflitos presentes na gestão da distribuição das riquezas geradas. Assim, o Brasil foi o campeão do crescimento durante quatro décadas, mas saiu desta experiência como um país profundamente injusto e subdesenvolvido.

No entanto, a grande contribuição de Celso Furtado na compreensão do processo de desenvolvimento e principalmente na compreensão das políticas traçadas para o Brasil, está no seu livro “Formação Econômica do Brasil” de 1958. Aponta o desenvolvimento do capitalismo brasileiro como lento, resultado da situação do que atribuiu à dialética do desenvolvimento (o desenvolvimento dos países ricos significa o subdesenvolvimento dos países mais pobres). Inspirado em J.M.Keynes e na CEPAL, propôs um desenvolvimento autônomo, não-dependente, baseado nos investimentos estatais e apoiado pela burguesia nacional e pelas forças da coletividade, o que efetivamente não foi seguido.

Quando da publicação do livro o Mito do Desenvolvimento Econômico em 1998, Furtado revela toda sua preocupação com um sistema injusto e excludente que se move aproveitando-se da crença em um mito e denuncia que

o estilo de vida criado pelo capitalismo industrial será privilégio de uma minoria. O custo em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida é de tal forma elevado que toda tentativa de generalização levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco a sobrevivência da espécie humana (...) a idéia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. Mas como desconhecer que esta idéia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e leva-los a sacrifícios para legitimar a destruição de formas de cultura arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? Cabe, portanto afirmar que a idéia de desenvolvimento econômico é um simples mito. (FURTADO, 1998, p.88)

Em suas produções, revela a inquietude diante da contradição entre o formidável potencial de recursos do país e o baixo nível de desenvolvimento alcançado por este até o presente. Segundo ele, as causas desta contradição estariam essencialmente relacionadas “a propensão ao endividamento externo e a propensão à concentração social da renda” (FURTADO, 2002, p.08).

Declara que um amplo programa social deve dar prioridade à habitação e à educação, antes de investimentos reprodutivos, ressaltando que

a distinção fundamental entre desenvolvimento e subdesenvolvimento está associada aos esforços e resultados das ações nos planos políticos para diminuir a heterogeneidade social que o modo capitalista de produção gera. Segundo ele, a educação melhora a qualidade do fator humano, modificando por completo o quadro do país, abrem-se possibilidades de desenvolvimento muito maiores. Não há país que tenha conseguido se desenvolver sem investir consideravelmente na formação de gente. (...) Esse é o mais importante investimento a fazer, para que haja não só crescimento, mas autêntico desenvolvimento. (FURTADO, 2002, p. 19).

Furtado reconheceu sua responsabilidade ao assumir que acreditava que o simples crescimento econômico do país promoveria índices mais altos de poupança e com ele o desenvolvimento. Constata, no entanto, que após vários anos de estudo o país praticamente aumentou em dez vezes mais o seu crescimento, e na mesma proporção aumentaram-se as desigualdades e os pobres se tornaram ainda mais pobres. Não houve desenvolvimento, e conclui: “o desenvolvimento verdadeiro só existe quando a população em seu conjunto é beneficiada”. (FURTADO, 2002, p.21).

Já **Amartya Sen** (2000), surpreendeu o mundo com sua forma simples e ao mesmo tempo diferente de definir desenvolvimento, tornando o conceito mais próximo do humano e do social ao afirmar que desenvolvimento

consiste na eliminação de privações de liberdades que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente (p.10). Sob este enfoque as liberdades não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também os meios principais (...) com oportunidades sociais adequadas os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino. (p. 25–26).

As pessoas passariam a ser agentes e não beneficiários passivos do processo de desenvolvimento. Sen (2000) entende que a liberdade deve ser meta e meio de promoção do desenvolvimento e propõe cinco tipos de liberdades fundamentais que o ser humano deveria ter para alcançar esta condição:

liberdades políticas (na forma de liberdade de expressão e eleições livres) que ajudam a promover a segurança econômica; facilidades econômicas (na forma de oportunidades de participação no comércio e na produção) que ao seu ver podem ajudar a gerar a abundância individual, além de recursos públicos para os serviços sociais; oportunidades sociais (na forma de serviços de educação e saúde, etc.) que facilitariam a participação econômica; garantias de transparência (ética) inibidores de corrupção, da irresponsabilidade financeira e de transações ilícitas e, finalmente; a segurança protetora em forma de um salário fixo que garantiria amparo em caso de desemprego e outras mazelas que coloque o sujeito em situação de risco, tais medidas seriam disposições institucionais fixas. (SEN, 2000, p.25–55).

Observa-se que Sen, toca em pontos fundamentais, no entanto, tenta encontrar soluções para o desenvolvimento a partir de um projeto capitalista. “Não desvincula o desenvolvimento do processo de crescimento econômico e da acumulação de capital físico e humano” (Sen, 2000, p.49), cujas conseqüências para o conjunto da humanidade já foram descritas por Amin.

Embora chame a atenção para outras variáveis importantes, não evidencia que sob o modo de produção capitalista o conflito entre as classes é inerente. Contraditoriamente, o capitalismo se desenvolve criando ao mesmo tempo riquezas e misérias, porque ele sobrevive da exploração e subordinação do trabalho alheio capaz de gerar a mais valia.

Não é discutido em seus enunciados o que fazer com a estratificação social resultante destas relações de dominação, que castram as liberdades por ele descritas. Quando propõe entre as cinco liberdades que deveriam ser garantidas ao ser humano a *segurança protetora*, fica óbvio que se as outras liberdades pudessem ser garantidas efetivamente esta quinta liberdade não existiria, uma vez que aí se encontra também um paradoxo: como chamar de liberdade uma condição na qual o homem (expropriado de seus meios de produção e incapaz de conseguir vender sua força de trabalho) dependerá desta condição *protetora* de verdadeira inutilidade e dependência?

Fica inerente, na propositura de Sen, a idéia de que a “vida boa” é uma vida com escolhas genuínas, na qual ninguém é forçado a viver de alguma forma específica, por mais rica que essa forma de vida possa ser sob outros aspectos Sen (2001, p.13). O autor “vê a pobreza como uma privação de capacidades básicas e não apenas como baixa renda” (2000, p.35).

A grande contribuição de Sen que auxilia compreender a dinâmica das famílias assentadas está na forma de se conceber a “qualidade de vida” e as escolhas que se tem como atributo importante na concepção de desenvolvimento. Leva em conta não apenas os recursos ou a renda que estas famílias dispõem, mas uma série de outros atributos que mesmo em situações precárias lhes oferecem mais possibilidades de escolhas, do que se estivessem no meio urbano ocupando espaços e papéis ocupados antes da conquista da terra.

Sen não aponta, portanto, a existência de um critério de desenvolvimento único e preciso, segundo o qual as diferentes experiências podem ser comparadas e classificadas, mesmo porque, existe uma heterogeneidade dos componentes de liberdade que varia muito de pessoa para pessoa. Chama a atenção, para outros aspectos do desenvolvimento que geralmente são ignorados e que pretendemos destacar em nossas análises.

Já **Sachs** (2001, 2002 e 2004) parece abordar um velho modo com roupagem nova de conduzir o processo de desenvolvimento. Ele fala da necessidade de um

Estado enxuto, limpo, ativo, planejador e capaz de descortinar o futuro (...) sendo articulador de espaços de desenvolvimento (...) promotor de parcerias entre todos interessados (...) e harmonizador de metas sociais, ambientais e econômicas. Sachs (2004, p.11).

Reconhece que o modelo de desenvolvimento adotado pelo país é incompatível com o conceito de desenvolvimento humano que

supõe a extensão de todos os direitos – inclusive os econômicos, sociais e culturais – ao conjunto dos cidadãos. (...) condição esta que não se faz presente nos dias de hoje. (SACHS, 2001, p.76).

Quando fala do papel do Estado, subtrai da análise o fato de

a sociedade civil ser o lugar onde se formam as classes sociais e se revelam seus antagonismos (...) e o Estado (na definição de Estado burguês de Marx) é o aparelho ou conjunto de aparelhos dos quais o determinante é o aparelho repressivo (...), cuja função principal é pelo menos em geral e feitas algumas exceções, de impedir que o antagonismo degenera em luta perpétua (...), não tanto mediando os interesses das classes opostas, mas reforçando e contribuindo para manter o domínio da classe dominante sobre a classe dominada. (BOBBIO, 2000, p.741).

Deste modo, a atuação do Estado deve ser considerada como resultante da contenção de conflitos entre as classes, responsável por dirigir a supressão das sociedades pré-capitalistas e assegurar as condições necessárias à acumulação. Sabe-se que o capital se realiza desenvolvendo a sua própria relação social, mantendo o controle político das relações econômicas reduzindo a questão agrária e as demais questões que tangem a humanidade a um simples problema mercadológico. Possui para tanto, vários instrumentos poderosos de convencimento e persuasão, dos quais a mídia é a mais evidente e de maior abrangência.

Sachs defende o desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado exigindo um equilíbrio de sintonia fina entre cinco diferentes dimensões (social, ambiental, territorial, econômico e político ...) (2004, p.14-15). A “receita”, segundo ele, para se chegar a isto é através do crescimento induzido pelo emprego que possa permitir que cada indivíduo revele suas capacidades, seus talentos e sua imaginação na busca da auto-realização e da felicidade, mediante esforços coletivos e individuais, através da combinação de trabalho autônomo e coletivo e de tempo gasto em atividades não econômicas. (2004, p. 17).

Enfatiza que os aspectos qualitativos são essenciais. Acredita “que maneiras viáveis de produzir meios de vida não podem depender de esforços excessivos e extenuantes por parte de seus produtores (...)”. (SACHS, 2004, p.35) e que um dos desafios “é transformar pequenos produtores em empresas organizadas de pequena

escala, capazes de competir no mercado capitalista.” (SACHS, 2004, p.49), chegando a sugerir um melhor aproveitamento da cadeia produtiva da cana-de-açúcar ao defender a geração de empregos e auto-empregos ligados à valorização das biomassas. (p.132).

Chama a atenção o fato de que na busca de tornar mais operacional o conceito de desenvolvimento, Sachs apontará para a necessidade de se construir estratégias endógenas de desenvolvimento através da geração de emprego. Sendo preciso, para tanto, quebrar com as amarras da dependência exterior; se orientar pelas reais necessidades internas do país e não pelas políticas de mercado; devendo promover formas de crescimento em harmonia com a natureza e mudar as antigas estruturas institucionais. (SACHS, 2004, p.11–16).

Concordamos com esta colocação. Aqui aparece um diferenciador, que mostra a busca da possibilidade de um novo modo de vida, faz um alerta à situação subalterna do indivíduo se dedicar quase exclusivamente ao trabalho. Fala também de liberdade e independência, propondo rupturas e novas estruturas institucionais, no entanto, não vê na reforma agrária o pilar mestre destas transformações (SACHS, 2004, p.54), apesar de considerar que o desenvolvimento deve ser puxado pelo emprego. Existem visivelmente incoerências em suas colocações que não deixam claras formas de viabilizar o que é proposto, de modo que não ultrapassa os limites do discurso de um modo de desenvolvimento que possa ser sustentável.

Percebe-se em seu discurso a tentativa de encontrar soluções para o desenvolvimento sob o paradigma do capitalismo. Reforça a aliança do Estado com o capital. Não reconhece o trabalho livre e autônomo como expressão do desenvolvimento econômico-social, por não considerar a reforma agrária e o retorno do homem à terra, uma política de desenvolvimento econômico social político e cultural que, diferentemente da cadeia produtiva da cana citada por ele, pode estabelecer relações mais racionais com o meio ambiente.

A principal contribuição de Sachs para este estudo está na definição multidimensional atribuída ao conceito de desenvolvimento, na qual estão associadas as dimensões políticas, econômicas, sociais e ambientais. Acrescenta ainda a discussão em torno do desenvolvimento sustentável que se refere à condicionalidade ambiental preocupada com a manutenção do espaço geográfico para as futuras gerações e do adjetivo sustentado que se refere à permanência do processo de desenvolvimento e sua retro alimentação.

Assim, fechando a análise das contribuições destes pensadores chegamos às seguintes conclusões: Existem dois olhares, duas maneiras de conceber a sociedade na qual vivemos que influenciam na definição do conceito de desenvolvimento, uma que a concebe como se o modo de produção capitalista fosse a única alternativa de desenvolvimento e outra de contraposição a este modelo.

Molina (2003) nos coloca que “todo sistema de idéias da sociedade é organizado por paradigmas”, indivíduos pensam e agem conforme paradigmas inscritos em sua cultura. “Os paradigmas dão aos discursos e teorias que controlam as características da necessidade e da verdade.” (p.37).

Assim posto, observa-se que **Sen e Sachs** apesar de apresentarem uma visão multidimensional do processo de desenvolvimento, suas proposições oferecem subsídios para acreditar que as mazelas da sociedade podem ser corrigidas a partir de reformas políticas administrativas, não alterando substancialmente as relações de trabalho e produção. Sugerem mudanças aparentes, as quais apenas disfarçam o que na verdade são meras continuidade do mesmo sistema excludente e perverso. Assim, apontam mudanças na escala prioritária de atuação (nacional ou local) no enfoque das propostas (já não mais setoriais e sim territoriais) ou na incorporação de mecanismos de participação. É Gómez (2006) que alerta: “tais mudanças, no fundo apenas tentam maquiagem as continuidades de um desenvolvimento que se mantém economicista e mercantil.” (p. 60).

Por outro lado as colocações de **Amin, Smith e Furtado**, oferecem subsídios para questionamentos mais críticos acerca do modelo de desenvolvimento adotado até então e chegam a propor rupturas e alterações significativas nas relações de trabalho e produção. Apresentamos, de forma resumida, no Quadro 02 as principais características que entendemos estar relacionadas com estas duas formas de conceber o processo de desenvolvimento:

Quadro 02 – Duas concepções de desenvolvimento

Concepção de desenvolvimento dentro do capitalismo	Concepção de desenvolvimento de contraposição a este modelo
1 - território como instrumento de planejamento	1 – território como espaço de disputa e antagonismo de classes
2- adequação ao mercado como única alternativa de desenvolvimento, estreito e limitado	2 - revela a lei do explorador e do explorado, pode haver outras formas de desenvolvimento
3 - possibilidade de harmonia na formação de redes e da utilização do capital social. Organização de cima para baixo	3 - conflito – imposição por mudanças, não se sujeitar, união e organização popular. Organização de baixo para cima
4 - enriquecimento do tecido social através da formação de um pacto territorial consensual	4 - impossibilidade de pacto territorial sob a égide do modo de pensar capitalista que visa o lucro apoiado na exploração do outro. Crítico
5 - necessidade de remar a “favor da maré” se conformar com a realidade atual	5 – “remar contra a maré” romper com a sujeição e o conformismo
6 - separa o camponês do agricultor familiar	6 - o camponês é o agricultor familiar
7 – manter a ordem estabelecida do explorador e do explorado, garantir a reprodução ampliada do capital	7 – buscar a transformação da sociedade com formas mais justas de produção e distribuição das riquezas
8 – o problema está na produção	8 - o problema está na distribuição
9 – o capital molda e constrói o espaço	9 – são as relações sociais que moldam a construção do espaço e dos territórios

Elaborada pelo autor

Observamos que na concepção de desenvolvimento dentro do capitalismo é como se houvesse uma situação conformada, o território aparece distanciado do sentido que Raffestin (1993) sugere e Fernandes (2005b) complementa

O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. (...) possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades. (FERNANDES, 2005)

O território uma vez compreendido como instrumento de planejamento passa a ser pensado como espaço unidimensional sob o qual torna-se possível implementar políticas setoriais, que erroneamente muitas vezes são chamadas de políticas de desenvolvimento. Em contraposição a este modelo e para nós geógrafos em especial, o território deve ser percebido como uma totalidade, portanto multidimensional no qual se revelam a disputa por espaço e poder, estando em jogo os interesses de grupos que revelam todo o antagonismo entre as classes sociais.

É a partir da compreensão de que só existe um modelo de desenvolvimento, pautado na adequação do homem ao mercado através das transações capitalistas que se traçará seu destino como empreendedor (patrão) ou como trabalhador (empregado). Dentro desta lógica, não se considera outras possibilidades na qual o trabalhador domina seus meios de produção possibilitando relações mais equilibradas de produção e distribuição de renda. Tendo como parâmetro que a “boa vida” deve estar permeada pela satisfação das necessidades individuais e coletivas

e não pelo acúmulo de bens e riquezas muitas vezes dispensáveis para uma vida digna e saudável.

Assim, na concepção de desenvolvimento dentro do capitalismo, que é a que controla a maior parte das interpretações que se faz do campo brasileiro, torna-se difícil enxergar a complexidade e propor novos caminhos para a sociedade como um todo e em especial para o meio rural, uma vez que por esta lógica se exclui o que não interessa ser mostrado, como o conflito entre as classes, a lógica do mundo rural, seus saberes e práticas alternativas. Pauta-se primordialmente pelo interesse do capital econômico.

O paradigma acaba sendo co-gerador do sentimento de realidade. Ao excluir, ele cria outro sistema de idéias e com isto um outro mundo para que os sujeitos pensem que é este mundo a única saída. (MOLINA, 2003, p.38)

Percebe-se que o desenvolvimento é algo muito mais amplo do que sugere o nosso desejo, sendo tão complexo e inimaginável amplamente numa sociedade onde a exploração e a busca da mais valia ainda é o objetivo principal dos chamados “empreendedores” de plantão. O “desenvolvimento” tem sido exceção para uma pequena minoria, que pode desfrutar das liberdades e confortos que o dinheiro pode comprar e não regra dentro da história da humanidade, uma vez que morrer de fome, sede, frio e doenças curáveis ainda é comum. A maior parte da população mundial, mal recebe o suficiente para a sua sobrevivência e mantê-los vivos, trabalhando mais de 48 horas semanais para gerar mais riquezas que permanecem concentradas, tem sido a meta do modo de produção capitalista.

Dados da última pesquisa que levantou a dimensão do problema são de 1999 do IPEA e revelaram que há no Brasil 53 milhões de pobres – cerca de 34% da população – que vivem com uma renda insuficiente para atender às demandas básicas de saúde, alimentação, habitação, vestuário, transporte e lazer. Segundo dados da mesma pesquisa dentre estes 53 milhões de pobres, 22 milhões (14% da população) são considerados indigentes, estão abaixo da linha de pobreza e não têm como adquirir nem mesmo o alimento necessário ao consumo mínimo calórico vital.

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2005 o Brasil ocupa hoje a 63ª colocação, num total de 177 países e territórios, o relatório aponta que houve melhoria nas dimensões longevidade e educação, no entanto a renda permanece extremamente concentrada e desigual.

O que se viu até os dias atuais no país, foram políticas de desenvolvimento setoriais, focadas em apenas uma dimensão do desenvolvimento ou parte dela. Não se assistiu, e talvez seja pouco provável que se assista, a um projeto de desenvolvimento, que englobe todos os setores de verdadeiros impactos sobre a qualidade de vida das pessoas, seja no âmbito político, social, cultural, ambiental e econômico.

Promover o desenvolvimento, entendido como processo amplo e integral de crescimento do bem estar e da satisfação individual e coletiva, cujo objetivo principal seja a melhoria nas condições de reprodução e manutenção, com qualidade de vida, de todos seres humanos, implica em mexer nas estruturas sociais e diminuir os privilégios das elites capitalizadas, mudar os hábitos de consumo, alterar a estrutura fundiária, visando a sua desconcentração, significa antes de tudo promover uma ampla e verdadeira reforma agrária com grande impacto redistributivo, que promova de imediato maior mobilidade e igualdade, possibilitando maiores alternativas de escolhas.

Quando se fala de desenvolvimento, não está se referindo apenas no domínio do espaço e no uso de todas as suas possibilidades físicas e humanas, deve-se principalmente, entendê-lo como um processo no qual se reconheça a existência dos conflitos de classes na disputa pelo espaço, no qual se procure estabelecer consensos na busca de alternativas que atendam às necessidades da maioria, que garanta o acesso com qualidade e quantidade aos bens necessários à reprodução e manutenção da vida de modo satisfatório.

Dentro deste espectro, três requisitos básicos devem estar presentes em todos os níveis de desenvolvimento aparecendo como condição para as demais: desfrutar uma vida longa e saudável, adquirir conhecimento e ter acesso aos recursos necessários a um padrão de vida digno.

Assim posto, compreende-se que o subdesenvolvimento, miséria e pobreza em que se encontra a maioria da população no mundo, é produto da expansão internacional do capitalismo que gera ao mesmo tempo a riqueza e a pobreza. Neste sentido, parece lógico concordar com Bobbio (2000) quando afirma que “a superação do subdesenvolvimento só poderá se dar em decorrência da derrota do capitalismo a nível mundial” (p.1228). O desenvolvimento desigual gerado pelo capitalismo produz e reforça o aumento das desigualdades sociais, desqualifica as

relações humanas e potencializa a destruição do espaço geográfico. Esse processo vem comprometendo seriamente e progressivamente a qualidade de vida no planeta.

Assim, acreditamos que não se trata de justificar as causas do desenvolvimento a partir da consideração de que esta ou aquela região possui melhores condições físicas, culturais ou geográficas. Trata-se essencialmente de apresentar a produção de riquezas, em oposição à sua distribuição, ou seja, é evidente que a riqueza existe, no entanto o subdesenvolvimento deriva de sua má distribuição.

Vimos a partir das análises alicerçadas sob o paradigma do capitalismo o desvio do foco do problema: vislumbrando no modo de produção capitalista a única alternativa de desenvolvimento. Tenta-se justificar o subdesenvolvimento a partir de falhas “corrigíveis” no sistema e em última análise como fruto da inaptidão de certos seres humanos (desconsideram que é a maioria) ao desenvolvimento, resumindo que os mais aptos se destacam, se “metamorfoseiam” e se encaixam no sistema e os demais não. Tudo isto faz parte de um projeto que tenta provar que o problema do desenvolvimento ou da falta dele, não está no sistema, mas no indivíduo como vimos no quadro 02.

2.2 - Desenvolvimento, questão agrária e assentamentos rurais

Após esta breve explanação sobre o conceito de desenvolvimento torna-se necessário analisar de que forma os modelos de desenvolvimento adotados interferem no meio rural e o papel atribuído ao rural e a questão agrária como um todo.

A concentração da estrutura fundiária brasileira denuncia a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento adotado no país. Concordamos com Molina (2003) quando alerta que

concentrar a propriedade da terra concentra renda, riqueza e poder político, controla as relações sociais nesse espaço. A questão agrária é estrutural. Impossibilitar o acesso à terra como meio de produção impede classes trabalhadoras rurais de ter acesso a bens e a direitos fundamentais de alimento, emprego, moradia, educação. Inviabiliza-se analisar a questão agrária sob a visão reducionista. Ao privilegiar um só item (econômico, agrônomo, sócio-agrário), corre-se o risco de propor soluções isoladas, de não incorporar elementos e informações definidoras à interpretação da realidade agrária. (p.14).

A concepção de desenvolvimento que prevaleceu foi aquela que previu a modernização agrícola sem redistribuição fundiária, tal proposta foi materializada a partir da implantação do II e III Plano de Metas, do qual falamos anteriormente. Tais planos fomentaram a modernização tecnológica de ampla parcela de grandes e médios estabelecimentos rurais com recursos públicos, através de financiamentos e linhas de créditos especiais. Igualmente se investiu na infra-estrutura do país e na industrialização como carro chefe das políticas de desenvolvimento.

Ao campo, diga-se à grande maioria da população rural, foi delegado o papel de oferecer matéria-prima e mão de obra barata às indústrias. As conseqüências de tal política são sentidas até hoje. Com a ampliação das culturas para exportação e a modernização transferida para as grandes e médias propriedades rurais, ocorreram neste período os maiores índices de êxodo rural, fruto da expropriação e expulsão do homem do campo, seja pela concorrência seja pelas desvantagens na correlação de forças.

Kautsky (1986) declara que o capitalismo ao penetrar nos campos, provoca o fenômeno da concentração de riqueza, como ocorre na indústria. As grandes propriedades absorvem as pequenas e verifica-se a proletarianização das camadas mais pobres do campesinato, que não agüentam o peso dos impostos e das dívidas cobradas pelos capitalistas e latifundiários. (...) Quanto mais o capitalismo avança (...) mais se desagrega a indústria doméstica a que se dedicava primitivamente o camponês, tanto mais aumenta a sua necessidade de dinheiro não apenas para a compra de coisas dispensáveis (criação de novas necessidades) mas também para compra de coisas necessárias. Ele não pode mais lavrar a sua terra, não pode mais prover a sua manutenção sem dinheiro. (p.16 - 32).

A história nos mostra que a descrição deste caminho tem provocado a saída de muitos camponeses do campo e com os sintomas deste caminhar presenciamos uma sociedade cada dia mais “doente”. E o que está em jogo? A disputa por riqueza e poder, independente das condições que este modelo de desenvolvimento possa acarretar à maioria da população e à própria sustentabilidade do meio físico sob o qual se assenta a sociedade.

Caminharíamos obedecendo ao ritmo do modo de produção capitalista, se não fossem as contradições geradas a partir da sua gestão. O camponês resiste à expulsão e quando expropriado de seus meios de produção, consegue criar estratégias de resistência e de retorno ao campo, ora organizados em movimentos sociais, ora como instinto de defesa pela sua sobrevivência.

A racionalidade econômica do camponês na unidade familiar é infinitamente diversificada, isto porque a produção tem como limite as necessidades da família como defende Chayanov: “o grau de auto-exploração é determinado por um peculiar equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar e a própria penosidade do trabalho” (1966, p.139).

Chayanov chama a atenção para aspectos não só econômicos, no qual o limitante ao dispêndio da força de trabalho é a satisfação das necessidades do núcleo familiar, sob o qual o sujeito tem autonomia para decidir. Na unidade de produção capitalista tal equilíbrio não existe, pois o objetivo máximo é a ampliação do capital que, inevitavelmente não permanece nas mãos dos trabalhadores. Assim, a penosidade impressa no trabalho alheio não tem qualquer efeito sobre a ambição do capitalista.

Este modelo de desenvolvimento apoiado na busca do crescimento econômico e na geração de riqueza beneficia apenas a uma pequena ou ínfima parcela da população, nas mãos dos quais se concentra a produção, os bens, o domínio e o controle das grandes massas.

O relatório de Desenvolvimento Humano de 2005 aponta que os 10% dos brasileiros mais ricos abocanharam sozinhos 46,9% da renda nacional. O que sobra? 53,1%, que deve ser dividida (e também de forma injusta) entre 90% da população. No próprio relatório fica o alerta

(...) altos índices de desigualdade de renda são ruins para o crescimento e enfraquecem a taxa em que o crescimento se converte em redução de pobreza: eles reduzem o tamanho do bolo econômico e o tamanho da fatia abocanhada pelos pobres (RDH, 2005, p. E- 1-4).

Os índices de concentração fundiária e as inúmeras distorções que ela acarreta tanto no campo, quanto na cidade, indicam a centralidade da questão agrária como estratégica para construção de um novo modelo de desenvolvimento.

José de Souza Martins argumenta que

(...) a terra é completamente diferente das outras mercadorias, a diferença está em que a terra não é produto do trabalho, é finita e imóvel. É uma mercadoria que não circula; em seu lugar circula o seu representante, o título de propriedade. O que se compra e se vende não é a própria coisa, mas o seu símbolo”. (MARTINS, 1988, p.32-33).

A terra é a base do desenvolvimento da agricultura, que é essencial para a sobrevivência de qualquer sociedade. No sistema capitalista de produção a propriedade privada da terra traz uma questão estrutural que é o “direito” de “posse”

que a sustenta e não o uso que dela se faz. Tal descompasso, faz com que o Brasil apresente um dos maiores índices de desigualdade do mundo.

“A Classe trabalhadora no capitalismo é privada não somente dos bens que produz, mas de todos os objetos e instrumentos necessários para a produção” (SMITH,1988, p.86) e a terra é a principal delas.

A formação socioespacial e socioterritorial do Brasil tem negado o acesso à terra das famílias mais pobres desde o tempo do Império. A Lei de Terras de 1850 foi consolidada com o fim máximo de regular a propriedade de terra no país, garantindo o não acesso dos negros libertos a elas e dificultando o acesso dos migrantes que vieram para substituir a mão de obra escrava.

Por tais razões, há 500 anos se luta pela terra no Brasil. Segundo Fernandes

(...) a luta pela terra é uma ação desenvolvida pelos camponeses para entrar na terra e resistir contra a expropriação. A resistência do campesinato brasileiro é uma lição admirável. Em todos os períodos da história, os camponeses lutaram para entrar na terra. Lutaram contra o cativo, pela liberdade humana. Lutaram pela terra das mais diferentes formas, construindo organizações históricas. (Fernandes, 1999)

A luta pela reforma agrária traz em seu bojo a proposta da construção de uma sociedade mais democrática e menos desigual. Não se luta apenas pela conquista de um espaço de produção econômica para o avanço do capital, luta-se por espaço de liberdade de escolhas, num país em que a migração não é uma opção social, mas uma resposta à expropriação.

A luta por terra no Brasil é um processo contínuo desde os movimentos messiânicos, das Ligas Camponesas até o MST e outros movimentos de luta pela terra. E todos os modelos de desenvolvimento rural adotados, não avançaram no sentido de solucionar tais problemas. Gómez (2006) ao apresentar a perspectiva histórica dos modelos de desenvolvimento para o rural, implementadas nos últimos 50 anos, fortalece a crítica ao sistema que muda de roupagem sem alterar estruturalmente sua função de ampliação concentrada do capital. “Tais enfoques foram mudando paralelamente às correntes teóricas gerais sobre desenvolvimento, e que com elas, apenas mudaram para não mudar, no fundo, nada.” (2006, p.183)

A partir da década de 1950 até meados da década de 1980 prevaleceu o modelo de desenvolvimento pautado nos pacotes da *Revolução Verde* cujo os principais referenciais teóricos estavam ancorados na Teoria Econômica do Desenvolvimento e na Teoria da Modernização. Prevalecendo

um modelo centrado no crescimento econômico de aplainamento das diferenças sociais, políticas e culturais. Cujo processo de modernização e tecnificação agrícola seguiram determinadas fases ditadas pelos países denominados desenvolvidos. (GÓMEZ, 2006, p.172 e 184)

O fracasso da Revolução Verde vem seguido de uma nova proposta na década de 1980 – *Desenvolvimento Rural Integrado* - ainda centrado na teoria da modernização, incluindo o adjetivo humano. Segundo Gómez, as formulações sugeridas neste período

tem o intento de corrigir as distorções criadas pela Revolução Verde. Contudo não se trata de nenhuma mudança substancial, mas de estender a Revolução Verde para os pequenos proprietários. (GÓMEZ, 2006, p.188)
A partir da década de 1990 depois da modernização nos campos nos moldes industriais, com a Revolução Verde e com a aparente preocupação com os pequenos agricultores, do desenvolvimento Rural Integrado, chega a vez dos enfoques que colocam a importância das variáveis espaciais: o Desenvolvimento Local de Base Local e o Desenvolvimento Territorial rural que é a nova moda do momento. (GÓMEZ, 2006, p.195)

Gómez conclui que nenhum destes modelos de desenvolvimento arquitetados para o campo brasileiro proporcionaram

significativas mudanças, no sistema capitalista, nem nos mecanismos de participação que se avançam permitem pesar em que os grupos sociais tradicionalmente dominantes possam perder a ascendência. O desenvolvimento local presente na proposta de Sachs e outros pensadores⁴, continuam entendendo: a) o mercado capitalista como ente diretivo dos processos sociais; b) o território local, a população e as instituições como capital que deve ser continuamente melhorado, para enfrentar a concorrência entre locais, cada vez mais acirrada; c) a participação como via de inclusão social no capitalismo e não como questionamento profundo das desigualdades, desequilíbrios e injustiças que gera. (GÓMEZ, 2006, p. 202) como descrevemos no quadro 02, fazem parte dos que concebem o desenvolvimento dentro da lógica capitalista.

Assim, desde o final da década de 1960, quando a discussão por uma política de desconcentração fundiária perdeu espaço no projeto de desenvolvimento traçado para o país, que permanece a divergência de posições acerca da importância da reforma agrária,

Os latifundiários e de modo mais específico toda classe dominante e os setores por ela influenciados reafirmam que o problema da Reforma Agrária hoje, não é mais a concentração fundiária do Brasil, mas o insucesso econômico dos assentamentos. Ora, vários estudos demonstram que os assentamentos não devem ser avaliados apenas sob o viés econômico e na medida em que se adota novos

⁴ Veiga (2000 e 2005), Abramovay (1992 e 2000), Campanhola e Graziano Silva (2001) e Schneider (1992).

parâmetros de medida do índice de desenvolvimento, os assentamentos têm oferecido contribuições valiosas para se pensar nas relações de trabalho e produção e esta pesquisa, também visa contribuir neste sentido.

O que não se pode ignorar, e organismos como o MST e a Via Campesina alertam para isto, é o peso destrutivo da concentração de terra e renda no país. A não resolução dos problemas resultantes da concentração fundiária traz conseqüências econômicas, sociais, políticas, culturais para o conjunto da sociedade, dos quais falaremos ao longo deste trabalho.

A construção de um novo modelo de desenvolvimento deve necessariamente considerar o campo como espaço de inclusão social, a partir de uma nova visão territorial sobre os processos de desenvolvimento. Neste sentido, os assentamentos, ainda não são os espaços ideais, mas revelam que esta inclusão dá-se não somente porque devolve ou oferece pela primeira vez, ao sujeito um meio de produção, mas porque com este, vem também a moradia, a alimentação, o trabalho e muitas outras oportunidades de escolha para seu futuro e o de seus filhos.

3 – A LUTA PELA TERRA E AS POLÍTICAS DE ASSENTAMENTOS RURAIS

Os assentamentos rurais fazem parte das políticas públicas implementadas no campo brasileiro inicialmente no governo militar como locos de ampliação da fronteira agrícola e controle territorial e, mais recentemente, (década de 1980) da forma como se apresentam atualmente. Portanto, antes de se retomar a discussão sobre estes espaços é necessário entender o funcionamento e o papel do Estado enquanto gestor e executor das políticas públicas, bem como os antecedentes necessários para criação dos assentamentos rurais.

A definição do conceito de políticas públicas está diretamente ligada à compreensão da sociedade em que vivemos, uma vez que é o funcionamento da sociedade e seu modo de produção que influenciam fortemente o direcionamento das políticas públicas definindo as regras, formais ou não, que estruturalmente direcionam a sociedade.

Vivemos numa sociedade fundada na propriedade privada, na concentração da renda, na exploração da força de trabalho e na prevalência do poder econômico sobre as demais esferas da vida social. A relação capital x trabalho é uma relação desigual onde o trabalho é cada vez mais coletivo e o lucro deste trabalho é cada vez mais individual. Assim, o sistema capitalista revela sua perversidade: poucos possuem o capital e a maioria destituída de capital e dos meios de produção (terra, máquinas e instrumentos) vende a sua força de trabalho em troca de um salário. Fica claro que a riqueza produzida na sociedade capitalista não é distribuída igualmente entre os trabalhadores, o resultado disto, é a exploração de uma classe sobre a outra.

Para mediar as relações entre as classes e garantir o “bom funcionamento” da sociedade, aparece a figura do Estado, conforme descrito por Bobbio (2000) anteriormente e as políticas públicas cumprem o papel de intervir no processo de distribuição ou redistribuição das riquezas, de modo que estas políticas têm impacto direto no bem estar dos cidadãos ao dotá-los de serviços ou renda.

As relações que produzem a pobreza, seja a desigualdade, seja a exclusão são relações de poder entre grupos sociais mediadas pelo Estado

e a implementação de políticas que permitem reduzi-las ou mesmo erradicá-las não será factível sem a compreensão de que a igualdade (mas não a homogeneização) só ganha sentido quando formulada no âmbito público. Tal reflexão nos remete, necessariamente aos níveis de articulação das ações no âmbito das políticas públicas.

Se compreendermos a política pública como uma agenda consensuada em virtude de interesses de indivíduos, grupos ou segmentos de classe que lutam pela legitimação de seus discursos, o poder que permeia essas interações consiste numa *virtualidade prática* e não deixa de ser ele próprio um meio de representação da trama das relações sociais e do ato de medir e controlar (BOURDIEU: 1997). Por tal razão, a agenda da política pública não está dada, mas é uma questão em aberto e envolve um conjunto de atores que disputam buscando um objetivo ou cumprindo uma tarefa bem localizada territorialmente. (GUIMARÃES et al, 2002)

Podemos classificar as políticas em dois grupos: a Política como Ação de Governo e a Política como Ação Social, também classificadas por Campanhola e Graziano (2001) como políticas construídas “de cima para baixo” e as construídas “de baixo para cima”.

As primeiras preocupam-se em tratar das diferenças entre locais e regiões, mas estão mais voltadas para resultados macroeconômicos, em que o social tem sempre o caráter coadjuvante. Já as segundas construídas de baixo para cima, são institucionalizadas por uma demanda coletiva. Levam em conta as diferenças físicas e consideram as diferenças econômicas e sociais entre as diferentes regiões e localidades, dando prioridade aos problemas locais e tendo como pano de fundo a diminuição das desigualdades socioeconômicas tanto intra como inter-regionais. (CAMPANHOLA E GRAZIANO, 2001, p.65)

Assim posto, as características de processos de gestão destas políticas também serão diferenciadas, apoiados em Campanhola e Graziano (2001, p.65) destacam-se as seguintes diferenças:

As políticas públicas, enquanto projetos de governo são “dadas” ao povo de “cima para baixo”, tem como características principais a centralização e a rigidez, em seu planejamento. É dada ênfase nos controles; as metas são sempre previamente estabelecidas num processo burocrático, sem estímulo à participação popular. Aparecem como “pacotes prontos”, impostos à população, o método de decisão inevitavelmente é autoritário e os atores principais na condução do processo, são agentes externos.

Assim, grande parte das políticas públicas nascem na forma de projetos governamentais que, nem sempre, atendem aos interesses e necessidades da população, surtindo pouco ou nenhum efeito. As políticas públicas, enquanto projetos governamentais, são setoriais e atuam por áreas de interesse, seja econômico, ambiental, social de ciência e tecnologia.

Diferentemente e com uma ação mais global, as políticas resultantes da ação social, construídas “de baixo para cima” não são fixas nem rígidas, possuem como princípio a descentralização e a flexibilidade em seu planejamento; é dada ênfase na negociação, de modo que as metas possam ser reformuladas passo a passo conforme as necessidades do grupo atendido, num processo participativo construído

socialmente. Ao invés de pacotes prontos, utiliza-se como instrumento de implementação a mobilização de experiências coletivas e do conhecimento local, valorizando a participação de atores locais na tomada de decisão, o que favorece o comprometimento e envolvimento de todos interessados.

O eixo central das políticas públicas está no debate sobre: o bem estar na sociedade; formas de proteção social; formas de minorar as desigualdades e as injustiças; a exploração do trabalhador; as necessidades do trabalho; o que fazer com os sem trabalho, com os sem teto, com os sem terra, com os pobres e com as vítimas de violência. Discute-se basicamente o papel do Estado neste processo e a questão dos direitos e dos deveres.

De acordo com Nozabielli a política pública pode ser considerada um conjunto de variáveis e benefícios, cujo conteúdo específico mudou ao longo do tempo, em função de consensos produzidos nas sociedades, assim como de lutas e reivindicações. Resumidamente explica que a política pública é movimentada por interesses políticos, pelas lutas políticas e pelo mercado capitalista; é uma regulação que depende do conjunto das forças sociais; é formulada em um processo tenso, que demonstra as contradições históricas da sociedade capitalista. É também uma resposta política às necessidades e demandas dos cidadãos; uma forma de intervenção do Estado e de mediação na relação de classes. Demonstra o que o Estado considerou como sua responsabilidade, sendo uma forma de acomodar em cada contexto, em cada governo, temas a serem tratados, diretrizes e formas de execução (NOZABIELLI, 2006, p.05).

Deste modo, as políticas públicas, principalmente as que nascem das reivindicações populares, não são algo que têm sido dado à sociedade e sim algo que foi conquistado, construído em processos de lutas e em embates políticos e ideológicos. As políticas públicas envolvem interesses econômicos, sociais, políticos, culturais e atores sociais que se movimentam e disputam territórios, num processo contínuo e dinâmico, a partir do qual são evidenciados os embates entre um sistema excludente seus detentores e seus excluídos.

Portanto, a política pública é um processo contraditório que mesmo estando a serviço dos representantes do capital, tem de certa maneira, de atender os interesses dos representantes do trabalho. Obviamente o Estado interfere nesse processo, estabelecendo limites ao conjunto dessas necessidades e reivindicações. Muitas vezes criando políticas públicas que muito ou nada interferem na solução dos problemas mais prementes da sociedade.

As políticas, enquanto ações sociais estão em constante construção e dependem fundamentalmente do nível de organização das classes sociais, do poder de reivindicação que cada uma apresenta.

Por este motivo Abranches (1987) afirma que política também pode ser definida como conflito. Oposição e contradição de interesses.

As políticas públicas são, antes de tudo, conflitos negociados, regulados por instituições políticas de natureza vária, condicionados por mediações que tornam possível reduzir os antagonismos e projetá-los em um movimento positivo, pelo menos aparentemente positivo. Assim posto, a política pública é um jogo de poder desequilibrado, que na maioria das vezes exponencia os meios dos mais poderosos e reduz as chances dos mais fracos, ou seja, quem detém instrumentos mais eficazes de pressão tem maior probabilidade de obter mais da ação do Estado do que aqueles dependentes desta própria ação para conseguir o mínimo indispensável a sua sobrevivência (ABRANCHES, 1987, p. 10).

No entanto, observamos que as demandas e necessidades dos cidadãos só se tornam prioridade quando entram na agenda do Estado. Para que isto aconteça, estas necessidades deverão ser reconhecidas, problematizadas e assumidas por sujeitos coletivos (movimentos sociais, ONGs, associações, partidos políticos, etc.) que estão dispostos a denunciar e tornar públicos os problemas e necessidades, para que os mesmos sejam transformados em demandas. Observamos ainda que, quando resultantes de demandas populares, as políticas públicas têm maior possibilidade de serem mais eficazes, uma vez que estão direcionadas para o enfrentamento de problemas concretos.

Grupos que representam a sociedade civil (políticos, partidos, associações, ONGs, movimentos sociais, etc) são atores sociais que desempenham um papel importante, pois são eles que discutem e defendem idéias na garantia dos direitos sociais junto a representantes do Estado (nas três instâncias: Federal, Estadual e Municipal) no processo de formulação das políticas públicas, veremos que os assentamentos causam impactos na organização política dos municípios onde estão localizados por elegerem e serem eleitos como representantes diretos nas câmaras de vereadores, como veremos adiante.

As formas de participação e representatividade têm mudado muito ao longo dos anos, principalmente com o fim da ditadura e a abertura política a partir do final dos anos 80, quando foi elaborada a Constituição de 1988. Sua intervenção ainda é baixa comparada às necessidades reais que a população brasileira apresenta, mas

evidenciam um novo rumo na relação do Estado com a sociedade civil, abrindo novas frentes para atuação neste sentido.

Torna-se necessário que a sociedade, através de associações, movimentos e entidades sociais participe cada vez mais deste processo, uma vez que ela é parte interessada, portanto deve participar não só da formulação das políticas públicas, mas também do controle de sua execução para que ela tenha mais eficiência e transparência.

Segundo Molina, apud Dowbor,

uma das formas de garantir eficiência e transparência nas funções do Estado é descentralizar funções para níveis locais, onde se tem mais envolvimento da população na proposição, na execução e na fiscalização de ações estaduais. (...) os administradores locais devem ser agentes indutores de desenvolvimento, porque nestas instâncias é mais fácil perceber a urgência e a gravidade dos problemas e encontrar soluções exequíveis com o volume disponível de recursos humanos e materiais. (MOLINA, 2003, p.45)

Propõe-se caminhar para formas cada vez mais participativas na gestão das políticas públicas, quanto maior a participação e a autonomia da população para propor soluções e resolver seus problemas, maior o nível de conscientização e melhor será para o avanço do conjunto da sociedade.

3.1 – Antecedentes da criação dos assentamentos rurais

Dentre todas as políticas públicas, observamos que a Reforma Agrária entra e sai da pauta do governo sem ser concretamente resolvida. Sempre caminhou a reboque das pressões dos movimentos sociais e em função disso, sua inserção na pauta de discussão do governo federal, só ocorreu efetivamente a partir da década de 1960, quando se intensificaram as ações das classes sociais ligadas ao meio rural. Nesse período registram-se vários movimentos camponeses de luta pela terra, dentre os quais a luta dos posseiros de Governador Valadares (1955-64), a Revolta de Trombas e Formoso (1946-64) e a Revolta de Porecatu (1955-61), que apresentaram um grau de politização superior aos de Canudos e Contestado. Nesses, a luta pela terra ganha nítidos contornos de luta pela reforma agrária e somam-se ao principal movimento do período que são as Ligas Camponesas que foi o movimento mais expressivo contra as relações de trabalho, no campo e de luta pela Reforma Agrária.

Em 1964, os militares destituíram o presidente eleito João Goulart e tomaram o poder, através de uma aliança política em que participam diferentes setores da burguesia: latifundiários, empresários, banqueiros, etc. O golpe acabou com a democracia e reprimiu violentamente a luta dos trabalhadores. Fernandes (2000) relata da seguinte maneira este processo:

(...) Os movimentos camponeses foram aniquilados, os trabalhadores foram perseguidos, humilhados, assassinados, exilados. Todo o processo de formação das organizações dos trabalhadores foi destruído. Igualmente significou a impossibilidade dos camponeses ocuparem seu espaço político, para promoverem seus direitos (...) O golpe significou um retrocesso para o país. Os projetos de desenvolvimento implantados pelos governos militares levaram ao aumento da desigualdade social. Suas políticas aumentaram e concentraram a renda, conduzindo a imensa maioria da população à miséria, intensificando a concentração fundiária e promovendo o maior êxodo rural da história do Brasil. (FERNANDES, 2000, p.41)

Percebe-se aí a intensificação da questão agrária, ampliada pela concentração fundiária, a valorização da agricultura capitalista, para qual foram despendidos todo tipo de subsídios governamentais, em detrimento do camponês, que literalmente foi sendo expropriado e expulso do campo. Soma-se a esta situação a tentativa da burguesia controlar a questão agrária por meio da violência e repressão a qualquer forma de organização política contrária aos ideais da burguesia no poder.

Data deste período também a criação da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas), em 1964 que direcionou o movimento no campo para a sua institucionalização prevalecendo durante o período compreendido entre 1964 e meados de 1980, até o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), do qual falaremos adiante. Antes é importante lembrar que:

A aliança militares-burguesia tratava o problema da terra e as lutas camponesas não como uma questão política, inerente ao sistema capitalista, mas sim como um elemento secundário da economia do país. Dessa forma a insustentabilidade do modelo concentrador e a miséria em que foram colocadas as famílias camponesas produziram novos e intensos conflitos. (...) Na pretensão de ter o controle sobre a questão agrária o governo planejava usar o Estatuto da Terra - criado no início deste governo - conforme sua concepção de reforma agrária, em que constavam a utilização da tributação e os projetos de colonização, de modo que a desapropriação era uma exceção. No entanto, no final da década de 1970, o aumento no número de conflitos fundiários, obrigou o presidente da República a utilizar, intensamente o recurso da desapropriação. (FERNANDES, 2000, p. 43)

A criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975, pela igreja católica também se constituiu numa importante aliada dos camponeses ao criar espaços

onde os trabalhadores encontraram condições para se organizar politicamente. Fundamentados na teologia da libertação com o método ver, julgar e agir, passaram a desmascarar as políticas e os projetos dos militares, evidenciando as artimanhas escondidas pelo discurso oficial, e partiram para a conquista da terra. (FERNANDES, 2000, p. 44)

Surge, deste modo, a partir da repressão política e da expropriação um novo movimento camponês: os Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que em 1979 inaugura seu movimento de territorialização da luta pela terra, com a ocupação da Gleba Macali no Rio Grande do Sul.

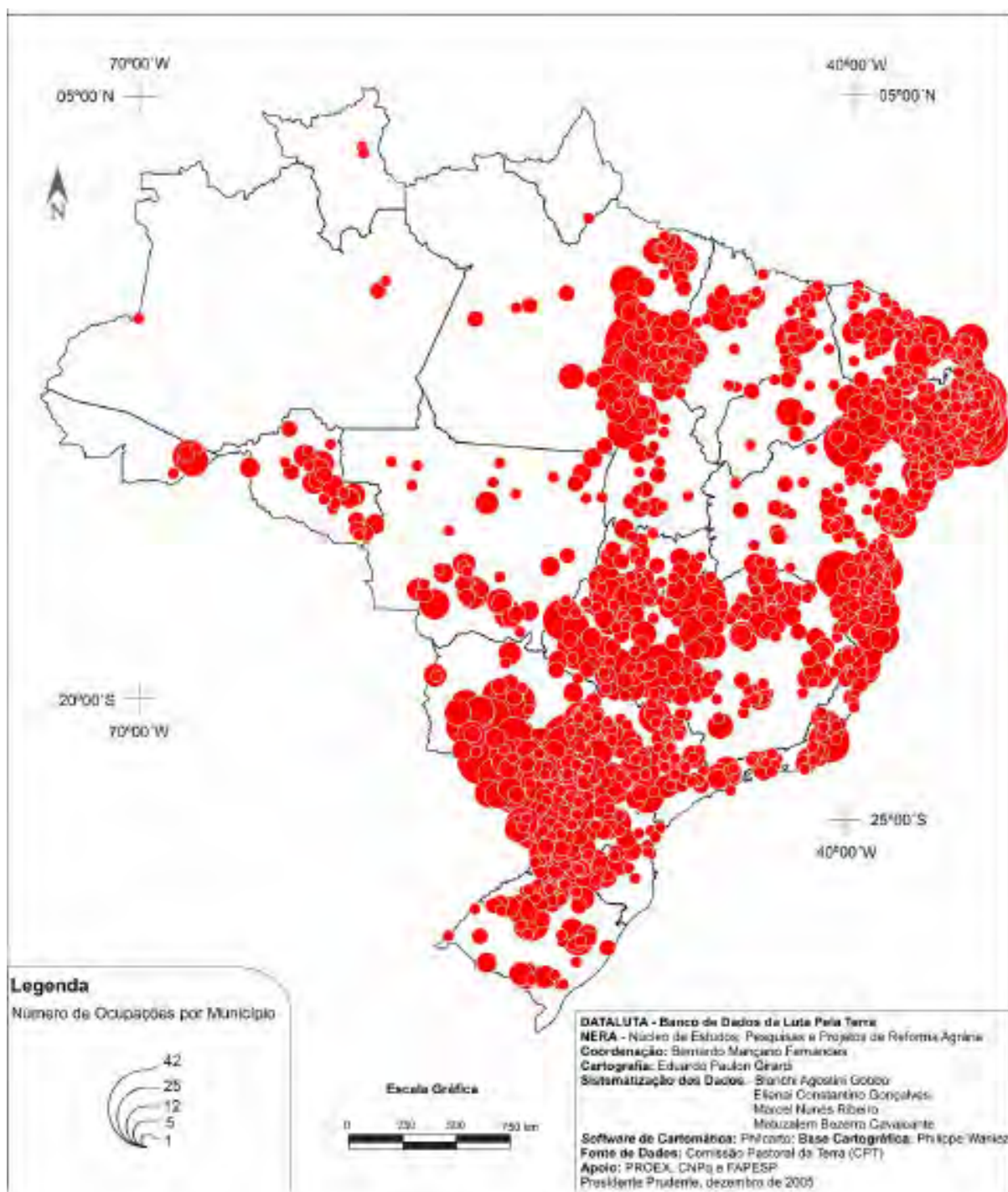
Martins traça o perfil do que é o Sem – terra:

São camponeses expropriados da terra, ou com pouca terra, os assalariados e os desempregados. São trabalhadores na luta pela reinserção nas condições de trabalho e de reprodução social, das quais foram excluídos, no processo desigual de desenvolvimento do capitalismo. Suas lutas são pela conquista da terra, pela reforma agrária e pela transformação da sociedade. Questionam o modelo de desenvolvimento e o sistema de propriedade, lutam contra o modo de produção capitalista e desafiam a legalidade burguesa, em nome da justiça. (MARTINS, 1984, p.88).

Em decorrência disto, a partir de meados da década de 1980, através de passeatas, ocupações de terras, acampamentos e marchas, os movimentos sociais passam a chamar a atenção e denunciam à sociedade o grave problema da concentração fundiária e as mazelas daí resultantes. Fruto destas pressões os assentamentos rurais surgem como verdadeiros territórios da materialização da luta pela terra, como exemplo claro de Políticas como Ação Social, nascidas a partir da vontade popular de baixo para cima.

Na história agrária do país, sempre esteve evidente a opção governamental pelo controle das lutas camponesas atendendo o apelo da elite ruralista brasileira. Daí os assentamentos rurais serem implantados conforme a intensificação dos conflitos fundiários e não a partir de um planejamento de redistribuição fundiária. Deste modo, veremos que as áreas mais beneficiadas com este tipo de política serão àquelas onde estão ocorrendo e/ou ocorreu o maior número de ocupações de terra, como podemos verificar comparando as Figuras 03 e 04.

Figura 03 – Geografia das Ocupações de Terra no Brasil (1988–2004) – Número de Ocupações



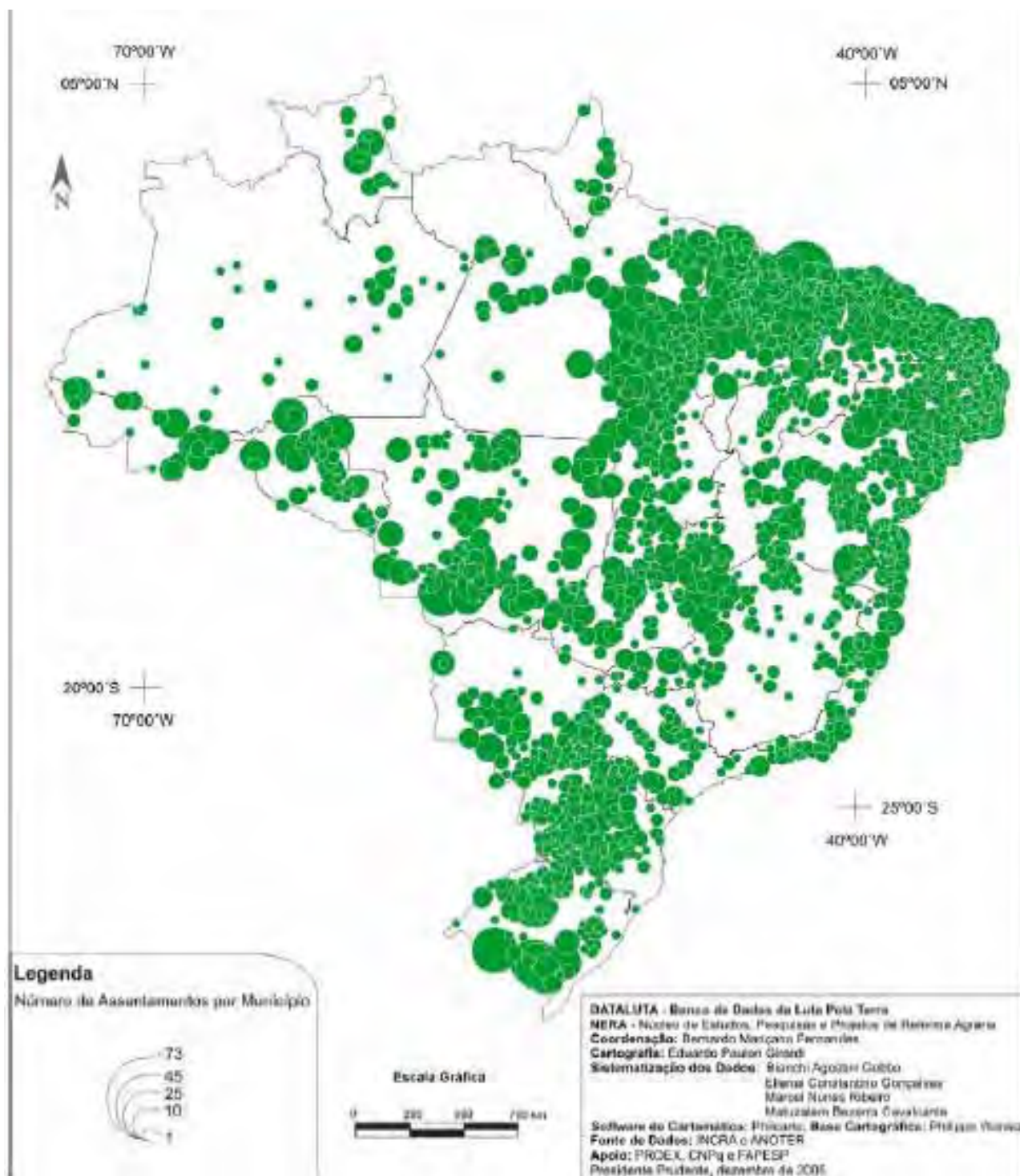
Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra -NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária/ UNESP – Presidente Prudente – Departamento de Geografia.

Segundo Fernandes (1999), nos cinco séculos de luta pela terra, é impossível dissociar as ocupações de terras da intensificação da concentração fundiária. Observando a Figura 03 percebemos que o maior número de ocupações está em terras produtivas mas que, na mão de grandes latifundiários especuladores, não cumprem sua função social. Merecem destaque os Estados de: São Paulo, principalmente na região do Pontal do Paranapanema, em que grande parte das terras foram discriminadas e julgadas devolutas e onde as fraudes de títulos e o esquema de grilagem são emblemáticos; Paraná, Mato Grosso, Goiás, região oeste de Minas Gerais, Estados estes, nos quais, a expansão da monocultura e dos grandes latifúndios tem gerado sérios conflitos fundiários, principalmente no embate entre agronegócio e unidades de economia familiar. Aparecem ainda, os Estados do Espírito Santo, Bahia (região sul), Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Pará (região sudeste do Estado), Estados com altíssima concentração de terra, riqueza e poder, tendo em seu reverso uma população crescente de excluídos e famintos.

As ações de ocupação de terra articuladas em todo país e que atualmente ainda estão em curso, têm por finalidade tornar pública a grave questão da concentração fundiária. Segundo o IBGE (2005) a concentração de terra no Brasil é uma das mais altas do mundo: 0,856 no Índice de Gini. Tais ações revelam a existência de um grande contingente de famílias desempregadas, sem terra, sem casa e sem direito aos benefícios construídos pelas políticas públicas, que deixam de aguardar e exigem respostas da sociedade e do poder público.

Este movimento de ação, ocupação e implantação dos assentamentos rurais, constitui a prova máxima da capacidade de intervenção popular no sentido de mudar os rumos da história e da forma como é apropriado e moldado o espaço geográfico.

Figura 04 – Geografia dos Assentamentos no Brasil (1942-2004) número de assentamentos



Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra/ NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária/ UNESP – Presidente Prudente – Departamento de Geografia

Observamos pela Figura 4, que não existe nenhum Estado brasileiro sem assentamento de trabalhadores rurais. De modo que, as primeiras ações que podem ser classificadas como de assentamentos rurais, embora não recebessem este nome, datam de 1951, ainda no governo Vargas. Em seguida foram implantadas áreas de colonização agrícola que também foi usada no governo militar como tática geopolítica para expansão da fronteira agrícola de forma controlada.

Segundo Fernandes:

Colonizar para não reformar era, também o objetivo dos militares para manter o domínio sobre a questão agrária. Nos anos 1970 o Governo federal iniciou vários projetos de colonização, principalmente, na Amazônia e no Centro-Oeste em conjunto com empresas privadas e órgão públicos. A colonização foi imposta como forma de controlar a questão agrária sem fazer a reforma agrária. (FERNANDES, 2000; p.45)

No Quadro 03 abaixo, apresentamos os períodos e os modelos de projetos de políticas agrárias implantados de 1951 a 2005.

Quadro 03 – Períodos e Modelos de implantação de projetos de políticas agrárias no Brasil

ADMINISTRAÇÃO		PROJETOS DE COLONIZAÇÃO OFICIAL		PROJETOS DE ASSENTAMENTOS RURAIS		BANCO DA TERRA E CÉDULA DA TERRA	
Governo	PERÍODO	ÁREA (ha)	FAMÍLIAS	ÁREA (ha)	FAMÍLIAS	ÁREA (ha)	FAMÍLIAS
Pós Vargas Até Goulart	1951-64	-	-	33.423	1.022	-	-
Militares	1965- 78	9.257.905	46.745	-	-	-	-
Figueiredo	1979-84	4.812.137	37.864	-	-	-	-
Sarney	1985-89	28.853	696	4.492.813	82.689	-	-
Collor	1990-92	-	-	2898835	50.553	-	-
Itamar	1992 -94	-	-	710.755	15.008	-	-
FHC I	1995-99	-	-	12.278.858	295.109	966.654	18.981
FHC II	1999-2003	-	-	6.030.550	130.824	2.728.391	21.999
Lula	2003-2005	-	-	834.479	8.342	307.838	5.168
TOTAL		14.098.895	85.305	27.279.713	583.547	4.002.883	46.148

Fonte: DATALUTA, 2004

Pelo Quadro 03, observamos que os modelos de Projeto de Colonização oficial, vigoraram apenas nos governos militares, com o firme propósito descrito por Fernandes acima, já os Projetos de Assentamentos Rurais apareceram no governo Vargas e num período de 14 anos assentou apenas 1.022 famílias. Este tipo de projeto foi retomado a partir do governo Sarney em 1985-1989 e seu grande ápice foi de 1995 a 1999. Convém ressaltar que é a partir de 1999 que surge também uma

nova modalidade, o Banco da Terra e a Cédula da Terra que atualmente passou a chamar-se Crédito Fundiário. Dentre outras funções este projeto visa esvaziar a luta pela terra a partir de uma possível reforma agrária de mercado.

A política do Crédito Fundiário

transfere a questão agrária do espaço das negociações políticas para o espaço do negócio político, ocupa o território do assentamento produzindo a idéia do empreendimento, desenvolve uma parca linha de crédito, que intensifica a diferenciação social e acirra as desigualdades (FERNANDES, 2002, p. 62).

Desta forma o acesso a terra se esbarra mais uma vez no poder de compra, na renda da terra e não em sua função social.

3.2 - Os assentamentos rurais

Observamos que a luta pela terra impulsiona a política de assentamentos rurais do governo federal. No caso específico do Pontal do Paranapanema, área de maior concentração dos conflitos fundiários no Estado de São Paulo, os projetos de assentamentos tem sido implantados a partir de muita pressão, em áreas devolutas estaduais a partir de ações judiciais reivindicatórias. Processo que relataremos adiante no capítulo onde trataremos da formação territorial do Pontal e dos conflitos fundiários na região.

Horácio M. Carvalho (1998) define da seguinte forma o assentamento:

Compreende o conjunto de famílias de trabalhadores rurais vivendo e produzindo num determinado imóvel rural, desapropriado ou adquirido pelo governo federal (no caso de aquisição, também, pelos governos-estaduais), com o fim de cumprir as disposições constitucionais e legais relativas à reforma agrária. A expressão assentamento é utilizada para identificar não apenas uma área de terra, no âmbito dos processos de reforma agrária, destinada à produção agropecuária e ou extrativista, mas, também, um agregado heterogêneo de grupos sociais constituídos por famílias de trabalhadores rurais. (CARVALHO,1998, p.07).

Observamos várias concepções a cerca do papel dos assentamentos rurais, dentre as contribuições mais importantes para este trabalho encontra-se as de Fernandes (2000, 2001 e 2002), Medeiros (1994, 1998, 1999 e 2001), Leite (1994,1995, 1997, 2001, 2002 e 2004), Heredia et al (2004), Sparovek (2003 e 2005) entre outros⁵, que relacionaram a constituição destes espaços com a questão do desenvolvimento. Tais pensadores sugerem que seja feita uma análise para além dos fatores econômicos, resgatando antes de tudo a trajetória de vida das famílias

⁵ Almeida (1996); Antônio (1990); Bergamasco (2003); Carvalho (2004); Guanziroli (1994); Heredia (2002); Leal (2003); Neves (1997 e 1999) e Ramalho (2002).

demandantes de terra e os significados que a concretização desta busca pode assumir. Corroboramos com a idéia de que fazer a análise sobre a viabilidade econômica dos assentamentos é ocultar o caráter político da reforma agrária.

Os trabalhos demonstram que apesar das particularidades que envolvem cada assentamento, estes guardam diversas características em comum, principalmente a história de exploração e expropriação a que as famílias naquela região sofreram até chegar à intensificação dos conflitos fundiários. De modo que, será semelhante, também, a trajetória de vida, a origem das famílias, a forma de organização individual e coletiva; a composição familiar; o padrão de produção e renda; o tipo de habitação, hábitos de consumo, inserção política nos municípios, etc.

Como as produções são de períodos variados verificamos que das primeiras afirmações acerca dos assentamentos rurais, algumas puderam ser confirmadas com o passar dos anos, outras foram suplantadas, aparecendo novas ponderações e indagações num processo dinâmico, tal como é a realidade. Consideramos positivo o fato dos autores escolhidos terem oferecido contribuições nestes diferentes períodos, oferecendo-nos embasamento para diferentes comparações.

É importante ressaltar que os assentamentos surgiram do recrudescimento dos conflitos fundiários em todo o país, Fernandes (2000), nos oferece contribuições no sentido de entendermos tais processos principalmente na região de estudo:

No Pontal do Paranapanema, desde o final do século XIX, os grileiros (...) para desmatar a região, exploravam o trabalho das famílias sem-terra, consentindo que plantassem para subsistência enquanto derrubavam a mata. Formados os pastos, as famílias eram expulsas e as que resistiam eram atacadas por jagunços, que queimavam a morada e a roça. (p.40)

O agravamento da questão agrária, como demonstramos anteriormente, é feito durante o período dos governos militares e da implantação das políticas de desenvolvimento que privilegiou a agricultura capitalista em detrimento da agricultura familiar. A partir dos resultados destas ações o agravamento dos conflitos e o uso contínuo e legal da violência, vão desencadear novas formas de resistência dos camponeses, sendo que a principal delas nasce da organização e das ocupações de terra e se materializa com a implantação dos assentamentos rurais.

Compreendidos dentro deste contexto maior, das contribuições importantes para analisar os assentamentos rurais destaca-se os apontamentos feitos por Leite:

que dado ao conjunto de características que marcam a gênese dessas unidades produtivas, tratá-las simplesmente da ótica da categoria

'empresas rurais/produtores rurais' ou ainda submetê-los a padrões de avaliação econômica contidos nos tradicionais manuais de avaliação de projetos, tende a deturpar as condições em que se dá a produção nesses núcleos e os resultados daí advindos. Da mesma forma (...) identificá-los, por suas características formais, à pequena produção, implica em perder de vista os processos de conflito, geração de utopias, peculiaridades da ação governamental, etc., que os caracterizam. Essa ressalva tem sido importante para evitar comparações a posteriori, que tendem a dissimular os fatores condicionantes do processo de implementação desses novos núcleos, ressaltado aí o perfil de intervenção do Estado, bastante distinto daquele operado no bojo da modernização agrícola. (LEITE,1995, p.204)

A principal contribuição dos trabalhos de Leite para este estudo diz respeito ao seu trabalho sobre o impacto regional da implantação dos assentamentos rurais, em que ressaltou as dimensões econômicas, políticas e sociais deste processo. Observando que nas diferentes fases do assentamento (constituição, implantação e consolidação) estas dimensões pesam diferenciadamente.

Em seus estudos, Leite destaca três dimensões de abrangência dos impactos dos assentamentos rurais. O primeiro diz respeito à área de influência dos impactos (local e regional). O segundo trata de uma questão estrutural e que tem a ver com um projeto da própria questão agrária e das políticas de desenvolvimento, que é o fato das políticas de assentamentos trazerem pessoas historicamente excluídas deste processo para o mundo do direito.

Assentar significa reconhecer uma situação de conflito, na qual determinados agentes sociais passam a ter acesso a demandas, muitas das quais até então ignoradas, que podem permitir sua transformação em direitos, o que implica trazer uma mediação legal para o conflito. Daí deriva uma das primeiras dimensões do que se poderia chamar "impacto" dos assentamentos: trazer determinados segmentos para a experiência com o mundo dos direitos, na medida em que o assentamento em si mesmo implica o reconhecimento do direito a um determinado pedaço de terra (o que é diferente do reconhecimento do direito à terra em geral). A trajetória dos assentados, suas alianças, possibilidades de coesão e de constituição de espaços de poder, as relações que estabelecem entre si, com o Estado, com as forças políticas locais são definidoras das possibilidades de consolidação desse direito e/ou de seu desdobramento em outros direitos (já dados ou novos). Desse ponto de vista, o assentamento representa uma ruptura com uma situação anterior e aparece, ele mesmo, como resultado de relações de poder. (LEITE, 1997/2004)

E a terceira dimensão diz respeito aos impactos derivados da instalação e reprodução, da materialização do assentamento em si, quando os sujeitos ali inseridos deverão estabelecer novas redes de relações na busca da infra-estrutura básica, das políticas de saúde, educação, saneamento, crédito. As formas de organização, de produção e comercialização, todos estes aspectos estão presentes dentro deste eixo.

Leite (2004) trata ainda, em suas pesquisas, das dimensões do poder local incorporando questões relacionadas à participação política e formação de políticas públicas, às formas de organização social e produtiva, e, em alguma medida, à questão ambiental e territorial. Também aborda algumas dimensões demográficas e as condições de vida. Internamente a cada um desses aspectos, Leite levanta uma série de indicadores, não necessariamente quantitativos, mas capazes de refletirem as possibilidades proporcionadas pelos projetos de assentamento.

Medeiros (1994) afirma que

é necessário pensar interdisciplinarmente os assentamentos rurais alcançar esta meta implica pensar os agrupamentos, arranjos e conflitos que emergem nesses espaços, as relações entre eles e as diversas instâncias de mediação, estatais inclusive, nas suas dimensões não apenas políticas ou econômicas, mas socioculturais, permeadas por relações de parentesco, étnicas, de gênero de compadrio, de vizinhança. A trajetória desses grupos com relação às formas de organização econômica e representação política (...) sofre inflexões provocadas por fatores que podem parecer estranhos, mas na realidade, eles não são. A própria noção de “viabilidade econômica”, cujo conteúdo parece de compreensão evidente, mostra-se passível de discussão diante das diversidades de forma que a produção familiar pode assumir e quando se considera seu lugar na ordem de prioridades estabelecidas no interior de políticas públicas”. (MEDEIROS,1994, p.12-13)

Medeiros (2004) desenvolverá, com outros pesquisadores, um vasto trabalho sobre “áreas reformadas” no Brasil e as contribuições advindas deste trabalho oferecem subsídios para reflexões a respeito da presença dos assentamentos na dinâmica social e política dos municípios nos quais estão implantados. Uma vez que geram novas demandas, alteram a estrutura fundiária, bem como interfere direta e indiretamente na dinâmica econômica local e regional.

Afirma juntamente com Heredia et al (2004) que a criação dos assentamentos implicou em alguma redistribuição fundiária e viabilizou o acesso à terra a uma população de trabalhadores rurais em geral já residentes na própria região, mas não alterou radicalmente o quadro de concentração fundiária, mesmo ao nível das *manchas*⁶: as alterações na estrutura agrária são mais visíveis somente no nível local. A experiência de luta pela terra, a existência do assentamento enquanto espaço de referência para políticas públicas, a precariedade da infra-estrutura, entre outros fatores, fazem com que os assentamentos tornem-se ponto de partida de demandas, levando à afirmação de novas identidades e interesses, ao surgimento

⁶ Heredia et al (2004) consideram uma mancha a concentração espacial de um número relativo de assentamentos rurais.

de formas organizativas internas (e também mais amplas) e à busca de lugares onde se façam ouvir. Com isso, os assentamentos acabam trazendo mudanças na cena política local, com a presença dos assentados nos espaços públicos e mesmo nas disputas eleitorais (HEREDIA et al, 2004, p.37)

As pesquisas indicam que a implantação dos assentamentos permitiu o acesso à terra a uma população de trabalhadores rurais em geral já residentes na própria região, ampliou as oportunidades de criação de empregos diretos e indiretos, bem como se tornou importante instrumento de rearranjos familiares a media que se tornou porto seguro para outros membros da família que se encontravam dispersos.

Observa-se nas análises feitas em áreas reformadas no Brasil

que se por um lado foram constatadas importantes mudanças trazidas pelos assentamentos no plano local/regional, também ficou evidente a precariedade da sua situação em termos de serviços de saúde, escola, infraestrutura, acesso a assistência técnica, etc, indicando, por um lado, uma insuficiente intervenção do Estado no processo de transformação fundiária e, por outro, fortes continuidade em relação à precariedade material que marca o meio rural brasileiro. (HEREDIA, 2004).

Observamos que o modelo de desenvolvimento adotado não permite a solução dos principais problemas agrários e fundiários do país, onde os assentamentos aparecem como territórios de luta e resistência a este modelo que insiste em não resolver os problemas da concentração de terra e renda, cujas consequências, já descritas, afetam o conjunto da sociedade.

Sparovek (2002) após analisar a qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira, corrobora neste sentido, destacando

que as condições de vida no meio rural apresentam muitas das carências constatadas nos projetos de assentamentos e que boa parte da pobreza brasileira esta localizada no meio rural, principalmente na região nordeste.

Assim, eles vêm na posse da terra e no domínio dos meios de produção, a solução de parte de seus problemas, provavelmente pensando num futuro mais distante e não nas condições precárias e muitas vezes indignas às quais estão submetidos no presente. Nesta avaliação a qualidade de vida apresentada nos projetos de assentamento não é tão distante da qualidade que tinham antes de serem abrigados pela reforma agrária. Essa visão apenas reforça o conceito de que o domínio sobre os meios de produção, representado principalmente pela posse da terra, é o principal fator de sucesso da reforma agrária. Esse fator é suplantado pelos benefícios indiretos como acesso a crédito, moradia e infra-estrutura, que são necessários apenas para garantir condições mínimas de qualidade de vida aos assentados e permitir que consolidem e desenvolvam mais rapidamente sua produção agrícola. (p. 92)

Em seu estudo, Sparovek relaciona a democratização de acesso à terra com a necessidade do rompimento com a estrutura latifundiária, revelando a deficiência constatada na alteração da matriz fundiária brasileira. Afirma que a desconcentração

fundiária nas áreas de assentamento, ainda que em escala local, garantiu de imediato a elevação da renda das famílias beneficiadas, a melhoria na qualidade de vida e a maior participação política da população nas decisões públicas.

A pesquisa desenvolvida por Sparovek foi ampla e visava abranger todo o país. Apesar das limitações metodológicas e das generalizações necessárias neste tipo de pesquisa, sua grande contribuição está justamente no enfoque mais geral, que possibilitou uma análise um pouco mais qualitativa do que os dados quantitativos apresentados pelos órgãos que cuidam da questão agrária e fundiária no país.

Entre outros dados demonstrou que a

organização e a articulação social nos projetos se concentram nas atividades reivindicatórias voltadas a serviços e benefícios sociais. Exemplos destes são as parcerias para equacionar problemas de educação e saúde, manutenção de estradas de acesso e participação nas associações dos projetos. As associações (...) tem papel importante na negociação de créditos e auxílios com o governo, bem como na mediação das relações entre os associados. (...) após o assentamento se verificou que as famílias optam por individualizar sua produção, evitando soluções coletivas como cooperativas e parcerias com agroindústrias. A individualização não atinge ações reivindicatórias por benefícios e serviços sociais, que continuam sendo feitos coletivamente, visando ao projeto como um todo, pelo intermédio das associações. (2003, p.106 – 110).

Os dados indicam que os valores de renda registrados nos assentamentos foram comparáveis àqueles obtidos com trabalho assalariado na região de localização dos projetos e superiores àqueles advindo do trabalho como diaristas. A satisfação com a renda, por parte das famílias dos projetos, foi comparável ou ligeiramente superior àquela reportada para a região fora dos assentamentos. (...) nos projetos mais antigos, os valores de renda foram superiores aos registrados nos mais recentes em todas as regiões pesquisadas. (...) Com relação ao número de lotes vagos e parcelas aglutinadas, foi de forma geral muito pequena. (SPAROVEK, 2003, p.136)

Ao retomar uma discussão feita no primeiro seminário sobre assentamentos rurais em 1992 Medeiros colocava que;

pensar a reforma agrária através das múltiplas dimensões das experiências existentes – os assentamentos- significava descortinar possibilidades de repensar a questão agrária, não em termos abstratos, mas considerando projetos em andamento, forças concretas em disputa e toda a gama de relações intervenientes no processo. (Medeiros, 1994, p.12).

Era isto que se pensava há mais de 10 anos atrás e hoje o que a discussão sobre assentamentos nos traz de novo, qual o seu papel no meio rural? Percebemos que a questão agrária permanece um assunto tão atual quanto naquela época, no entanto com relação aos assentamentos, novas questões devem ser colocadas. Abaixo citaremos tanto as antigas análises quanto às considerações mais atuais:

É notório, desde o seu princípio que

1- os assentamentos rurais são produtores de novas feições e organizações espaciais em substituição ao latifúndio improdutivo e de contraposição ao agronegócio;

2- As estratégias de ocupações e formação de acampamentos pressionam o andamento dos processos de desapropriações e implantação de novos assentamentos rurais;

Aparecem como temas mais atuais os seguintes:

3- Para tentar conter o avanço destas pressões populares em alguns locais e de forma mais evidente no Pontal do Paranapanema, a luta pela terra tem sido enquadrada como crime através da Medida Provisória nº 2.109-49 de 27 de fevereiro de 2001, que instituiu a criminalização das ocupações de terras.

4- Para desmobilizar a luta pela terra, tenta-se implantar a Reforma Agrária de mercado,⁷ esvaziando o caráter conflitivo da questão agrária.

Os sem-terra não precisam se organizar para reivindicar terras, basta associar-se, negociar com um "proprietário" disposto a vender "sua" terra e pedir um empréstimo. Nada de ocupações de fazendas ou de prédios públicos, barracos de lona preta, marchas ou confrontos. O caminho para conseguir terra e conquistar o status de "cidadão" é o mercado, a compra e venda, o contrato. (GÓMEZ, 2006, p.213).

Sobre estes dois itens Fernandes (2002) destaca que

Estamos vivenciando um novo momento de luta pela terra que começou a ser formado na segunda metade da década de 1990. A questão agrária foi intensificada com a criação de novas políticas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, compreendidas pela criminalização das ocupações de terra e na implantação do Banco da Terra (...) e na mudança do modelo das linhas de crédito para agricultura camponesa, que prejudicou o desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos.

Os objetivos dessas políticas são diversos. Podem ser sistematizados na estratégia de desarticulação das relações entre as principais instituições envolvidas com o problema agrário, principalmente dos movimentos camponeses, sindicais e na constituição de novos espaços de representação, por meio de conselhos de desenvolvimento rural em várias escalas. (FERNANDES, 2002; p.62)

5- Hoje já se pode perceber com mais clareza que a ação das lideranças dos movimentos de luta pela terra é distinta da ação dos trabalhadores rurais que

⁷ O termo Reforma Agrária de Mercado vem sendo utilizada por vários autores para designar o processo de financiamento de terras para trabalhadores sem-terra e minifundistas, dentre eles Teixeira, Sauer (2001) e Ramos Filho (2006).

engajados nesta luta conseguem um lote em um assentamento rural. Enquanto os primeiros disputam territórios os segundos estão mais preocupados com a conquista do espaço absoluto – a terra, mesmo quando o resultado destas ações integradas revela a construção de novos territórios de luta e resistência. Os assentados, na maioria das vezes, estão preocupados em se manter na terra, em produzir, em desenvolver-se economicamente. Seduzidos pela ideologia da possibilidade, distantes muitas vezes do caráter participativo da luta por terra daqueles que ainda aguardam sua vez para obter um lote e de tudo que a reforma agrária representaria para o desenvolvimento do país.

6- Hoje, diante das dificuldades e dos obstáculos criados para *novamente expulsar os assentados da terra conquistada*, observa-se que a implantação dos assentamentos rurais também possui uma tendência controladora do avanço de uma reforma agrária mais ampla. Indubitavelmente a conquista destes territórios é do povo, mas nada impede que as classes antagônicas se apropriem desta conquista para tentar transformá-la a seu favor. É o que fazem os grupos que tentam demonstrar o fracasso da reforma agrária relacionando-a à baixa produção mercantil advinda dos assentamentos, sem considerar que outros aspectos já mencionados são socialmente mais importantes.

Isto pode ser percebido pelo que é divulgado na “imprensa oficial”, dificilmente divulga-se as experiências bem sucedidas, que esta pesquisa revela ser a maioria. Não se considera a história de luta anterior e os níveis de expropriação a que estas populações eram submetidas antes da vinda para o assentamento. Os principais meios de comunicação de massa divulgam, com mais facilidade os “tropeços” que os avanços desta ação, e isto não é por acaso.

7- O problema da concentração fundiária não dá para ser resolvido apenas a partir da implantação de assentamentos rurais, principalmente quando se paga um alto custo pelas fazendas desapropriadas, mesmo em terras legalmente consideradas devolutas, ou seja, de domínio público.

8- A burocratização do judiciário emperra as principais Ações Reivindicatórias propostas em áreas devolutas e improdutivas, que não cumprem a função social da terra. Revelando o recrudescimento das forças contrárias a um projeto maior de desconcentração fundiária.

Pela condução das políticas de assentamentos rurais observamos que é “oferecida” a terra, mas não as condições de desenvolvimento nas mesmas, é valorizada em demasia a produção para o mercado formal e desvalorizada a produção de subsistência. Não são valorizadas a organização interna, a autonomia e outras dimensões que não envolvem o econômico.

Concordamos com a definição de Delma Peçanha quando chama as políticas de assentamentos rurais como “*Reforma Agrária em migalhas*”. Não há no país, por parte dos seus dirigentes, a intenção de se fazer a reforma agrária. E os assentamentos rurais vão aparecendo como migalhas do que poderia ser uma verdadeira reforma agrária se fosse admitido um novo modelo de desenvolvimento.

Não é apenas a posse da terra que está em jogo. Luta-se por formas mais eqüitativas de distribuição de renda e contra a concentração fundiária que no Brasil possui índices vergonhosos. De acordo com o cadastro do INCRA (2003), existe no país um total de 4.238.421 imóveis rurais que ocupam uma área de 420.345.382 hectares. Contudo, a distribuição apresenta uma realidade de extrema concentração, tendo em vista que, apenas 1,6% dos imóveis concentram próximo da metade (43,6%) da área cadastrada, enquanto que para 85% dos imóveis (considerados pequenas propriedades) restam apenas cerca de 84 milhões de hectares, o correspondente a 20,1% da área.

Supor na presente conjuntura que as políticas de assentamentos rurais possam reger-se pela “boa vontade” governamental em atender os excluídos e expropriados do campo é o mesmo que considerar uma construção social sem os autores históricos e sem cenários datados, é ocultar a realidade.

Deve-se considerar que os avanços no plano legal são importantes. Todavia a política de assentamentos rurais encerra desafios para além da legalidade adquirida. Fernandes (2002) nos apresenta as três frentes possíveis de lutas no campo a partir de uma situação limite para qual os planos públicos de desenvolvimento arrastaram grande parte da população; de um lado apresenta as lutas dos assalariados, em seguida a dos posseiros e finalmente a luta dos sem-terra.

Os assalariados, os bóias-frias, lutaram dentro dos parâmetros impostos pela ordem burguesa. Não lutaram para transformar o legal em justo, mas tiveram seus direitos determinados pela legalidade imposta. Legalidade presente na Lei, mas sem materialização na realidade. Na realização das greves os assalariados são perseguidos (...) enfrentam a polícia na reivindicação das condições de existência (...) Já os posseiros lutam para garantir a terra como condição de sua existência. É a luta contra a expropriação. É a luta contra o grileiro que usurpa a Lei e por esta é

protegido. A seu favor, o posseiro tem a resistência e a persistência, determinadas pela lógica da sobrevivência. O posseiro não está dentro do conflito. É o conflito que o envolve, que o cerca por mais que ele migre em busca da terra que liberta. (Fernandes, 2000, p. 45)

Sua luta é solitária, (...) os sem-terra como mencionado anteriormente, são os camponeses expropriados de suas terras que um dia marchou para as cidades e agora tenta recriar as condições de retornar ao campo.

Percebemos ainda, nos dias atuais, uma grande confusão entre a população de modo geral, sobre os termos assentado, acampado ou sem-terra. Acredita-se que parte fundamentalmente do modo de conceber o mundo, do qual falamos anteriormente, que também é definido como paradigma. Da mesma forma que os termos ocupação e invasão são usados como sinônimos pelos meios de comunicação. Tais fatos revelam os dois modos de conceber a realidade, um que concebe o mundo a partir do fortalecimento do modo de produção capitalista e manutenção da “ordem” existente, como se tudo fosse “natural” e aceitável por todos e um de oposição a este modelo que questiona e denuncia a “ordem” existente.

A partir destas duas concepções de mundo haverá duas correntes de pensamentos opostos com relação aos assentamentos rurais: existirão aqueles que tentarão divulgar incessantemente o fracasso dos assentamentos rurais e da luta pela terra, no sentido de desmotivar esta busca por novos sujeitos. E aqueles que o defenderão enquanto materialização da luta pela terra e de (re)criação do campesinato.

Desta forma, acreditamos que a vida nos assentamentos também não deverá ser facilitada, sendo somente através da organização e da pressão por acesso às principais políticas públicas que as melhorias são implementadas. Acreditamos que não chegará o dia em que os camponeses não enfrentarão nenhum tipo de problema para se desenvolver na terra, sempre haverá problemas a serem enfrentados. O importante é não desistir, considerar que este modelo de desenvolvimento que aí se encontra é a única opção, elimina a possibilidade de pensar alternativas de superação e de resistência.

3.3 - As Políticas Compensatórias e os Assentamentos Rurais

O tema central deste trabalho chama a atenção para um termo que tem sido usado com certa frequência nos debates atuais sobre assentamentos rurais -

Políticas Compensatórias. Em pleno século XXI, com várias experiências em curso e assentamentos rurais com mais de 15 anos, ainda se discute a efetiva contribuição dos mesmos no processo de desenvolvimento dos municípios e da região onde foram implantados.

Horácio Martins de Carvalho (2004) e Stédile (1994), afirmam que a política de implantação de assentamentos rurais tornou-se apenas uma política compensatória que nega as bases fundamentais de uma verdadeira política de Reforma Agrária.

Corroborando com este pensamento as colocações de Gómez quando afirma que “o ordenamento territorial planejado pelo governo a partir de uma política de desenvolvimento rural é baseado essencialmente em mecanismos de mercado” e, portanto, prega a submissão do trabalho ao capital (2002, p.21).

Deste modo, a implantação dos assentamentos rurais dentro da atual lógica de desenvolvimento rural direciona as políticas para a consolidação de um agricultor familiar integrado ao mercado, submetido à lógica diferenciadora da concorrência e à obtenção de lucros. Talvez isto possa funcionar e realmente funciona para alguns indivíduos, mas não para a maioria. Por tais motivos, isto se contrapõe a um projeto de desenvolvimento a longo prazo construído a partir de princípios como a cooperação, a satisfação plena das necessidades humanas e de combate ao excludente sistema capitalista.

Fernandes (2000) também usa o termo de políticas compensatórias ao se referir à questão agrária no Brasil, concluindo que a mesma

(...) está longe de ser resolvida, enquanto for tratada como políticas compensatórias. A luta pela democratização do acesso a terra vem crescendo (...) A estrutura fundiária ainda permanece concentrada e cresce o número de sem-terra, principalmente pelo aumento do desemprego (...) Sem a perspectiva da realização de uma política de reforma agrária que acelere esse processo, a luta pela terra continuará se desenvolvendo por meio das ações das famílias sem-terra. (FERNANDES, 2000, p.301–302)

Acreditando que o desenvolvimento é um processo de disputas constantes, que apesar dos conflitos e contradições do modo de produção, ainda permite se falar em avanços significativos, aparecem vários pesquisadores que defendem os assentamentos enquanto políticas de desenvolvimento e não como compensação social. São eles: Ramalho (2001); Leal (2003); Medeiros (2001), Bergamasco (2001 e 2003), Leite (1992 e 2001) e Heredia (2001 e 2004).

É preciso diferenciar políticas públicas sociais de políticas compensatórias, as duas são sociais, a diferença é que uma cria a autonomia e a outra a dependência. As duas muitas vezes são utilizadas conjuntamente em ações governamentais de combate à pobreza, veremos que a primeira é universal, garantida a qualquer cidadão (saúde, educação, aposentadoria...) visando garantir padrões mínimos de qualidade de vida. As políticas compensatórias, no entanto, são seletivas destinadas a pessoas que reconhecidamente foram prejudicadas por decisões e/ou situações sobre as quais elas não tiveram escolha e por isto não podem ser responsabilizadas, ou seja, são implementadas principalmente em situações na qual uma determinada ação gera e/ou gerou impactos negativos sobre pessoas ou comunidades, ou até mesmo sobre um município, um Estado, um país.

Tentaremos demonstrar ao longo deste trabalho que as políticas de assentamentos rurais constituem políticas de desenvolvimento regional e não de compensação social, uma vez que não podemos considerar que os assentamentos causem grandes impactos negativos. Acreditamos que os mesmos carecem de complementação de outros tipos de políticas públicas para que os reflexos do desenvolvimento proporcionado por eles sejam ampliados.

Para fundamentar essa compreensão buscamos pesquisas sobre o tema Políticas Compensatórias. Observamos que na literatura corrente fala-se de políticas de compensação sempre no sentido pejorativo das políticas públicas. No entanto, poucas definições oferecem contribuições para que se entenda um pouco mais seu significado, estando este ligado diretamente à pobreza e à exclusão e a falta de ações públicas que contribuam para reverter tal quadro.

É preciso observar que a pobreza e outros fenômenos a ela associados como a fome, a miséria, o desemprego, o abandono, entre tantos outros, não podem seguir ocultos sob o manto da caridade do Terceiro Setor e instituições religiosas. Estes problemas que infelicitam a vida de milhões de pessoas não resultam de causas naturais, identificadas como fragilidade individuais ou grupais. A pobreza é uma manifestação social historicamente identificada com as sociedades promotoras de desigualdades sociais. É graças a estes processos que surgem, a partir da pressão popular, as políticas sociais.

No Brasil, essas políticas vêm sendo marcadas pela provisoriedade e descontinuidade das ações e, via de regra, estão limitadas aos sintomas fenomênicos da pobreza, ou seja, as iniciativas que, historicamente, caracterizam a assistência social são de corte epidérmico, incapazes de alcançar a matriz das demandas a que se destinam, assim, não

estabelecem relação de correspondência entre causa e efeito. (ABRANCHES, 2001, p.43).

Sen (2001) quando reexamina a desigualdade, afirma que

uma intuição básica das chamadas teorias igualitaristas de oportunidades é que as pessoas deve ser compensadas por certas desigualdades nas cotas de recursos de que dispõem para levar a cabo planos de vida e realizar o que valorizam.

Em outras palavras, ele afirma que a sociedade deve compensar seus membros por desigualdades pelas quais estes não podem ser responsabilizados (...) e que terminam causando “resultados pobres” (Sen, 2001, p.12 -13).

A partir destas contribuições chegamos à conclusão de que as Políticas Compensatórias, como o próprio nome diz, vem compensar alguma perda, principalmente a perda das condições de gerar renda. Ora, os meios de subsistência e o acesso aos instrumentos básicos de reprodução social, seriam facilmente garantidos à todos, se tivessem acesso aos meios de produção geradores de valores através do trabalho. Como a maioria das pessoas foi expropriada dos meios e instrumentos de produção, restou-lhes apenas a força de trabalho, que é despendida em troca de um salário que possa custear a sua subsistência. Como, nem sempre, este salário garante o acesso a estes benefícios e muitos nem ao menos conseguem vender sua força de trabalho, o Estado, como forma de controle social, intervém através de políticas sociais a fim de garantir a estes despossuídos o acesso a estes direitos básicos.

Segundo Gómez (2006), o controle social é compreendido como a tarefa para ordenar a sociedade, impondo-lhes as normas, as funções e os limites apropriados para consolidar o sistema socioeconômico e político vigente. (p.38)

Assim, as políticas compensatórias

visam compensar o mal estar, os custos sociais, os efeitos perversos, derivados de ações indispensáveis à acumulação, resultantes de outras políticas governamentais (principalmente a econômica) e do próprio progresso, que ao induzir mudanças, tem colocado certos grupos em situação de dependência. (ABRANCHES, 1987, p.14).

Tais políticas, não podem obedecer à lógica do mercado, que pressupõe trocas recíprocas. Não pode, por isto mesmo, ser submetida a preferências definidas pelos mecanismos de preços, nem avaliada, em sua eficácia, por critérios de mercados. Devido a este fato existem várias avaliações de valor sobre este tipo de políticas: enquanto alguns as vêem como meio de realização dos direitos de cidadania e de distribuição de renda e valores, outros as vêem como medidas reguladoras dos desequilíbrios de mercado, capazes de corrigi-los parcialmente e

permitir a reprodução do sistema social, sem, contudo altera-lo significativamente. (ABRANCHES, 1987, p.13).

Sachs (2004) faz a distinção entre as políticas compensatórias financiadas pela redistribuição de renda mediante o sistema fiscal e outros tipos de políticas, como as políticas que podem gerar emprego que mudam a distribuição da renda primária. Ambas são necessárias, porém as primeiras são de natureza puramente social e requerem despesas contínuas, ano após ano, enquanto

que as segundas, mediante a criação de trabalho decente, geram renda e proporcionam uma solução duradoura ao problema social. As políticas de geração de emprego devem ser preferidas às políticas assistencialistas compensatórias, se não por outra razão, porque as segundas nunca proporcionam a dignidade que provem do emprego (SACHS, 2004, p.41).

Assim posto, já foi comprovado por outras pesquisas que os assentamentos rurais geram renda e proporcionam uma solução duradoura ao problema social. De modo que, já é possível verificar que tais políticas não oferecem apenas uma compensação, mas oferecem possibilidades reais de geração de empregos diretos e indiretos no campo e na cidade cujas proporções pretendemos levantar ao longo deste trabalho.

No entanto, acreditamos que mesmo as políticas ditas compensatórias possuem um caráter redistributivo, ainda que de forma precária. E mesmo visando corrigir desequilíbrios e reproduzir o sistema, podem permitir ocasionalmente uma fuga definitiva do cárcere de privações em que se encontram várias pessoas. Pessoas que não possuem outras chances reais de acesso a recursos que tornem possível saírem desta miserável condição. Quando isto ocorre, pode-se dizer que se está diante de políticas afirmativas ainda que compensatórias, ou seja, ao invés de gerar dependência, conformismo, acomodação e a simples regulação de “desequilíbrios sociais”, originados pela lógica de acumulação capitalista, permitem um salto qualitativo na vida dos que foram beneficiados com estas políticas. As políticas afirmativas aparecem deste modo, como contradições dentro do sistema.

Pode-se citar como exemplos de políticas compensatórias afirmativas, que por sua vez findam sendo políticas de desenvolvimento. o programa de Bolsa Escola: que exige das famílias, a manutenção de crianças na escola (o que pode garantir maiores chances no futuro), as cotas de participação em universidades para negros e que com base nesta, vem sendo discutidas as cotas de participação em universidade pública para jovens que estudaram na escola pública, a própria política

de educação, as de esporte e lazer. Percebe-se neste tipo de política que as pessoas tornam-se sujeitos da ação e podem construir seu projeto de vida a partir de suas próprias escolhas. Nas políticas afirmativas o controle é do social, influenciada pelas escolhas dos sujeitos, diferentemente das políticas compensatórias, onde já não existe perspectivas de escolhas, apenas de aceitação.

São exemplos de políticas compensatórias e geradoras de dependência: o auxílio doença, as cestas básicas, o vale gás entre outras, tais políticas em nada alteram as possibilidades de escolhas futuras dos que dela dependem. Deste modo estas políticas podem mascarar uma situação de necessidade extrema, uma vez que geram certa dependência e conformismo com relação a esta circunstância. Torna-se, ao mesmo tempo, um instrumento de controle social, ao frear o impulso, desta grande leva de desprovidos dos meios de produção e sobrevivência, a um embate político contra a situação instaurada.

Assim posto, as políticas de assentamentos rurais não podem ser consideradas políticas compensatórias geradoras de dependência, elas podem não cumprir o papel fundamental que pede uma verdadeira reforma agrária, no entanto, procuraremos nesta pesquisa revelar outras dimensões do impacto regional dos assentamentos rurais que devem ser considerados e que indiscutivelmente são geradores de desenvolvimento como definimos anteriormente.

A política de assentamentos rurais foi colocada na agenda do Estado a partir de pressão dos movimentos sociais organizados, e jamais teria sido posta sem conflito e enfrentamento. Os assentamentos rurais, independente da vontade do poder público, se materializaram como territórios de luta pela terra, sendo inegável os benefícios que a inserção dos assentamentos têm proporcionado, tanto no campo, como na cidade, melhorando significativamente a qualidade de vida das famílias assentadas e tornando-se exemplo de luta para tantas outras famílias despossuídas.

3.4 - Impacto socioterritorial

Os efeitos da implantação dos assentamentos rurais na região do Pontal do Paranapanema, estão presentes no embate político e ideológico em diferentes escalas espaciais, com repercussões sociais, econômicas e ambientais ainda pouco estudadas em seu contexto.

Diante do desafio que foi colocado, de contribuir na análise dos impactos da materialização destes territórios de resistência e luta pela terra na região do Pontal do Paranapanema, deparamos com inúmeras situações que fazem refletir sobre estes efeitos em diferentes escalas. Observamos que alguns efeitos ultrapassam a dimensão do limite municipal e até mesmo do limite político administrativo da região e do Estado. Constatamos que os assentamentos interferem no desenvolvimento regional, alterando significativamente a dinâmica local e regional, provocando o que podemos denominar de impactos socioterritoriais.

A idéia de impacto dos assentamentos foi usada pela primeira vez pelos pesquisadores do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA, reconhecidamente, Medeiros e Leite. Através do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária – NERA, está sendo desenvolvido o RIST – Relatório de Impactos Socioterritoriais dos Assentamentos cujas pesquisas de Ramalho, Leite, Fernandes e Silva são referência. São a partir destes primeiros trabalhos que esta sendo cunhada a idéia de socioterritorial para contribuir com uma leitura geográfica do processo de mudanças territoriais causadas no desenvolvimento da luta pela terra e da reforma agrária. “A compreensão que temos de socioterritorial está na leitura dos fatos em que as relações sociais produzem espaços e territórios.” (SILVA E FERNANDES, 2006)

Segundo Ramalho,

impactos socioterritoriais são processos de transformação do território por meio da ação humana, especialmente pelo enfrentamento resultante da resistência e do conflito. (RAMALHO, 2002, p.74)

O ponto chave do conceito são as transformações provocadas por uma ação, de modo que toda ação provoca uma reação. No entanto, sua conceituação vai mais além incluindo outras dimensões e considerações importantes, como veremos adiante. Leal (2003) em sua definição, irá considerar juntamente com os elementos geográficos, os sujeitos e a gama de relações estabelecidas antes mesmo da

implantação dos assentamentos a partir dos quais se desencadeiam uma série de outros impactos.

os impactos socioterritoriais compreendem alguns elementos geográficos como a espacialização e a territorialização. Estes fatos estão relacionados com os movimentos socioterritoriais, que são aqueles movimentos que elaboram estruturas, desenvolvem projetos, processos de organização, dominação do território e se encontram articulados com outros segmentos da sociedade civil, como partidos políticos, igrejas e instituições não governamentais, etc. (LEAL, 2003, p.47)

Assim, compreendemos como Impactos Socioterritoriais, as modificações ocorridas antes e a partir da implantação dos assentamentos rurais. Antes, devido ao movimento de luta que o precedeu e depois devido às dimensões alteradas por esta ação. Daí se afirmar que o impacto socioterritorial é multidimensional, é resultado da ação do homem moldando o espaço, transformando-o e sendo transformado por ele.

Souza e Medeiros (1997), afirmam que o termo impacto, denota mudanças bruscas, choque, trata-se de mudanças desencadeadas a partir de algumas ações, mas uma mudança rápida e suficientemente profunda para ser percebida (pelo cientista, pelos autores) como provocadora de sensíveis alterações em determinadas esferas da vida social (p.10).

No caso dos impactos socioterritoriais dos assentamentos os mesmos não foram desencadeados através de uma ação brusca e rápida e as alterações provocadas de modo algum podem ser consideradas sensíveis, foram profundas e muito amplas. Leite (1997 e 2004) nos auxilia refletir sobre isto:

Quando falamos em "impactos dos assentamentos", a referência são as mudanças que ocorrem na relação do assentamento com o seu entorno, constituindo aquilo que chamamos de "região do assentamento". Nesse caso, o município ganha relevo, impondo a necessidade de considerar as mudanças no seu papel. Ora, o assentamento intensifica essa disputa, traz novas reivindicações e necessidades. Trata-se, pois, de verificar até onde eles se tornam objeto de políticas públicas locais. Seguindo o raciocínio acima, e à título de especulação, podemos falar do assentamento como "ponto de partida", ou seja, situação a partir da qual o produtor beneficiado busca - já num patamar diferenciado - implementar projetos tecnoproductivos, praticar uma nova sociabilidade interna aos núcleos de reforma agrária e inserir-se num jogo de disputas políticas visando sua reprodução (sobretudo na sua relação com o Estado), fortalecendo a possibilidade de gerar "efeitos multiplicadores" dessa experiência singular, com impactos significativos no meio social, político e econômico em que atua. Mas também podemos falar do assentamento enquanto "ponto de chegada", ou seja, como uma, entre outras, possibilidades de mobilidade e integração social à qual se empenham os diversos movimentos sociais rurais, no processo de luta pela posse da terra. Nesse sentido o impacto

proporcionado também nos parece importante, além dos motivos comentados no parágrafo anterior, pela possibilidade de transformação de um amplo setor de "excluídos" em sujeitos políticos, novos atores em cena. (LEITE, 1997, p.11)

O que será visto, ao longo desta pesquisa é a apresentação de argumentos e dados que confirme a implantação dos assentamentos rurais como política de desenvolvimento regional, com impactos diretos sobre a qualidade de vida do homem do campo. Varias dimensões do impacto socioterritorial já foram consideradas e muitas outras se quer foram descobertas e analisadas.

Leite e Medeiros (1997), frente à necessidade de precisar melhor as diferentes nuances das mudanças trazidas pelos assentamentos em diferentes regiões do Brasil, vão explorar algumas de suas dimensões. Privilegiam aquelas relacionadas ao poder local, incorporando questões relacionadas à participação política e formação de políticas públicas, às formas de organização social e produtiva, e, em alguma medida, à questão ambiental e territorial. Também abordam algumas dimensões demográficas e as condições de vida. Internamente a cada um desses aspectos pode ser levantada uma série de indicadores.

A partir deste enunciado principal, Leite (1997) desenvolve suas ponderações considerando três dimensões por ele classificadas como *impactos políticos, econômicos e sociais da reforma agrária*.

Ramalho (2003) desenvolveu seu trabalho de pesquisa sobre os impactos socioterritoriais provocados pelos assentamentos rurais no Município de Mirante do Paranapanema a partir das mesmas dimensões, no entanto considerando outros indicadores internos a cada uma das três dimensões como sugerira Leite:

dimensão política - analisada a partir do processo de luta pela terra (ocupações de terras, mudanças fundiárias decorrentes da territorialização dos assentamentos e a ressocialização sociopolítica e econômica a partir dos assentamentos); dimensão social compreendida por meio das mudanças e necessidades sociais e econômicas resultantes do estágio de implantação/ consolidação dos assentamentos rurais e a dimensão econômica - compreendida a partir da relação assentamento – município, região e estabelecimentos comerciais por meio da perspectiva comercial e financeira. (RAMALHO, 2002, p. 01 e 77- 78).

Leal (2003) na sua investigação sobre os impactos socioterritoriais da implantação dos assentamentos rurais no município de Teodoro Sampaio considera as dimensões: Educação (grau de escolaridade, transporte escolar, nível de

instrução, tipo de educação oferecida no meio rural, propostas educativas, qualidade da escola, educação de jovens e adultos, formação de educadores); Organização sóciopolítico (participação das famílias em ocupações de terras; vinculação à movimentos sociais; participação em associações); Saúde (postos de saúde nos assentamentos, número de leitos no hospital local, orientações de saúde, uso de agrotóxico, equipe e Programa da Saúde da Família, insalubridade nas moradias, densidade de habitantes por cômodos da casa; utilização de remédios caseiros; abastecimento e qualidade da água); Moradia (características, instalação sanitária, condição habitacional anterior ao assentamento, forma de aquisição do imóvel); Renda (renda familiar, geração de renda, aquisição de bens, assalariamento dos membros da família, trabalho acessório, comercialização, custo da produção); Políticas públicas (serviços municipais, infra-estrutura da COCAMP, assistência técnica estadual, programas para os assentamentos, convênio com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento e arrecadação de tributos) e por último a dimensão Cultura (principais atividades culturais, participação, religiosidade, festas, mídia, lazer, nome dos sítios).

Pretendemos neste trabalho considerar as dimensões apresentadas, acrescentando às dimensões política, social e econômica a dimensão ambiental, com variações nos indicadores conforme apresentamos no Quadro 04.

Quadro 04 – Dimensões e indicadores dos Impactos socioterritoriais

DIMENSÕES	INDICADORES
Social	a) Perfil das famílias assentadas: origem; experiência profissional anterior, faixa etária, escolaridade, principais fontes de informação; b) Jovens no assentamento: porcentagem de jovens no assentamento, principal função, motivos que levam os jovens a deixarem o assentamento, perspectivas futuras; c) Qualidade de vida nos assentamentos: infra-estrutura, nível de conforto, acesso às principais políticas públicas, tipo de moradias, facilidades, dificuldades, índice de desistência dos lotes, nível de satisfação; d) Estimativa do número de famílias à espera de um lote em cada município;
Econômica	a) Produção e renda: renda mensal aproximada das famílias, origem da renda, produção para venda e para auto-consumo, relação crédito e assistência técnica; b) Perfil de produção dos assentamentos: impacto na produção leiteira, tamanho do rebanho, principais produtos agrícolas; c) Impacto no comércio regional: principais estabelecimentos de compra e de venda, indústrias e fábricas relacionadas à produção dos assentamentos; d) Percepção dos impactos socioterritoriais da implantação dos assentamentos: na geração de empregos e renda; na diversificação da produção municipal; no recolhimento do ICMS, na melhoria da qualidade de vida da população assentada;
Política	a) Formas de organização coletiva: meio de acesso à terra, inserção política, organizações sociais dentro do assentamento, nível de participação; b) Participação do poder local no processo de seleção das famílias e demografia, c) O impacto da implantação dos assentamentos no poder local: principais demandas, aceitação/ rejeição, facilidades/ dificuldades, assentados eleitos, força política; d) Qualidade dos serviços prestados à população assentada: avaliação do administrador, nível de organização e exigência da população assentada; e) Aporte de recursos para as prefeituras: principais projetos para a população do campo, incentivo ou não à realização de feiras livres e da aprovação do SIM (Selo de Inspeção Municipal).
Ambiental	a) Transformação ambiental e espacial: principais medidas de preservação ambiental praticadas pelos assentados, criação e preservação de áreas de reserva, alterações na paisagem;

A dimensão social dos impactos socioterritoriais dos assentamentos compreende todas as transformações que impactam o social, seja com relação às famílias assentadas, seja com relação à sociedade local rural, local urbana e regional, envolvendo as relações entre as pessoas e das pessoas com seu meio

físico. A dimensão econômica dos impactos socioterritoriais dos assentamentos compreende as alterações nas relações de trabalho e produção, a geração de renda, o poder aquisitivo das pessoas envolvidas direta e indiretamente com os assentamentos, de modo que dentro desta dimensão são tratadas também além das relações de produção a comercialização que de forma mais geral impacta o município e cidades vizinhas independentemente da fronteira política administrativa do Estado. A dimensão política dos impactos socioterritoriais dos assentamentos envolve todas as transformações provocadas antes, durante e depois do processo de luta pela terra, envolverá a produtividade da vida relacionada com a vontade de poder do homem. Deste modo nesta dimensão estão presentes as relações de poder estabelecidas dentro e para além dos limites do assentamento, com reflexos diretos nas esferas de governo local, estadual e federal através das políticas públicas e das esferas de representação política e partidária. A dimensão ambiental dos impactos socioterritoriais deriva das alterações nas práticas de manejo e conservação dos recursos naturais a partir de uma forma mais racional e sustentável de produzir que é o da agricultura familiar. Deriva também das adequações ambientais quando da implantação dos projetos, que se referem às necessidades legais de estabelecimento, recuperação e preservação das áreas de reservas. Bem como, das ações desenvolvidas por instituições governamentais e não-governamentais nestes espaços.

Confirmando o que Leite (1997) coloca que “internamente a cada um desses aspectos pode ser levantada uma série de indicadores”, os impactos socioterritoriais que antecedem e precedem a implantação dos assentamentos rurais, podem ser interpretados de diferentes maneiras, até mesmo de formas contraditórias, de modo que o que pode ser entendido como desenvolvimento para uns, pode ser interpretado como política compensatória para outros. A intenção da pesquisa ao buscar revelar tais impactos é ir além do aparente. É valorizar a conquista cara destes espaços, que entre outros aspectos importantes dos impactos, permite através de uma progressão, sem dúvida lenta, mas contínua, a produtividade da agricultura camponesa, controlando a transferência de populações do campo para a cidade e também permitindo o caminho inverso.

4 - FORMAÇÃO TERRITORIAL DO PONTAL DO PARANAPANEMA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO

4.1 – Os atores sociais

Neste capítulo tentaremos descrever as principais ações desenvolvidas pelo poder público que possam ter tido algum impacto sobre o “desenvolvimento” setorial da região, resgatando também um pouco do seu histórico de ocupação e povoamento. O Estado tem exercido papel crucial, como gestor das políticas públicas, do planejamento e do desenvolvimento econômico das regiões administrativas e consequentemente do próprio país, se não apenas para atender interesses da classe dominante, mas também para atender as pressões populares através da atuação de sujeitos coletivos. Percebemos que a maneira como é feito o planejamento e implantadas as políticas públicas, acabam por favorecer mais uns setores do que outros e no caso do Pontal do Paranapanema isto não foi diferente.

Veremos ao longo deste trabalho que o conceito de desenvolvimento, entendido de forma mais ampla como um processo de ampliação do bem estar e da satisfação individual e coletiva, cujo objetivo principal seja a melhoria nas condições de reprodução e manutenção da vida com qualidade, pouco foi utilizado para nortear as políticas públicas destinadas para esta região.

As políticas aqui implantadas, em sua maioria, vieram para beneficiar e regularizar as ações ilícitas dos grandes latifundiários, especuladores imobiliários, políticos, entre outros, principalmente no que diz respeito à ocupação fundiária e à destruição das grandes reservas florestais que aqui existiam. Todo histórico de povoamento da região traz como marca o jogo de interesses manipulado por vários atores sociais representantes de sujeitos coletivos e outras organizações públicas e privadas, dos quais muitos permanecem ativos na região.

São eles os grandes fazendeiros, atualmente representados pela UDR (União Democrática Ruralista), que surgiu principalmente em oposição ao MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) e outros movimentos de luta pela terra. Faz parte deste grupo grandes pecuaristas e detentores das terras do Pontal que permanecem concentradas, com pouco investimento na produção e raríssimos postos de trabalho. Em alguns casos estas terras são mantidas apenas como reserva de valor, de modo que estes sujeitos não detem terras apenas nesta região

mas também em outras e nos Estados de Mato Grosso do Sul, Paraná e Minas Gerais. Não existe por parte deste grupo intenção nenhuma em reverter esta situação que a este grupo privilegia.

Por outro lado, os movimentos sociais de luta pela terra, do qual o maior representante é o MST, ao lado do MAST seguido de outros 8 movimentos⁸, aparecem pela própria situação de exclusão gerada pela manutenção da estrutura citada a cima, que expropriou e expulsou o homem do campo. Se por um período as políticas setoriais de construção de infra-estrutura foram capazes de empregar o “camponês sem terra”, passado estes ciclos de “desenvolvimento” setorial, foram descartados enquanto vendedores de sua força de trabalho. Sem esta opção e desprovidos dos meios de produção tem se organizado coletivamente para lutar pela reforma agrária. Sendo atores diretos a partir do final da década de 1980, das políticas de assentamentos rurais na região.

Antes já atuavam na região a CONTAG (Confederação de Trabalhadores Agrícolas), juntamente com a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e CPT (Comissão Pastoral da Terra), que auxiliaram também na conquista dos primeiros assentamentos e reassentamentos da região. Também foi através desta mobilização que conseguiram reunir diversas Secretarias de Estado, órgãos públicos, sindicatos e representantes da sociedade civil, com o objetivo de discutir as reivindicações dos movimentos sociais e encaminhar soluções.

É importante destacar também a atuação de Ongs de defesa ao meio ambiente como a APOENA com atuação mais direta no município de Presidente Epitácio e o IPÊ com atuação focada no município de Teodoro Sampaio.

Instituições governamentais como o ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) criado em 1991, que em parceria com a Procuradoria Geral do Estado e o INCRA, dinamizaram os trabalhos jurídicos de Discriminação e Reivindicação de áreas para implantação de assentamentos rurais na região. Este órgão também é responsável pelo planejamento e implantação dos projetos de assentamentos, além das atividades de assistência técnica, fundamental para o desenvolvimento das famílias assentadas. Para tanto, mantém na região uma sede regional em

⁸ Atuam atualmente na região os seguintes movimentos: MBUQT, INDEP, MPT, MLST, MTPr, UNITERRA, ARST, MTRSTB, MTB e SINTRAF. (Feliciano, 2003)

Presidente Prudente e nove Escritórios Técnicos de Campo distribuídos nos municípios com assentamentos.⁹

A CESP (Companhia Elétrica do Estado de São Paulo) foi uma grande interventora na região, com a criação de 03 hidrelétricas (Rosana, Primavera e Taquaruçu), reassentamentos de famílias atingidas pelo alagamento provocado pelas barragens na região, foi responsável também pela dotação de infra-estrutura que contribuiu para o surgimento do Distrito de Primavera e da Nova Porto XV. Atualmente parte do patrimônio da CESP foi privatizado para uma empresa multinacional de nome Duke Energy que administra as hidrelétricas, ao longo do Rio Paranapanema e desenvolve trabalhos de recuperação ambiental e atividades de formação com a população impactada pelas obras das barragens.

Prefeitos de 32 municípios se organizaram para reivindicar melhores condições de administração de seus municípios e criaram a UNIPONTAL (União dos Municípios do Pontal). Mais recentemente, dado o elevado número de municípios com assentamentos na região e as rivalidades políticas, foi criada a AMAPP (Associação dos Municípios com Assentamentos do Pontal do Paranapanema) formada por 15 municípios.

Atuam ainda na região o Comitê de Bacias Hidrografias (UGRHI 22 Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos) que, através de seu fundo de financiamento FEHIDRO, tem financiado projetos de recuperação e educação ambiental.

A CATI, que atualmente tem se fortalecido e contribuído com projetos de recuperação e conservação ambiental através do Projeto de Micro-bacias. Os Sindicatos Rurais e Patronais, as universidades públicas e privadas, dentre as quais as mais significativas são a UNESP, a Toledo (ITE) e a APEC que tem desenvolvido projetos de pesquisas de forma continuada sobre a região.

A CEAGESP/CEASA localizada em Presidente Prudente, mas com projeto de criação de um pólo também no município de Teodoro Sampaio e Presidente Epitácio, que se destinará ao recebimento das produções dos assentamentos rurais.

⁹ Os Escritórios Técnicos de Campo da Fundação Itesp estão localizados nos municípios de Rosana (Distrito de Primavera); Euclides da Cunha Paulista; Teodoro Sampaio; Mirante do Paranapanema (02 escritórios, sendo um ligado aos trabalhos de desenvolvimento das famílias assentadas e outro ligado às ações de discriminação e regularização fundiária); Presidente Bernardes; Martinópolis; Presidente Venceslau e Presidente Epitácio.

O MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) tem investido na região, financiando projetos de agricultores assentados através do PRONAF e do Banco do Brasil.

Verificamos ainda a expansão do plantio da cana-de-açúcar e projetos de revitalização de Usinas de açúcar e álcool desativadas e a implantação de novas. Projetos de bolsas de arrendamento para plantio da soja que atuaram fortemente entre 2002 e 2005, mas que com a baixa no preço dos grãos e o corte das importações internacionais têm tido sua ação diminuída.

A atuação de vários frigoríficos e laticínios e de muitos “atravessadores” tem tido importante papel no comércio local e regional. A implantação de vários Complexos Penitenciários, (11 unidades na área de estudo) traz a discussão quanto ao seu significado para o desenvolvimento da região.

Entre outros sujeitos coletivos estão os assentados, público alvo desta pesquisa que dentre outras características passaram por um processo intenso de luta e reivindicação junto ao poder público local e continuam tendo relevante papel no campo e na cidade dos municípios nos quais os assentamentos estão implantados. Os assentamentos do Pontal do Paranapanema possuem juntos 5.535 unidades de produção familiar, abrigando um contingente de aproximadamente 30.000 pessoas, distribuídas em 15 municípios da região. Os assentamentos ocupam uma área de aproximadamente 134 mil hectares, para se ter uma idéia da dimensão, esta área é quase equivalente ao tamanho do município de Presidente Epitácio com aproximadamente 114 mil hectares.

Percebemos toda complexidade da área em questão e para compreender um pouco mais este cenário atual, será feito um breve relato do histórico de ocupação e de que forma os diferentes projetos de desenvolvimento pensados para o país foram conduzidos na região.

4.2 – Formação territorial e os conflitos fundiários

A região do Pontal do Paranapanema está localizada no sudoeste do Estado de São Paulo tendo como delimitadores bem definidos ao Sul o Rio Paranapanema, já na divisa do Estado do Paraná e a Oeste o Rio Paraná na divisa do Estado do Mato Grosso do Sul.¹⁰

Em todo o processo de regionalização oficialmente implantado pelo Estado para fins administrativos de planejamento e de gestão de suas políticas setoriais de desenvolvimento, principalmente a partir de 1967, o Pontal do Paranapanema não configurou como uma região programa, pois ora incluía um grupo de municípios ora os mesmos acrescidos de mais alguns.

As diversas áreas que foram delimitadas pelo Estado como Pontal do Paranapanema inicialmente foram definidas conforme aspirações de natureza política, que surgem a partir do momento que o Estado determina dirigir recursos para o desenvolvimento regional da área. Foi o caso do lançamento do Programa para o Desenvolvimento do Pontal do Paranapanema¹¹ em 1978, que previa a abrangência de apenas 08 municípios. Também o da criação do Conselho para o Desenvolvimento do Pontal do Paranapanema – CODESPAR, com 14 municípios criado no ano de 1989. Em 1990 foi criado o FUNDESPAR (Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Pontal do Paranapanema) com a inclusão de 17 municípios.

Para a realização desta pesquisa, como mencionado anteriormente, será utilizada a delimitação regional proposta pela UNIPONTAL – União dos Municípios do Pontal. Criada em 1977 com a associação de 14 municípios, passa a integrar 20 municípios associados a partir de 1995 e atualmente possui 32 municípios integrantes: Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiabú, Caiuá, Emilianópolis, Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Iepê, Indiana, João Ramalho, Marabá Paulista, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Nantes, Narandiba, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Rancharia, Ribeirão dos Índios, Regente Feijó, Rosana, Sandovalina, Santo Anastácio, Santo Expedito, Taciba, Tarabai e Teodoro Sampaio.

¹⁰ Para uma visão mais detalhada da região, ver Planta 01 – anexo 04.

¹¹ Para saber mais sobre este Programa que tenta fazer do Pontal uma área de promoção ler ALVIM, 1986: 42.

Resgatando um pouco do histórico de ocupação da região cujas principais contribuições bibliográficas estão nas obras de Ferrari Leite (1998), Abreu (1976), Monbeig (1984) e Alvim (1996), veremos que o Pontal do Paranapanema desde o início de sua ocupação, foi marcado pelos conflitos fundiários. A disputa pela posse da terra sempre esteve no centro dos interesses regionais. Inicialmente, entre os primeiros desbravadores e os povos indígenas, em seguida entre grileiros e posseiros, num processo conflituoso de ocupação de terras que envolveram todo tipo de fraudes, principalmente a famosa “grilagem” para obter a titularidade dominial, com altos índices de violência do homem pelo homem e contra o meio ambiente.

Atualmente, a disputa se dá, no campo prático e ideológico, entre grandes pecuaristas e os movimentos sociais, num cenário físico bastante degradado o que demonstra que a questão fundiária ainda está longe de ser resolvida no Pontal do Paranapanema. Hoje a região é considerada um dos principais centros de disputa de terras do Brasil, conforme relatório DATALUTA (2005), principalmente, porque extensões significativas de terras da região estão judicialmente em processo de Discriminatória e uma boa parte já foi julgada devoluta.

Por que tal fato acontece e repercute até hoje no cenário espacial atual?

Devido ao processo desordenado e conflituoso da ocupação destas terras e às inúmeras fraudes e atrocidades aqui praticadas. Chegou-se ao ponto de serem questionados os títulos de domínio que na maioria das vezes não condiziam com a área que o pretendo dono dizia possuir, outras vezes nestas áreas já havia posseiros que diziam ser os verdadeiros donos. Nesta confusão, companhias imobiliárias e também oportunistas de toda a sorte vendiam e negociavam terras que não existiam, ou que existiam sob o domínio de outros.

Atualmente, para saber o que pertence a quem, somente fazendo o estudo de toda cadeia dominial do imóvel. Neste sentido, discriminar significa etimologicamente separar, estremar uma coisa da outra, estabelecer diferença. Juridicamente no que concerne às terras devolutas, a palavra discriminação tem sido mais ampla, significando o poder que tem o Estado de lançar mão de um determinado tipo de ação (Ação Discriminatória) para encontrar as suas terras devolutas. Separar o que é particular e o que é de domínio da União.

As terras devolutas são aquelas que não estão em domínio particular, em virtude de um título legítimo, ou em virtude de alienação, concessão, recolhimento

por parte do Estado, sentença judicial com força de coisa julgada, ou por força de sentença demarcatória. Em outras palavras, em nenhum momento no estudo de sua cadeia dominial (títulos registrados em cartórios) foi constatada a cessão do Estado, portanto, são consideradas terras de domínio público.

Entre outras coisas, este tipo de ação, na qual o Estado lança mão de um instrumento judicial para separar as terras de domínio público e as de domínio particular, reconhece perante a lei a existência de fraudes quanto ao domínio destas terras, julgando-as devolutas. Pode-se dizer que toda estrutura fundiária do Pontal está assentada na apropriação indevida de enormes dimensões de terras, a partir da falsificação de documentos. O que é o caso de extensas áreas da região que tiveram sua origem dominial a partir de grilos, dos quais os mais famosos e que juntos englobavam toda a região do Pontal do Paranapanema são os Grilos Pirapó Santo Anastácio e Aguapey/Peixe. (FERRARI LEITE, 1998, p.38)¹².

A ocupação do Pontal do Paranapanema, livro de José Ferrari Leite (1998 [1981]) narra bem toda a história. No ano de 1856, Antônio José Gouveia extraiu o registro paroquial na cidade hoje denominada Itaporanga, da imensa gleba “Fazenda Pirapó - Santo Anastácio” (abrangendo todas as vertentes dos Rios Pirapó e Santo Anastácio), declarando ter morado desde 1948 na mesma, a fim de legitimar esta área via Lei de Terras de 1850. Como conta a história, trata-se do primeiro grilo do Pontal. Embora no ano de 1856 Antônio José Gouveia nem conhecesse toda a área que dizia possuir, fez acreditar que residia na área no período anterior à Lei de Terras, podendo assim, registrar sua declaração de posse por meio de escrituração em livro paroquial, que apesar de não lhe conferir domínio definitivo das terras, poderia servir-lhe, mais tarde para, legitimar as terras em seu nome, “*desde que nelas tivesse cultura efetiva e moradia habitual*” (FERRARI LEITE, 1998, p.37). A Lei de Terras de 1850 proibia este tipo de declaração de posse, no entanto, deixava aberta a possibilidade de se legitimarem as terras já ocupadas antes do referido ano.

Em seguida é José Teodoro de Souza que faz o mesmo na cidade de Botucatu (então, uma vila) para tentar legitimar a denominada Fazenda Rio do Peixe ou Água Pehy, de delimitação ainda maior que a outra, com origem nas barrancas do Rio Turvo, cujas nascentes estão nos Municípios de Agudos e Bauru até às margens do Rio Paraná.

¹² Sobre o processo de ocupação de terras da alta sorocabana e especificamente do Pontal do Paranapanema consultar: José Ferrari Leite (1972 – 1981) e Angélica Tanus Benatti Alvim (1996).

Acontece que nenhum dos dois fez o pedido de legitimação judicial, apesar da brecha na Lei, começando aí o processo de vendas, trocas e transferências de “posse”. Era de conhecimento dos compradores e demais interessados pelas terras do Pontal, a sua origem duvidosa, daí a todo custo e através de várias artimanhas se tentava legitimar as “posses” sem, no entanto, obter sucesso, pois evidentemente não havia como comprová-las. Independente disto, as terras eram trocadas, vendidas, doadas, invadidas, ocupadas, desocupadas. É importante salientar, neste período, o massacre dos povos indígenas que aqui moravam e a derrubada contínua e constante das matas da região, com total conivência do poder público.

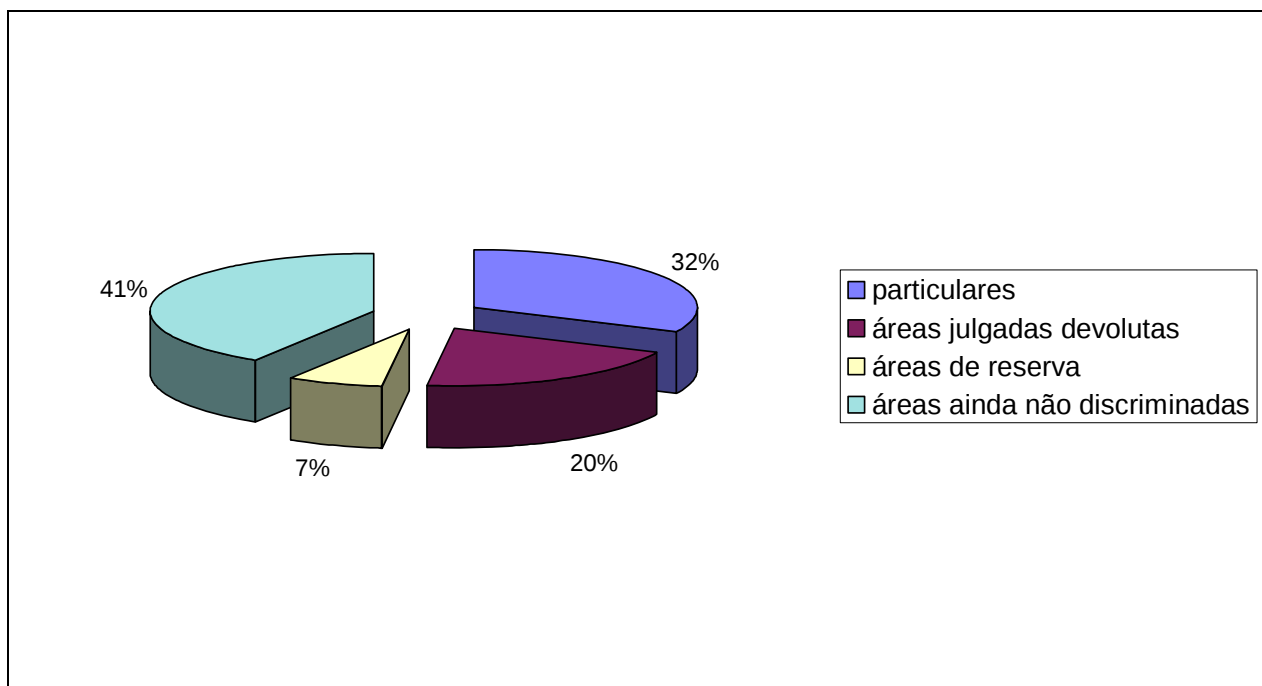
É já sob o domínio de Manoel Goulart que o grilo da fazenda Rio do Peixe ou Água Pehy, localizada mais a noroeste do Estado de São Paulo, consegue um documento oficial do Ministério da Agricultura autorizando a utilização de colonos estrangeiros no trabalho da lavoura nas terras desta fazenda. Tal fato é o bastante para que Goulart considere legitimada sua posse e então, passa a vender e trocar terras inteiramente à vontade.

Já a história fundiária da gleba Pirapó-Santo Anastácio, cuja extensão engloba praticamente o extremo oeste inteiro, constituindo o que denominamos hoje de Pontal do Paranapanema, foco maior de interesse deste estudo, mesmo após décadas de desmembrações, compras e vendas permanece devoluta.

Segundo dados da Fundação ITESP, aproximadamente 20% das terras do Pontal do Paranapanema já foram julgadas devolutas a grande maioria em sentenças julgadas desde 1957. Existem ainda 41% das terras que não foram discriminadas ou estão em processo de discriminação. Consideradas particulares foram apenas 32% da área da região, 7% das áreas são consideradas áreas de reserva e preservação ambiental.¹³ Através da Planta 01, localizada no anexo 04 pode ser localizada a situação jurídica na qual se encontra cada área que foi desapropriada pra fins de reforma agrária.

¹³ INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - Vol. 04, 1998d: 18

Gráfico 01 – Situação Jurídica das terras do Pontal do Paranapanema



Fonte: Fundação ITESP, 2006

Nas ações que se sucederam a justiça jamais reconheceu como legal a posse das terras cujo estudo da cadeia dominial se encerra no nome da Gleba Pirapó-Santo Anastácio e seja bem provável que não conceda, principalmente depois de toda repercussão dos fatos a sociedade civil organizada tem acompanhado este processo. Tal fato tem contribuído com as Ações de Negociação destas áreas, principalmente daquelas acima de 500 hectares para fins de reforma agrária, como será demonstrado adiante.

Quanto à área de Manoel Goulart foi possível já naquela época, lotear e vender à centenas de compradores 70.000 hectares da “posse” desta fazenda. Consta da escritura lavrada no 2º Tabelionato da Capital que, em 5 de outubro de 1908, Goulart transferiu dois terços do que restava à Cia. dos Fazendeiros de São Paulo, garantindo aos compradores um mínimo de 100.000 alqueires (240.000 hectares). Aos descendentes de Goulart restaram ainda 90.000 alqueires (216.000 hectares). (Leite,1998, 42)

A Cia. dos Fazendeiros de São Paulo foi adquirida mais tarde pela Companhia Marcondes de Colonização Indústria e Comércio sob o comando de José Soares Marcondes, que viu no avanço da Estrada de Ferro Sorocabana a oportunidade de passar adiante as terras de domínio incerto, através do loteamento

de lotes urbanos. Assim nascem as cidades de Presidente Prudente, Álvares Machado e Anhumas.

Neste período as grandes expedições foram as únicas ações de âmbito público que merecem destaque. Como no exposto, as terras da região começaram a ser desbravadas bem antes do conhecimento e interferência do Estado. Havia uma ignorância quase que completa das feições geográficas da região. No entanto, eram estas feições que eram citadas rotineiramente como limitadores de divisas de “posse”, de modo que pela confusão generalizada em defini-las, os maiores litígios que se davam na época eram provenientes destas indefinições, principalmente quanto ao traçado dos rios.

As primeiras intervenções governamentais na região datam de 1905 e 1906, quando foram organizadas pelo Governo do Estado de São Paulo as primeiras explorações oficiais da área através da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, embora as notas de caráter científico mais antigas que se conhece da região, principalmente do Vale do Paranapanema, sejam de autoria de Teodoro Sampaio e datam do ano de 1890.

Estas expedições, conforme cita Ferrari Leite (1998), tiveram importância geográfica e cartográfica pelo reconhecimento dos rios e outras feições geográficas, serviriam também de embasamento para o planejamento da construção da Estrada de Ferro Sorocabana, que abriria definitivamente o caminho da colonização do Pontal do Paranapanema. Saindo de Botucatu em 1889, chega a Presidente Prudente em 1917 e em Presidente Epitácio em 1922. Até então, a única via de acesso a esta região eram as estradas boiadeiras conhecidas desde 1905, pela qual o gado sul mato-grossense adentrava o Estado após atravessarem por balsas e barcas o Rio Paraná, onde já se formava um pequeno povoado que deu origem a cidade de Presidente Epitácio.

Sem dúvida a ocupação desta região do Estado somente se efetivou com a abertura da Estrada de Ferro Sorocabana, que criou e reforçou o processo de especulação imobiliária das terras do Pontal do Paranapanema, dando origem aos primeiros povoados e vários vilarejos ao longo dos trilhos da ferrovia, que acompanhou parcialmente o traçado da antiga Estrada Boiadeira, ao longo deste percurso estão localizadas hoje as principais cidades da região.

Da imensa área (15.600 Km²) do recém criado município de Presidente Prudente em 1921, surgiram direta ou indiretamente todos os atuais municípios da

Alta Sorocabana, situados entre Rancharia e Presidente Epitácio, conforme relatado por Ferrari Leite (1989, p.36).

No Quadro 05 está a cronologia do ano de criação e emancipação de alguns municípios.

Quadro 05 – Emancipação Política- administrativa dos Municípios do Pontal do Paranapanema

Municípios	Criação do Distrito	Emancipação
Presidente Prudente	*	1921
Santo Anastácio	1921	1925
Presidente Bernardes	1925	1935
Presidente Venceslau	1925	1928
Piquerobi	1928	1948
Presidente Epitácio	1936	1948
Marabá Paulista	1944	1953
Sandovalina	1950/ 1953	1959
Mirante do Pma.	*	1944
Tarabai	1946	1959
Estrela do Norte	*	1950
Teodoro Sampaio	1959	1964
Rosana		1989
Euclides da Cunha	1981	1989

Fonte: IBGE/censo 2000 e Ferrari Leite (1989, p.36)

* sem registros.

Foram demonstrados no Quadro 05, apenas os municípios que de alguma forma aparecem na pesquisa. Percebe-se, pela data de criação, que as mesmas acompanharam o avanço do traçado da linha férrea. As primeiras cidades apareceram no sentido Presidente Prudente a Presidente Epitácio e as demais com o avanço dos trilhos do Ramal Dourados na década de 1950 que passando por Mirante do Paranapanema, Teodoro Sampaio, chegou até Euclides da Cunha, na época um distrito de Teodoro Sampaio.

Isto ocorreu porque a fronteira agrícola, passou a se consolidar ao longo da Estrada de Ferro, reforçando as funções urbanas principalmente das cidades de Presidente Prudente, Presidente Bernardes, Santo Anastácio, Presidente Venceslau e Presidente Epitácio. Todas elas ainda apresentam grandes barracões de

beneficiadoras de café, algodão e amendoim que tiveram papel importante no beneficiamento e escoamento da produção naquela época.

A penetração da cafeicultura, nas primeiras décadas de 1910 e 1920 se deu também a partir da abertura da estrada de ferro, de modo que juntamente com a extração da madeira passaram a ser a principal base da economia inicial.

A colonização da região, nesses primeiros anos do século XX, realizou-se inicialmente mediante os imigrantes brasileiros vindos principalmente do leste do Estado de São Paulo, Minas Gerais e Paraná e estrangeiros italianos, japoneses e espanhóis que, conforme Monbeig (1984, p.197), desenvolveram pequenas propriedades caracterizadas pela policultura, ao lado das grandes fazendas que começavam a se formar com a especulação imobiliária.

A característica de solo arenoso presente na região encurtava os anos produtivos do café, sendo necessário a incorporação de novas terras, ainda inexploradas de grande fertilidade natural. As áreas em declínio passavam a ser ocupadas por outras culturas que requeriam solos menos ricos, como o algodão, que a partir de incentivos internacionais progrediu fortemente neste período.

No período pré-guerra, Japão e Alemanha utilizaram-se da região para o fornecimento de algodão implantando empresas que financiavam a lavoura, prestavam assistência técnica, comercializavam a produção, chegando a controlar o beneficiamento e a produção de óleo. Além do algodão, a produção do amendoim e da mamona vinham dar sustentação às atividades industriais produtoras de óleo da região. (HOFFMAN, 2003, p. 06)

Já na década de 1940 a avalanche humana que penetrou a região (...) atraída pelas terras novas, ainda baratas, ou quem sabe, por um pedaço de terra devoluta. Fortalece igualmente nesta fase, a migração nordestina na área. (FERRARI LEITE, 1989, p.64) tal presença ainda é muito forte no município de Mirante do Paranapanema que neste período era um dos mais expressivos produtores de café e algodão.

Além das atividades agrícolas e extrativas vegetal, apareceram neste período as primeiras indústrias de beneficiamento de algodão, de farinha de milho e de mandioca. As indústrias operavam no descaroçamento do algodão e prensagem do caroço para produzir óleos e farelos, passando posteriormente para o esmagamento do amendoim e o aproveitamento de seus derivados.

A partir da década de 1950, instalaram-se os primeiros frigoríficos, aumentando o interesse pela engorda de bovinos e intensificando a formação de pastagens, além da exploração de lavouras temporárias, como alternativa aos

processos de formação, expansão e reforma de pasto assim descrita por Fernandes no prefácio do livro de Ferrari Leite:

os grandes pecuaristas exploravam os camponeses, manobrando-os a derrubar as matas, limpar os solos e entregar as fazendas limpas a estes para a exploração da pecuária de corte que inevitavelmente os expulsava do campo (Fernandes, 1989).

Os conflitos se ampliavam à medida que mais pessoas adentravam a região, das lutas entre os próprios grileiros, em geral por limites de terras, à expulsões de posseiros. Todas as disputas eram resolvidas pela força e a presença de jagunços na região passou a ser sinônimo de disputa de poder e o poder se resumia à posse das terras e de jagunços para defendê-las.

O Estado também foi pressionado a intervir no rápido processo de degradação ambiental da região, criando para tanto em 1941, através de decretos lei as Reservas Florestais Morro do Diabo, Lagoa São Paulo e a Grande Reserva do Pontal. No entanto, não era de interesse dos especuladores imobiliários, nem dos grileiros, muito menos dos poderes locais manterem estas reservas. Com base em Ferrari Leite (1989) pode-se afirmar que muito pouco restou destas áreas de preservação ambiental:

A Reserva Florestal Morro do Diabo, que possuía originalmente, quando criada em 1941, 15.354 alqueires, foi reduzida, devido à formação do lago da Usina Hidrelétrica de Rosana e transformada em Parque Estadual em 1986. Atualmente a área do Parque é de apenas 725 alqueires, sendo a única que ainda persiste, certamente devido à existência do Morro do Diabo ilustrado na Foto 01, que é um marco geológico testemunho que sobressai na paisagem plana do Pontal, recebendo, portanto mais atenção por parte dos órgãos ambientais.

A “Grande Reserva do Pontal” criada em 1942 com uma área de mais de 100.000 alqueires que preenchia todo triângulo formado no “bico” do Estado, foi quase totalmente dizimada, restando apenas o Parque Estadual Morro do Diabo e alguns fragmentos de mata nativa, como mostra a Foto 01.



Fonte: AMAPP, 2005

Foto 01 – Vista aérea do Parque Estadual Morro do Diabo

A Reserva Lagoa São Paulo, criada em 1942 com aproximadamente 6.700 alqueires, foi invadida diversas vezes sem que nenhuma medida fosse tomada, foi extinta em 1954 sob a alegação de não existir mais a reserva, dá a entender que não existia mais o que preservar uma vez que toda cobertura vegetal foi destruída. Sabe-se que lá se instalaram grandes latifundiários e quando da construção da barragem de Rosana, uma área de 8.247 ha foi adquirida pela CESP em 1983 para reassentamento de 460 famílias atingidas pelas águas da barragem, depois de um árduo processo de luta e pressão popular. Este reassentamento é um marco na história do Pontal, pois além de ser o primeiro, também foi a primeira ocasião em que houve um movimento organizado de pressão popular sobre os organismos Estaduais na luta por terra no Pontal do Paranapanema.

Após a devastação das grandes reservas, a região se perfilou como área de latifúndio, além dos grandes grileiros já existentes desde a primeira colonização, amplia-se o número de latifúndios pela saída de pequenos e médios produtores empobrecidos nas crises do café (devido à geada de 1918, a Crise de 1929 e o desgaste natural do solo, e do ataque de brocas) e do algodão, nos anos seguintes.

Gómez (2006) avalia este tipo de latifúndio

como o que serve como reserva de valor diante das truculências econômicas do país. Um latifúndio destinado à criação de gado de corte, mas com pouco investimento na terra, no pasto e no próprio gado, o que deixa na região uma paisagem característica de imensas áreas desmatadas de pasto ralo, pontilhadas de um número reduzido de cabeças de gado. (p.379)



Foto 02 - Área de pastagem localizada no Município de Marabá Paulista, paisagem típica da região, maio de 2006.

A Foto 02 apresenta o estágio de degradação da maioria das terras da região, bem como a falta de respeito com a natureza. Num raio bastante extenso é possível contar a presença tímida de pouquíssimas árvores, aparentemente nascidas após o período de devastação completa. Convém observar também a ausência de qualquer habitação ou outras benfeitorias que comprovem o cumprimento da função social da terra.

Um outro projeto que também contribuiu para o avanço da ocupação e consequentemente da derruba das matas no Pontal do Paranapanema, surgiu

Por volta de 1951/52 quando da criação do Ramal Dourados, que saindo de Presidente Prudente deveria atingir a barranca do Rio Paraná bem próximo da confluência do Rio Paranapanema, passando por Pirapozinho, Mirante do Paranapanema, Teodoro Sampaio, Euclides e Rosana, com

ligação por balsa os trilhos se estenderiam até Dourados no Mato Grosso do Sul. (ALEGRE, 1959, p.5-33).

Este projeto desencadeou um novo processo especulatório sobre as terras do Pontal e destruição das reservas naturais, além de beneficiar políticos ligados ao governo estadual, que tiveram acesso às intenções do projeto e compraram terras que teriam localização privilegiada em relação ao traçado dos trilhos. Daí nasceu Rosana em homenagem á uma das filhas do dono da Construtora Camargo Correia, conforme narra Alegre (1959).

Diante da resistência de alguns políticos da época, que não viam vantagens na efetivação do projeto, sabendo que beneficiaria a poucos, sugeriram na Assembléia Legislativa que os trilhos fossem apenas até Euclides da Cunha, o que de fato ocorreu, ainda numa tentativa inócua de proteger as migalhas de matas das reservas que ainda restavam.

Percebe-se que enquanto a pecuária avançou nos moldes traçados acima, as lavouras passaram a ocupar menos espaço na região e para não acabar também com o restante de vegetação nativa, já bastante reduzida, em 1978 é proibido por Lei a extração de madeira na região.

A partir da década de 1970, ainda aquecido pelo contexto nacional da implantação do I e II PND e pelo chamado “Milagre brasileiro”, que se traçam alguns projetos com o fim eminente de desenvolver a região do Pontal do Paranapanema e integrá-la às outras regiões do Estado. Foram viabilizados projetos como o da construção e revitalização do sistema viário, construção das Hidrelétricas, implantação do Pró-álcool e mais recentemente dos projetos de assentamentos rurais, que como será visto a seguir serão estas as principais ações de impacto considerável no desenvolvimento da região do Pontal do Paranapanema.

Este período foi fortemente influenciado pelo II PND (1975–1979) que visava entre outras coisas

a expansão da industrialização de bens de capital, na petroquímica, nos insumos básicos, como também em infra-estrutura na substituição energética via Proálcool”... (São Paulo (Estado), 1992, p.55).

A crise energética do petróleo induziu a investigação de outras formas de energia no país. Este programa atingiu a região do Pontal de forma drástica do ponto de vista ambiental e em 1977 foi implantado no município de Teodoro Sampaio, o primeiro projeto de uma destilaria autônoma de álcool – Alcídia -

financiada pelo Pró-alcool que plantou uma área de aproximadamente 15.000 ha de cana-de-açúcar. A Destilaria Alcídia nunca deixou de funcionar, atualmente, existem em seu entorno vários projetos de assentamentos rurais, cujas conseqüências sócio-ambientais serão descritas mais adiante.

Notícias da época mencionam que Presidente Prudente estava entre os sete núcleos urbanos próximos dos quais deveria ser implantada a maior parte das destilarias de álcool. Alegava-se que o incentivo ao plantio e beneficiamento da cana-de-açúcar deveria contribuir para a redução do desemprego na região. Certamente a implantação destas destilarias têm gerado postos de trabalho no campo, mas de uma maneira que pouco tem a ver com desenvolvimento: entre outras coisas, ampliou-se a monocultura degradadora do meio ambiente, favoreceu-se ainda mais a concentração de terras e a expropriação do homem do campo, e o emprego de mão-de-obra volante (bóias frias) em condições precárias de trabalho.¹⁴

Enquanto as demais regiões do Estado se beneficiavam com as políticas de descentralização das indústrias brasileiras, implementadas entre 1970 e 1980, a região, não consegue este salto, uma vez que o principal determinante na implementação da indústria é a proximidade com a matéria-prima. No caso do Pontal do Paranapanema, com o adensamento das pastagens para criação de gado, extinguiu-se o setor primário de produção de outros tipos de matéria prima, e a industrialização seguiu vinculada às atividades agropecuárias e ao segmento sucroalcooleiro.

A expansão da pecuária, o recuo de áreas de lavoura e a modernização agropecuária, interagiram sobre o movimento populacional e a urbanização, refletindo na diminuição da população rural em números absolutos, e no crescimento da população urbana, elevando-se o contingente populacional ligado ao setor de comércio e produtos.

Neste período (1980) foi feito um diagnóstico pelo Estado analisado por Alvim (1996) que

demonstrou saldo migratório negativo; falta de oportunidade de empregos na área urbana; grandes unidades fundiárias com aproveitamento extensivo, voltado às pastagens; retração das atividades terciárias e intensificação do trabalho volante. A boa condição que a região oferecia

¹⁴ O Jornal Imparcial/ Pres. Prudente de 08/08/2006 relatou denúncias a este respeito feitas pelo Ministério Público em visita nos campos das usinas

para a navegação fluvial através do Rio Paraná era ressaltada como fator positivo para o desenvolvimento regional. (1996, p.268)

No entanto, somente oito anos mais tarde é que foi elaborado o referido plano de desenvolvimento. Segundo Alvim, no que trata da região do Pontal do Paranapanema foi apontado grande número de diretrizes e intervenções significativas, chegando mesmo a citar como e o local onde certas ações deveriam ser implantadas, no entanto destacaremos apenas alguns destes objetivos:

Setor Primário: Diretrizes - desenvolvimento de melhores condições de vida ao trabalhador rural; desenvolvimento e estudos de projetos vinculados à expansão da cultura canavieira para a produção de álcool; estímulo a estudos e programas específicos visando melhores condições de produção na região e promoção de assistência técnica e creditícia ao produtor rural. Intervenções: criação de cooperativas, orientação e assistência técnica ao pequeno e médio produtor, criação de mini CEASAs.

Setor Secundário: Diretrizes - promoção e fortalecimento industrial, estimulando principalmente aqueles segmentos voltados para o aproveitamento da matéria prima local e para a expansão de outras atividades ligadas ao consumo urbano e implementos agrícolas. Intervenção—Implantação de indústrias que atuam na transformação dos subprodutos da agropecuária, bebidas não alcoólicas, madeireira, material de construção, etc.

Setor Terciário: Diretrizes - (...) intervenção – fortalecimento do comércio atacadista, varejista,... Estímulo à associação e ao desenvolvimento do turismo (...).

Sistema Viário e de Transporte: Diretrizes - intervenções ligadas ao fortalecimento e aparelhamento das atividades turísticas e de lazer, ligadas ao aproveitamento do Rio Paraná.

Meio Ambiente – Diretrizes: organização espacial do ambiente e de seus recursos; compreensão do ambiente e uso racional de seus elementos tidos como recursos para as atividades humanas e preservação dos recursos naturais e potencial ecológico. Intervenções – Regulamentação do uso e controle efetivo da utilização do Patrimônio Natural (Reserva Florestal Morro do Diabo e potencial Hídrico); criação de parques ecológicos; criação de Parques turísticos e centros de lazer ao longo dos principais rios. (ALVIM, 1996, p.292-294).

Tudo indica que o referido plano não foi implantado, os recursos que seriam utilizados para empreender estas ações, não foram se quer estipulados, nem mesmo foi estabelecida uma ordem de prioridades entre as atividades interventivas, ou seja, foi mais um projeto que não saiu do papel, embora continue atual e necessário.

Antes mesmo de iniciar a execução do plano anterior em 1986, aparece um novo projeto governamental intitulado: *Ação Integrada para o Fortalecimento Social da Região da Alta Sorocabana*. Visava elencar ações pontuais para o fortalecimento da economia dos municípios do Pontal do Paranapanema, além de preparar a região

para internalizar os impactos da construção das hidrelétricas. Seguindo esta lógica são reforçadas as seguintes ações setoriais:

a - Projeto de um Distrito industrial em Presidente Prudente (1968)

b – As Usinas Hidrelétricas, já em fase de construção, de Porto Primavera (1980-1989), Rosana (1980–1987) e Taquaruçu (concluída somente em 1992).

c - Núcleo de Primavera

d - Hidrovia Tietê – Paraná. Projeto iniciado em 1980, que previa uma rede de navegação de 2.400 km de extensão, quando concluído: sendo 779 km no Rio Paraná (da usina de Itaipu até São Simão em Goiás). Atualmente a hidrovia tem 1040 km navegáveis, considerando como ponto de partida os terminais de Conchas e Piracicaba, as obras ainda não foram concluídas a partir de Jupia, apesar de existir estrutura em funcionamento na Hidrelétrica de Primavera, que é subutilizado.

e- *Projeto Calha* – Lançado em 1990, este projeto só faz sentido para os municípios onde a hidrovia está em funcionamento, pois visa basicamente, através de um consórcio intermunicipal, planejar ações para as áreas lindeiras á hidrovia, no caso do Pontal envolveria os municípios de Presidente Epitácio, Rosana e Teodoro Sampaio, “orientando os empreendimentos a serem aí instalados de modo compatível com as vocações e potencialidades de cada município e a preservação do meio ambiente” (ALVIM, 1996, p.319).

Em 1994 um novo diagnóstico governamental foi elaborado sobre a região do Pontal do Paranapanema¹⁵ destacando os seguintes pontos: áreas de ocupação recente; transporte e circulação pouco articulados; baixa densidade populacional, núcleos pouco equipados, baixa qualificação de mão-de-obra; predomínio de pastagens com manchas isoladas de culturas temporárias e permanentes, solo pobre com processos erosivos; manchas expressivas de vegetação original e matas galerias.

Diante de tal quadro mais uma vez a diretriz apontada para sanar os problemas foi: incentivo à pólos industriais, destacando o que Gómez (2006) chama de espiral das políticas públicas nada virtuosas:

⇒ implementação de estratégias de desenvolvimento ⇒ promessas de melhora geral da qualidade de vida ⇒ fracassos ⇒ reformulações ⇒ novas estratégias⇒ novas promessas ⇒ novos fracassos ⇒ reformulações ⇒.
(p.117)

¹⁵ Estão referenciadas no trabalho: CITP/CEPAM . Projeto Calha, Hidrovia Tietê – Paraná: caracterização regional. São Paulo: CEPAM, 1994. p.18.

Sem o impulso da produção agropecuária que se mantém sobre vastas extensões de terra com alta capacidade ociosa, principalmente pela transferência recente de boa parte da produção para o Centro Oeste do país e sem espaço para a produção agrícola, não se pode justificar o investimento industrial em outros setores que não seja o pecuário ou o sucroalcooleiro.

Criou-se um verdadeiro círculo vicioso de baixa produção, poucos empregos e baixa renda, de modo que o problema da concentração fundiária em áreas devolutas que vem sendo protelado ano pós ano, não permite ações mais efetivas para devolver à população seus instrumentos de produção e geração de renda, acirrando fortemente os conflitos por terra a partir de 1980.

Verificamos que muito do que se planejou para o desenvolvimento da região do Pontal do Paranapanema não saiu do papel e os que saíram, foi para atender interesses que não são o da maioria, mas particularmente às elites dominantes. As pressões das últimas décadas por movimentos sociais organizados, forçaram a implantação de reassentamentos e assentamentos rurais, que por constituir o foco deste trabalho será tratado no capítulo seguinte separadamente. Analisamos que de todos estes projetos e planos públicos, os de impacto mais relevante sobre o processo de desenvolvimento da região foram: a construção da ferrovia Sorocabana, a implantação das três Hidrelétricas, o projeto Pró-Álcool e os projetos de assentamentos rurais.

Foram inúmeros os impactos derivados diretamente da construção da ferrovia da qual já falamos anteriormente, da implantação das hidrelétricas, do Pró-alcool e da implantação dos assentamentos, embora os mais visíveis, até devido sua própria dimensão, foram os impactos causados pela implantação das hidrelétricas:

- a) Modificação da paisagem com a o surgimento dos gigantescos lagos do represamento dos Rios, alagamento de áreas antes povoadas, surgimento das barragens e reassentamentos da população atingidas por elas;
- b) Calcula-se que para construção das hidrelétricas se utilizou ao mesmo tempo aproximadamente 10 mil homens em cada uma das três hidrelétricas que vieram de todas as partes do país principalmente da região nordeste;
- c) A vila piloto que abrigava todo este contingente humano em Rosana se tornou Distrito de Primavera totalmente planejado pela CESP;
- d) Sugiram os primeiros reassentamentos rurais

- e) Rosana e Teodoro aprimoraram o sistema de serviços criando novas feições urbanas;
- f) Construção de novas estradas além das já construídas;
- g) Aumento colossal da oferta de emprego;
- h) Dinamização do comércio regional.

A conclusão gradativa das obras no início da década de 80 aumentou drasticamente o número de desempregados, principalmente àqueles de baixa qualificação profissional. Tal fato está diretamente e indiretamente vinculado aos outros dois projetos em questão: o Pró-alcool e os projetos de assentamentos rurais, por um lado, porque acirrou a luta por terra na região e por outro porque liberava mão de obra barata para os grandes canaviais.

Com a crise do Pró-alcool no início dos anos 90, algumas destilarias entraram em decadência na região. Atualmente, com o aumento do consumo de álcool combustível este setor de produção ganhou nova dinamização e já é preocupante a expansão das áreas de plantio de cana-de-açúcar na região.

Os efeitos da implantação dos assentamentos estão mais presentes no embate político e ideológico local com repercussões socioterritoriais ainda pouco estudadas em seu contexto. No entanto, de todas as políticas públicas implantadas na região do Pontal do Paranapanema esta é a que mais se aproxima do que se pode chamar de políticas de desenvolvimento socioterritorial, pois traz no seu bojo características inegáveis deste processo: seu caráter redistributivo, produtivo e de aumento das possibilidades de escolha de um grande número de famílias a quem estas possibilidades foram historicamente negadas.

Assim para concluir a exposição sobre o histórico de ocupação da região que inevitavelmente vem ancorada nos diferentes modelos de desenvolvimento pensados para o País, seus Estados e regiões, convém destacar que após uma curta discussão fomentada, principalmente pelo SEBRAE sobre o Desenvolvimento Local Sustentável, que trouxe em seu bojo propostas como a cadeia produtiva do couro, os Fóruns de Desenvolvimento Local e a instigação pela formação de redes, o novo modismo do momento é o desenvolvimento territorial.

Segundo Gómez (2006) tal proposta tenta fortalecer a solidariedade dos grupos que convivem no território para a criação de novas formas de cooperação entre todos os atores sociais visando encontrar e propor soluções que promovam o

desenvolvimento territorial. Tal proposta “vinda de cima para baixo” para ser implementada “de baixo para cima” já mostra desde sua concepção graves falhas:

- a) seleção de atores (quem e como) se o nível de participação e interesse é baixo e quando existe são contraditórios;
- b) falta de comunicação e entrosamento entre diferentes atores e instituições;
- c) abrangência da região e falta de recursos;
- d) tenta-se nas reuniões não tratar de temas polêmicos que envolva conflito entre os participantes;

Enfim, Gómez conclui que

nessa política fadada ao fracasso existe uma co-responsabilização da chamada sociedade civil que participa do processo (...) além de não existir uma interlocução fluida entre os grupos, nem mesmo uma unidade de ação, na salvaguarda de interesses comuns, a tensão pelo direcionamento e apropriação dos recursos provocam ainda mais distanciamento e fortalecem os ressentimentos entre os grupos (...) o desgaste de uma participação esvaziada de sentido, a esterilização dos conflitos estruturais (capital x trabalho, dominantes x dominados etc.) deixa os movimentos sociais fragmentados, isolados, enfraquecidos na sua dinâmica reivindicativa. (2006, p.394)

Para Gómez tais políticas trazem em seu bojo formas de controle sutis através de falsos discursos de responsabilidades e de consensos que visam, sobretudo conformar a realidade sem discutir ou propor mudanças significativa.

Enquanto caminhamos escrevemos a história. Algo é certo, os conflitos e as desigualdades engendradas desde os primeiros colonizadores, o elevado número de áreas ainda devolutas, o vazio demográfico de vastas áreas com pastagens pouco investimento na terra e no próprio gado, menos ainda nos postos de trabalho. As mazelas sociais, políticas, econômicas e ambientais dos projetos de desenvolvimento que para cá trouxeram as hidrelétricas, as destilarias de álcool, os frigoríficos e mais recentemente os presídios, revelam o lado perverso deste caminhar. Num cenário destituído de alternativas dentro dos padrões adotados de desenvolvimento, no qual os assentamentos conquistados, sob a pena de sol forte embaixo de lonas escaldantes, são relegados ao descaso. Instituições que teriam tudo para funcionar sendo sucateadas para calar a voz dos que ainda apostam em outras alternativas de desenvolvimento representada pela reforma agrária. De todas estas políticas, apesar das dificuldades e das carências públicas – diga-se intencionais - os assentamentos rurais foram e são as únicas políticas capazes de proporcionar medidas redistributivas promotoras de desenvolvimento e que nasceu genuinamente da vontade popular.

5 – IMPLANTAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO PONTAL DO PARANAPANEMA – MATERIALIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA

Desde de a ampliação do número de assentamentos rurais no final da década de 1980 e meados da década de 1990, que aumentaram substancialmente os estudos sobre os mesmos, principalmente sobre o processo de formação, sua organização interna, os sujeitos que o constituem e o papel das políticas públicas nestes novos territórios. Em número menor aparecem também os estudos sobre os processos de luta pela conquista da terra, dentre os quais o de maior destaque são os trabalhos de Fernandes (2000 e 2001)

Nos estudos sobre a análise dos assentamentos na região do Pontal do Paranapanema, percebemos que existem um número relevante de trabalhos, principalmente estudos sobre alguns deles como já citamos anteriormente. As pesquisas que tratam dos impactos socioterritoriais da implantação dos assentamentos em determinados municípios e que contribuíram no desenvolvimento desta pesquisa, como já foi citado, são os trabalhos de Ramalho (2002) sobre os assentamentos no município de Mirante do Paranapanema e de Leal (2003) sobre o Município de Teodoro Sampaio.

Outros trabalhos mais gerais sobre as particularidades dos assentamentos foram verificados nas contribuições de Carvalho (2004), Leite (2004), Alentejano (2003), Bergamasco (2003), Heredia *Et All* (2001), Medeiros (1999) e Sparovek (2003 e 2005) entre outros.

Percebemos, deste modo, que são poucas as informações sistematizadas sobre o significado e a importância da implantação dos assentamentos rurais para os municípios e as regiões onde estão localizados. Este trabalho visa oferecer contribuições mais abrangentes para compreensão destes diferentes, mas também semelhantes espaços geográficos na região do Pontal do Paranapanema.

Neste capítulo resgataremos um pouco da história de implantação dos assentamentos na região e alguns aspectos que são fundamentais na compreensão dos impactos socioterritoriais decorrentes desta intervenção no campo.

A paisagem da Região do Pontal do Paranapanema, conforme ilustrado na Foto 02, chama atenção pela sua extensão, seu vazio demográfico, a predominância de pastagens que vão até as margens dos agonizantes riozinhos assoreados e sem matas ciliares. Pequenos municípios cujo pólo regional se concentra na maior cidade

da região, Presidente Prudente, entre outras particularidades, principalmente o fato de nesta região estar implantado o maior número de assentamentos rurais do Estado de São Paulo.

Desde as primeiras ocupações que ocorreram no final da década de 1970 e início dos anos 80 (Fazenda Macali - Rio Grande Sul 1979, Fazenda Primavera – SP 1980, Fazenda Burro Branco–SC e Gleba XV de novembro – SP em 1984) que a organização da luta pela terra ganhou força e uma nova dimensão.

Através das ocupações, o movimento de territorialização e luta pela terra passou a se materializar através da implantação dos assentamentos rurais. Que a partir de então, eclodiram no país inteiro, fruto, sobretudo da pressão sincronizada destes movimentos, em especial do MST, na exigência de políticas públicas para atender um setor crescente de expropriados da terra.

No Pontal do Paranapanema a questão fundiária é um problema que se arrasta desde a segunda metade do século XIX, quando as terras começaram a ser griladas, de modo que toda região teve sua origem em dois grandes grilos: o Pirapó – Santo Anastácio e o Aguapehy- Peixe. Vimos que a disputa entre grileiros, posseiros e o povo indígena foi intensa durante anos, com índices de violência, crueldade e devastação ambiental incalculáveis.

Obviamente que de uma disputa com correlações de forças tão desiguais predominou a “lei do mais forte”, os índios em sua maioria foram exterminados, os posseiros foram expropriados e expulsos e os grandes latifundiários se “asenhoraram” das terras do Pontal e viveram tranquilos por muitos anos nesta condição. Com a expansão da cultura cafeeira e a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Alta Sorocabana no início da década de 1920, empreiteiras e grandes empresas loteadoras repartiram e negociaram terras cuja origem duvidosa não era segredo para ninguém, aparecendo daí as primeira cidades do Pontal.

Os principais jornais da época (meados da década de 1930) já denunciavam o risco de compra de terras na região, de modo que, quando se “venceu” o modo conformado de aceitar a realidade do Pontal e as terras devolutas foram “desencavadas” na década de 1970 pelos movimentos socioterritoriais, a luta começou a ganhar força. Para os grandes latifundiários da região não havia mais como alegar ignorância sobre a devolutividade de “suas terras” e os órgãos judiciais foram forçados a rever processos engavetados há anos.

Segundo Leite, (...) no final do governo militar e nos primeiros anos do regime democrático, adotou-se o procedimento de se criar áreas prioritárias ad doc. O que deveria ser um ordenador de uma política de redistribuição da propriedade tornou-se um empecilho burocrático a mais. Cada vez que conflitos de certa monta pressionavam o governo a realizar uma desapropriação, eram necessários dois decretos diferentes: um criando uma área prioritária e outra considerando o imóvel passível de desapropriação por interesse social a última palavra cabendo à justiça (...) Uma certa perspectiva de alteração desse quadro surgiu com a redemocratização em 1985 com a criação do PNRA- Plano Nacional de Reforma Agrária - pautada sobre o Estatuto da Terra (LEITE, 2004, p.38-39).

A pressão de grupos conservadores, mais a Constituição de 1988 impuseram limitações ao PNRA e passaram a garantir aos latifundiários desapropriados, valores elevados pelas suas benfeitorias que, na maioria das vezes, o valor recebido se equipara ao valor de mercado de terras da região, se fossem vender as terras griladas. Assim, em alguns casos o próprio fazendeiro se dispunha a negociar com o Estado, oferecendo 30% de sua área devoluta pela titulação do restante ou de outras áreas na mesma condição.

O quadro 06 revela os valores pagos nas benfeitorias recentemente. Passaram-se 3 anos e o que deveria ser o assentamento Porto Maria ainda apresenta problemas estruturais de parcelamento da área e definição das famílias a serem assentadas.

Quadro 06- Valores pagos pelas Benfeitorias de Imóveis

ano	município	imóvel	área (ha)	valor pago (r\$)	potencial de fam. assentadas
2003	Marabá Paulista	São Pedro	254,11	R\$ 877.211,06	08
2003	Marabá Paulista	Santo Antônio do Prata	817,65	R\$ 3.082.260,09	34
2004	Mirante do Paranapanema	Santo Antônio Pelegrine	521,20	R\$ 2.650.000,00	24
2004	Rosana	Porto Maria	1.127,00	R\$ 6.086.000,00	30
2004	Teodoro Sampaio	Santo Expedito	661,96	R\$ 3.727.807,00	38
2007	Araçatuba*	Floresta	928,90	9.092.157,48(TDA) R\$ 601.256,81	58
Total	4	5	3.381,92	16.423.278,15	134

Fonte: O Imparcial, 14/06/2005 – org – Eliane J. T. Mazzini * Não comparece na soma total por não estar localizado no Pontal

Observamos que os valores variam muito de imóvel para imóvel em função da localização da área e das benfeitorias existentes dentro da fazenda, mas não diferencia muito de uma venda no mercado imobiliário destes municípios, isto porque os valores atribuídos às benfeitorias finda sendo melhor negociados com o Estado. Incluímos uma área negociada no município de Araçatuba para fazermos uma comparação com as áreas arrecadadas no Pontal e também por ser uma das negociações mais atual.

No Pontal do Paranapanema, a primeira experiência de redistribuição de terras nasceu com a implantação do Projeto Rebojo, no Município de Estrela do Norte, no ano de 1964, ainda como uma política de colonização agrícola. Com a titulação dos lotes grande parte dos primeiros beneficiários deixaram a área e a mesma encontra-se bastante descaracterizada, quando comparada com uma área de assentamento rural. Esta área não faz parte desta pesquisa, mas dá exemplo do que pode ocorrer com os assentamentos rurais à medida que forem titulados. A tendência é a reconcentração da terra e a expropriação dos mais “fracos”.

Com o término da construção das três Hidrelétricas no Rio Paraná e Paranapanema, uma gama gigantesca de operários da construção civil, principalmente os de baixa escolaridade e pouca qualificação profissional perderam seus postos de trabalho. Tal fato, somado ao contexto histórico nacional de exodo rural, conflitos entre pequenos posseiros e fazendeiros, aumento das desigualdades sociais, desemprego no campo e na cidade, aumento da inflação, entre outros, contribuíram para engrossar o número de famílias sem terra, que viram na possibilidade de retorno ao campo chances de sobrevivência e desenvolvimento.

Assim, o MST chega à região em 1990, atraídos por três razões resumidas por Gómez (2006): “o latifúndio improdutivo, as terras griladas e o elevado número de trabalhadores sem terra e sem perspectiva de vida e trabalho”. (p.380)

Antes porém, conforme relato anterior, desempregados da construção das usinas e ribeirinhos que perderam suas terras por alagamento, iniciaram a luta dos atingidos pela barragem do Rio Paraná para construção da Usina Hidrelétrica de Rosana. Tais pressões forçaram a CESP – Companhia Energética do Estado de São Paulo – a criar o primeiro reassentamento (Lagoa São Paulo) no Município de Presidente Epitácio em 1983, a fim de mitigar os impactos da implantação das barragens.

Os reassentamentos também não entram neste estudo, pois nasceram de processos diferentes de modo que sua análise também deve ser diferenciada. No entanto, as lutas engendradas na conquista deste reassentamento favoreceram a organização de trabalhadores rurais sem terra na luta pela implantação do primeiro assentamento da região – A Gleba XV de Novembro, na qual foram assentadas 571 famílias. Este é o maior assentamento do Pontal, com 13.310,76 hectares, possui mais de três mil pessoas, está geograficamente inserido parte no município de Euclides da Cunha e outra em Primavera (Distrito de Rosana). A igreja católica e a CONTAG auxiliaram decisivamente na organização das lutas e conquista deste território.

Uma das histórias narradas sobre a conquista deste assentamento é relatada a seguir:

“lembro como se fosse hoje, no dia 15 de novembro de 1983 ocupamos a Rosanela (que na época era uma reserva da Camargo Correia), fomos despejados pelos *puliça* e discriminados até pelos bóias frias que nos viam acampados na beira da estrada. O Jerson Camioto e o Mauro Bragato, que na época era estudante, ajudaram no trabalho de base. Pegaram uma liderança em cada município, prá juntar o povo para ocupar.

Na época foi um conflito muito grande entre os jagunços e nós. O governo era o Montoro, que era um homem do povo e ajudou nós e em julho de 1984 entramos no emergencial da Gleba XV. Fomos a primeira família a entrar na fazenda do Plínio Junqueira e não tinha um pé de mamona, pergunta quem produzia mais: ele ou nós assentados?”
(Dona Nice, Assentada na Gleba XV de Novembro - líder comunitária do Setor II – julho de 2006)

Da situação atual dos assentamentos, respondendo à pergunta feita por Dona Nice, será retomado mais adiante. Obviamente ela e tantos outros também auxiliaram a encontrar as respostas.

Reflexo destas primeiras lutas foi a materialização dos Assentamentos Água Sumida (127 lotes) em Teodoro Sampaio e Areia Branca (87 lotes) em Marabá Paulista em 1988. E no ano de 1990 a conquista foi do Assentamento Santa Rita do Pontal (51 lotes) em Euclides da Cunha.

A primeira ocupação de terra liderada pelo MST na região só aconteceu em 1990, quando cerca de 800 famílias ocuparam uma área de 160 alqueires da Fazenda Nova do Pontal, em Teodoro Sampaio da qual foram despejados depois de uma semana. Aí se iniciava um processo que ficou conhecido nacionalmente como “invasão de terras”. Para os integrantes do movimento e para os conhecedores da

história “grilenta” do Pontal do Paranapanema acertadamente o processo se chama ocupações de terras.

O processo de espacialização da luta pela terra executada pelo MST iniciou-se com os trabalhos de base nas periferias das cidades, desenvolveu-se na organização das famílias, consumando-se nas ocupações das terras devolutas. Desde esse momento, desdobra-se em manifestações, entre as quais, as marchas, os atos públicos e as ocupações de prédios do governo, exigindo a negociação e procurando mudar a conjuntura política. (Ramalho, 2001)

A luta pela terra no Pontal sempre existiu, o que mudou a partir de 1990 foram as estratégias de luta que passaram a ser cuidadosamente planejadas e direcionadas, processo este analisado no livro de Fernandes (1996) “MST: formação e territorialização em São Paulo.”

Veremos que na luta pelo espaço e pela sobrevivência, a terra é um instrumento poderoso de resistência, pois além de garantir formas mais racionais de uso do solo e a construção de novas relações de trabalho e produção, permite a sobrevivência do camponês de forma relativamente autônoma. A territorialização dos movimentos de luta pela terra é materializada pela ocupação do território do latifúndio e do agronegócio.

A mudança das estratégias de luta e o fortalecimento do campesinato, forçou o Estado a criar estruturas para responder às novas demandas impostas, criando através do Decreto 33.133/1991 o Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP. Só para Região do Pontal foram destinados aproximadamente 200 servidores, para atuar nas áreas de regularização fundiária, de desenvolvimento das comunidades assentamentadas e na mediação dos conflitos, com um quadro funcional bastante diversificado composto principalmente por Engenheiros Agrônomos, Veterinários, Assistentes Sociais, Engenheiros Florestais, Técnicos Agrícolas, Engenheiros Cartógrafos, Geógrafos, Advogados, e Agrimensores.

No ano de criação do ITESP (1991) e de forma mais incisiva, as ocupações ocorreram seguidamente no município de Mirante do Paranapanema, 247 famílias ocuparam a Fazenda São Bento, houve liminares de reintegração de posse, mas a forma de resistência encontrada foi, “fazê o que manda o juiz, se não a gente ia preso e ocupá outra área” (Benedito, 53 Assentamento São Bento). Seguindo este raciocínio, num curto período ocorreram 5 ocupações como mostra o Quadro 07. Iniciava-se a efetivação de uma série de estratégias políticas visando à ocupação de áreas, que resultariam, no final de 1994, no assentamento emergencial de 316

famílias na Fazenda Santa Clara, que se tornou o primeiro assentamento do Município de Mirante do Paranapanema.

Atualmente este assentamento chama-se Che Guevara e juntamente com ele foram implantados já no início de 1995 o assentamento São Bento com 183 famílias e o Estrela Dalva com 31. Ainda no município de Mirante do Paranapanema em dezembro do mesmo ano, foram implantados mais 8 assentamentos (Arco Iris, Canaã, Flor Roxa, Haroldina, King Meat, Santa Carmem, Santa Cruz e Santana). Ocorreram ainda neste ano conforme Quadro 07, a seguir, 48 ocupações na região.

Quadro 07 – Ocupações no Pontal do Paranapanema por município

NOME DO MUNICÍPIO	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	TOTAL
Álvares Machado								2							1	3
Caiuá								10	4	6			2		3	25
Euclides da Cunha Paulista				3			4	9	5	1	3	3			1	29
Iepê									3							3
Marabá Paulista								1	1	1		2			4	9
Martinópolis					8	2	6	6	2							24
Mirante do Paranapanema		5	9	25	30	30	10	3	16			1				129
Nantes									2	1						3
Narandiba									1						2	3
Piquerobi									1	1					1	3
Pirapozinho														1		1
Presidente Bernardes							3		8	2		1	1		1	16
Presidente Epitácio			2			2	9	1	6	4	2		3	3	6	38
Presidente Prudente								1								1
Presidente Venceslau							11	2	2	2			1		2	20
Rancharia					1	9	1	4	6	1						22
Regente Feijó										2						2
Ribeirão dos Índios										2						2
Rosana					1			2	8		1		2	1		15
Sandovalina						3	11	1		2			3		6	26
Santo Anastácio							1	1	2	1					1	6
Taciba									2							2
Tarabai								1								1
Teodoro Sampaio	1				2	2	1	2	7	1	9	4	4	1		34
TOTAL	1	5	11	28	42	48	57	46	76	27	15	11	16	6	28	417

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra e CPT – Comissão Pastoral da Terra.
www.prudente.unesp.br/geo/nera
nera@prudente.unesp.br

Fonte: DATALUTA (2004)

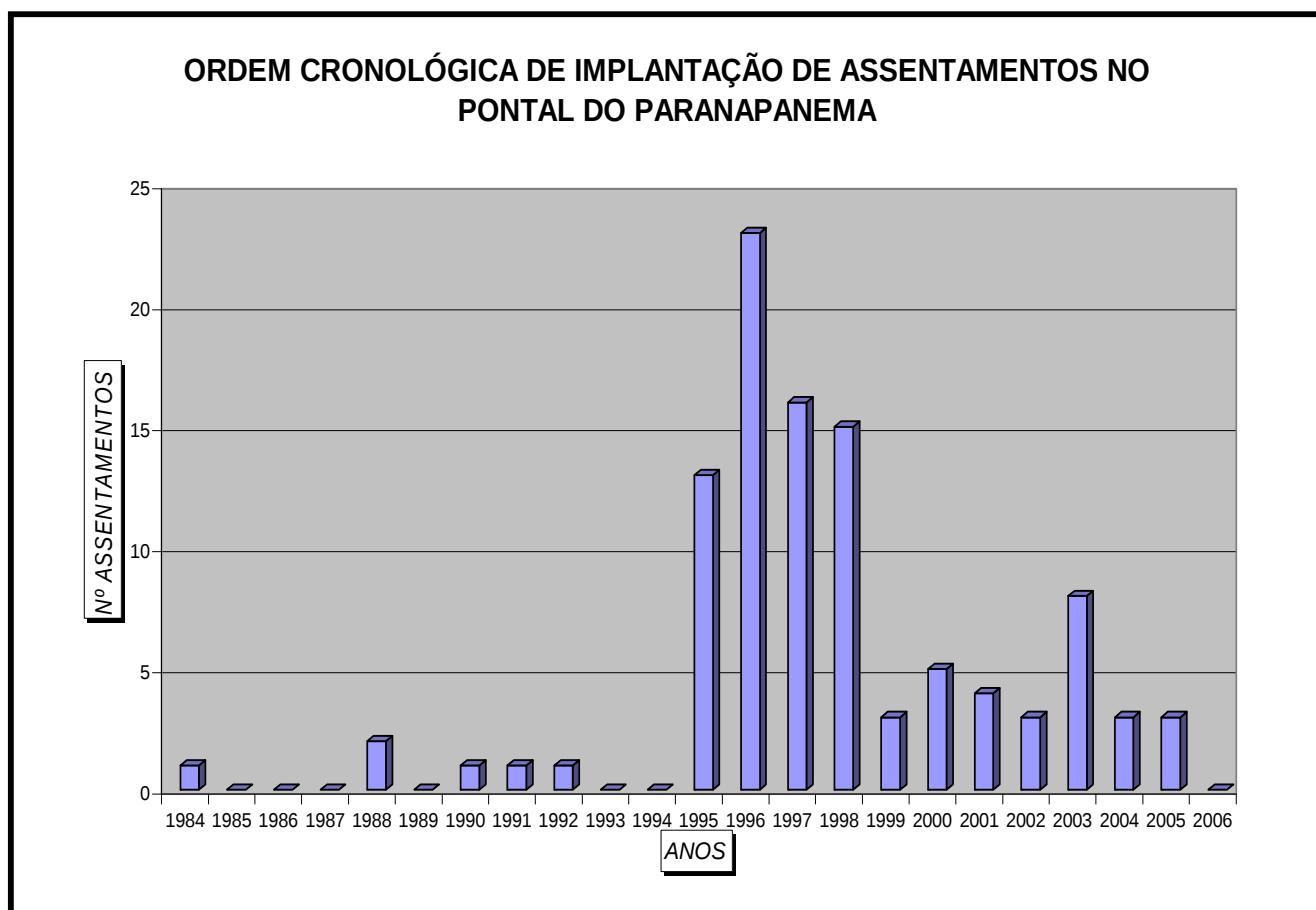
Particularmente, o ano de 1995 foi extremamente importante no sentido de formulação de políticas públicas agrárias e fundiárias para o Pontal do

Paranapanema. Em setembro de 1995 foi criado o Plano de Ação Governamental para o Pontal do Paranapanema

pelo qual se promulgava pela legitimação das áreas devolutas inferiores a 100 ha e pela retomada judicial das áreas devolutas superiores a 500 ha, destinando-as ao assentamento de trabalhadores rurais sem terra, "pacificando" os conflitos que vinham se acirrando desde 1990. (ITESP, 1998d, p.04).

E assim, depois das fortes pressões dos movimentos socioterritoriais e da criação de condições legais, deu-se uma sequência de implantação de assentamentos no Pontal do Paranapanema, que é apresentada em ordem cronológica, no Gráfico 02 a seguir:

Gráfico 02 – Ordem cronológica da implantação dos Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema



Fonte: Dados Itesp, 2006 org. Eliane de J. T. Mazzini

É interessante observar a ordem cronológica de implantação destes assentamentos e tentar compreender os processos que a antecederam e que ainda a precedem a partir da pressão popular e pelas respostas que o Estado é forçado a dar. Entender cada ano como um processo diferente, com diferentes oportunidades políticas, agentes sociais e agências envolvidas, grupos de interesses a serem beneficiados ou prejudicados em face dos possíveis efeitos práticos da implantação de cada assentamento. Trata-se de processos permeados pelo conflito. Processos esses que levaram à criação do MST e também de outros movimentos dissidentes, lutando pelas mesmas causas e também à criação da UDR e de tantos outros grupos de interesses semelhantes ou contrários.

Observamos que fortes foram as pressões e lentas as respostas, de 1984 a 1994 foram implantados apenas 06 assentamentos. Nestes 10 anos a pressão por terra só aumentou, principalmente com a chegada do MST em 1990, considerando desta data até 1994 foram mais de 87 ocupações em sete municípios do Pontal, iniciando por Teodoro, seguido de Mirante, Presidente Epitácio, Euclides da Cunha, Martinópolis, Rancharia e Rosana.

Nos anos seguintes, de 1995 até 1998 construiu-se mecanismos políticos¹⁶ e físicos, para que as áreas reivindicadas fossem rapidamente negociadas e entregues para parcelamento. Foram implantados apenas em 4 anos a maioria de todos os assentamentos existentes na região atualmente: 68 dos 103 existentes. As razões desta oscilação já foi explicitada anteriormente quando apresentamos os diferentes projetos de reforma agrária nos diferentes períodos de governo e as estratégias que foram sendo montadas para tentar conter os avanços da luta pela terra.

Desse modo, pela impossibilidade de superação da questão agrária, por meio do paradigma adotado o governo FHC ajustou estrategicamente uma política de transferência e substituição dos elementos da questão agrária. Assim, os elementos em que os trabalhadores têm perspectiva de enfrentamento e resistência nos espaços políticos, são transferidos para o espaço econômico, onde a resistência é reduzida. E os elementos constituídos de identidade política e histórica são substituídos por novos elementos para produção de outra identidade e outra história. (FERNANDES, 2002, p.62).

¹⁶ A região do Pontal do Paranapanema “...em razão desta situação (conflito), foi objeto de um Plano de Ação em que foram propostas ações reivindicatórias com pedido de Tutela Antecipada que permitiram, com o apoio do INCRA, a arrecadação de mais de 40 imóveis irregularmente ocupados, propiciando o assentamento de quase 2500 famílias até dezembro de 1997 (ITESP, 1998d, p.18).

Contrariando as estratégias de que implantando assentamentos rurais diminuiria a luta pela terra, as ocupações só intensificaram. Segundo levantamento feito pelo DATALUTA (2005) entre os anos de 1997 e 1998 existiam acampamentos em 21 dos 32 municípios que compõem a região, ocorrendo neste período o maior número de ocupações de terras por parte dos movimentos sociais já visto no Pontal do Paranapanema, foram 227 ocupações, de modo que

A luta pela terra acabou por erigir-se num dos principais selos de identidade do Pontal do Paranapanema. O fato de ser um foco de conflito permanente, no Estado de São Paulo, propiciou-lhe uma visibilidade midiática nacional e, até em certos momentos internacional – que acabou estabelecendo uma associação entre o Pontal do Paranapanema e a luta pela terra. (GÓMEZ, 2006, p.380)

Os anos de 1999 até os dias atuais (2007) revelam um recrudescimento na política de implantação dos assentamentos na região, revelando que

o poder político continua muito vinculado aos latifundiários, por meio do domínio das prefeituras, da mistura de interesses com o judiciário ou como grupo de pressão em torno da UDR. (GÓMEZ, 2006, p. 380).

Nos últimos 8 anos apenas 26 assentamentos foram implantados e se comparado ao número de famílias atendidas a ineficiência é ainda maior. Isto não significou diminuição na pressão dos movimentos, ocorreram aproximadamente 114 ocupações neste período e segundo dados da Assessoria de Mediação de Conflitos do ITESP (2006), existem mais de 3835 famílias acampadas.

Percebe-se claramente a tentativa de cortar pela raiz a territorialização da luta pela terra:

Foi assim que o governo tirou a questão agrária do território da política e adotou o Banco da Terra, essa política do Banco Municipal, que coloca a questão agrária no território do capital, limitado as negociações políticas à condições oferecidas pelos negócios do mercado. Dessa forma, o governo se alia aos latifundiários, entorpecendo a questão agrária. E para completar esse estratagema, abandona as famílias assentadas à própria sorte (...) (FERNANDES, 2000, p.63).

É o que percebemos pela tentativa velada de dismantlar instituições como a Fundação ITESP que poderia realizar de forma mais adequada a assistência técnica nos assentamentos rurais, estamos nos referindo ao fato dos funcionários do quadro funcional deste Instituto serem submetidos a pressões constantes, por ameaças de novos concursos e perda do posto de trabalho. Tal fato leva funcionários experientes e capacitados a deixarem a instituição diante de qualquer oportunidade que possa lhe oferecer maior segurança de trabalho. Falamos ainda, da inexistência de políticas agrícolas capazes de dar segurança também ao homem do campo e neste

caso não estamos falando apenas dos assentados, mas também de todos os pequenos produtores rurais, além dos preços mínimos faltam mecanismos que possam permitir o assentado inserir-se economicamente no mercado, já que está inserido nele, se ele não o contempla, natural a luta contra este modelo.

Assim, os sem-terra, por lutarem para serem eles mesmos, por lutarem contra o capital e o latifúndio são desterrados de seus espaços políticos e de seu tempo histórico. É fundamental reafirmar que esse novo momento é resultado da inexistência de uma política de reforma agrária, da extinção dos programas de escassas políticas públicas, destinadas ao desenvolvimento dos assentamentos, da criminalização das ocupações e da mercantilização da questão agrária. (FERNANDES, 2000, p.63).

Corroborando com Fernandes, percebemos que na sociedade capitalista, a questão agrária é resultado de seu modo de produção que se desenvolve por meio do mercado, onde se realiza a renda capitalizada da terra, que gera a desigualdade e a diferenciação social. Neste território é impossível minimizar o efeito devastador do problema agrário, justamente por optar pelo mercado para conduzir esta questão.

5.1 – As ocupações de terra

Percebemos que os acampamentos, tiveram e têm papel fundamental nas estratégias de luta e resistência no campo. Os meios legais de acesso à terra sempre foi a compra, impossível para esta parcela da população e, mais recentemente, o Crédito Fundiário ou o cadastro e a espera. Os acampamentos, no entanto, rompem com esta condição e demonstram a necessidade da emergência na tomada de decisão por parte do poder público.

Dentre as demais estratégias de luta pela terra e de direitos para permanecer nela Fernandes nos aponta os seguintes:

(...) protestos da mais diversas dimensões e formas, acampamentos e romarias, são bloqueios de estradas, são manifestações enfrente aos órgãos federais e estaduais ou ocupações de prédios públicos, manifestações realizadas nas datas comemorativas da luta pela terra; são lutas dos sem-terrinhos, das mulheres e dos jovens. São sem-terra, são posseiros, são pequenos agricultores, são sindicalistas, **são desempregados**: são camponeses. Evidente que essas manifestações representam a resistência dos camponeses que vivem no mundo real: o mundo do capital. (FERNANDES, 2002, p. 64)

Devido à sua grande mobilidade, alguns acampamentos aparecem e desaparecem sem que nenhum registro documental seja feito. Desde o final da década de 1980 e início dos anos 90 que a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Ouvidoria Agrária tem tentado registrar estes dados que têm sido sistematizados pelo NERA/UNESP/ Presidente Prudente, através da criação do banco de dados

DATALUTA, tais dados nos auxiliam a dimensionar uma das maiores manifestações populares do Brasil, capaz de articular e envolver pessoas em todos os Estados brasileiros.

Estes dados são importantes para demonstrar, também, a importância da pressão popular na implantação dos assentamentos rurais nos municípios estudados. Claro que outros fatores também interferem na realização da política de assentamentos rurais, como as diferentes orientações de política agrária dos sucessivos governos e a perspectiva dos latifundiários fazerem bons negócios fundiários ao negociar com o Estado as áreas devolutas. No entanto, o pivô de toda a alteração socioterritorial ainda é a pressão dos sujeitos coletivos e os acampamentos, ilustrado pela Foto 03, exercem papel fundamental nisto, uma vez que expõe (torna pública) a grave situação a que chegou o trabalhador rural e revela o lado mais triste da expropriação rural: na cidade não existem mais lugares para estas pessoas que, em sua maioria, estão desempregados, ou com subempregos com renda inferior ao necessário para pagar um aluguel ou tirá-lo desta condição de penúria.



Foto 03: Acampamento Dona Carmem em Teodoro Sampaio - junho de 2006

Os acampamentos alimentam o sonho da conquista da terra e da perspectiva de desenvolvimento e da autonomia. Conforme podemos perceber nesta colocação: *“Os acampados têm sonhos, os favelados tem pesadelos”* (Rosário, 43 – Teodoro Sampaio junho de 2006) rebatendo a afirmação de que o campo com os assentamentos e acampamentos se tornou uma favela rural.

Na verdade os acampamentos são gritos de socorro daqueles que destituídos de seus meios de produção e não tendo mais como vender sua força de trabalho tentam refazer o caminho de volta para o campo de onde eles ou seus decendentes foram expropriados e expulsos. Torna-se urgente a proposição de medidas por parte do poder público e da própria sociedade para solucionar tais problemas.

É evidente que o principal diferenciador entre os municípios que atualmente possuem assentamentos e os que não possuem, foram as pressões dos movimentos de luta pela terra a partir de ocupações e formação de acampamentos, como pode-se verificar analisando os Quadros 08 e 09, abaixo.

Quadro 08 – Comparação Número de Ocupações e Número de Assentamentos rurais nos Municípios do Pontal do Paranapanema (1984 – 2005)

MUNICÍPIOS	NÚMERO DE OCUPAÇÕES	NÚMERO DE ASSENTAMENTOS
Mirante do Paranapanema	129	31
Presidente Epitácio	38	04
Teodoro Sampaio	34	20
Euclides da Cunha	29	09
Sandovalina	26	02
Caiuá	25	06
Martinópolis	24	02
Rancharia	22	02
Presidente Venceslau	20	05
Presidente Bernardes	16	08
Rosana	15	03
Marabá Paulista	09	06

Fonte: DATALUTA/ Nera

Assessoria de Mediação de Conflitos Fundiários do ITESP

Org. Eliane de J. T. Mazzini

Estas ocupações além de serem numerosas, se estenderam ao longo dos anos. São excessões os municípios de Piquerobi, Ribeirão dos Índios e Tupi Paulista onde ocorreram menos de 05 ocupações e mesmo assim, os assentamentos foram implantados. Nos municípios de Santo Anastácio, Iepê, Nantes, Narandiba, Pirapozinho, Presidente Prudente, Regente Feijó, Tarabai e Taciba, também ocorreram ocupações de terra (em menor número), mas não apareceram as condições políticas necessárias para a implantação de assentamentos. A luta pela terra tem sido um processo contínuo na história do país e inúmeros acampamentos ainda se fazem presentes ano após ano na paisagem do Pontal do Paranapanema conforme Quadro 09.

Quadro 09 – Acampamentos no Pontal do Paranapanema (2006)

ACAMPAMENTOS EM MUNICÍPIOS COM ASSENTAMENTOS RURAIS					
	MUNICÍPIO	ACAMPAMENTOS	ORGANIZAÇÕES	Nº DE FAMÍLIAS	INÍCIO DO ACAMPAMENTO
01	Caiuá	03	MAST/ MBUQT/ INDEP	260	2004 e 2005
02	Euclides da Cunha	02	MST	156	2003 e 2004
03	Marabá Paulista	01	INDEP	60	2004
04	Martinópolis	01	MST	80	2005
05	Mirante do Paranapanema	05	MPT e MST	187	2004 e 2005
06	Piquerobi	01	MAST	280	2004
07	Presidente Bernardes	03	MST e MAST	300	2000, 2005 e 2006
08	Presidente Epitácio	12	MST/ INDEP/ MLST/ MAST/ MTPr/ MBUQT/ UNITERRA/ ARST e MTRSTB	713	1998, 1999, 2003, 2004 e 2005
09	Presidente Venceslau	03	MST/ MBUQT e MAST	278	1999 e 2004
10	Rancharia	02	MST / INDEP	138	1999 e 2005
11	Rosana	03	MST/ MAST e INDEP	160	2003 e 2005
12	Teodoro Sampaio	07	MST/ MTB/ INDEP e MAST	480	1979, 1999, 2003 e 2005
13	Tupi Paulista	01	SINTRAF	20	2003
TOTAL		44		3.112	
ACAMPAMENTOS EM MUNICÍPIOS SEM ASSENTAMENTOS RURAIS					
13	Narandiba	01	MUST	93	2004
14	Emilianópolis	01	MAST	17	2003
15	Panorama	03	SINTRAF/ MTRSTB e INDEP	102	1999, 2000 e 2003
16	Paulicéia	01	SINTRAF	34	2005
17	Regente Feijó	01	MAST	150	2003
18	Santo Anastácio	04	MST/ INDEP e MTP	327	2002 e 2004
TOTAL		11		723	

FONTE: AMCF/Fundação ITESP, 2006

Sistematização: Carlos Alberto Feliciano e Eliane de Jesus Teixeira Mazzini

Existem atualmente 55 acampamentos, com aproximadamente 3.835 famílias, a maioria destas acampadas há mais de 5 anos. Em Teodoro Sampaio existe um acampamento coordenado pelo movimento INDEP desde 29 de maio de 1979, onde ainda vivem 15 famílias conforme visita realizada em maio de 2006 por integrante da Assessoria de Mediação de Conflitos do ITESP.

Os municípios com maior número de ocupações também são os com maior número de assentamentos: Mirante do Paranapanema, que aparece com 31 assentamentos e 1.326 famílias assentadas, foi resultado da persistência de 129 acampamentos. Este foi o maior índice registrado no país até o momento, e envolveu aproximadamente 26.206 famílias¹⁷, segundo dados do DATALUTA, como mostra o Quadro 10. Atualmente, no município ainda existem 05 acampamentos com mais de 180 famílias.

Quadro 10 – Estado de São Paulo - Municípios com o maior número de famílias em ocupações (1990-2004)

	Municípios	Nº Famílias	Nº Ocupações
1º	Mirante do Paranapanema	26.206	129
2º	Sandovalina	11.878	26
3º	Euclides da Cunha Paulista	9.950	29
4º	Teodoro Sampaio	8.204	34
5º	Getulina	4.800	7
6º	Rancharia	4.706	22
7º	Presidente Epitácio	4.198	38
8º	Presidente Venceslau	4.110	20
9º	Porto Feliz	3.000	2
10º	Piracicaba	2.400	2
11º	Presidente Bernardes	2.254	16
12º	Iaras	2.088	12
13º	Caiuá	2.050	25
14º	Castilho	1.757	12
15º	Marabá Paulista	1.630	9
16º	Paulicéia	1.570	6
17º	Colina	1.480	8
18º	Martinópolis	1.336	24
19º	Rosana	1.334	15
20º	Santo Anastácio	1.100	6

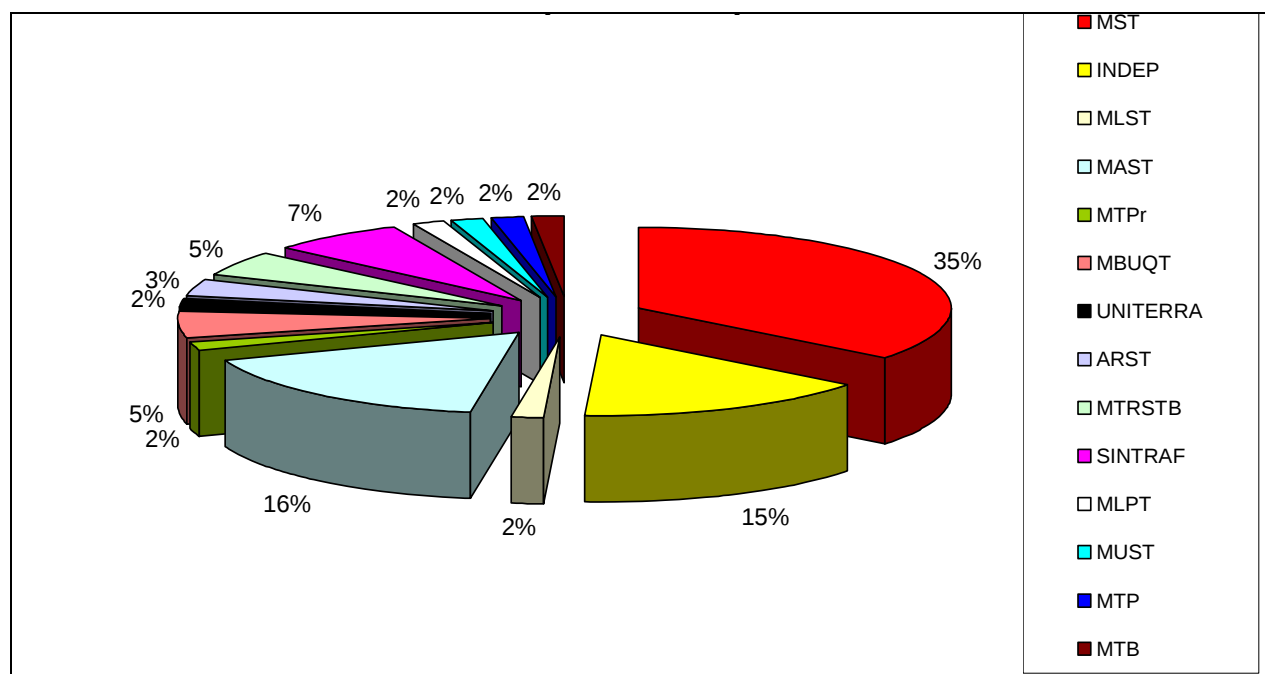
Fonte: Para os municípios do Pontal do Paranapanema, a fonte é DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra, 1990 – 2004. Para demais microrregiões, a fonte é a CPT – 1988 – 2004.

¹⁷ Com relação ao número de famílias envolvidas nos acampamentos deve-se considerar que, geralmente este número é declarado de forma aproximada pela liderança local, acontece também do mesmo acampamento mudar de local várias vezes, a rotatividade de famílias é muito grande, mesmo porque as condições de permanência nestes barracos chegam a ser desumanas.

Teodoro Sampaio, aparece em terceiro lugar no ranking do número de acampamentos (34) e é o segundo em número de assentamentos (20). Atualmente no município existem 480 famílias, espalhadas em 07 acampamentos, aguardando um lote de terra. O município de Presidente Epitácio mantém a liderança atual (agosto de 2006) no número de acampamentos do Pontal do Paranapanema. São 12, envolvendo ao todo 713 famílias. Neste Município também está atuando o maior número de movimentos de luta pela terra MST/INDEP/MLST/MAST/MTPr/MBUQT/UNITERRA/ARST e MTRSTB, o que faz com que haja maior número de acampamentos. De todos eles, apenas dois atuam de forma conjunta em um mesmo acampamento com 12 famílias, que persistem nesta condição desde fevereiro de 1998 e é o acampamento mais antigo deste município.

No período de 1999 a 2004 entre os 20 municípios do Estado com o maior número de famílias em ocupações, 12 (60%) estão na região do Pontal do Paranapanema.

Gráfico 03 Movimentos de Luta pela terra no Pontal do Paranapanema (2006)



Fonte: Assessoria de Conflitos Fundiários do ITESP, junho de 2006

Org. Carlos Alberto Feliciano e Eliane de Jesus Teixeira Mazzini

Apesar do MST ser o movimento socioterritorial de maior atuação no Pontal do Paranapanema e no momento atual estar na liderança de 35% das ocupações na região, existem mais 14 movimentos atuando, conforme Gráfico 03.

É importante observar que a luta pela terra não se resume à sua apropriação. Acampamentos são espaços de luta e assentamentos são a materialização da luta pela terra que rompe com o modelo dominante do capital. Os acampamentos nos dias atuais, também revelam e denunciam preocupações com outras questões de caráter mais abrangente, que não só a conquista da terra, como mostra a Foto 04. Lutam contra o modelo excludente do modo de produção capitalista e todos seus modelos de desenvolvimento, que aumentam as desigualdades sociais, concentrando terra e renda, tirando da maior parte da sociedade seus direitos de escolhas, diminuindo as possibilidades de acesso a meios de reproduzir e se manter com dignidade, que possa lhe proporcionar, uma vida longa e saudável e acesso ao saber.



Foto 04: Início de uma ocupação nas proximidades do trevo de Teodoro Sampaio, junho de 2006

Com relação à atuação dos movimentos socioterritoriais no Pontal do Paranapanema, em especial a do MST, todos os assentados entrevistados

demonstram ter consciência da importância do movimento na luta pela conquista da terra, na liberação de financiamentos, na reivindicação de direitos sociais. Ressaltam em suas falas que sem a articulação dos movimentos o “sonho da terra própria” não seria possível. Destacam entre outros pontos desta articulação, o incentivo para perseverança, a dotação de informações sobre a realidade social, o contexto político, a orientação sobre a movimentação espacial armando e desmontando acampamentos, ora em fazendas devolutas improdutivas, ora em áreas já arrecadadas a fim de acelerar a inserção do Estado na seleção das famílias, na demarcação dos lotes, na construção da infra-estrutura, etc.

No entanto, revelam que, após a implantação do assentamento, o movimento não consegue atuar de forma mais intensa.

Foi muito importante na conquista da terra, mas depois de assentados quebrou a articulação. Muitos ainda têm vínculos, mas a comunicação não funciona. (Irene, 38, Santa Zélia, Teodoro Sampaio - 2006).

Alguns entrevistados reconhecem que neste novo processo já estão cansados da “pressão”, acreditam que depois de assentados devem ser livres para fazerem o que bem entenderem.

É muita pressão na época do acampamento, depois queremos é respirar sossegados. Quantos anos se levaram para que as terras devolutas do Pontal fossem devolvidas ao povo? Foram os movimentos sociais que fizeram isto. Quando estávamos acampados, sempre tivemos uma liderança na frente. Quando vamos para o assentamento temos o coordenador do assentamento. Com o tempo este movimento vai se enfraquecendo e o povo se acomoda e deixa de se reunir. (Lourdes, 47 – Antônio Conselheiro – Teodoro Sampaio, 12/07/2006).

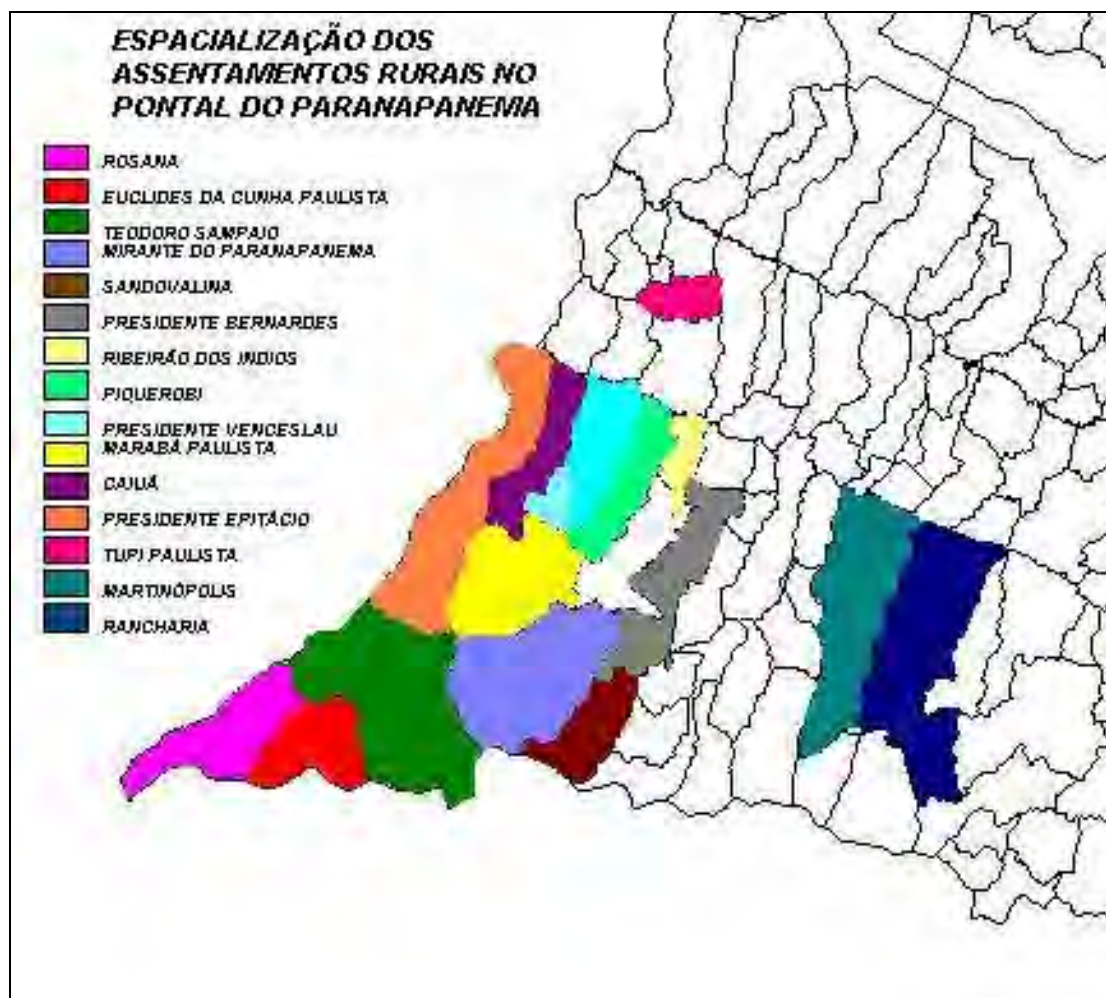
Os próprios assentados reconhecem que o momento atual exige uma retomada da ação organizativa também das famílias assentadas, a fim de poderem continuar resistindo na terra.

Nós da Santa Zélia achávamos que o problema de união era só no nosso assentamento, depois que começamos a ver que os outros assentamentos têm os mesmos problemas, já é hora de começar a nos organizar. Depois que a gente começou a se unir as coisas já estão começando a mudar. (Maria Aparecida Leôncio – Santa Zélia – Teodoro Sampaio)

5.2 – Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema

Atualmente na região do Pontal do Paranapanema, existem 103 assentamentos rurais, constituindo a maior concentração de assentamentos no Estado, com aproximadamente 5.535 famílias assentadas. Estes assentamentos estão espacialmente distribuídos nos municípios da região conforme Figura 05:

Figura 05 – Localização dos municípios com assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema (1984 – 2007)¹⁸



Fonte: Base de dados SEADE, org. Eliane de Jesus Teixeira Mazzini

Observamos que os assentamentos estão presentes em 14 Municípios da Região do Pontal do Paranapanema, apenas Tupi Paulista não faz parte da UNIPONTAL e possui 01 assentamento rural.

Através do Quadro 11 é possível observar quantos assentamentos estão implantados em cada município, o número de lotes, que se traduz no número de famílias, embora veremos que muitas vezes existe mais de uma família por lote, elevando portanto, o número de famílias assentadas.

¹⁸ Para uma análise mais detalhada desta territorialização consultar planta 01 SITUAÇÃO JURÍDICA DO PONTAL DO PARANAPANEMA E ASSENTAMENTOS IMPLANTADOS – anexo 04

Quadro 11 - Dados sobre a implantação dos Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema (1984 – 2006)

MUNICÍPIOS	Nº DE OCUPAÇÕES	Nº DE ASSENT.	Nº LOTES	ÁREA TOTAL (HA)	ÁREA AGRÍCOLA (HA)	PERÍODO DE IMPLANTAÇÃO	FAMÍLIAS ACAMPADAS
Caiuá	25	6	334	8.301,70	6.082,54	1998 - 2003	260
Euclides da Cunha	29	9	1041	23.222,09	18.335,40	1984 - 2002	156
Marabá Paulista	9	6	255	8.096,04	4.608,87	1988 - 2004	60
Martinópolis	24	2	124	2.357,25	1.786,77	1995	80
Mirante do Pma.	129	31	1326	31.675,55	24.307,78	1995 - 2005	187
Piquerobi	2	3	84	2.595,36	1.575,49	1996 - 1997	280
Presidente Bernardes	16	8	266	7.182,66	4.708,56	1996 - 1998	300
Presidente Epitácio	38	4	338	7.275,28	5.487,50	1998 - 2003	713
Presidente Venceslau	20	5	249	6.783,59	4.665,02	1996	278
Rancharia	22	2	199	3.370,12	2.516,76	1998 - 2001	138
Ribeirão dos Índios	1	1	40	852,52	774,49	1996	0
Rosana	15	3	201	4.488,79	3.373,76	1998 - 2005	160
Sandovalina	26	2	198	3.963,41	3.097,66	1997 - 2001	0
Teodoro Sampaio	34	20	849	22.694,43	17.140,06	1988 - 2005	480
Tupi Paulista	*	1	31	749,56	581,5	1996	20
TOTAL - 15	390	103	5535	133608,35	99.042,16		3112

* não dispomos de informações

Fonte: ITESP e DATALUTA/ Nera

Organização – Eliane de Jesus Teixeira Mazzini (maio de 2006)

Este quadro é bastante significativo pois de certa maneira traz um resumo geral do histórico de implantação dos assentamentos, os antecedentes a partir do número de ocupações que se procedeu em cada município para implantação dos assentamentos, a extensão das áreas, o período de implantação e a continuidade da luta através do número elevado de famílias que ainda aguardam um lote nos acampamentos.

Com 103 assentamentos e um total de 5535 famílias assentadas, segundo dados do DATALUTA, a Região do Pontal do Paranapanema ocupa o terceiro lugar entre as regiões com mais assentamentos no país, depois da microrregião de Pindare, no Maranhão, com 132 assentamentos e 26.838 famílias e Baixo Parnaíba Piauiense com 113 assentamentos e 9.543 famílias.

Este dado revela dois fatos importantes para se compreender a realidade dos embates políticos pela conquista da terra e das famílias assentadas no Pontal. Primeiro, os assentamentos são bem menores em extensão e número de famílias, o que pode facilitar seu planejamento e organização interna, bem como a instalação de bens e serviços básicos, como água, luz, estradas, transporte, escolas e postos de saúde. Os assentamentos no Pontal do Paranapanema apresentam condições melhores de funcionamento que no restante do país, se comparado com os dados do livro “*A qualidade dos assentamentos de Reforma Agrária Brasileira*” de SPAROVEK (2003) e HEREDIA *et al.* (2001) em seu estudo sobre *áreas reformadas*.

Segundo, por estarem localizados no Estado mais povoado, o valor da terra nua é elevado e a disputa com os latifundiários da região se deu e se dá de forma bastante intensa, através do movimento de ocupações como foi visto anteriormente. De 1988 a 2004, ocorreram na região do Pontal 417 ocupações de terra, envolvendo mais de 80.500 famílias. Tal fato coloca a microrregião de Presidente Prudente em primeiro lugar no ranking das microrregiões com maior número de ocupações do país, de modo que o segundo colocado, no Estado de Pernambuco, aparece com menos da metade do número de ocupações e número de famílias envolvidas.

Podemos afirmar que frente à tamanha demanda, 103 assentamentos rurais e 5.535 famílias assentadas é um número relativamente baixo perto das 80.000 que entraram na disputa por um lote de terra, ou seja, considerando que fosse assentado o número atual de famílias, subtraindo 5.535, ainda restariam cerca 74.500 famílias.

No capítulo seguinte será abordada a forma como se deu a conquista destes territórios dentro dos municípios escolhidos para estudo de caso: Presidente Epitácio, Piquerobi e Caiuá.

6 – DOS LATIFUNDIOS AOS ASSENTAMENTOS RURAIS NOS MUNICÍPIOS DO PONTAL

Neste capítulo será feita uma breve reflexão sobre a formação territorial dos municípios escolhidos para estudo de caso quais sejam: Presidente Epitácio, Piquerobi e Caiuá. Veremos que a história de cada um não se diferencia muito do histórico de ocupação da região. O processo de colonização deu-se sob formas de exploração e desrespeito ao ser humano e ao meio ambiente. As mesmas estratégias de ocupação, expulsão e extermínio dos povos indígenas, as mesmas artimanhas de aquisição e comercialização de terras sabidamente griladas. Com uma população de origem diversa que a princípio se dedicou à derrubada da mata e à retirada de madeira, seguida dos trabalhos nas culturas do café e do algodão. Com as crises de produção, muitos dos pequenos agricultores foram forçados a deixarem o campo em busca da fronteira agrícola que se estendia para Oeste ou mesmo desistiram do campo e rumaram para as cidades.

No campo o processo de expansão da pecuária de corte que já estava crescendo se estendeu pelas terras do Pontal que já destituídas de matas e esgotadas pela monocultura foram cobertas de pastagem sem muito investimento por parte dos fazendeiros e pouquíssimos postos de trabalho.

Os sujeitos desta história guardam características similares: grandes latifundiários ao lado de pequenos posseiros, capangas e “bandeirantes”, “homens do governo” que de longe observavam e autorizavam algumas manobras. A população indígena, os camponeses, mercadores e tropeiros passam despercebidos pela história, sendo usados e “descartados” ao bel prazer dos interesses capitalistas. Estabelecidos sob grandes áreas de terras reconhecidamente devolutas e diante do acirramento das desigualdades e aumento do contingente humano também o conflito fundiário se destacou nestes espaços e perduram até os dias atuais.

Veremos que a constituição de todos estes municípios passou por políticas setoriais de desenvolvimento ora centrada em infra-estrutura, construção do sistema viário, formação administrativa, e mais recentemente pedágios e complexos penitenciários, de modo que, somente uma política se destaca das demais com impactos multidimensionais positivos e duradouros que é a implantação de assentamentos rurais nestes municípios.

6.1 – O município de Presidente Epitácio¹⁹

O município de Presidente Epitácio está localizado no traçado da Estrada de Ferro Sorocabana, à margem esquerda do Rio Paraná, conforme figura 06.

Figura 06 – localização do Município de Presidente Epitácio²⁰



Dentre os municípios do Pontal do Paranapanema em número de habitantes e importância política e econômica, Presidente Epitácio só é menor que Presidente Prudente, possui aproximadamente 41.580 habitantes (IBGE, 2004). É considerada oficialmente uma Estância Turística devido à sua orla fluvial às margens do Rio Paraná. Por tais motivos esta cidade constitui, juntamente com Presidente Venceslau e Teodoro Sampaio, um sub-polo regional que atrai e dá suporte à uma série de cidades menores que estão em seu entorno. No caso de Presidente Epitácio, por estar localizada na divisa de Estado, tem grande importância também, para alguns municípios do Estado de Mato Grosso do Sul.

Formação Territorial

Como relatado anteriormente foi com a construção da Estrada de Ferro Alto Sorocabana que se formaram todos os municípios localizados em seu espigão. De fato, a chegada dos trilhos em 1919 e o início de seu funcionamento a partir de maio de 1922 marcou a data da fundação da cidade.

Anterior a isto, no início do século XX, se cogitava a necessidade da construção de uma estrada que ligasse o trecho compreendido entre o “sertão desconhecido”²¹ e desabitado desta parte do Estado de São Paulo, com o sul de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul), onde alguns fazendeiros já desenvolviam a

¹⁹ Algumas informações sobre os históricos de ocupação dos municípios foram encontradas em Abreu (1976), Queiroz (1999) e no site <http://biblioteca.ibge.gov.br>

²⁰ Para melhor visualização do município de Presidente Epitácio e dos assentamentos implantados dentro de seus limites administrativos, verificar planta 2, no anexo 05.

²¹ As bacias dos rios Feio, Peixe, Santo Anastácio, Paraná e Paranapanema, ainda figuravam nos mapas como zona desconhecida e desabitada.

criação de gado. Segundo Abreu (1976), desde a primeira metade do século XIX que a pecuária boviana se transformara na principal fonte econômica sul-mato-grossense, todo este gado principalmente o do planalto era exportado para os mercados do suldeste constituído inicialmente pelo Rio de Janeiro, seguido por São Paulo, tal comércio era feito pelo Estado de Minas Gerais. Acentuando o consumo no Estado de São Paulo

logo se manifestaria a necessidade de encurtar a distância percorrida pela boiada sul-mato-grossense para alcançarem o mercado representado pelo Estado de São Paulo. (ABREU, 1976, p.191).

A região, então habitada pelos índios Opayos, decendentes dos Caiuá, começou a ser conhecida pelos “desbravadores” a partir de 1888, como ponto estratégico para passagem de gado trazidos do sertão de Mato Grosso, várias tentativas por parte dos governos tanto de Mato Grosso, quanto de São Paulo para construção de estradas de acesso são motivadas.

O primeiro vilarejo, chamado vila Tibiriçá, surge por volta de 1902 da necessidade de organizar pousos e currais para descanso do gado e dos peões. Dada sua localização estratégica, o vilarejo cresceu rapidamente e já havia o interesse de torná-lo um posto fluvial desde 1904. No entanto somente em 1924 que é construído tal porto, atraindo para a região duas companhias que tiveram importante papel na história de colonização tanto no lado paulista como no sul-matogrossense: as companhias Mate Larangeira, grande produtora de erva mate matogrossense, que aos poucos se tornará grande “proprietária” de terras no lado paulista e a companhia Viação São Paulo – Mato Grosso.

Em 1929 a Companhia Mate Larangeira constrói um estaleiro em Presidente Epitácio desenvolvendo juntamente com a Viação São Paulo – Mato Grosso, os serviços de embarcação e transporte de gêneros para consumo, gado e o erva mate, atendendo relevante número de pessoas ligadas ou não aos trabalhos com a erva, que era o foco da atividade da Mate Laranjeira.

Em 1927 é instalado um quartel da cavalaria da força pública desmonstrando o que a história não conta, que as relações que se travavam naquela época já eram conflituosas, principalmente com relação à dizimação dos povos indígenas e os diferentes posseiros e aventureiros que adentravam a área.

Assim dizem os registros

as terras do atual município pertenciam por doação (não se sabe de quem) a Antônio Mendes Campos Filho e foram posteriormente divididas e

negociadas a 200 mil réis a data, por seu procurador Álvaro Coelho a Joaquim de Souza Martins, Zeferino Pereira, Domingos Francisco dos Santos, Manoel Mendes de Oliveira, José de Andrade, Guilherme Borges dos Santos, Antônio Batista, Carlos dos Santos e Maria Júlia de Oliveira, considerados fundadores de Presidente Epitácio.²²

É interessante perceber que os nomes destes fundadores mantem estreitas relações também com outras sede de municípios, aparecendo nos registros dos fundadores também do município de Presidente Venceslau, demonstrando o poder e a influência dos “donos da terra” e revelando que “a história do Brasil é a história das suas classes dominantes, é uma história de senhores e generais, não é uma história de trabalhadores e rebeldes” (Martins, 1995, p.26). Nada se fala sobre os trabalhadores que realmente desbravaram e fundaram a cidade, gente humilde, tropeiros, trabalhadores braçais, pequenos posseiros que, inicialmente, supriram a demanda por alimentos juntamente com pequenos mercadores e mascates. Os povos indígenas que aí habitavam, aparecem nos registros mais como um empecilho ao “desenvolvimento” do que como seres humanos.

Fernandes complementa que

a propriedade da terra é uma relação social, porque no capitalismo ela significa um processo que envolve trocas, mediações, contradições, articulações, conflitos, movimento transformação (...) e sua apropriação, controle e particularmente sua concentração por uma determinada classe, pode e quase sempre significa o domínio político e econômico de um determinado lugar, região, país, etc. (FERNANDES, 1996, p.16).

E no Caso de Presidente Epitácio esta situação não foi diferente.

Devido à posição geográfica privilegiada de Presidente Epitácio, na divisa com os Estados de Mato Grosso, a navegação comercial efetuada na Bacia do Alto Paraná neste período, foi bastante significativa dada à ausência de outras ferrovias e a imprestabilidade das estradas boiadeiras. Segundo Queiróz (1999)

a navegação fluvial constituiu parte do esforço de expansão do capital sediado no Pólo Paulista, facilitando o abastecimento da região (de Mato Grosso) com gêneros de consumo, aí incluindo produtos tanto da indústria como da agricultura paulista. Por outro lado, ela permitiu a exportação de erva-mate, tanto via São Paulo como, principalmente, via Baixo Paraná, em direção ao Prata (...) destacando toda a articulação existente entre a navegação fluvial e a Estrada de Ferro Alta Sorocabana (QUEIRÓZ, 1999, p.29)

A influência e o poder político e econômico exercido pela companhia Mate Larangeira é tão expressiva, que Abreu relata que ainda na década de 1930 a

²² <http://biblioteca.ibge.gov.br>

companhia mantinha mais de 18 mil trabalhadores (majoritariamente estrangeiros e nordestinos brasileiros) e mantinha mais de 10 mil pessoas dependentes por razões comerciais, nos dois Estados.

A principal atividade desta companhia – a erva mate – começou a entrar em decadência no final da década de 1930. Segundo, Abreu (1976), já em 1936 esta Companhia vai se dedicar também à venda de lotes de terra, dos quais se dizia “proprietária” no lado paulista, a imigrantes das regiões em crise econômica (pela quebra do café) em São Paulo, Minas Gerais e outros Estados.

Em 1943, ainda como forma de proteção nacional, dado que as Companhias eram de estrangeiros argentinos, o presidente Getúlio Vargas determina a estatização dos trabalhos de navegação do Alto Paraná, criando o sistema de Navegação da Bacia do Prata, encampando mediante indenização dos bens das duas companhias. (QUEIROZ, 1999, p.241).

A partir de então, devido às facilidades de escoamento de madeira, em 1947 várias serrarias vieram se instalar em Presidente Epitácio, ativando o incipiente comércio, trazendo várias pessoas para se dedicar ao transporte fluvial de madeira, gado e cereais de modo que o rio demonstra ser o ponto de apoio do movimento expansionista.

Fabrini (1995) destaca que deste período até a década de 1960

devido à falta de ferrovias e boas estradas de rodagem o rio Paraná e seus afluentes surgem como grande alternativa para territorialização do capital que penetra mais intensivamente no extremo sul de Mato Grosso a partir da expansão pioneira. (1995, p. 49).

A emancipação político administrativa do município, que até então era distrito de Presidente Venceslau, só é feita em 1948 e daí em diante a cidade continua passando por diferentes fases de desenvolvimento setorial todas ligadas fortemente à posição geográfica estratégica junto ao Rio Paraná, como se pode relembrar:

a) 1922 - Construção da Estrada de Ferro Alta Sorocabana que propiciou a construção do porto fluvial e o escoamento de produtos de toda região por este meio;

b) Vinda de empresas de navegação durante a primeira metade do século XX trouxeram juntamente indústrias de construção naval, o serviço de carga e descarga, tanto nos guindastes como nas esplanadas ofereciam farta mão-de-obra, atraindo grande número de trabalhadores. O serviço de navegação da Companhia Mate Larangeira chegou a empregar 18 mil trabalhadores (majoritariamente estrangeiros)

e sua sucessora Bacia do Prata chegou a empregar em sua frota tripulação superior a 1.500 marinheiros em sua maioria brasileiros;

c) Fim dos anos de 1940 e década de 1950, construção da SP – 270²³ e da Ponte Professor Maurício Joppert que liga o Estado de São Paulo ao Mato Grosso do Sul;

d) Início dos anos 1960 - Base da Petrobras para desenvolvimento de pesquisa sobre a possibilidade da existência de petróleo;

e) Construção das hidrelétricas no final da década de 1970 e início da de 1980 (Taquaruçu em Teodoro Sampaio e Rosana e Porto Primavera no município de Rosana), afetaram diretamente a cidade e um grande número de empregados da CESP veio se instalar na cidade movimentando o comércio local e regional;

É importante ressaltar que além desta relação direta com o Rio Paraná, a atividade econômica principal do município de Epitácio não se alterou muito com relação ao restante da região do Pontal que se dedicou basicamente ao cultivo do algodão e à pecuária de corte. Esta segunda alternativa prevaleceu, sem políticas agrícolas e agrárias descentes fazendo com que fossem expropriados e expulsos do campo grande contingente de pequenos produtores rurais.

Dos dados mais atuais sobre a situação fundiária do Município tem-se um levantamento feito em 1998 pelo Sistema Nacional de Cadastro Rural, do INCRA. Através destes dados, observamos que existiam naquela época 511 imóveis rurais, numa área total de 99.549,4 ha, revelando a altíssima concentração de terras. Destes 511 imóveis, 43 estavam (e com exceção de 4 áreas hoje tornadas assentamentos, acredita-se que ainda estão) nas mãos de grandes “proprietários” de terras com áreas entre 500 a 10.000 ha, juntos eles detinham 78.101,80 ha de terra, aproximadamente 79% da área total do município que é de 113.514,50 ha.

Convém ressaltar aqui que, por um bom tempo no município de Presidente Epitácio, houve emprego para o “camponês sem terra”. Trabalhando ora nos estaleiros das Companhias já citadas, ora na construção da ponte e outras obras de infra-estrutura e finalmente nas obras da CESP, principalmente, pelo longo período de construção da UHE Sérgio Motta (em Primavera).

A construção das hidrelétricas, fruto dos últimos projetos de desenvolvimento para a região e o país, num primeiro momento arregimentaram os “camponeses sem

²³ Esta rodovia inicialmente se chamava rodovia São Paulo – Mato Grosso, recebendo a denominação de Rodovia Raposo Tavares (SP – 270) a partir de 1954

terra” e trouxeram um grande contingente de trabalhadores de outras regiões do país. Com o passar do tempo e a conclusão destas obras, como não podia ser diferente, toda esta gente foi demitida. Desempregados, ficaram desprovidos da possibilidade de vender sua força de trabalho para obter o sustento.

Todas estas prerrogativas ligadas à situação fundiária descrita acima, mais a conhecida história dos grilos da região, desencadeou uma série de conflitos fundiários entre sem-terra, posseiros, arrendatários, meeiros e latifundiários. A implantação do reassentamento Lagoa São Paulo em 1983, resolvendo conflitos que já perduravam há mais de vinte anos entre pequenos posseiros e grandes latifundiários, dando a vitória para os primeiros que se mobilizaram através da CONTAG, demonstrou a possibilidade da construção de novos processos de resistência e possibilidade de retorno ao campo.

Assim, este enorme contingente de desempregados, resgatando experiências familiares anteriores, passou a se articular para encontrar uma opção de ocupação rural, através das políticas de assentamento rural. Na pesquisa feita nos assentamentos deste município constatamos um elevado número de ex – funcionários da CESP, bem como vários filhos de reassentados do Projeto Lagoa São Paulo.

Atualmente no município existem 04 assentamentos rurais conforme Quadro 12 e Mapa 02 (anexo 05), e o reassentamento Lagoa São Paulo implantado pela CESP em 1983, com 552 famílias que ocupa uma área de 13.310,76 ha.

Quadro 12 – Assentamentos implantados no município de Presidente Epitácio

Assentamento	Data de Implantação	Domínio da Terra	Número de Lotes	Área (Ha)	Área Agrícola	Situação dos Lotes
Engenho	Outubro 2001	Federal	27	505,00	378,75	Definitivo
Lagoinha	Dezembro 1998	Federal	150	3.552,00	2.664,00	Definitivo
Porto Velho	Outubro 2001	Federal	84	1492,60	1.022,25	Definitivo
São Paulo	Agosto 2003	Estadual	76	1.855,28	1.422,50	Definitivo
TOTAL 04	1998 a 2003		327	7275,28	5.487,50	

Fonte: Instituto de Terras do Estado de São Paulo, março de 2007

O impacto socioterritorial da implantação destes assentamentos rurais será tratado no capítulo seguinte, no entanto, algumas informações a respeito da conquista destes territórios são importantes neste momento. É preciso ressaltar que se fosse feito um levantamento dos imóveis rurais (considerando os assentamentos), como o SNCR (Sistema Nacional de Cadastro Rural – INCRA) fez

em 1998, constataríamos que antes dos assentamentos existiam aproximadamente 386 pequenos sitiantes (possuidores de 1 a 4 módulos fiscais de terra = 14 a 56 ha). Se somássemos os lotes dos assentamentos (áreas de 14 a 23 ha), constataríamos que aumentaram mais 338 novos sitiantes, ou seja, podemos fazer uma estimativa de que existe hoje no município de Presidente Epitácio 724 pequenos produtores, houve uma ampliação da ordem de 47% na categoria dos pequenos proprietários de terra.

Somando a área dos pequenos sitiantes, que antes era de apenas 5.937,80 ha (5 % da área total do município) com mais 7.275,28 ha da soma total dos lotes dos assentamentos, chegamos a uma área de 13.213,08 ha, ou seja, **a área ocupada com pequenas propriedades teve um aumento de 6%**. Constatamos ainda, que este valor representa muito pouco na desconcentração fundiária, 13.213,08 ha representa apenas 12% da área total do município, que é de 113.514,50 ha. No entanto, verificamos que 38 fazendeiros (que possuem acima de 1000 ha até 10.000 ha de terra) detinham juntos, em 1998, 73.710,30 ha, correspondente a 65% da área total do município, com a implantação dos assentamentos **subtraiu-se do latifúndio quase 10%** desta área, ou seja 7.275,28 ha em prol das famílias que foram assentadas.

Deste modo, a situação atual revela que a concentração fundiária ainda é extremamente alta, mas revela também o retorno de famílias ao campo. **Se antes os pequenos proprietários de terra detinham apenas 5% das terras do município, agora com os assentamentos detêm 12% e o que é mais importante, é a primeira vez que se subtrai o latifúndio**, incondicionalmente, se não é por esta situação de luta e resistência, ele foi e será sempre ampliado. Tal situação está resumida no Quadro 13.

Quadro 13 – Desconcentração Fundiária no Município de Presidente Epitácio

Sem os Assentamentos				Com os assentamentos		
Pequenos Imóveis	Área (ha)	%	Nº. de imóveis	Área (ha)	%	Nº. de imóveis
Rurais	5.937,80	5	386	13.213,08	12	705

Fonte: SNCR – Estatísticas Cadastrais – 1998

Fundação ITESP – 2007

Org. Eliane de Jesus Teixeira Mazzini

Descreveremos a seguir um pouco sobre cada assentamento conquistado no Município de Presidente Epitácio:

6.1.1 – Assentamento Lagoinha

O assentamento Lagoinha, representado na Planta 03, é o mais antigo do município de Presidente Epitácio, foi implantado em 1998, com 150 lotes, de aproximadamente 13,5 hectares cada. Segundo entrevistas, realizadas com os moradores locais, a luta para conquista deste território foi intensa, com exceção dos funcionários que já moravam na fazenda e foram incorporados no projeto, a maioria dos assentados relata que permaneceram aproximadamente 2 anos acampados próximo ao Córrego do Veado, depois ficaram mais um outro período, que alguns relatam ser de mais de um ano no lote provisório, ainda em barraco de lona, aguardando o parcelamento da área.

Há divergências com relação ao movimento social de luta pela terra que coordenou o processo. Tudo indica que dois movimentos atuaram fortemente neste período: os Brasileiros Unidos Querendo Terra (BUQT) que, segundo informações, surgiu no município de Presidente Epitácio e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

“Fizemos a primeira ocupação em janeiro de 1995 em frente à fazenda, daí por diante várias ocupações e despejos pela polícia. No ano de 1998 consegui ser assentado, depois de 13 anos de morar de barraco em barraco na beirada da estrada.” Leonardo Oliveira Brito (41 anos – Assentamento Lagoinha – Presidente Epitácio, 27/07/2006)

Atualmente o assentamento é bem estruturado, possui na sede da ex-fazenda, o PSF (Programa da Saúde da Família) que atende a todos os demais assentamentos vizinhos, o que pode ser ilustrado pelas Fotos 05 e 06. O programa PSF foi implementado com o objetivo de executar uma medicina preventiva, por isto é constituído de um médico e várias agentes de saúde escolhidas dentro do assentamento e que deverão fazer visitas regulares nos lotes, levando orientações e esclarecimentos sobre como evitar doenças.

Existe ainda na área comunitária um barracão grande que é utilizado para reuniões e festas, bem como para atividades de formação e capacitação. Estava em

processo de construção uma farinheira (o prédio está pronto, o maquinário chegou a ser instalado), mas depois de uma estória, pouco clara, segundo informações de assentados, técnicos da prefeitura retiraram o maquinário do local e o recurso que existia para o tal projeto, também não foi disponibilizado.



Fotos 05 e 06 – Sede do Assentamento Lagoinha. No local em que morava o fazendeiro atualmente funciona o PSF que atende mais de mil pessoas anualmente. (10/10/2006)

“A fazenda era de gado, o fazendeiro morava na sede, acampamos na beira da estrada longe da fazenda, só entramos na área quando recebemos o provisório, antes não sabíamos onde íamos morar. Acho que o fazendeiro quis negociar a fazenda, porque não pressionamos o fazendeiro, não estávamos lutando por esta fazenda, mas por qualquer pedaço de terra.”

Lorival José da Silva (41 anos - Assentamento Lagoinha – Presidente Eptácio - 27/07/2006)

Atualmente, a maioria das casas do assentamento é de alvenaria sem acabamento, como na foto 07, embora existam outras melhores totalmente

concluídas e outras inferiores também, mas não existe nenhum barraco. As casas revelam dois períodos de construção (perceptível pela cor do cimento), um da época de instalação e outra do recurso liberado, no ano de 2006, para ampliação das casas.



Foto 07 – Típica casa de assentado no assentamento Lagoinha 11/10/2006

Um assentado lembrou *“O Fernando Henrique mandou 5.000,00 para a gente construir a casa, já o Lula mandou 3.000,00 para ampliação e prometeu mais 6.000,00 que está em processo de liberação junto ao INCRA.”*

Mas o início em nenhum assentamento é fácil como relata o Ademir Moraes Gonçalves (33 anos - 11/10/2006)

“Foi muito difícil no começo do assentamento quando conseguimos a terra tivemos muitas dificuldades, sem luz, água, não tínhamos renda nenhuma, além das dificuldades de ficar em uma moradia provisória feita de lona até as coisas melhorarem.”

Estrategicamente localizado dentro do círculo municipal, confronta na parte sul com a Rodovia Raposo Tavares – (SP 270) de frente com a base da Polícia Militar, a oeste confronta parte com outras propriedades menores, na altura dos trilhos da Estrada de Ferro Alta Sorocabana que cortam o assentamento, confronta

com o limite urbano da cidade, a noroeste confronta com a estrada municipal de frente para o Parque Turístico Figueiral e o Rio Paraná, as confrontações a norte e à leste são com remanescente da área da fazenda Lagoinha e uma grande propriedade rural, conforme podemos verificar na Planta 03.

Dentre os quatro assentamentos do Município de Presidente Epitácio 03, entre eles o Assentamento Lagoinha, foram implantados pelo INCRA. Atualmente recebem assistência técnica da Fundação ITESP e da Prefeitura Municipal.

Rompendo com o processo anterior de grande fazenda de gado pertencente a um único dono e de um número expressivo de desempregados sem outras opções de desenvolvimento, o assentamento Lagoinha comporta mais de 150 pequenos produtores rurais. São famílias advindas do processo relatado anteriormente que, atualmente, depois de muitos embates, tem criado estratégias de resistência no campo.

6.1.2 – Assentamento Porto Velho

O Assentamento Porto Velho foi implantado em 2001, no qual foram assentadas 84 famílias, após várias ocupações, despejos e relatos de reação com arma de fogo por parte dos empregados da fazenda, conforme relatam os entrevistados:

Ficamos um ano acampados na estrada, depois entramos na fazenda, mas fomos tirados à bala de 12 mm dos empregados da fazenda, saímos, depois de um tempo a fazenda foi desapropriada e nós entramos e aí nós fomos legalizados. Agnaldo Alves Lino, 37 anos – Assentamento Porto Velho

Convém ressaltar que quando um imóvel é desapropriado para fins de reforma agrária, os empregados da antiga fazenda têm direito a um lote de terra. Na maioria das vezes este lote é distribuído de maneira tal que esta família não precise mudar de casa, incorporando-a ao seu lote. Num caso como este, em que os empregados se envolvem diretamente no conflito em defesa do fazendeiro, as relações que se seguem são bastante complicadas, revelando todas as particularidades que esta ação pode ter.

O assentamento está dividido em duas áreas pelo Rio Santo Anastácio que corta o assentamento encontrando-se com o Rio Paraná neste ponto, conforme demonstra a Planta 04 e a Foto 08. Tal fato, faz com que esta área seja considerada

um berçário biológico natural, além de oferecer um cenário de rara beleza, cujas potencialidades do turismo podem ser exploradas.



Foto 08 – Rio Santo Anastácio que corta o assentamento Porto Velho. (10/10/2006)

A maior parte dos lotes está localizada na parte norte do assentamento com 61 lotes, ao sul ficaram 24 lotes. Em visita à área foi constatado um grave problema de poluição ambiental que, segundo relatos, é causado por resíduos produzidos por uma fábrica de Gelatina que fica ao norte do assentamento e confronta com os lotes 04, 05, 08 e 21. Segundo relato de moradores, antes da área ser arrecadada para transformar-se em assentamento, a indústria utilizava uma parte da área para jogar seus dejetos químicos.

A princípio, tudo indica que existem 12 lotes na área contaminada, a gravidade do problema é relatada com certo sigilo por assentados e outros conhecedores do fato. *“Não adianta plantar, nada dá, as plantas não crescem como você pode ver e o gado começou a morrer”*. Relataram, ainda, problemas de doenças em crianças que estão perdendo o cabelo, a terra está visivelmente

contaminada por uma substância branca e o que é mais grave, quando o gado adoece, sabendo que ele pode morrer, tratam de vender rapidamente para o açougue, que abate e vende na cidade. Um fato curioso ocorrido três dias antes de nossa visita e que despertou alguns assentados para a gravidade do problema, deixando-os de certa forma assustados, foi que uma vaca morreu e um urubu que comeu um dos olhos da vaca morreu logo em seguida, ainda ao lado da vaca.

Dada às características da área, a proximidade com os Rio Santo Anastácio e Paraná, tudo indica que esta fábrica não está localizada no lugar mais adequado. Espera-se que o assunto seja levado ao conhecimento público e que se tomem providências com o rigor que elas devem ser tomadas, no sentido de se averiguar o teor e o grau da contaminação; destinar outras áreas às 12 famílias prejudicadas, que devem ser retiradas da área imediatamente, o que, segundo relato dos assentados, já deveria ter ocorrido, bem como, garantir que tal contaminação seja controlada e evitada e que sejam ressarcidos os danos ambientais.

Com relação aos demais lotes, não foi detectado nenhum tipo de problema, a maioria das famílias está produzindo e se desenvolvendo como será visto no capítulo seguinte sobre os impactos socioterritoriais dos assentamentos.

6.1.3 – Assentamento Engenho

O Assentamento Engenho, representado na Planta 05, foi implantado também no ano de 2001 e beneficiou 29 famílias. Sua desapropriação resultou do mesmo processo de luta para a conquista do assentamento Porto Velho, um dos entrevistados lembra que

“quando se falou em desapropriar a fazenda, o fazendeiro queria se desfazer dela vendendo para outro, quando o pessoal do movimento soube, entrou na área e cortou as terras, o INCRA interveio e resolveu o problema de legalização”. (Dario Soares – 52 anos – Assentamento Engenho – 11/10/2006).

O assentamento Engenho tem sua maior parte dentro do município de Presidente Epitácio e uma parte menor está localizada dentro dos limites do município de Caiuá. Localizado de frente para a rodovia SP-270, na altura do pedágio de Caiuá, o assentamento é bem localizado e servido de estradas para escoamento da produção.

Na foto 09 podemos ter uma visão parcial do assentamento:



Foto 09 - Vista Parcial do Assentamento Engenho (02/03/2007)

6.1.4 – Assentamento São Paulo

O assentamento São Paulo é o que fica mais distante do perímetro urbano, 50 km aproximadamente, lá estão assentadas 78 famílias, como podemos ver pela quantidade de lotes representados na Planta 06. Segundo relato dos entrevistados a fazenda pertencia à Companhia Mate Larangeira, referenciada anteriormente, como uma das grandes latifundiárias no início da colonização.

Este é o assentamento mais novo implantado no município de Presidente Epitácio. É de 2003 e já sob responsabilidade integral da Fundação ITESP. O mesmo é resultante de todo processo de luta anterior, existindo aí famílias que estão em acampamentos desde a época da luta pela conquista do assentamento Lagoinha, em 1998.

Fiquei 6 anos acampada, esperando terra, só fui assentada em 06/07/2003. Trabalhei com a liderança tentando ajudar os outros, até que hoje, conseguimos ser assentado. Hoje todos nós assentados temos que tentar...estamos tentando.... nos organizar na terra.
(Maria Helena da Silva, 49 anos – Assentamento São Paulo – Presidente Epitácio – 11/10/2006)

Tudo indica que as famílias que não conseguiram lote no assentamento Lagoinha, já na sequência em 1998, ocuparam esta fazenda, utilizando a mesma estratégia de construção de barracos às margens da estrada. Dada à distância dos centros urbanos, o período de luta e espera nos barracos foi extremamente difícil principalmente para as famílias que tinham crianças.

No relato acima Maria Helena ressalta a luta coletiva, ela não fala “eu consegui”, ela fala “nós conseguimos o lote”, demonstra ter clara a necessidade de se estabelecer um novo processo de organização coletiva para que possam se manter na terra, passando da luta pela terra á luta na terra.

6.2 – O Município de Caiuá

O Município de Caiuá está localizado ao lado do município de Presidente Epitácio como ilustrado na Figura 07. Sua importância política e econômica na região é uma das menores, comparando-se aos demais municípios da pesquisa.

Figura 07 – Localização do Município de Caiuá²⁴



Foi escolhido como estudo de caso para esta pesquisa por dois motivos principais, primeiro porque a maioria dos municípios com assentamentos localizados no Pontal do Paranapema são pequenos, com menos de 20 mil habitantes, em 2002 sua população era de 4.359 habitantes e mais da metade da população, aproximadamente 2.423 habitantes, vivem no campo.

Devido às suas características sócio, políticas e econômicas trabalhamos com a hipótese de que a implantação de assentamentos rurais neste município, tenha impactos imperceptíveis em sua sede e que tenha repercussões diretas e indiretas nos municípios vizinhos, como em Presidente Epitácio e em Presidente Venceslau.

Formação Territorial

O surgimento do primeiro vilarejo está também relacionado com o surgimento da Estrada Boiadeira por volta de 1909 com a necessidade de transporte do gado vindo do sul matogrossense. Consta na história oficial que neste local existia uma antiga aldeia da tribo Caiuá pela qual passava a Estrada Boiadeira. Esse local passou a ser utilizado como uma parada para descanso do gado e dos tropeiros. Tal fato impulsionou o surgimento de estruturas de suporte a esta parada, como casas,

²⁴ Para melhor visualização do município de Caiuá e dos assentamentos implantados dentro de seus limites administrativos, verificar planta 07, no anexo 06

vendas, entre outros. Em 1922 com a chegada dos trilhos da Ferrovia Sorocabana, ampliam-se as casas de moradores que se dedicavam exclusivamente ao corte e transporte da madeira até às margens do rio Paraná já na Vila Tibiriçá, futura Presidente Epitácio.

Depois disto, Antônio Marinho de Carvalho, loteou “suas” terras, dando início ao núcleo urbano de Caiuá, cuja fundação é atribuída a grandes “proprietários de terra”: José Moysés, João Manjolo, Salvador Antônio, Irmãos Creto, Benjamim Arruda e João Crisóstomo Ferraz. Foi elevado à categoria de Distrito de Presidente Venceslau em 1923, alcançando sua emancipação política apenas no ano de 1953.

A história se repete, os índios são expulsos e dizimados, sua aldeia é tomada de assalto pelos boiadeiros e “bandeirantes”. As terras já tinham um dono e as primeiras famílias que se fixam na povoação dedicam-se exclusivamente ao extrativismo da madeira, substituída mais tarde, pelas culturas de milho e algodão e uma vez limpas as terras, entra a pecuária de corte que passa a ser a base sócio-econômica do município.

Sem “grandes políticas de desenvolvimento” setorial, os trilhos ferroviários cortam o núcleo urbano que está parcialmente distante da rodovia SP – 270. Recebeu no final dos anos 1990 uma praça de pedágio e mais recentemente (2004), foi instalado um Complexo de Segurança Penitenciária.

O modo como foram estabelecidas as relações de domínio e dependência acirraram a disputa por terra no município a partir de 1997, quando ocorreram aproximadamente 10 ocupações de terra de modo que a conquista do primeiro assentamento rural se deu em 1998. De lá para cá foram conquistados mais 5 assentamentos, proporcionando à bóias frias, assalariados rurais temporários, meeiros e arrendatários do município o que nenhuma política anterior foi capaz de oferecer: casa, comida e trabalho.

No município de Caiuá existem atualmente 6 assentamentos rurais, conforme quadro 14 e planta 07 no anexo 6.

Quadro 14 – Assentamentos no município de Caiuá

Assentamento	Ano de Implantação	Domínio da Terra	Número de Lotes	Área (Há)	Área Agrícola (Há)	Situação dos Lotes
Luis Moraes Neto (São Francisco)	Agosto 2003	Federal	72	1.713,09	1.329,70	Definitivo
Malu	Março 2003	Estadual	24	477,11	370,51	Definitivo
Maturi	Janeiro 1998	Estadual	172	4.519,35	3.197,61	Definitivo
Santa Angelina	Fevereiro 2002	Estadual	23	535,81	411,47	Definitivo
Santa Rita	Set. 1998	Estadual	21	523,54	380,50	Definitivo
Vista Alegre	Fevereiro 2002	Estadual	22	532,80	392,75	Definitivo
Total - 06			334	8.301,70	6.082,54	

Fonte: Instituto de Terras do Estado de São Paulo, março de 2007

A exemplo do município de Presidente Epitácio a concentração de terra ainda é muito alta. Dados levantados pelo SNCR de 1998 revelaram que existiam no município neste período, um total de 282 imóveis rurais distribuídos numa área de 54.103,90 ha, que é a área total do município. Dentre estes imóveis, constatamos que apenas 13 latifundiários (que detêm áreas acima de 1000 ha), concentravam juntos uma área de 25.532,40 ha, ou seja, 47% das terras de todo o município estavam nas mãos de apenas 5% dos “proprietários” de terra.

Dentre os pequenos sitiantes (possuidores de 1 a 4 módulos fiscais de terra = 14 a 56 ha) estão a maioria dos imóveis rurais de Caiuá, com 187 sitiantes. A esta grande maioria de pequenos produtores que representam 66% dos ocupantes de imóveis rurais, sobravam apenas 3.211 ha de terra, ou seja, apenas 6% da área total do município, representando uma grande concentração fundiária.

Consideramos que, com a implantação dos assentamentos, ampliaram-se o número de famílias que retornaram ao campo, de modo que, se este cadastro fosse realizado hoje (considerando a área dos assentamentos), perceberíamos que juntaram-se aos 187 pequenos sitiantes que haviam em 1998, mais 334 pequenos produtores rurais assentados, aumentando para 521 o número de imóveis nas mãos dos pequenos sitiantes, significa uma ampliação de 64%.

Se antes os pequenos detinham uma área de apenas 3.211 ha, passam a deter com os assentamentos 11.512,70 ha, **ampliando de 6%, para 21% do total da área do município nas mão dos pequenos sitiantes**. Por outro lado, conforme histórico dos assentamentos a seguir, podemos afirmar que as 6 áreas dos assentamentos (8.301,70 ha) foi subtraída de 3 grandes latifúndios, ou seja, houve um decréscimo nesta categoria que antes concentrava 25.532,40 ha e passou a concentrar 17.230,70 ha, percebe-se que **houve uma redução de 32,5% da área**

do latifundio em favor das famílias assentadas, representando uma situação de desconcentração fundiária, ainda que de forma limitada uma vez alterou-se a situação fundiária em apenas três imóveis rurais, 10 ainda permanecem intocados detendo ainda 32% do total das terras do município.

O Quadro 15 representa de forma resumida a desconcentração fundiária percebida no município de Caiuá após a implantação dos assentamentos rurais.

Quadro 15 – Desconcentração Fundiária no Município de Caiuá

Sem os Assentamentos				Com os assentamentos		
Pequenos Imóveis Rurais	Área (ha)	% *	Nº. de imóveis	Área (ha)	%*	Nº. de imóveis
	3.211	6%	187	11.512,70	21	521

Fonte: SNCR – Estatísticas Cadastrais – 1998

Fundação ITESP – 2007

* % sobre a área total do município

Org. Eliane de Jesus Teixeira Mazzini

Descreveremos a seguir um pouco sobre cada assentamento conquistado no município de Caiuá:

6.2.1 – Assentamento Maturi

O primeiro assentamento e também o maior do município é o Assentamento Maturi com 4.519,35 ha, no qual estão assentadas 172 famílias, é juntamente com o assentamento Luis de Moraes Neto os que estão mais distantes da sede do município de Caiuá. Conforme Planta 08, o assentamento Maturi faz divisa com os assentamentos: Lagoinha em Presidente Epitácio; Luis de Moraes Neto em Caiuá; Assentamento Primavera e Tupanciretã em Presidente Venceslau, constituem o que Heredia et al (2001) chama de “mancha”, uma enorme área reformada, com vários assentamentos em seu entorno.

O processo de luta para conquista da terra não diferiu em muito dos relatados anteriormente, o que torna o assentamento ainda mais cheio de complexidade é a origem das famílias. Segundo relato dos assentados entrevistados, neste assentamento estão assentadas famílias providas de vários acampamentos em vários municípios do Pontal do Paranapanema, dentre os mais citados são os

remanescentes dos assentamentos Lagoinha (1998), Primavera I e II (1996) e de vários outros do município de Teodoro Sampaio.

Através da Foto 10 é possível visualizar parcialmente o assentamento que por sua extensão é totalmente cortado por estradas. Como a maioria dos assentados se dedicam a pecuária leiteira a paisagem predominante ainda é a pastagem, com o diferencial da existência das moradias, pequenas plantações e pomares.



Foto 10: Vista parcial do assentamento Maturi, visto a partir da antiga sede – atual área comunitária 03/10/2006

Os relatos revelam histórias de migrações, como no caso de alguns ex-barrageiros do município de Rosana, que passaram pelo acampamento em Teodoro Sampaio e encontraram seu destino nas terras do município de Caiuá.

Era barrageiro em Rosana, fiquei desempregado três anos à espera de uma oportunidade... resolvemos encarar o acampamento na época os filhos eram pequenos, mas deu certo, criei todos eles dentro do assentamento. Esta fazenda foi negociada, não precisou ocupar ela. (Azuir Ramos Silva, 60 anos, Assentamento Maturi – Caiuá – 03/10/2006)

A pesquisa indica que a maioria dos acampados, estão desempregados, ou inserem-se de forma muito precária no mercado de trabalho, enfrentando dificuldades as mais diversas neste período, principalmente quando a família tem

filhos pequenos. Relatos de luta, resistência e persistência de famílias, que passaram por mais de três acampamentos revelam que para sobreviver nesse período de real desemprego para a maioria, além da ajuda de terceiros, se desdobram como podem para não sucumbir, trabalhando na maioria das vezes de bóias-frias, domésticas e também na construção civil como auxiliares de pedreiros.

Fiquei em três acampamentos na Lagoinha perto de Eptácio. Trabalhava na roça, morava de aluguel na cidade, apesar de ter criado meus filhos como mendigos eles foram bem educados, hoje eu preciso deles...eles não precisam mais de mim.... (Euclides de Souza Andrade, 62 anos – Assentamento Maturi – Caiuá – 03/10/2006).

6.2.2 – Assentamento Santa Rita

O Assentamento Santa Rita está em uma área bem menor de 523,54 ha e possui 21 lotes, conforme podemos verificar na Planta 09. Foi implantado no mesmo ano do Assentamento Maturi, resultante das mesmas lutas, num momento em que o MST sofria a divisão do primeiro discidente, o MAST. Foi este movimento, que segundo relato dos entrevistados, organizou o pessoal para ocupar a fazenda Santa Rita *“cujo mato tomava conta”*.

Marilene explica que o prefeito de Caiuá também interveio para garantir o assentamento de pessoas do município.

havia duas turmas, 5 famílias eram de Caiuá e 16 estavam acampadas na fazenda. O prefeito da época Osvaldo Aparecido, exigiu 5 lotes para quem estava acampado na fazenda Natal (município de Caiuá). Quando chegamos cada um escolheu um lote na planta, não houve confusão, isto foi feito quando estávamos ajudando o pessoal a “cortar” a área. Chegamos num lugar sem estrada, sem luz, sem dinheiro só com a cara e a coragem. Lutamos e construímos tudo, agora que está mais fácil não podemos desanimar, eu penso nos filhos e não posso desistir. (Marilene Modesto Machado, 36 anos – Assentamento Santa Rita – Caiuá - 10/03/2006)



Foto 11 – crianças no Assentamento Santa Rita. Esperança de dias melhores....(10/03/2006)

Observa-se a importância do movimento na conquista da terra. A grande maioria dos assentados da Santa Rita são de outros municípios, apenas 05 são de Caiuá e só conseguiram através da negociação do prefeito com o movimento. A fazenda Natal citada na fala de Marilene foi uma das primeiras a ser julgada devoluta, por isto ela estava ocupada, no entanto, devido ao jogo de interesses e poder, as ações que tratam desta fazenda em especial, não avançam. Existem atualmente no município de Caiuá duas fazendas com ações Reivindicatórias em Andamento, a Santa Maria e a Figueira.

No assentamento Santa Rita não existe nenhuma área comunitária, na maioria das vezes para definição destas áreas são utilizadas as estruturas já existentes na antiga fazenda (sede, casas de empregados, barracões). No caso da Santa Rita não havia nada disso, revelando que o assentamento rompeu com o abandono e o vazio demográfico que ela constituía. Sem estas estruturas, as reuniões da comunidade são feitas em área aberta cedida por uma das assentadas, como mostra a Foto 12.



Foto 12 – reunião da comunidade com técnicos da Fundação Itesp – 10/03/2006

6.2.3 – Assentamentos Santa Angelina, Vista Alegre e Malú

Os assentamentos Santa Angelina, Vista Alegre e Malú compõem, juntamente com o Assentamento Santa Rita um bloco de pequenos assentamentos que comporta de 22 a 24 famílias, conforme verifica-se através das Plantas 10, 11 e 12. Tratava-se na verdade de uma única fazenda com seus 2.069,26 ha, quando da anúncio da Lei dos 500²⁵ ha, o fazendeiro subdividiu a fazenda, uma vez que todos os imóveis devolutos acima de 500 ha passaram a ser alvo de Ações

²⁵ A lei 11.600, proposta pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB) e sancionada por ele em 19 dezembro de 2003, foi anunciada como uma importante ação do governo para pacificar e desenvolver o Pontal, principal foco de conflito agrário no Estado. Nela está prevista a regularização de áreas com até 500 hectares de extensão, cuja posse esteja em disputa judicial com o Estado. Ou seja, áreas suspeitas de serem devolutas (griladas no passado). A regularização será feita mediante o pagamento de 10% do valor da terra nua (sem benfeitorias), num prazo de seis anos. Com isso, o Estado desiste da disputa judicial e o produtor recebe a escritura definitiva da terra. Antes da promulgação já era de conhecimento a mais de 3 anos a intenção de fazê-la. No entanto após sua criação não houve adesão por parte dos fazendeiros.

Reivindicatórias e com a nova Lei os imóveis abaixo de 500 ha poderiam ser regularizados mesmo sendo devolutos. O Movimento de Acampados Sem Terra - MAST, percebendo a manobra, passou a ocupar a fazenda, sendo violentamente reprimido em uma das ocasiões assim relatada:

Era uma fazenda que foi dividida em quatro, o movimento ocupou e elas foram julgadas devolutas, nós apanhamos dos capangas do fazendeiro, alguns foram baleados acampados na porteira da fazenda. Depois de um entra e sai fomos assentados. Mérito do Estado? Nenhum, foi única e exclusiva NOSSA própria luta, o Estado foi apenas coadjuvante no processo de assentamento. (Maria Aparecida Silva Souza – 46 anos – Assentamento Vista Alegre – Caiuá. - 28/07/2006)

Tudo indica que se o movimento não tivesse percebido a manobra do fazendeiro e ocupado aquelas terras, confirmadamente devolutas e improdutivas, o assentamento jamais teria saído e para o poder judiciário a “propriedade” voltou para a legalidade, com seu disfarce legal, de fazenda com menos de 500 ha.

Vale ressaltar que processo semelhante aconteceu com a maioria das grandes áreas existentes na região após este período, uma simples verificação em cartório revela o nome de várias propriedades, com proprietários cujo sobrenome é o mesmo. A manobra é tão deslavada que a divisão exata da área em três, quatro, cinco herdeiros ou mais se dá de forma quase que milimétrica, em áreas de 400 e 500 ha, os tamanhos coincidem até nas casas decimais.

Os acampados que disputavam a Santa Rita, continuaram à espera das demais fazendas, de modo que acampavam na Malú, eram despejados, acampavam na Santa Angelina e, sendo despejados novamente, ocupavam a fazenda Vista Alegre. Fato é que todas estas fazendas já haviam sido julgadas devolutas e estavam com Ações Reivindicatórias em andamento. Os “proprietários” (descendentes de uma única família) não moravam nas áreas e não existia nenhum funcionário contratado. Típico do processo que Gómez (2006) chamou de concentração da terra, com pouco investimento na terra, no gado e na mão de obra, as terras existiam, apenas como reserva de valor, situação que passou a ser transformada com a instalação dos assentamentos rurais como mostra a Foto 13.



Foto 13 – Vista parcial do Assentamento Malú – 28/07/2006

Por outro lado a espera das famílias já se prolongava na maioria dos casos desde 1998. Os assentamentos Santa Angelina e Vista Alegre foram demarcados e entregues em 2002 e o assentamento Malú foi o último deste bloco, só saiu em 2003. Verificamos que mesmo quando as famílias recebem o lote, as dificuldades passadas na época do acampamento ainda persistem por longos meses.

No primeiro dia foi triste. Muita chuva e vento forte, o barraco não foi pelos ares por que Deus não quis. Estava eu e meu filho, dormimos molhados, pois não tinha outro jeito e meu marido não dormiu, segurando o barraco. No dia seguinte era olhar e ver...não havia nada, só braquiária, nem água, estradas, não tinha um mínimo de conforto, só esperança....mas esse era um sonho antigo..construir uma “floresta”. E aí está! E graças a Deus, não mais faltará terra.. (Gedalva da Silva de Souza, 48 anos – Assentamento Santa Angelina – Caiuá – 28/07/2006.)

A certeza de que o futuro será melhor faz toda a diferença nos momentos iniciais da implantação dos assentamentos, até ser instalada toda a infra-estrutura e saírem os créditos, para fomento inicial, financiamento da estrutura para produção (gado, cerca, triturador, caixa d’água...), financiamento para construção da casa.

6.2.4 - Assentamento Luis de Moraes Neto

Este assentamento é o mais novo do município, foi regulamentado em 2003, quando foram assentadas 72 famílias em uma área de 1.713,09 ha pertencente a um único dono.



Foto 14 – Dos dois lados da estrada até onde a vista alcança são terras do Assentamento Luis de Moraes à esquerda e Reassentamento Lagoa São Paulo à direita. A estrada leva às Agrovilas e ao Município de Caiuá. 03/10/2006

Em visita à área observa-se que ainda está em processo de estruturação, não existe nenhuma área comunitária. Conforme Planta 13, observamos que está localizado entre o assentamento Maturi e o Reassentamento Lagoa São Paulo, por estar numa área mais alta, do assentamento tem-se uma vista muito bonita do Rio Paraná e da Agrovila III do reassentamento. É para a agrovila, já no Distrito do Campinal em Presidente Epitácio, que se dirigem os filhos dos assentados para estudar e é também lá que está localizado o Posto de Saúde mais próximo.

O processo de luta também é semelhante aos descritos anteriormente, com a diferença de que neste assentamento estão assentados muitos filhos de

reassentados da CESP e também os acampados remanescentes das lutas empreendidas na conquista dos assentamentos do município de Caiuá, organizadas pelo MAST.

O nome da antiga fazenda era São Francisco, em homenagem a uma das lideranças da luta pela terra no Pontal do Paranapanema. O assentamento foi batizado de Luis de Moraes Neto. Os assentamentos fazem reescrever a história do Brasil que segundo Martins (1995) é uma história de senhores e generais, os movimentos sociais de luta pela terra estão escrevendo o nome de sua *brava gente*, na história e denunciando as mentiras que se contou durante toda a história, que nunca deixou de ser de lutas e de *rebeldes* do Brasil.

6.3 – O município de Piquerobi

O município de Piquerobi está localizado entre os Municípios de Santo Anastácio e Presidente Venceslau, conforme Figura 08:

Figura 8 – localização do Município de Piquerobi²⁶



É o menor em extensão dentre os delimitados por esta pesquisa, possui apenas 42.910,9 hectares, no qual, segundo previsão para 2006 do Censo do IBGE existem 3.633 habitantes, sendo 1.024 em área rural.

Tem pouca influência política e econômica na região, possui um comércio de fraco movimento, devido à proximidade de cidades com comércio mais atrativo que oferecem maior variedade, como Presidente Venceslau e Santo Anastácio.

A escolha do mesmo para compor o estudo de caso se deve basicamente a

²⁶ Para melhor visualização do município de Piquerobi e dos assentamentos implantados dentro de seus limites administrativos, verificar planta 14, no anexo 07.

dois motivos: primeiro porque dois dentre seus três assentamentos estão organizados em regime de agrovila, nos moldes de outros assentamentos do Pontal do Paranapanema, como o Che Guevara em Mirante do Paranapanema, Rodeio em Presidente Bernardes e a Gleba XV em Rosana/Euclides da Cunha.

Por outro lado, o fator determinante na escolha deste município é confirmar a hipótese de que municípios que não possuem assentamentos rurais são por vezes impactados por eles. É o caso do município de Santo Anastácio, que não só é impactado pelos assentamentos de Piquerobi, como também pelos de Ribeirão dos Índios e Mirante do Paranapanema, conforme veremos na seqüência deste trabalho, quando serão abordados os impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais no comércio local e regional.

Formação do Territorial

O processo de povoamento de Piquerobi teve início por volta de 1917, ocasião em que começaram as grandes derrubadas de mata e a formação de sítios e fazendas. Como nas histórias anteriores, as terras aqui também já tinham dono, os registros oficiais revelam que Miguel Carmona, Domingos Tacone, Ambrósio Garcia, Julian Garcia e outros iniciaram a ocupação das terras recém conquistadas após a derrubada das matas primitivas. Obviamente nenhum deles pegou no machado, as terras no caso foram usurpadas dos índios, os quais foram literalmente exterminados.

Não se encontrou maiores registros sobre a formação específica deste território. No entanto, dada a distância entre os núcleos urbanos ao longo da primeira Estrada Boiadeira, acredita-se que saindo de Presidente Epitácio com a boiada vinda do sul mato-grossense, os peões e tropeiros foram estabelecendo pontos de parada para descanso, com pousos e currais para descanso do gado. Provavelmente Piquerobi também era uma destas paradas, antes de seguirem para Indiana e Campos Novos Paulista.

O desenvolvimento local, baseado inicialmente e, sobretudo, na exploração da madeira, foi estimulado com a chegada da Estrada de Ferro Sorocabana em 14

de julho de 1921. Foi elevado a distrito do Município de Santo Anastácio em 8 de novembro de 1928, e tornou-se município autônomo em 24 de dezembro de 1948.²⁷

A exemplo de Caiuá, poucas políticas públicas de desenvolvimento setorial foram destinadas para o município, dentre elas a mais significativa e que determinou seu fortalecimento para elevar-se à categoria de distrito de Santo Anastácio em 1928 foi a construção da Estrada de Ferro Sorocabana, que fortaleceu o desenvolvimento da agricultura do café e do algodão. Com a crise já descrita nestas culturas, a pecuária de corte que já vinha se expandindo, cresce ainda mais e a sobrevivência no campo para os pequenos produtores vai se tornando cada vez mais difícil.

O desemprego crescente e a falta de políticas agrárias e agrícolas no campo expulsaram o pequeno produtor, uma vez que, desmotivou os arrendatários e meeiros, que passaram a plantar cada vez menos e em muitos casos deixaram o município, à procura de alternativas na cidade grande. Desse modo, um grande número de bóias-frias que viviam conhecidamente do trabalho na roça, perdeu esta alternativa de subsistência. Este quadro, que já se acentuava desde o final da década de 1980, chega ao seu ápice em meados da década de 1990 quando eclodiram em todo país, movimentos de luta pela terra como alternativa de retorno ao campo e de possibilidades reais de desenvolvimento.

Resultado dos mesmos processos, no município de Piqueroibi a concentração de terra também é elevada. Dados do SNCR levantados em 1998 revelaram que existiam no município, neste período, 278 imóveis rurais, a soma deles equivale a uma área total de 42.910,9 ha. Observamos que, dentre estes imóveis, existem 6 grandes proprietários (com áreas entre 1.000 e 5.000 ha) que concentravam sozinhos uma área de 9.118 ha, o que corresponde a 21% da área total do município nas mãos de 2% dos proprietários rurais. Observamos ainda que 131 imóveis estão nas mãos de médios proprietários (com áreas entre 50 e 1.000 ha), de modo que, 47% dos ocupantes rurais detêm uma área de aproximadamente 30.725 ha, o equivalente a 72% da área de todo o município, revelando uma situação de concentração fundiária menor que nos municípios de Caiuá e Presidente Epitácio.

Com relação aos pequenos proprietários (com áreas entre 14 e 56 ha), verificamos que existiam 141 imóveis nesta categoria, a soma total destas áreas era

²⁷ Informações extraídas do site www.seade.gov.br, agosto de 2006.

de 3.067,90 ha, equivalente a 7% do total da área do município que é de 42.910,9 ha nas mãos de 51% dos titulares de imóveis rurais.

Foram implantados 3 assentamentos rurais neste município entre os anos de 1996 e 1997, como podemos observar no Quadro 16.

Quadro 16 – Assentamentos implantados no município de Piquerobi

Assentamento	Data de Implantação	Domínio da Terra	Número de Lotes	Área (Há)	Área Agrícola (Há)	Situação dos Lotes
Santa Rita	Dezembro 1997	Estadual	26	600,96	480,50	Definitivo
Santo Antonio da Lagoa	Março 1997	Estadual	29	968,03	550,78	Definitivo
São José da Lagoa	Junho 1996	Estadual	29	1.026,37	544,21	Definitivo
Total 03			84	2.595,36	1.575,49	

Fonte: Instituto de Terras do Estado de São Paulo, março de 2007

No levantamento do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, feito em 1998, não foram declaradas as áreas dos lotes dos assentados como imóveis rurais. Deste modo, retiram-se instrumentos de mensuração importantes para compreender a importância dos assentamentos na redução da concentração fundiária, fator que poderá ser alterado a partir do novo cadastro do IBGE que deverá ser feito ainda este ano (2007) que tomará as áreas de assentamentos como tópico especial do levantamento. Observamos tanto no município de Presidente Epitácio, quanto nos de Caiuá e Piquerobi que a desconcentração fundiária, ainda que baixa, é perceptível. O que aumenta na classe de pequenos produtores, reduz-se na classe do latifúndio, revelando que as terras saem das mãos de um (01) para as mãos de muitos.

No caso do município de Piquerobi, como vimos até aqui, existiam 141 imóveis de pequenos produtores rurais (51% do total) detendo apenas 7% do total da área do município. Concluímos que se neste cadastro fosse considerado os assentamentos implantados no município, seriam acrescentados mais 84 imóveis rurais na classe dos pequenos imóveis e mais uma área de 2.595,36 ha. Assim, podemos afirmar que no quadro atual existem aproximadamente 265 pequenos produtores, numa área de 5.663,26 ha. **Aumentando de 7% para 13% a abrangência da área destinada aos pequenos produtores do município,** conforme podemos verificar no Quadro 17.

Quadro 17 – Desconcentração Fundiária no Município de Piquerobi

Sem os Assentamentos				Com os assentamentos		
Pequenos Imóveis Rurais	Área (ha)	%*	Nº. de imóveis	Área (ha)	%*	Nº. de imóveis
	3.067,90	7	141	5.663,26	13	265

Fonte: SNCR – Estatísticas Cadastrais – 1998

Fundação ITESP – 2007

* sobre a área total do município

Org. Eliane de Jesus Teixeira Mazzini

Descreveremos a seguir um pouco sobre cada assentamento conquistado no Município de Piquerobi:

6.3.1 – Assentamento São José e Santo Antônio da Lagoa

Os primeiros assentamentos implantados no município foram o São José da Lagoa (Planta 15) e o Santo Antônio da Lagoa (Planta 16), em 1996 e março de 1997, respectivamente. Observamos que em todos os demais municípios, os acampamentos tiveram e têm papel fundamental nas estratégias de luta e resistência no campo, o Município de Piquerobi é exceção nesse aspecto. Diferente do processo desencadeado nos outros municípios, segundo relatos colhidos em trabalho de campo, o processo inicial foi deflagrado com a convivência e articulação do poder local, no final do primeiro mandato do prefeito José Adivaldo Moreno Giacomelli, que participou ativamente do processo de seleção das famílias assentadas.

O fato de um movimento de luta pela terra, não ter organizado o processo inicial de ocupação da fazenda é interessante. Após várias reuniões realizadas na Câmara Municipal com o prefeito e a comissão de seleção formada a partir de orientações de técnicos da Fundação ITESP, com membros da sociedade civil, houve o esclarecimento de que havia três fazendas sendo negociadas naquele município para implantação de assentamentos rurais. Dentre os procedimentos para conseguir um lote o interessado além de se enquadrar nos critérios da Comissão de Seleção, deveria fazer um cadastro. Temendo que a área fosse ocupada pelos Movimentos Sociais de Luta pela terra que atuavam fortemente na região naquela

época, algumas famílias foram orientadas a irem acampar nas fazendas em negociação. Foram chamados a participar destas reuniões principalmente arrendatários, meeiros e bóias- frias conhecidos na cidade por desenvolverem tais funções. Procedeu-se ao cadastro e sendo negociadas as áreas, as famílias se dirigiram para os assentamentos.

Segundo relato de membros locais que participaram da Comissão de Seleção, houve resistência por parte de algumas famílias em ir para a área. A princípio não acreditavam que isto poderia ser possível, bem como que pudesse dar certo. Muitas famílias que tinham crianças em fase escolar desistiram do processo.

“Tivemos que insistir com algumas famílias que não queriam ir, era a chance de assentar famílias do município que poderia ser perdida para pessoas de outros municípios se eles não aceitassem, deu o que fazer, hoje muitos agradecem e outros que não persistiram estão arrependidos e esperando outra chance... (José Gilberto Bonini – membro da Comissão de Seleção - 30/10/2006)

Nos dois primeiros assentamentos implantados, São José e Santo Antônio da Lagoa, todas as famílias são originárias do próprio município, em sua maioria eram assalariados rurais temporários, ou seja, ex-bóias-frias (46%) e arrendatários (27%) de terras que plantavam lavoura nos limites do município.

Dadas às características peculiares do modo como transcorreu o processo de implantação destes dois primeiros assentamentos, não houve grandes conflitos, os dois fazendeiros Antônio Sacchi (São José da Lagoa) e Odjalma Malta Gomide (Santo Antônio da Lagoa) acharam vantajosa a forma de pagamento das benfeitorias e negociaram calmamente aquelas terras, com o fim imediato de investir o capital na compra de terras no Mato Grosso do Sul que, segundo relatos, com o dinheiro de 1 alqueire vendido aqui poder-se-ia comprar 3 alqueires lá. A prova do negócio vantajoso é que a Fazenda Santa Rita, não foi julgada devoluta, pertencia também a Antônio Sacchi e ele a ofereceu para negociação, sendo aceita pelo governo.

Nos assentamentos implantados após 1985 são os assentados que escolhem a forma de organização do sistema produtivo dos lotes: podendo optar por organização da produção coletiva (de organização Mista) ou sistema de organização individual. O sistema de organização da produção coletiva é o mais complexo no qual todas as famílias administram e trabalham uma área comum e dividem os

resultados conforme as horas trabalhadas individualmente. Não há conhecimento de que esta forma de organização exista em assentamentos brasileiros, com exceção da Santa Maria em Paranacity- Pr, organizado pelo MST, que possui um sistema semelhante. No caso, eles trabalham igualmente e também recebem igualmente, ninguém tem nada que seja particular tudo é de todos.

Os outros sistemas são o de organização Mista e o individual, assim especificado nos Cadernos ITESP:

Misto (...) pode-se dar com a delimitação de área para trabalho coletivo distinta de parcelas individualizadas para exploração familiar isoladamente, ou então, determinadas etapas da produção são coletivizadas (preparo de solo, colheita), mas a administração dos sítios é individual. Por fim o sistema de produção individual é aquele baseado apenas na mão-de-obra familiar com lotes individualizados. (1998h, p.17)

Nos assentamentos São José e Santo Antônio da Lagoa o sistema adotado foi o de Agrovila²⁸. Percebe-se que a única lógica favorável a esta escolha é a rapidez na implantação dos trabalhos de saneamento e infra-estrutura, como a instalação de água e luz que são os serviços mais essenciais no início da instalação das famílias.

Por outro lado a família fica afastada de seu local de produção, situado muitas vezes a mais de um quilômetro de sua habitação, prejudicando o desenvolvimento de atividades agrícolas mais intensiva no lote, além de inviabilizar a criação de pequenos animais como aves e porcos, o desenvolvimento de hortas e pomares para consumo, ferindo de morte a produção para auto-consumo.

Atualmente os assentados que optaram pela agrovila reconhecem as dificuldades e a inviabilidade deste sistema

“Eu gosto daqui, é uma pena que não posso criar galinha e porco na agrovila. Eles deveriam entender que estamos no sítio e não na cidade, pois foi para isso que viemos para cá”.
(Isolina, 68 anos – Assentamento Santo Antônio da Lagoa – Piquerobi, 14/12/2005).

²⁸ Agrovila consiste em um aglomerado de habitações e infra-estrutura implantados em uma pequena área com características urbanas, onde os sítios são destinados exclusivamente à habitação e organizados urbanisticamente a partir dos núcleos de serviço. Os lotes de produção são distribuídos no entorno do povoado. Cada beneficiário, deste modo possuem 2 terrenos: um na agrovila para moradia e um em seu entorno para produção.

As Fotos 15 e 16 ilustram parcialmente como são estas agrovilas. Observamos que o sistema adotado apenas reduziu os investimentos públicos com água, luz e equipamentos sociais a serem implantados pelo Estado.



Foto 15: Agrovila do Assentamento Santo Antônio da Lagoa – Piqueroibi - dezembro de 2005



Foto 16: Espaço destinado às reuniões da comunidade na Agrovila do Assentamento São José da Lagoa – maio de 2006

Em nova visita à área, em setembro de 2006, constatamos que, após insistentes reivindicações conseguiram que o Programa Luz para Todos atendesse os dois assentamentos que ainda não tinham rede de energia passando nos lotes por terem optado pelo sistema de agrovila inicialmente. A chegada da notícia coincidiu com a liberação do crédito de R\$ 3.000,00, para ampliação da casa dos assentados, aprovado pelo governo de Luis Inácio Lula da Silva. Observamos que muitos utilizaram o recurso para edificação da casa já no lote, indicando que grande parte dos moradores que ainda permanecem na agrovila deve deixá-la com o passar do tempo.

Atualmente existem mais três assentamentos que possuem sistema de agrovila. O assentamento Gleba XV que, por ser o maior em extensão e em número de famílias (517 lotes) está subdividido em sete setores cada um com uma agrovila, três destas agrovilas possuem escolas, postos de saúde e barracões, concentram-se nestes espaços também as igrejas, bares, campos de futebol e alguns resfriadores de leite. Os demais estão localizados em Mirante do Paranapanema - Che Guevara - e o outro está no município de Bernardes, que é o assentamento Rodeio. Nos três casos a maioria das famílias não mora nas agrovilas e fazem delas apenas centros comunitários.

Cabe ressaltar que os assentamentos Santo Antônio e São José da Lagoa, Conforme Plantas 15 e 16 bem como o assentamento Santa Rita estão localizados um ao lado do outro. Com relação à infra-estrutura, o assentamento Santo Antônio é o mais desprovido, possuindo apenas um barracão comunitário. No assentamento São José, que fica localizado entre o Santo Antônio e o Santa Rita, existe a sede da antiga fazenda que foi destinada para implantação do Programa de Saúde da Família. Neste local o médico atende três vezes na semana as famílias assentadas dos três projetos, bem como outras famílias de produtores rurais que moram na vizinhança. Existe também um projeto por parte da prefeitura de ampliação desta área e construção de uma creche.

6.3.2 – Assentamento Santa Rita

O assentamento Santa Rita, parcelado conforme mostra a Planta 17. foi implantado em 1997, como relatado anteriormente, havia interesse do fazendeiro em negociar a área que não era devoluta. Para agilizar este processo o MST ocupou a

sede da fazenda ainda no ano de 1996, quando saiu o primeiro assentamento no Município de Piquerobi.

Segundo relato dos entrevistados, mesmo existindo famílias no município que não conseguiram lote nos dois primeiros assentamentos, perdeu a oportunidade de conseguir neste assentamento recusando-se a acampar juntamente com as famílias do movimento que permaneciam na sede da fazenda. Assim, a grande maioria dos beneficiários deste assentamento é originária de municípios da região, majoritariamente Presidente Prudente e Marabá Paulista.

Diferentemente do sistema de agrovila adotado nos outros dois assentamentos do município, no assentamento Santa Rita, as famílias não aceitaram o sistema de agrovila, segundo eles orientados pelo MST.

O assentamento é um lugar sossegado, sem intriga. Viver na agrovila é pior. Aqui (no lote) tudo é próximo e nós podemos cuidar. O ITESP sugeriu que fosse agrovila aqui também, mas nós já havíamos sido orientados pelo MST a não aceitar. (Jorge Vieira dos Santos, 43 – assentamento Santa Rita – Piquerobi, 14/12/2005).

A Foto 17 ilustra parcialmente o assentamento:

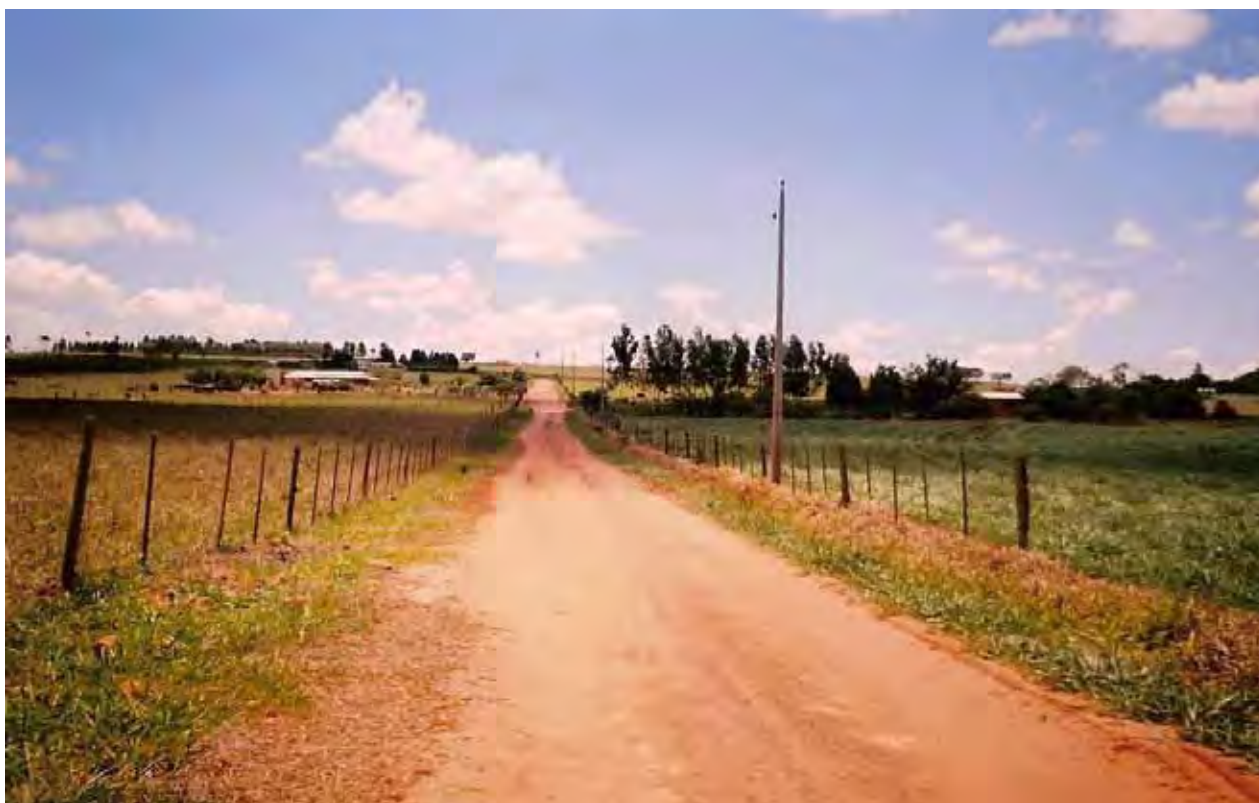


Foto 17: Assentamento Santa Rita – Piquerobi - normalmente as casas dos lotes ficam próximas à estrada, para facilitar o acesso e a comunicação entre as famílias assentadas – abril 2006

Com relação à infra-estrutura, no assentamento Santa Rita existem duas casas de madeira e um barracão aberto que pertenciam à antiga fazenda. Uma das casas está habitada por uma família que já morava na fazenda, na outra inicialmente funcionava o PSF que como mencionado anteriormente foi transferido para o assentamento São José. Por problemas de energia elétrica, neste local estão instaladas caixas do correio, o barracão é utilizado para fazer reuniões e outras atividades da comunidade.

Atualmente o assentamento foi cortado por uma nova estrada que tem gerado polêmica entre as famílias assentadas. A estrada pertence à Usina Dracena Açúcar e Álcool Ltda, em funcionamento desde 19/07/2004, após várias reuniões entre a comunidade, pessoal da Usina e técnicos da Fundação ITESP, a comunidade não aceitou que a estrada cortasse o assentamento. No entanto, segundo relato de moradores, em julho de 2006 a estrada foi aberta ligando várias fazendas que estão no entorno do assentamento ²⁹ com canaviais, às cidades de Dracena e Junqueirópolis.

Tais relações demonstram o desrespeito dos donos do capital com a vontade da maioria, numa correlação de força injusta e desleal que suplanta os desejos dos mais frágeis política e economicamente, prevalecendo o desejo do capital, como já foi comprovado observando o histórico de ocupação da região.

Os assentamentos têm revelado ser a única política de cunho social, político, econômico e ambiental mais ampla que tem melhorado significativamente a vida das pessoas que a ele tiveram acesso. Através das pesquisas de campo além de constatar a origem rural da grande maioria, também verificou-se as condições nas quais viviam antes de ter um lote: eram “bóias-frias”, a maioria morava em casas alugadas ou cedidas por parentes. Constata-se que estas mesmas pessoas, atualmente, possuem casa, gado e carro no assentamento.

Observamos que o mesmo processo que um dia expulsou e expropriou os pequenos produtores do campo, atua forte e constantemente no mesmo sentido. Se não forem projetadas novas formas de se conduzir o processo de desenvolvimento, caminhar-se-á lentamente para índices cada vez mais elevados de desigualdades sociais, pobreza e miséria no mundo inteiro. Os assentamentos representam pequenas lutas e resistência neste sentido e os impactos socioterritoriais que eles

²⁹ Fazenda Fortaleza, Fazenda Santa Helena, entre outras, fizeram contrato com a usina de 5 anos para plantio de cana-de-açúcar

provocam são inúmeros como será visto no próximo capítulo, demonstrando que tais experiências ao contrário do que pretendem provar, reforçam a necessidade de uma urgente reforma agrária.

7- IMPACTOS SOCIOTERRITORIAIS DOS ASSENTAMENTOS

(...) O espaço geográfico é multidimensional. Aceitar esta multidimensionalidade é aceitar práticas sociais distintas, que (...), permitem construir diferentes conceitos de espaço. Torná-lo inteligível é para nós geógrafos uma tarefa inicial. Decifrando-o, (...), revelamos as práticas sociais dos diferentes grupos que nele produzem, circulam, consomem, lutam, sonham, enfim, vivem e fazem a vida caminhar... (CORRÊA, 2003, p. 44).

Neste capítulo serão apresentados os principais impactos socioterritoriais da implantação dos assentamentos rurais na região do Pontal do Paranapanema. Refletir e escrever sobre esta nova configuração espacial, moldada através da ação da sociedade, principalmente das camadas que sempre foram relegadas das políticas governamentais ditas de desenvolvimento, é dar visibilidade à processos multidimensionais, em que vários aspectos, seja ele sociais, político, cultural, econômico ou ambiental podem ser abordados.

A partir da compreensão de que as relações sociais produzem espaços e territórios, os impactos socioterritoriais são relativos às transformações provocadas no território antes, durante e a partir da implantação dos assentamentos rurais. Antes, devido ao movimento de luta que o precedeu, durante, em face dos novos e velhos atores que fazem parte do processo, e depois devido às dimensões alteradas por esta ação. Daí afirmarmos que o impacto socioterritorial é multidimensional, é resultado da ação do homem moldando o espaço, transformando-o e sendo transformado por ele.

Ao longo da história de ocupação do Pontal vimos que a concentração de terras perdura e é recorrente, estando alicerçada por fraudes, artimanhas políticas, Leis e não raro, pela violência e impunidade. Situação que se tenta mudar a partir da conscientização e rompimento com os padrões de funcionamento dos ditames dos detentores do capital.

Assim nasceram os movimentos socioterritoriais e a partir da luta e conquista dos assentamentos rurais, passou-se a escrever uma nova história do Pontal. História muitas vezes negada, na qual sujeitos são substituídos por outros sujeitos e

em que existe a tentativa permanente de escrever uma história que não traduza vitórias, mas sim os fracassos e frustrações ou apenas uma história recalcada e bonita de senhores e generais.

Para se romper este discurso, a partir de trabalhos de campo e entrevistando sujeitos construtores da história, trabalhamos com **quatro dimensões dos impactos socioterritoriais**, considerando sua abrangência multidimensional, são elas: dimensão social, dimensão econômica, dimensão ambiental e a dimensão política. Cabendo ressaltar que apesar de serem descritas separadamente, estas dimensões estão intimamente integradas de modo que uma interfere sob a outra indissociavelmente.

Dentro destas quatro dimensões escolhemos vários indicadores que serão demonstrados abaixo, resumidamente, tratamos essencialmente dos aspectos que demonstram a evolução na qualidade de vida e na ampliação das possibilidades de escolhas das famílias assentadas, o que somente se fez possível a partir da conquista da terra.

Dentro dos aspectos sociais dos impactos socioterritoriais apresentamos, inicialmente, o perfil das famílias assentadas: sua origem; experiência profissional anterior, escolaridade, principais fontes de informação, as formas de organização coletiva e as tensões e frustrações daí decorrentes, o meio de acesso à terra, a inserção política, as organizações sociais dentro do assentamento e o nível de interesse e participação.

Apoiado na concepção de desenvolvimento, entendido como processo de ampliação do bem estar e da satisfação individual e coletiva, cujo objetivo principal seja a melhoria nas condições de manutenção e reprodução da vida apresentada anteriormente, buscamos verificar se os dados levantados a partir dos questionários e entrevistas mostram melhorias na qualidade de vida dos assentados. O acesso à infra-estrutura, às principais políticas públicas, o nível de conforto, facilidades, dificuldades e os índices de desistência dos lotes, nos auxiliaram nesta análise.

Ao verificarmos dados da dimensão econômica, essencialmente a produção e renda, levamos em consideração indicadores importantes que, muitas vezes, são deixados de lado quando o assunto é mostrar os *fracassos e sucessos da reforma agrária* pelo viés apenas econômico. Consideramos além da renda mensal aproximada das famílias, sua origem, a produção para venda e também a produção

para autoconsumo, a geração direta e indireta de postos de trabalho no campo e na cidade e a ampliação das possibilidades de escolhas destas famílias.

Comparamos o perfil da produção nos assentamentos com a produção da 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente, na qual está inserida a região do Pontal do Paranapanema delimitada pela Unipontal, o impacto na produção leiteira, o tamanho do rebanho e os principais produtos agrícolas.

Os impactos no comércio local e regional, quando apontamos os principais estabelecimentos de compra e da venda, indústrias e fábricas relacionadas à produção dos assentamentos, bem como as transformações na economia do município e nas relações com o poder municipal como um todo.

Para demonstrar os impactos na dimensão ambiental apresentamos algumas das transformações na paisagem local e regional, a partir da implantação dos assentamentos, as principais medidas de preservação ambiental praticadas pelos assentados e a criação e preservação de áreas de reserva dentro destes espaços.

Com relação aos impactos socioterritoriais a partir da dimensão política levantamos o nível de organização e participação dos assentados em associações, cooperativas, grupos organizados. Também apontamos alguns dados que revelam alterações nas relações de poder local, influência na política, participação de assentados na câmara dos vereadores dos municípios com assentamentos, dentre outras questões.

Para que não houvesse repetições sobre dimensões e indicadores dos impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais, optamos por apresentar os dados obtidos da soma de todos os assentamentos estudados nos três municípios. Destacando, quando necessário, aspectos particulares de um ou outro município, lembrando que a pesquisa foi desenvolvida nos municípios de Presidente Epitácio, Caiuá e Piquerobi, em 13 assentamentos rurais, com aproximadamente 756 famílias, foram entrevistadas dentre estas 85 famílias, constituindo uma amostra de aproximadamente 11% no período que vai de abril de 2005 a março de 2007.

7.1 - Dimensões sociais do impacto

7.1.1 - Origem e Caracterização das famílias

Ter a terra é um sonho realizado, não só meu, minha mãe sempre sonhou com isto, nunca conseguiu.... só agora depois de velha....aqui tem fartura,

carne, ovos, sabão, feijão....faz três meses que não faço compra, você acha que na cidade dá pra fazer isto?

(Oswaldo, 46 – Santa Rita - Piquerobi, 23/09/2006)

Para entender a abrangência dos impactos da implantação dos assentamentos é necessário conhecer os sujeitos envolvidos nesta ação, assim buscamos traçar um perfil das famílias assentadas, desde sua origem, trabalho, faixa etária, escolaridade e as principais fontes de informação.

Observamos que no modo de produção capitalista a mobilidade espacial se dá não por opção das famílias, mas principalmente pela expropriação e expulsão. As pessoas só deixam o local onde vivem a partir do momento que não encontram nele condições de sobrevivência e reprodução sua e da família. É a partir dessa realidade que verificamos que a maioria dos assentados entrevistados cresceram no meio rural. As pesquisas indicam que 85% dos pais de assentados os “criou na terra”. São, em sua maioria, filhos de arrendatários (27%), que já sem terra, pagavam pelo uso da terra alheia e ainda quando do término da colheita deveriam entregar a pastagem pronta, processo exploratório, no qual se pagava duplamente pelo uso da terra. Apenas 18% possuíam pequenas propriedades, na qual a lavoura do café e do algodão eram as principais fontes de recursos. Outros 16% eram empregados nas grandes fazendas, trabalhavam derrubando madeira e cuidando de gado principalmente. Já num processo de exploração ainda maior, 13% dos pais de assentados já eram bóias-frias e moravam na cidade.

Dado que mostra a resistência desta classe é que 11% dos entrevistados relataram que seus pais também são assentados, estes, desde crianças acompanharam a luta dos pais por terra e uma vez crescidos e com família formada, lutaram também por um lote. No entanto, veremos que nem todos conseguem um outro lote, existem vários filhos de assentados casados ou amasiados que moram nos lotes dos pais. Neves (2006)³⁰ alerta para necessidade de constituição de áreas de lotes maiores, ressaltando que o tamanho do módulo atual não permite a expansão e a reprodução da família.

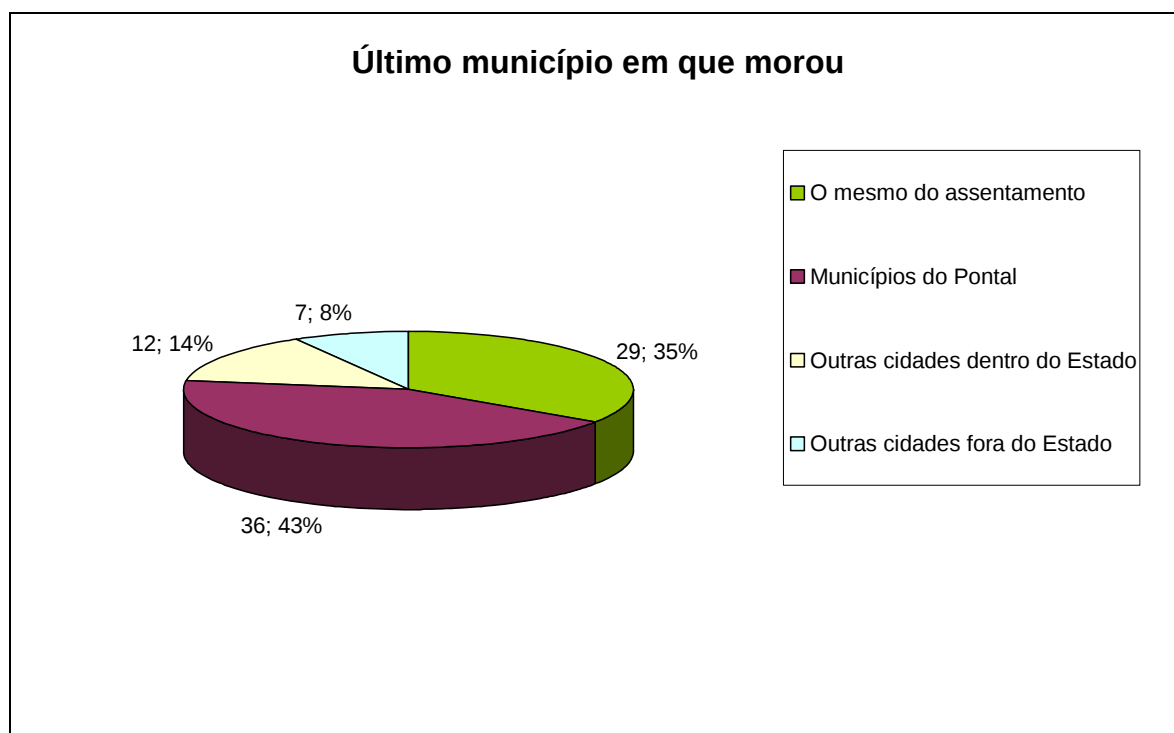
Observamos que apenas 6% dos assentados são filhos de assalariado urbano e outros 6% de funcionários públicos. Resgatando o histórico descobrimos que estes pais estavam empregados diretamente em obras da CESP como

³⁰ Neves, Delma Peçanha - em aula ministrada na FCT- UNESP campus de Presidente Prudente - 2006

barrageiros, na construção civil através de empresas como a Camargo Correia e a Mate Larangeira.

Com relação à mobilidade espacial das famílias assentadas, observando o Gráfico 04 verificamos que, dado ao processo intenso de luta pela terra ocorrida na região do Pontal nos últimos 20 anos, a maioria das famílias que tiveram acesso a um lote, são de municípios do Pontal do Paranapanema ou do mesmo município no qual foram assentados.

Gráfico 04 – Origem das famílias Assentados³¹



Fonte: Trabalho de Campo 2005/2006

Nos casos estudados (Piquerobi, Caiuá e Presidente Epitácio), as famílias assentadas provém essencialmente dos municípios de Rosana, Teodoro Sampaio, Marabá Paulista e Presidente Prudente, representando 43% do total. Já 35% dos assentados são do próprio município no qual estão localizados os assentamentos, como se verificou no relato sobre a origem de cada assentamento. De fora da região, constatamos que 14% são de outras cidades dentro do Estado de São Paulo e apenas 8% de cidades de fora do Estado, principalmente do Mato Grosso do Sul e noroeste do Paraná. Tal fato impacta a densidade demográfica dos municípios,

³¹ Observar que no gráfico aparecem os valores absolutos e os valores relativos, separados por ponto e vírgula.

principalmente os menores, sendo extremamente importante destacar que ao inverso da tendência natural este caminho se faz em direção ao campo.

São várias as situações em torno de quem deve ser assentado no município, principalmente por parte do poder local, como ressalta Leite (1997)

são diversas as menções em que, no caso de uma desapropriação, prefeitos reivindicam lugar para trabalhadores rurais sem terra de seu município". (p.15).

Fato, este, verificado na formação dos assentamentos dos municípios de Piquerobi e de Caiuá. Nestes municípios menores, conforme relatos de membros das Comissões de Seleção, as famílias não estão engajadas num processo de luta maior torna-se difícil nas primeiras reuniões convence-los de que a possibilidade de ter acesso à terra através do assentamento é real. Esta dificuldade foi relatada principalmente quando da formação dos primeiros assentamentos na região, atualmente todos já têm esta consciência.

Fato é que até a implantação dos assentamentos rurais no município de Piquerobi, não se tinha notícias de ocupações de terras, de lá (1996/1997) para cá foram constatadas ocupações em 1998 e outra em 1999³², existindo atualmente uma ocupação com mais de 280 famílias desde 2004, conforme informou a Assessoria de Mediação de Conflitos do ITESP (2006).

Ocupação Anterior das famílias

Sobre a ocupação anterior destas famílias, observamos que 45%, quase a metade, estavam diretamente ligados a atividades agrícolas (21% bóias-fria, 15% arrendatários, 6% ex-funcionário da fazenda, 2% parceiro e 1% posseiro). Dentre os restantes, 25% dos entrevistados, quando conquistaram o lote estavam acampados, 10% estavam desempregados. Apenas 20% se ocupavam de atividades consideradas urbanas (funcionários públicos, comerciantes, construção civil principalmente).

Pode-se afirmar que a grande maioria dos atuais assentados são fruto da exclusão e sujeição à condições de verdadeira incerteza com relação às perspectivas de futuro. Confirmando o apontado nos estudos de Heredia et al (2002)

³² Dataluta/ Nera – FCT – Unesp de Presidente Prudente

ao analisarem “*Os impactos regionais da Reforma Agrária: um estudo sobre áreas reformadas*” em *manchas* de assentamentos espalhados no país, que.

os assentamentos vêm possibilitando o acesso à propriedade da terra por parte de uma população historicamente excluída e que, embora mantendo algum tipo de inserção no mercado de trabalho, o fazia em condições bastante instáveis e precárias. (HEREDIA et al, 2002, p.11)

Tanto a sujeição como a resistência do campesinato no modo de produção capitalista caminham juntas, uma vez que, toda resistência nasce do confronto entre as formas de sujeição às quais o camponês é submetido e a necessidade de liberdade, autonomia e sobrevivência, daí a forma de manifestar esta busca tornou-se a ocupação de terras.

Escolaridade

A História de segregação social a que estas famílias estão sujeitas, não é muito diferente quando comparada com a população dos municípios nos quais estão instalados os assentamentos e também pode ser revelado pelo acesso à escolaridade que tiveram no decurso de suas vidas. O índice de escolaridade dos assentados entrevistados responsáveis pelo lote variou da seguinte maneira: 44% do titular do lote não ultrapassaram 4 anos de estudo, 22% concluiu o ensino fundamental e 12% são analfabetos, nunca foram à escola ou são analfabetos funcionais que mal escrevem o primeiro nome. Apenas 1 pessoa, equivalendo a 1% da amostra tem nível superior. Os impactos da dimensão social neste sentido estão revelados no surgimento de oportunidades de desenvolvimento no campo, que não existiram no meio urbano, para pelo menos 56% dos entrevistados.

Comparando o nível de escolaridade dos responsáveis pelo lote, com o índice dos responsáveis por domicílios nos três municípios constatamos o apresentado no Quadro 18:

Quadro 18 - Nível de escolaridade dos assentados

	Analfabetos	Conclusão ensino fundamental
Assentados	12%	22%
Responsável domicílio Epitácio	13,2%	34,1%
Responsável domicílio Caiuá	22%	19%
Responsável domicílio Piquerobi	20,7%	18%

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2000 - 2002/ Fundação Seade – Trabalho de Campo (2005/2006).

Pudemos verificar que a população que teve acesso a um lote de terras possuem mais anos de escolaridade se comparada à população dos municípios estudados. Isto indica índices de analfabetismo mais altos tanto em Caiuá quanto em Piquerobi. Mesmo em Presidente Epitácio no qual o índice de pessoas que concluíram o ensino fundamental (1ª a 8ª) é maior, entre os responsáveis pelo domicílio da cidade existem mais analfabetos que nos assentamentos pesquisados.

Composição familiar e jovens nos assentamentos

A estrutura familiar também foi analisada a fim de perceber o perfil destes assentados: Verificamos que o núcleo familiar é fundamental para o desenvolvimento das famílias no assentamento, pois é a partir dele que se verificam quantas pessoas realmente empregam sua força de trabalho no lote. Ressaltamos o que Chayanov (1966 [1974]) diz que a *“família que trabalha sem utilizar trabalho pago tem todos os tipos de motivos para prosseguir em suas atividades econômicas.”* (p.139). De fato, o número de filhos que trabalham no lote juntamente com o pai e a mãe proporcionam às famílias maior rentabilidade e alternativas de diversificação da produção.

Não se trata apenas de garantir a sobrevivência familiar no presente, as relações camponesa entre família, produção e trabalho revelam a expectativa de que todo investimento em recursos materiais e de trabalho despendido na unidade de produção, pela geração atual possa vir a ser transmitido à geração seguinte, como forma de garantir sua reprodução.

Da centralidade da família, como portadora de trabalho e detentora da propriedade, tanto como definidora das necessidades de consumo, decorre a importância que assume a evolução de sua composição. (CARVALHO, 2005, p.30). Daí buscamos considerar também os ciclos de desenvolvimento do *grupo doméstico*, apontado por Fortes (?) como fundamental para que a sociedade se mantenha. Segundo ele é

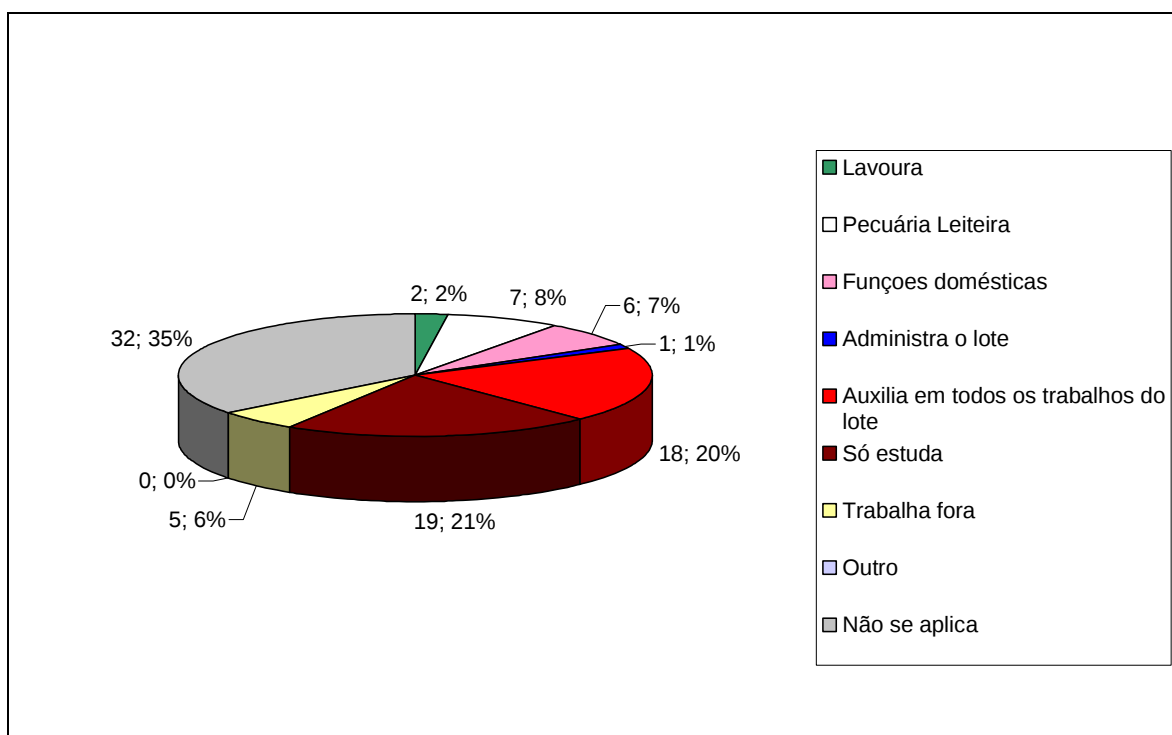
este grupo que precisa permanecer em ação por um período de tempo suficientemente longo, para permitir a criação de filhos até o estágio de reprodução física e social. (...) Isto se dá através de um processo análogo ao ciclo de desenvolvimento de um organismo vivo (...). Seus membros e as atividades que os unem passam por uma seqüência regular de mudanças durante o ciclo que culmina com a dissolução da unidade original e com a sua substituição por uma ou mais unidades do mesmo tipo. (FORTES, [], p.02)

Observamos que dentre as famílias entrevistadas a maioria possui de dois a três filhos (36% e 23% respectivamente), dentre estes, verifica-se que 71% são jovens ou crianças, de modo que se pode afirmar que as famílias em sua maioria estão na fase, que Meyer Fortes classifica como, em expansão,

que é o primeiro ciclo, e vai desde o casamento de duas pessoas até a completa formação de sua família de procriação (...) em termos estruturais, ela corresponde ao período durante o qual todos os filhos do casal dependem dele econômica, afetiva e juridicamente. (FORTES, [], p.03).

No assentamento devido à própria concepção em que foi moldado, o tamanho do módulo agrícola (entre 14 e 23 ha) torna-se insuficiente para o desenvolvimento de mais de um núcleo familiar. A interferência dos padrões de vida e consumo urbanos transmitidos pela televisão nos assentamentos, dificulta o desenvolvimento e o desempenho do ciclo econômico doméstico. No entanto, apesar de todas estas dificuldades **65% dos jovens permanecem nos assentamentos** até pelo menos os 25 anos, realizando diversas as atividades, como podemos verificar no Gráfico 05.

Gráfico 05 – Função Principal dos jovens dentro dos assentamentos³³



Fonte: Trabalho de Campo 2005/2006

³³ Observar que no gráfico aparecem os valores absolutos e os valores relativos, separados por ponto e vírgula.

Para 35% dos entrevistados os jovens estão fora dos assentamentos em sua maioria estudando ou trabalhando nas cidades próximas na casa de parentes ou amigos. Dos 65% que permanecem nos assentamentos, observamos que 20% auxilia em todos os trabalhos do lote, 8% mexem exclusivamente com a pecuária leiteira, 7% se dedicam apenas às funções domésticas, 2% à lavoura e 1% administra o lote do pai. Um número relevante de jovens 21% se dedica apenas aos estudos e 6% mora no lote e trabalha fora, principalmente como assalariados rurais temporários e também no meio urbano.

É bastante visível a preocupação dos pais com relação ao futuro dos jovens. Quando perguntado sobre os planos para o futuro todos se referiram à importância de estudar os filhos. Revelaram também a preocupação com a falta de opção e oportunidades para os jovens no assentamento e em um dos casos tal fato comprometia até mesmo a permanência no lote conforme relato abaixo:

Pretendo ir embora do lote, não é minha vontade, mas tenho três filhos jovens e dentro do assentamento não tem lugar para os jovens que querem continuar seus estudos. Se não acontecer algo para mudar, os jovens todos irão embora junto com os pais ou sem eles. (Gláucia, 48 – Laudenor de Souza – Teodoro Sampaio – maio 2006).

Mesmo entre os jovens alguns relataram que se quiserem continuar os estudos, devem deixar o lote, no entanto apenas 10% dos jovens que estão fora deixaram o lote por este motivo. Dentre os motivos que levam os jovens a deixarem os lotes aparece em primeiro lugar o trabalho 16%, embora, constatamos que 6% dos jovens das famílias entrevistadas, apesar de trabalharem fora, moram no assentamento. A união conjugal e os estudos vêm em segundo lugar com 14% e 10% respectivamente. Mesmo jovens casados ou amasiados permanecem no lote em 38% dos casos.

As famílias que conseguiram envolver os jovens nos trabalhos dentro do lote, desejam que os filhos permaneçam no lote e no futuro dê continuidade aos trabalhos no sítio, ou também consigam um *pedaço de terra*, de preferência no mesmo assentamento ou no próprio município em que os pais moram. Um dos jovens entrevistados relatou:

Eu não vou dizer que estou pensando em sair do assentamento, estou estudando e hoje já vejo o sítio com outros olhos, sei que a terra precisa ser alimentada para produzir e para fixar na terra tem que querer trabalhar (João – 16 anos – Estudante de Técnico em Agropecuária – Gleba XV de Novembro – junho - 2006).

Vimos que a grande maioria dos jovens, 65%, apesar das dificuldades, que não são muito diferentes das encontradas na cidade, permanecem no lote. O depoimento abaixo revela que **mesmo quando o jovem deixa o assentamento por qualquer motivo (casamento, estudos, trabalho) o lote dos pais ainda é um lugar certo para retornar**, caso alguma coisa dê errado nos planos iniciais destes jovens, o que é muito comum numa sociedade extremamente excludente como a nossa.

Hoje sou agregada do meu pai, quando casei, saí, mas fui obrigada a voltar. Sem estudo é muito difícil. Meu irmão também voltou...e se não tivesse o lote para onde iríamos voltar?" (Zilda – Gleba XV de Novembro – setor I – junho 2006).

Assim além de possuir um fator agregador da família, como mencionado acima, o lote torna-se um amparo certo e seguro. Encontramos casos de famílias com mais de cinco membros (14%), geralmente esta parcela é correspondente ao número de agregados morando no mesmo lote que, em sua maioria, são filhos que contraem união conjugal e permanece no mesmo lote dos pais. Também se verificou um número considerável de pessoas que, após a vinda para o assentamento, trouxeram consigo pais e sogros (as), reforçando o que Heredia et al (2001) argumenta que

essa incorporação fornece indicações concretas de que os assentamentos vêm atuando como mecanismos de recomposição das famílias, contribuindo seja para a reconstituição de laços familiares (antes desfeitos ou ameaçados pela necessidade de deslocamento de pessoas - como filhos, pais, irmãos - em busca de alternativas de sobrevivência), seja se constituindo numa forma temporária de amparo para familiares (HEREDIA et al., 2001, p.12).

Além do papel fundamental dos filhos, no processo de desenvolvimento das famílias assentadas, constatamos um grande número de outras pessoas, convivendo no assentamento principalmente pais, netos (as), sobrinhos (as), enteados (as), sogro (a). De modo que a composição familiar varia muito, constatamos que a família dos assentados entrevistados possui uma estrutura nuclear (pais e filhos) e em média de 4 a 5 membros morando no lote, em 56% dos casos.

Partindo desta informação podemos fazer uma estimativa de que **existem atualmente aproximadamente de 22.000 a 28.000 pessoas vivendo nos assentamentos do Pontal**. Só nos municípios estudados, confirmamos com técnicos da prefeitura que é possível esta generalização, uma vez que constatamos

que no município de Piquerobi existem 84 lotes e aproximadamente 340 pessoas, em Presidente Epitácio 338 lotes e 1350 pessoas e em Caiuá 334 lotes e 1330 pessoas morando nos assentamentos.

Impactos na densidade demográfica dos municípios

Segundo previsão do censo do IBGE para 2006, os municípios de Piquerobi e Caiuá possuem uma população de aproximadamente 3.633 e 4.821 habitantes respectivamente. Partindo desta informação, mais os dados colhidos em campo, podemos afirmar que os assentamentos causam impactos sensíveis na densidade demográfica dos municípios onde são implantados.

Constatamos que se todos os assentados de Piquerobi fossem de cidades de fora o impacto demográfico seria da ordem de 9%. Como 64% são do próprio município, o impacto na densidade demográfica cai para 3%. Em Caiuá, o impacto é maior uma vez que apenas 21% das famílias são do próprio município, chegando a um índice de 22%, ou seja, houve um aumento de aproximadamente 1.050 habitantes. E mesmo em Presidente Epitácio cuja população total é de 42.585 habitantes, subtraindo as pessoas que já eram do município (36%) o impacto é menor, mas da ordem de 2%.

Empregos gerados

Os assentamentos têm revelado fontes alternativas de empregos diretos e indiretos para várias famílias que passam a ter no local, uma importante fonte de trabalho e reprodução social e econômica. Tal fato já foi constatado por outras pesquisas realizadas no Pontal do Paranapanema por Ramalho (2001) e Leal (2003), bem como por pesquisas de caráter mais amplo realizadas no país como as de Heredia et al, (2001) e a de Sparovek (2003). O surgimento de empregos diretos é revelado no Gráfico 06 pela quantidade de pessoas que trabalham no lote.

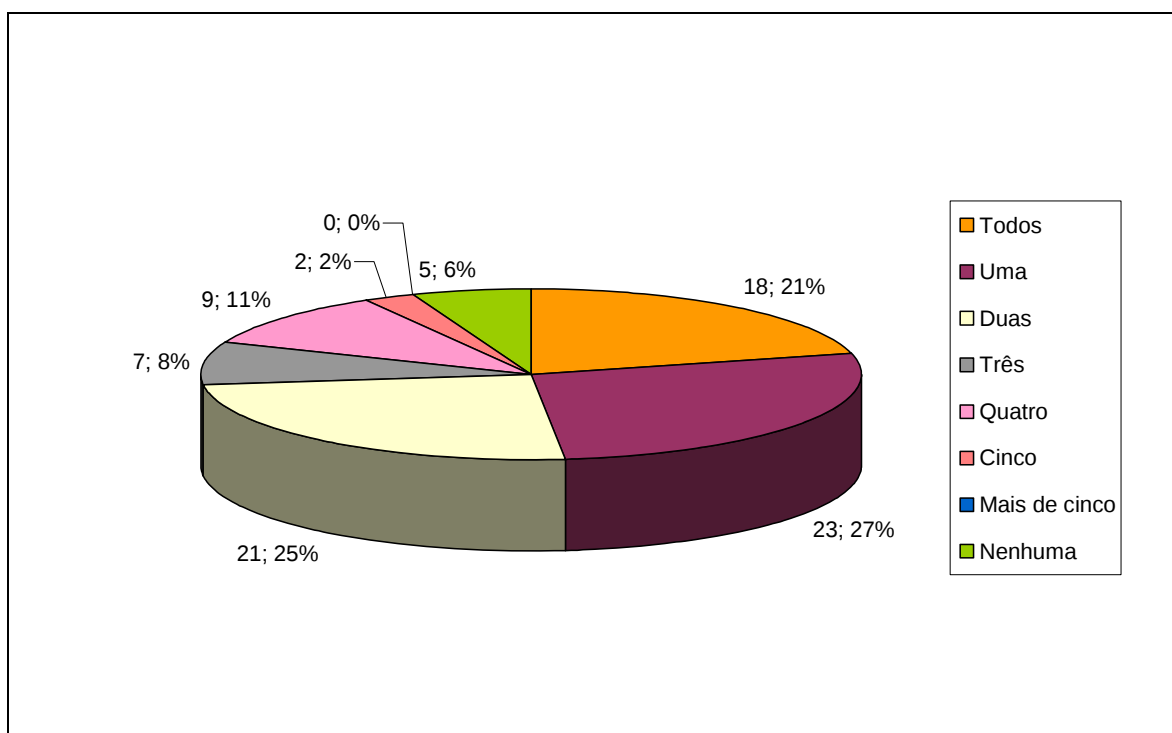
Observamos que 94% das famílias entrevistadas declararam que de 01 a 05 pessoas trabalham no lote, apenas 6% extraem sua renda de outras fontes que não a partir do lote.

A pesquisa revela ainda que, a alternativa de extrair renda do lote é complementada por outros tipos de trabalhos dos membros da família. Deste modo, verificamos que 26% dos entrevistados possuem pelo menos uma pessoa da família

trabalhando na cidade e recebendo um salário fixo. No entanto, a grande maioria, 74% dos entrevistados, revelou que nenhum membro da família trabalha na cidade.

Lembrando a função que a maioria exercia antes de serem assentados, buscamos saber se existem pessoas que trabalham como diarista ou safristas para outras pessoas. Mesmo quando interrogados sobre quantos exercem outras funções fora do lote o número é bastante reduzido. A grande maioria se dedica ao trabalho no lote, e 23% das famílias entrevistadas possuem de uma a três pessoas empregadas em serviços agrícolas no próprio assentamento, ou em suas proximidades (outros lotes rurais, ou sítios e fazendas vizinhas). Verificamos ainda, que a prática de troca de dias de serviço entre os assentados também é relevante.

Gráfico 06³⁴ - Empregos diretos gerados no lote



Fonte: Trabalho de Campo 2005/2006

Constatamos também que com o avanço do plantio da cana nas proximidades dos assentamentos de Piquerobi e alguns de Caiuá e Presidente Epitácio, vários assentados são atraídos para desenvolverem serviços braçais temporários. Fato diagnosticado também em outros municípios do Pontal. No Município de Teodoro

³⁴ Observar que no gráfico aparecem os valores absolutos e os valores relativos, separados por ponto e vírgula.

Sampaio, por exemplo, devido à proximidade da Destilaria Alcídia, encontramos mais casos de pessoas que desempenham trabalho rural fora do lote. No Assentamento Santa Cruz da Alcídia, que praticamente está cercado pela plantação de cana, ouvimos o depoimento abaixo, que revela as formas de exploração utilizada pelo agronegócio:

Ocupamos a área de reserva próxima à fazenda Santa Cruz, nela tinha plantio de cana, quando virou assentamento. Durante 3 anos a Usina comprou cana dos assentados. Quando a Usina rompeu o contrato, a maioria dos assentados passou a investir na pecuária leiteira. Nós mexemos com roça e trabalhamos no tempo da safra para usina como “bituqueiros”³⁵ recebemos R\$ 360,00 por mês. O corte é pior, pois recebe por produção, pagam **R\$ 0,16 pelo metro**. Minha filha coitada tira de 100 a 150 metros. Já se for pra trabalhar por dia, pagam R\$ 16,00 a diária, mas isto não vale para o corte não, tem que ser para outras tarefas como carpa e “bituca” (Maria Helena, 48 – Santa Cruz da Alcídia – Teodoro Sampaio – julho de 2006).



Foto 18 – Cortadores de cana-de-açúcar no Município de Teodoro Sampaio – julho de 2006

Veremos adiante que a renda extraída do lote é muito superior à renda extraída do assalariamento rural, principalmente quando somada à produção para autoconsumo e à qualidade de vida possível a partir de novas relações de trabalho e produção. A partir destas análises percebe-se claramente o que Carvalho (2005) relata quando aborda as características fundamentais do campesinato no Brasil:

³⁵ Bituqueiros são trabalhadores rurais contratados para catarem os pedaços de cana que sobram no solo quando da colheita.

(...) as estratégias da família em relação à constituição do patrimônio fundiário, à alocação de seus diversos membros no interior do estabelecimento ou fora dele, a intensidade do trabalho, as associações informais entre parentes e vizinhos, etc. (...) Combinando os recursos que dispõe na unidade de produção com aqueles a que pode ter acesso fora dela – em geral, atividades complementares, temporárias e intermitentes – a família define estratégias que visam, ao mesmo tempo, assegurar sua sobrevivência imediata e garantir a reprodução das gerações subsequentes. (CARVALHO, 2005, p.29-30).

Carvalho conclui, e corroboramos com ele, que o trabalho externo de membros da família não representa, necessariamente, a desagregação da agricultura camponesa, mas constituem frequentemente, elementos positivos, com o qual a própria família pode contar para viabilizar suas estratégias de reprodução presentes e futuras. (CARVALHO, 2005, p.30)

Outras fontes de renda e benefícios sociais

Foram consideradas ainda, outras fontes de renda provenientes de pensões e aposentadorias. Constatamos que em 54% dos casos entrevistados, não existe nenhum aposentado morando no lote. Em 31% dos casos, pelo menos uma pessoa é aposentada e em 15% dos casos duas pessoas são aposentadas, normalmente o casal. Não somente no campo, mas também no meio urbano o dinheiro proveniente da aposentadoria tem valor significativo na renda das famílias brasileiras. No entanto, apesar de ser um direito garantido por Lei, muitas vezes seu acesso burocratizado é dificultado, ora por falta de informação, ora porque na maioria das vezes na juventude não houve a preocupação de documentar um trabalho que não era registrado em carteira.

Dona Severina, assentada em Rosana resume este drama:

“A gente nasce pobre, casa com pobre, separa e cria os filhos com o suor da cara e agora com 65 anos nenhum papel serve para aposentar. Me mandam de um lado para outro como um burro de carga explorado, trouxa que não serve mais para nada” (Severina, 65 – Assentamento Bonanza – julho de 2006).

Retomaremos este assunto quando da abordagem da dimensão econômica sobre a origem da renda, no momento é relevante saber a forma de organização social destas famílias que muitas vezes só pode ser compreendida a partir de outros indicadores. Convém ressaltar que, embora separados por dimensões, os impactos socioterritoriais são multidimensionais estando intimamente interligados. O número

de aposentados pensionistas ou beneficiários de programas governamentais interessa tanto no estudo da dimensão social, quanto no estudo da dimensão econômica. Além da renda proveniente das aposentadorias existem ainda nos assentamentos 7% de membros da família que recebem pensão, 17% são beneficiados pelo programa Renda Mínima e 13% recebem Bolsa Escola. É importante salientar, ainda, que enquanto **no perímetro urbano a entrega de cestas básicas é uma prática corrente, segundo relatos dos administradores locais, esta prática não foi diagnosticada nos assentamentos pesquisados.** Embora relatos de famílias confirmem que esta prática fosse necessária no período de acampamento, quando ainda não haviam recebido um lote de terra, neste período, além dos órgãos públicos foi relatada a importância das organizações religiosas no provimento destes alimentos, com especial atenção à Diocese de Presidente Prudente.

Apesar de ser um importante fator de agregação de renda à produção, a prática de transformação dos produtos dos lotes pelos assentados é baixa, entre todas as famílias pesquisadas apenas 35% o fazem através do artesanato e do feitiço de queijos, doces e pães para venda.

7.1.2 - Qualidade de vida e infra-estrutura

Nesta etapa do trabalho buscamos averiguar a qualidade de vida nos assentamentos, pesquisando dados sobre a infra-estrutura básica, tipos de habitação, nível de conforto e acesso às principais políticas públicas, como a de saúde, educação e transporte. Através destes dados verificamos as facilidades e dificuldades da vida nos assentamentos sendo primordial compará-los com o índice de desistência de lotes e também de satisfação.

Confirmando que os assentamentos contribuem na promoção do desenvolvimento territorial, verificamos que os mesmos passam a ser referência para implantação de políticas públicas no campo. Trazem inevitavelmente impactos visíveis no meio em que são inseridos e benefícios não só às famílias assentadas, mas a toda população rural que indireta e diretamente são beneficiadas com a infra-estrutura implantada.

A criação dos assentamentos resulta na ampliação das demandas de infra-estrutura, através da abertura e manutenção de estradas, construção de escolas,

postos de saúde, instalação da rede elétrica, abastecimento de água, bem como serviços de correio, telefonia, entre outros.

Com relação à **Educação** observamos que uma pequena minoria de assentamentos possuem escolas rurais no Pontal do Paranapanema, ocorrendo com mais frequência em assentamentos maiores, conforme Quadro 19.

Quadro 19- Acesso à escola

(Escolas rurais e urbanas em municípios com assentamentos nas quais estão matriculados filhos de assentados)

MUNICÍPIO	NOME DAS ESCOLAS	ALUNOS 4º SÉRIE	ALUNOS 8º SÉRIE
Mirante	EE Fazenda Santa Cara fundamental até 4.ª série*	409	292
	EE Fazenda São Bento Fundamental/Médio*		
	EE José Quirino Cavalcante Fundamental/Médio		
	EE Kosuke Endo Fundamental/Médio		
	EE Shizuo Nishikawa Fundamental/5.ª a 8.ª		
	EE Maria Ap. de Azevedo Passos Fundamental/5.ª a 8.ª		
	EM Rural Santa Rosa fundamental até 4.ª série*	25	
	EM Rural Bairro Paraíso fundamental até 4.ª série*	25	
Teodoro Sampaio	E.E. Antonio Binato Vó - Nina *	459	427
Teodoro Sampaio	E.E Santa Zélia*		
Teodoro Sampaio	E.E Romilda Lazara Pillon dos Santos (Água Sumida)*		
Teodoro Sampaio	E.E Francisco Pereira de Souza (Ribeirão Bonito)*		
Teodoro Sampaio	E.E Salvador Moreno Munhoz		
Teodoro Sampaio	E.E.P.S.G João Cruz Melão - Planalto do Sul		
Sandovalina	E.E Fazenda Santa Clara (Che Guevara) *	41	67
Sandovalina	E.E Líria Yurico		
Sandovalina	E.M.R Assentamento Bom Pastor*	40	
Rosana	EE Núcleo Bonanza*	178	389
	EE Gleba XV de Novembro (Setor II)*		
	EE Ribeirinhos (Setor III)*		
	EM Emergencial (Gleba XV de Novembro)*		
	EM Nova Pontal*		
	Sítio São João - Municipal*		
Euclides da Cunha	EMF Maria Z Ferreira	150	240
	Sala Especial - Setor 5 (Gleba XV de novembro)*		
	EMEF Santa Rosa*		
Pres. Bernardes	EMEFI Profª Sônia Ibanhes Soares	179	100
Tarabai	EMEF Jorgina Alencar Lima	28	26
	EEEFM Dep. Felício Tarabai		
Rancharia	EMEFEl Prof. Osvaldo Olredo (com salas vinculadas)	22	6
	EEEF Dr. Benedicto Martins Barbosa		
Martinópolis	EMEF Dr. Francisco Marques Bonilha	50	49
	EEEF Alberto Santos Dumont		
	EEEFM João Gomes Martins		
	EMEF Profª Adelaide César Moura		
Pres. Venceslau	EE Prof. Antonio M Carvalho Filho	172	94
Pres. Venceslau	EMEF Jardim Eldorado		

Pres.Venceslau	E.R. Assentamento Primavera *		
Marabá Paulista	EE Núcleo Areia Branca *	60	50
Tupi Paulista	EMEF Ana Tereza C Ferreira	18	8
Tupi Paulista	EE Prof. Leônidas Ramos Oliveira		
Piquerobi	EE Maura Ap. Dassie Vergani	107	29
Piquerobi	EE Maria Ap. Queiroz Casari		
Ribeirão Índios	EE Carlos Bernardes Staut	54	6
Ribeirão Índios	EMEI Dona Rosa Lopes Castro		
Caiuá	Projeto Lagoa São Paulo*	116	100

* Escolas localizadas dentro dos assentamentos ou em bairros rurais - Fonte: Divisão Regional de Ensino 2005

O acesso à escola e educação não são negados, ele é dificultado, à medida que transferiram para a cidade as salas de aula, também é a cultura e valores urbanos que prevalecem, daí a atualidade da frase de Stédile e Fernades do livro *Brava Gente*: “é necessário lutar contra três cercas, a do latifúndio, a do capital e a da ignorância” (p.75). Em número bem reduzido existem ainda, graças à luta de pais de alunos algumas escolas no meio rural como a representada na Foto 19.



Foto 19 - Escola EE Ribeirinhos na Gleba XV de Novembro setor III – Rosana/ Euclides da Cunha – maio de 2007

Constatamos que todas as crianças têm acesso à escola, se não no assentamento, nas escolas das cidades vizinhas. Quando indagados sobre o acesso à educação no próprio assentamento, apenas 17% responderam que têm acesso. Verificamos que são assentados dos municípios de Presidente Epitácio do Assentamento São Paulo e dos que tem acesso muito próximo das escolinhas da Agrovila do projeto Lagoa São Paulo como é o caso dos assentamentos Maturi e Luis de Moraes Neto em Caiuá.

A maioria das escolas é no meio urbano, no entanto, averiguamos que não existem problemas graves com relação à disponibilização de transporte por parte das prefeituras municipais que atendem as crianças e, em número reduzido, e salvo algumas exceções também pais de alunos.

Observamos que as dificuldades em prolongar os anos de estudos vão se ampliando progressivamente conforme as séries vão aumentando. O transporte para as criança e jovens do ensino fundamental (1 a 8ª série) é terminantemente garantido pelas prefeituras, no entanto, a partir do ensino médio, varia muito de acordo com a demanda, se esta for pequena o estudante deve encontrar um outro meio de locomoção, segundo relatos de alguns estudantes.

Saúde nos assentamentos

Com relação às políticas de saúde “deve-se lembrar que a grande luta para implantação dos primeiros PSFs- Programa da Saúde da Família - na Região do Pontal do Paranapanema foi travada inicialmente dentro dos acampamentos e assentamentos de Mirante do Paranapanema, e a contratação das primeiras agentes de saúde se deu em 1999, conforme relato de Lourdes Azedo, funcionária da Fundação ITESP e uma grande colaboradora nos trabalhos para implantação e viabilização dos Assentamentos rurais na região. Assim, desde a implantação do PSF que os assentamentos são atendidos, a qualidade deste atendimento varia muito em função da organização da comunidade e da equipe que foi destinada para atender cada assentamento.

Baseado num modelo cubano, em vigor no país desde 1994 somente em 1999 é regulamentado conforme Decreto Nº 44.544, de 16 de dezembro de 1999, traz em seu artigo primeiro:

Artigo 1º - Fica instituído o Programa de Saúde da Família, doravante denominado QUALIS/PSF, no âmbito da Secretaria da Saúde, que tem por objetivo a reorientação da assistência à saúde no Sistema Único de Saúde - SUS/SP, mediante ações de promoção, proteção e recuperação da saúde dos indivíduos e da família de forma integral e contínua a serem desenvolvidas por equipes de saúde da família, que atuarão em áreas de abrangência definida³⁶

Trata-se de uma medicina preventiva. Geralmente o médico dá plantão uma vez na semana, cabendo à Agente de Saúde, dar suporte e acompanhamento às famílias assentadas. As agente de saúde são escolhidas dentro do assentamento, o que facilita o relacionamento com a comunidade e as visitas que devem ser feitas com frequência nas casas das famílias.

Segundo entrevistas com agentes de saúde nos assentamentos, constatamos que as principais ações destas estão relacionadas a dar orientações sobre a alimentação adequada para crianças, controle da hipertensão e estímulo às gestantes e mães em fase de aleitamento. Relatam que apesar de visitarem todas as casas, dão atenção especial a alguns grupos (crianças menores de cinco anos, gestantes, idosos e hipertensos). As agentes também são responsáveis por elaborar e encaminhar relatórios ao médico responsável a fim de dar suporte ao acompanhamento dos casos, bem como pela organização de reuniões mensais com grupos de hipertensos e diabéticos.

Observamos que a maioria dos Assentamentos pesquisados possuem posto de atendimento do PSF no assentamento ou nas suas imediações. São poucos assentamentos que possuem tratamento odontológico e os casos mais complicados de saúde ou exames específicos, devem ser encaminhados à sede do município ou à Sede Regional, em Presidente Prudente.

Em Caiuá existem dois postos de saúde nas agrovilas III e IV do Reassentamento Lagoa São Paulo que atende os assentamentos de Caiuá e um posto de saúde na cidade, demonstrando, neste caso, que a demanda no campo é maior ou melhor atendida que na cidade.

Na última pesquisa realizada pela Fundação ITESP em 2003, foi constatado que existiam 22 equipes de PSF em Postos de Saúde dentro dos assentamentos e 110 Agentes de Saúde, indicando mais de uma por assentamento, uma vez que existem, atualmente, 103 assentamentos.

³⁶ <http://www.crh.saude.sp.gov.br/decreto%2044544%201999.htm> acessado em 18/04/2007

Na pesquisa desenvolvida junto às famílias assentadas 79% revelaram receber atendimento médico no próprio assentamento e apenas 21% na cidade. Convém ressaltar, entretanto, que estes 21% refere-se à pessoas que responderam que tem acesso aos dois tipos de assistência médica, uma vez que não foi constatado nenhum caso em que o entrevistado respondesse que não existe atendimento médico no assentamento ou em suas proximidades.

Um diagnóstico realizado em 2006 nos assentamentos de Mirante do Paranapanema por Lourdes Azedo revelou problemas que não se diferem da realidade dos demais assentamentos da região. Os principais problemas levantados foram: demora no atendimento; dificuldade de agendamento de consultas com médicos especialistas, falta de ambulância dada a distância destes núcleos da sede municipal; falta de infra-estrutura dos postos de saúde; demora no agendamento de exames; mau atendimento por parte de funcionários; falta de variedade de medicamentos; ausência de plantão para casos de emergência, etc.. **No entanto, apesar destas dificuldades averiguamos que o acesso por parte dos assentados às políticas de saúde é muito mais facilitado, do que para qualquer outra família do campo com as mesmas condições econômicas, que não seja assentada.** Há casos de sitiantes que se dirigem ao PSF do assentamento para serem atendidos, como fora relatado anteriormente.

Meios de locomoção e transportes

Com relação aos meios de locomoção e transporte de pessoas e produção dos assentamentos, verificamos que um primeiro obstáculo é a má qualidade das estradas, 69% dos entrevistados revelaram que a qualidade das estradas de acesso aos assentamentos variam de péssimas à regular e apenas 31% dos entrevistados classificaram as vias de acesso entre ótimas e boas.

O meio de locomoção mais utilizado pelas famílias é o carro com 25% das respostas, seguido do ônibus com 19% das respostas. Verificamos que 59% dos assentamentos são servidos de transporte público da prefeitura, que transporta com exclusividade estudantes, mas também não deixam de transportar a comunidade assentada que precise deste meio de locomoção. Por outro lado o interesse de empresas particulares de linha em atender os assentamentos rurais é grande, em 39% dos casos existe esta opção.

No município de Caiuá, por exemplo, o acesso às cidades de Presidente Venceslau e Presidente Epitácio é feito pelas empresas de transporte Andorinha e Áurea respectivamente, segundo relatos dos assentados, estes ônibus passam a cada três horas, todos os dias da semana. De modo que o transporte de assentados de Caiuá para estas cidades é mais facilitado que até a sede do próprio município, fato que comentaremos adiante ao mencionarmos as implicações que isto traz para o comércio local e regional.

Dentre os municípios entrevistados Piquerobi é o único no qual os assentamentos não são atendidos por uma linha de ônibus, restando para estes o transporte próprio, carona ou do ônibus da prefeitura.

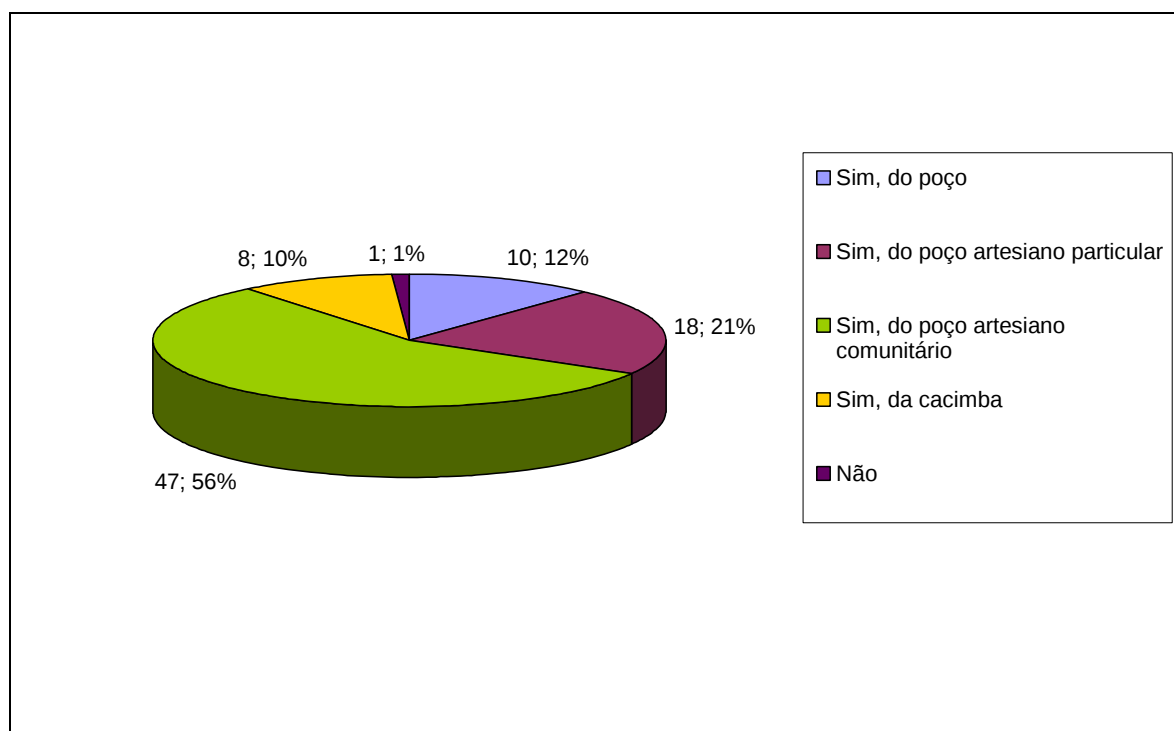
Observamos que além de $\frac{1}{4}$ da população assentada possuir carro próprio, demonstraram possuir também outros meios de locomoção 15% possuem carroça, 13% possuem moto, 2% trator, 2% caminhão e 3% utilitário do tipo camionete.

Acesso à água potável

Com relação ao acesso à água potável a pesquisa revelou que 56% da população entrevistada é abastecida a partir de poços artesianos comunitários, 21% poço artesiano particular e 22% ainda é abastecida por poços simples de tijolos, também conhecidos como cisterna e cacimba, apenas 1% dos entrevistados disse não ter acesso a este recurso e depender de terceiros para consegui-lo, conforme podemos constatar no Gráfico 07.

Convém ressaltar que o maior número de poços artesianos comunitários apareceu entre os entrevistados do município de Presidente Epitácio. Verificamos que recentemente (2006/2007) foi aprovado um projeto ligado ao Projeto de Micro bacias de instalação de poços artesianos comunitários nos assentamentos Lagoinha e Engenho. A média é que cada poço artesiano atenda de 14 a 24 famílias.

Gráfico 07 – Acesso à água potável



Fonte: Trabalho de Campo 2005/2006

Acesso à energia elétrica

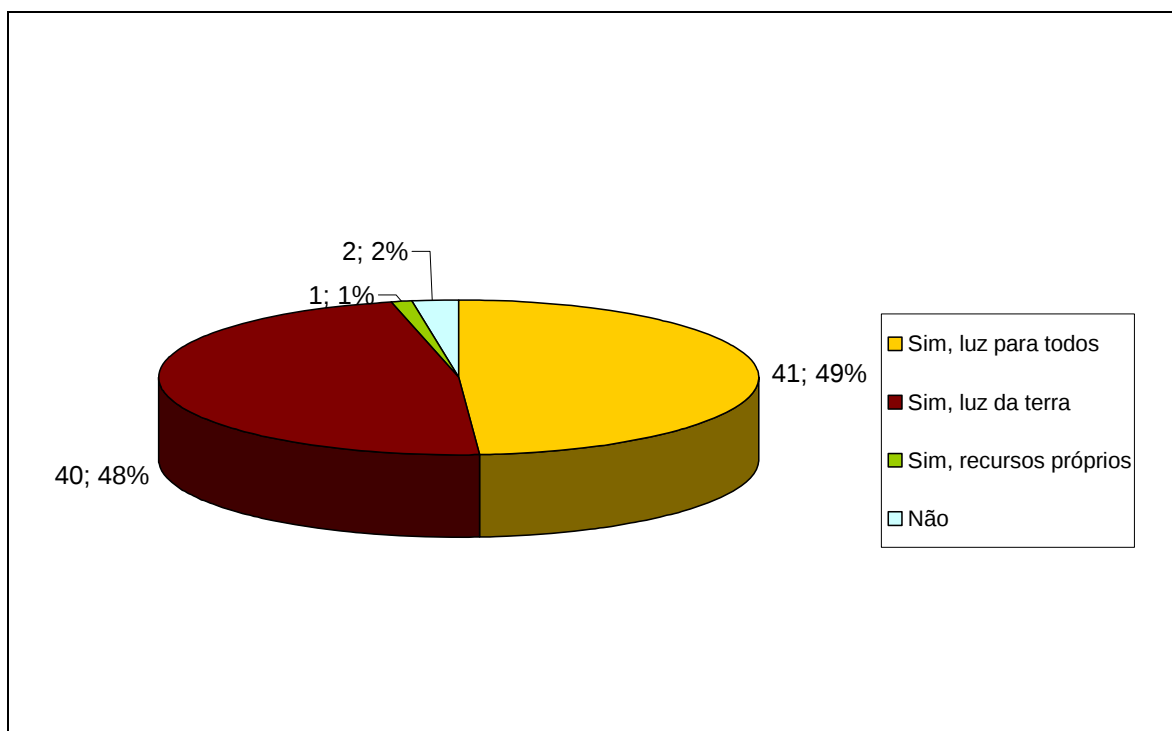
Com relação ao acesso à energia elétrica convém ressaltar que existem basicamente dois programas do Governo Federal para instalação de energia elétrica no meio rural. Um é o mais antigo, o Luz da Terra, os beneficiários deste programa auxiliam pagando uma parcela pela instalação da rede, o que dificultava em muito o processo inicial dentro dos assentamentos, uma vez que nem todos possuíam tal recurso para auxiliar os custos da implantação da rede, gerando uma série de problemas e transtornos para o grupo inteiro de assentados.

Dadas às inúmeras reclamações e reivindicações, o Governo Federal iniciou, em 2003, a implantação do Programa Luz para Todos. Trata-se de uma ação integrada coordenada pelo Ministério de Minas e Energia (MME) em que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) participam indicando quais assentamentos rurais têm prioridade para receber energia elétrica. A instalação da energia nos domicílios é gratuita e inclui três pontos de luz e duas tomadas em cada residência.

O Gráfico 08 demonstra que 49% dos entrevistados já foram beneficiados com este programa, os demais 48% tiveram que pagar a devida taxa, 1% declarou

ter colocado a energia com recursos próprios. Apenas 2% dos entrevistados, até o momento da pesquisa, não tinha acesso à energia elétrica.

Gráfico 08 - Acesso a energia elétrica nos assentamentos Pesquisados³⁷



Fonte: Trabalho de Campo, 2005/2006

Nos casos das Agrovilas do município de Piquerobi, os assentados demonstraram grande desejo em morar no lote, sendo que um dos impedimentos que ainda os mantém na agrovila é pelo acesso facilitado à energia e à água. Se optarem por ir para o lote, deverão arcar com estes custos sozinhos, situação que começou a mudar a partir de outubro de 2006, quando segundo relatos de moradores, a energia seria instalada nos lotes pelo Programa Luz para Todos.

O acesso à energia elétrica permite a manutenção de uma série de equipamentos que podem facilitar em muito a vida no campo, como o triturador, a máquina de lavar, o ferro elétrico, aparelhos de áudio e vídeo, geladeira, freezer, ventiladores, entre outros, aumentando o nível de conforto das famílias no campo.

³⁷ Observar que no gráfico aparecem os valores absolutos e os valores relativos, separados por ponto e vírgula.

Nesta pesquisa buscamos saber um pouco mais sobre o acesso a alguns destes itens, considerados mais relevantes pelo papel que desempenham dentro de uma casa, são eles: a televisão, o computador, a geladeira e o telefone, conforme apresentamos no Quadro 20:

Quadro 20 – Presença de Eletrodomésticos, audiovisuais e meios de comunicação nos assentamentos:

Equipamentos	sim	não
Televisão	96%	4%
Geladeira	97%	3%
microcomputador	12%	86%
telefone	70%	30%

Fonte: Trabalho de campo, 2005/2006

Com relação ao **acesso a computadores**, conforme Quadro 20, apenas 12% dos entrevistados tem acesso a computadores, sendo 1% no próprio lote, 7% na escola e os demais 6% em outros locais como trabalho, vizinho ou instituições como o ITESP.

Recentemente, no final de 2005 e início de 2006, através do Programa de Inclusão Digital (CDI), foram implantadas salas com computadores em 03 dos assentamentos do Pontal, processo este, ainda em fase de expansão. Das três unidades em funcionamento, está no Setor II da Gleba XV de Novembro em Primavera, Distrito de Rosana, outra no assentamento Haroldina em Mirante do Paranapanema e 1 no assentamento Santa Zélia em Teodoro Sampaio. Num período anterior também foram feitas salas de informática na Agrovila III do Projeto Lagoa São Paulo em Epitácio cujos assentados de Caiuá da Luis de Moraes Neto e Maturi têm acesso. Tal fato tem facilitado o acesso aos computadores no campo e motivado principalmente o jovem.

Outro meio de comunicação cada vez mais indispensável nos dias de hoje é o **telefone**, observa-se que apenas 30% não tem acesso a nenhum meio de comunicação, por outro lado, 20% dos assentados entrevistados possuem telefone fixo e 50% telefone celular. Cabe aqui ressaltar que no caso das Agrovilas e também

nos assentamentos mais numerosos, existem telefones públicos instalados, próximo às escolas e postos de saúde.

Conta Bancária percebe-se que a maioria dos assentados principalmente aquelas que tiveram acesso à linhas de crédito do governo federal, 55% possuem conta no Banco do Brasil. Aqui convém lembrar, que esta agência não está presente nem no município de Caiuá, nem de Piquerobi. Para os assentados de Caiuá o Banco do Brasil mais próximo está em Presidente Epitácio ou Presidente Venceslau, já no caso dos assentados de Piquerobi o banco mais próximo está no município de Santo Anastácio e as relações que se desdobram a partir daí serão relatadas mais adiante quando comentaremos sobre os impactos dos assentamentos no comércio local e regional.

Dado a estas dificuldades verifica-se que os assentados mantêm relação também com outras redes de banco, aparecendo o Banco Nossa Caixa Nosso Banco com 11%, Banespa/Santander com 6%, Caixa Econômica Federal com 3% e ainda outros com 5% notadamente Bradesco e Itaú. Apenas 15% dos assentados revelaram não possuírem conta bancária.

O último item que pretendemos trabalhar dentro do eixo qualidade de vida e infra-estrutura nos assentamentos é a **habitação**

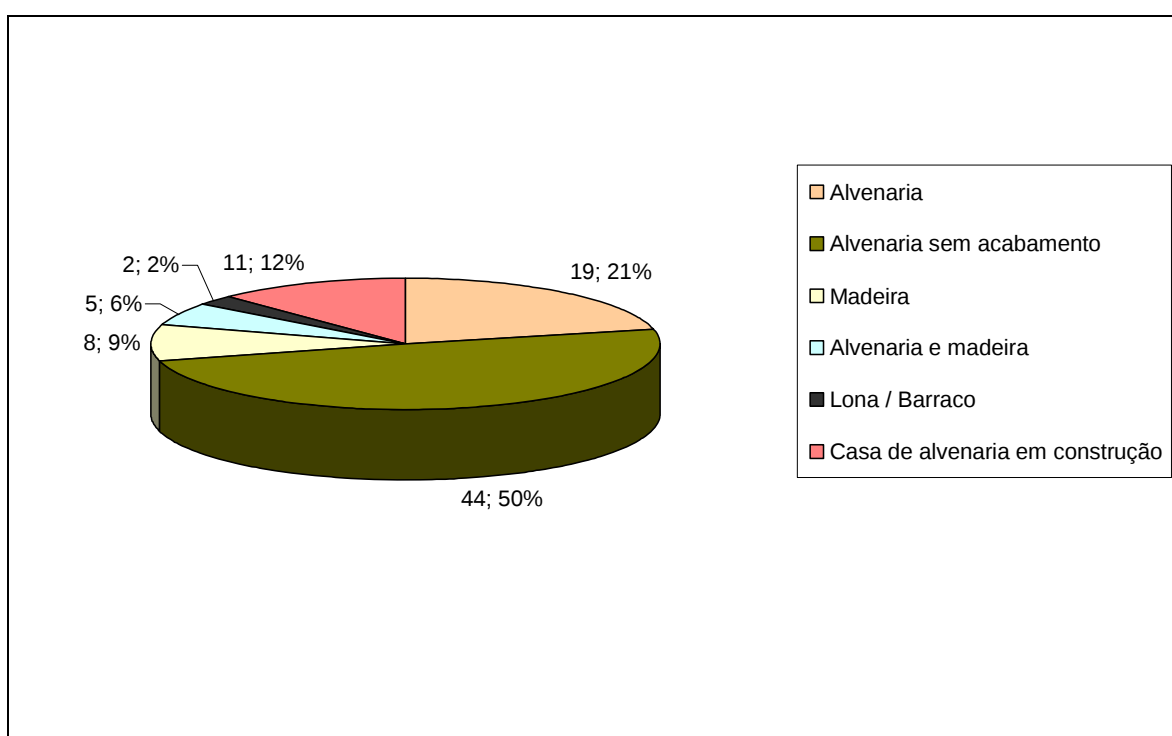
7.1.3 – As casas nos assentamentos

Os impactos socioterritoriais são perceptíveis nas transformações provocadas na paisagem do campo pela implantação dos assentamentos rurais e pelas alterações na qualidade de vida das famílias assentadas. Vimos que a luta inicial é pela conquista da terra, em seguida é pela reivindicação das principais políticas públicas: água, luz, habitação, saúde, educação, estradas, áreas comunitárias, barracões de armazenamento, crédito e assistência técnica. As políticas públicas conforme especificado anteriormente são uma resposta do Estado às situações de conflito, à constatação de necessidades coletivas e para solucionar ou amenizar problemas recorrentes da população.

Estas necessidades para tornarem-se políticas públicas devem ser reconhecidas, problematizadas e assumidas por sujeitos coletivos. Só então a necessidade torna-se pública e como tal passa a ser uma demanda da sociedade, ou parte dela. Este processo não é harmônico, pois envolve interesses antagônicos como, por exemplo, os interesses do MST serão contrários aos interesses da UDR e

vice-versa e estes dois sujeitos coletivos pressionarão o Estado para que este dê respostas. Existe uma correlação de forças na disputa por territórios. A implantação dos assentamentos rurais constitui a materialização da luta pela terra. Perceptível a partir, da ocupação do latifúndio por camponeses de produção familiar, pela ampliação das possibilidades de acesso às políticas públicas a um número relativo de pessoas, bem como pela melhoria na qualidade de vida das famílias assentadas, revelado também pelas casas que foram edificadas no campo conforme o Gráfico 09:

Gráfico 09 – Tipos de Casas nos Assentamentos³⁸



Fonte: Trabalho de campo 2005/2006

Das famílias entrevistadas constatamos que 50% já estão morando em casas de alvenaria, ainda sem acabamento, 21% já concluíram a construção de suas casa, 9% das casas são de madeira, 6% mantém uma casa mista de madeira e alvenaria e apenas 2% ainda permanecem em barracos. Observamos que as políticas de habitação ofereceram subsídios para construção destas casas, sendo, no entanto insuficientes, como pudemos comprovar pelos créditos liberados (R\$ 3.000,00

³⁸ Observar que no gráfico aparecem os valores absolutos e os valores relativos, separados por ponto e vírgula.

inicialmente) e pela sua complementaridade com mais R\$ 6.000,00 já a partir de 2005/2006 para ampliação e reforma.

Verificamos nos municípios estudados que a maioria das famílias tiveram acesso ao primeiro crédito habitação e esta segunda parcela está em processo de liberação e conclusão, encontramos vários casos em que as casas estão sendo ampliadas. Os casos das casas mistas (madeira e alvenaria) referem-se, principalmente, às casas herdadas principalmente por ex-colonos das antigas fazendas, que utilizaram os três mil inicial para ampliação. Os barracos de lona, no qual encontramos 2 casos, trata-se de famílias em situação irregular.³⁹

Convém ressaltar que o novo crédito de R\$ 6.000,00 referido acima cuja implementação está sendo feita este ano (2006) faz parte do Programa Pró-Lar Rural, lançado pelo ex-governador Geraldo Alckmin e seu secretário adjunto de habitação Mauro Bragato, em outubro de 2003 em Mirante do Paranapanema. A inovação do programa se deve ao fato de incluir famílias do campo a partir de parcerias entre o CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e urbano), Prefeituras Municipais, ITESP e INCRA. Prevê duas modalidades de ação, dependendo da necessidade e opção do beneficiário:

Substituição de moradia por *unidade habitacional nova*, tipo CDHU, a ser produzida em regime de autoconstrução assistida, mediante financiamento concedido pelo CDHU de cesta de material de construção, ferramentas, administração de obras, treinamento de mão de obra e implantação de sistema de esgotamento sanitário individual por meio de fossa séptica; Ou *Reformas/ melhorias* na moradia atual para as famílias que não necessitam substituir suas moradias, por meio da concessão de microcrédito habitacional pelo Banco do Povo Paulista, como solução ofertada complementarmente pelo Pró-Lar Microcrédito. (CDHU, 2003)

Observamos que a maioria dos assentados “optaram” pelo microcrédito de R\$ 5.000,00 e um número bastante reduzido recebeu uma nova casa construída pelo CDHU. Fato semelhante ocorreu em todos os municípios com assentamentos na região do Pontal. Em Piquerobi das 35 casas, 22 estão em processo de construção na cidade e apenas 13 no campo. Em Caiuá das 117 casas, 80 estão em fase de construção na cidade e apenas 37 serão destinadas para o meio rural. Em Presidente Epitácio das 40 casas aprovadas para serem construídas, até o momento da pesquisa (setembro 2006) nenhuma foi construída e o projeto estava prorrogado.

O programa é destinado às famílias com renda entre um e dez salários

³⁹ As situações ditas irregulares referem-se á ocupações clandestina de lotes, ou, seja, a ocupação derivada de compra, ocupação sem autorização, casos de pessoas que não residem no lote e também se recusam a sair da área, entre outros.

mínimos, que residam no município, na área urbana ou rural, há pelo menos três anos e que não sejam proprietárias de imóvel nem de financiamento habitacional. As pessoas contempladas pelo programa têm um prazo de até 300 meses para quitar o imóvel e as prestações são calculadas de acordo com a renda familiar mensal. Assim, famílias que ganham um salário mínimo vão pagar prestações de 15% da renda.

Não foi possível precisar o número de microcrédito concedido aos assentados através deste programa, no entanto constatamos em nossa pesquisa que 25% dos entrevistados foram contemplados com alguma linha de crédito para habitação. O impacto socioterritorial dos assentamentos também se revela nestes números, todos os municípios com assentamentos rurais foram incluídos no Programa, mesmo que elas não tenham atingido diretamente a área rural, reflete diretamente no meio urbano, não somente pelo número de casas a ser construídas, mas pelos desdobramentos desencadeados a partir destas ações: geração de emprego na construção civil e dinamização no comércio local e regional como veremos adiante.

A dimensão deste impacto vai além do aparente, transcrevemos o depoimento de uma assentada ao lembrar sua chegada no assentamento:

Quando a gente foi para o lote dormimos debaixo de um barraco de papelão, porque não tínhamos dinheiro para comprar a lona preta. Num dia dormimos e no outro dia já tínhamos tijolos, chegou o dinheiro, a casa ficou pronta, compramos móveis, vacas... nunca pensei que ia ter um sítio. Hoje criamos gado, vendo leite, faço doces, plantamos pepinos e colheita tem a cada 60 dias, toda a minha família (ela, o marido e mais dois filhos) trabalhamos no lote e na colheita do pepino sempre contratamos serviço de mais seis. E eu.... continuo sonhando...

(Sandra – Assentamento Luis de Moraes Neto - Caiuá – julho 2006)

Observar as condições em que as famílias chegaram e comparar com a situação atual é o principal fator que determina o impacto socioterritorial a partir da dimensão social, confirmando mais uma vez que as políticas de implantação de assentamentos rurais, jamais devem ser tomadas como sendo apenas políticas compensatórias, mas políticas de desenvolvimento. Demonstrada pela conquista de novos direitos, historicamente negados, pela constituição de uma nova história de vida com repercussões diretas sobre a vida destes e de outras pessoas, neste caso específico, relacionados aos trabalhadores contratados no período de safra do pepino, bem como aos demais, situados no comércio local, regional, entre outros.

Prender-se apenas à aparência material das casas é muito pouco para determinar a qualidade de vida e o nível de satisfação das famílias, daí buscamos

junto a estes sujeitos o real significado destas moradias. **Constatamos que 45% das famílias acham sua casa boa, 32% regular, 14% ótima.** Observamos que o nível de satisfação também está diretamente relacionado com o fato da casa estar ou não concluída.

Somente 5% declararam que acham sua moradia péssima e 4% ruim, revelando que **91% dos assentados se ainda não estão totalmente satisfeitos com a qualidade de sua moradia, também não estão insatisfeitos.** O resgate da trajetória de vida destas famílias mostram um processo de investimento nestas habitações. Duas etapas distintas podem ser observadas neste processo: a primeira é o momento em que as famílias vieram morar no assentamento, e a fase atual em que estas moradias já estão consolidadas ou em fase de consolidação, representada nas fotos 20 e 21.



Foto 20 – Primeira “casa” construída assim que a família chegou ao assentamento Santa Rita em Piqueroibi, atualmente serve de dispensa (junho de 2006).



Foto 21 – Casa construída com auxílio de financiamento ainda em processo de acabamento.

Não é exatamente a mudança no tipo de casa que nos chama a atenção, mas sim as relações internas e externas como foram colocadas acima, que permearam esta busca por um espaço próprio e definitivo. Neste caso a primeira “casa” era bem inferior e a família era bem maior, (casal com duas filhas e um genro). Não é apenas o contraste entre as duas casas que revela que a vida mudou para melhor. Alguns bens como o carro, o trator e o freezer representam mais alguns indicativos de melhoria.

Quando observamos com mais atenção, até os detalhes da produção estão evidenciados, pelos galões de leite, pelo curtimento do couro de carneiro, a caixa de tomate. Observamos ainda, ao fundo, plantação de café, manga, mamão, etc.

7.1.4 - Processo de obtenção da terra e índices de desistência dos Lotes: registros de uma luta e constatação da resistência

E para finalizar esta parte da análise dos impactos socioterritoriais analisados dentro da dimensão social, apresentamos alguns dados referentes ao nível de

satisfação com o assentamento no qual as famílias estão assentadas, que se relaciona diretamente com o índice de desistência dos lotes, como veremos a seguir.

Existe um longo trajeto entre o desejo de conquistar a terra própria e a efetiva aquisição de um lote. Os dados anteriormente apresentados apontam que de aproximadamente 80.500 famílias envolvidas em ocupações de terra no Pontal do Paranapanema entre 1988 a 2004, apenas 5.535 famílias conseguiram um lote de terra e dados de 2006 apontam que 3.835 famílias ainda permanecem acampadas, algumas delas há mais de 5 anos.

Segundo cadastro da Fundação ITESP, havia em agosto de 2005 na região do Pontal 6.859 famílias cadastradas e aprovadas para serem assentadas, conforme quadro 21, abaixo, entre outras exigências todos comprovaram experiência anterior como trabalhador rural ou estavam acampadas.

Quadro 21 – Cadastro Regional de interessados por lotes no Pontal do Paranapanema

Regional	Escritórios Regionais do ITESP	Famílias cadastradas
Oeste	Pres. Bernardes*	1035
Oeste	Pres. Venceslau**	3358
Oeste	Mirante	689
Oeste	Rosana	799
Oeste	Euclides	64
Oeste	Teodoro Sampaio***	914
Total		6.859

Fonte: Cadastro Regional Eletrônico do ITESP, 2005/2006.

* inclui os municípios de Rancharia e Martinópolis

**inclui os municípios de Piquerobi, Ribeirão dos Índios, Tupi Paulista, Caiuá, Marabá e Pres. Epitácio, a partir de 2006 este grupo foi subdividido com a criação de um escritório de Campo em Pres. Epitácio que passou a abranger Caiuá e Marabá.

*** Inclui o município de Sandovalina

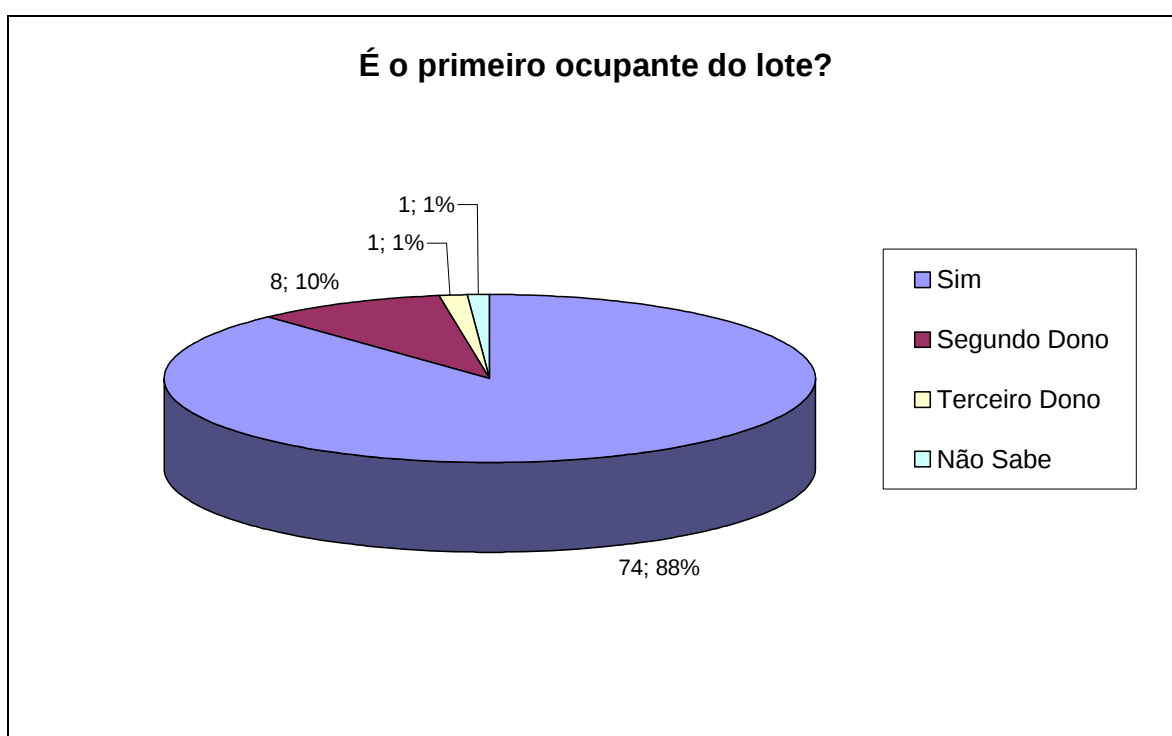
O Escritório de Presidente Venceslau aparece com o maior número de pessoas à espera de um lote. Fazia parte deste escritório, na época, o município de Presidente Epitácio, local onde atualmente está localizado o maior número de acampamentos e de famílias acampadas 693.

O cadastro seria a única forma possível de se conseguir um lote de terras, no entanto, o camponês rebelde descrito por Feliciano (2006), fez do movimento de ocupação de terra e acampamento a arma mais importante e eficaz na conquista deste território, que até então era do latifúndio. A amostra colhida no trabalho de campo revela que 47% das pessoas que tiveram acesso à terra estavam acampados

e 45% estavam cadastrados. Percebe-se a adequação parcial aos padrões vigentes, como forma de resistência, da qual falou Carvalho (2005) anteriormente. Apenas 3% dos assentados declarou ter comprado o lote, 2% pagou as benfeitorias de um outro assentado que desistiu do lote e 3% era morador da antiga fazenda.

Observando o Gráfico 10, chegamos ao índice de 12% de desistência dos lotes rurais nos assentamentos do Pontal a partir do questionamento sobre o fato do entrevistado ser ou não o primeiro ocupante do lote.

Gráfico 10 – Índice de desistência de lotes



Fonte: trabalho de campo 2006

Das famílias entrevistadas 88% declararam ser os primeiros ocupantes do lote e 10% revelou ser o segundo ocupante, apenas em um caso o morador já era o terceiro ocupante e outro não soube responder. Concluímos que o índice de desistência é baixo, uma vez que os assentamentos, como demonstramos no histórico anterior, possuem em média de 3 a 10 anos de existência e neste intervalo de tempo, de cada 100 famílias assentadas, apenas 12 deixaram seus lotes. Em trabalho de campo constatou-se que as principais causas de desistência são doenças, morte do titular e trabalho no meio urbano.

Quando indagados sobre o processo de obtenção da terra, apenas 5% declarou ter pago as benfeitorias ou comprado o lote, verificamos ainda que, em muitos casos de “desistência” o lote permaneceu entre membros diretos da família ou parentes de primeiro grau. Muitos entrevistados declaram que o primeiro ocupante foi o irmão, pais ou parentes.

Em relação às denúncias de vendas de lotes, que apareceram no final de 2005 no Jornal O Estado de São Paulo, segundo informações de técnicos do ITESP, confirmada nas entrevistas com os assentados, trata-se atualmente da aplicação da Portaria ITESP 050/2004 *“que normatiza o ressarcimento das benfeitorias executadas pelos assentados que, pelos mais variados motivos, resolvem deixar o assentamento.”* Tal portaria permite que o assentado ao optar por deixar o lote receba de forma justa o que investiu na área, ou seja, as benfeitorias feitas no lote não podem ser incorporados ao patrimônio do Estado, ou passarem sem nenhum custo para outras famílias, o que seria socialmente injusto.

O lote é avaliado tecnicamente pela mesma equipe que avalia as fazendas em processo de indenização na região e com os mesmos critérios. Uma vez avaliado o lote, este é disponibilizado em procedimento público aos interessados, que toma ciência prévia sobre a existência de benfeitorias indenizáveis, bem como podem ter acesso aos laudos de avaliação.

A decisão sobre a destinação dos lotes entre os interessados é tomada por Comissão de Seleção do Município, composta por representantes de vários órgãos e da sociedade civil local, e deveria seguir a lista do cadastro local a partir do interesse manifestado entre seus membros. Isso tudo, segundo a portaria, deve ser realizado, em procedimento público, em sessões abertas, em local conhecido e divulgado em publicação no Diário Oficial.

Tal iniciativa da Fundação ITESP de regulamentar a indenização das benfeitorias executadas pelas famílias nos lotes, quando da saída justificada das mesmas, é às vezes utilizada de forma a depreciar a luta pela terra como um todo classificando tal ação como um “comércio de terras”. No entanto, esta ação do Estado torna mais justa, democrática e pública a ação que poderia ocorrer na ilegalidade ou mascarada, como de fato já ocorreram, caso não estivessem regulamentadas. Estas são relações que ocorrem de fato no meio rural, ou urbano e nos assentamentos isto não é diferente. Vários são os motivos que levam as pessoas a deixarem o local onde moram sendo este um processo dialético e

contínuo fruto na maioria das vezes do mesmo processo que um dia expropriou e expulsou os camponeses do campo. Os procedimentos regulamentados através da portaria ITESP de 2004 não são os mesmos utilizados quando da desistência de lotes administrados pelo INCRA.

A propriedade do nome “assentado”, também é questionável. O termo, que no dicionário de sinônimos aparece como *apontado, determinado, resolvido, acordado, entre outros*, parece sugerir uma condição permanente. Nenhuma relação social pode ser tratada como permanente, principalmente numa sociedade em constante movimento e transformação. **A permanência nos lotes indica antes de tudo a persistência da luta, num país no qual não existem políticas agrárias e agrícolas para os pequenos, somente a partir da criação de estratégias de resistência é possível permanecer no lote.**

E os dados por ora apresentados demonstram que o assentado tem encontrado criado e recriado estas formas, quando diversificam sua produção para fugir das artimanhas do mercado e quando compreendem a importância da produção para autoconsumo, os mesmos conseguem superar as adversidades do meio que o expropriou uma vez.

Concordamos com Fernandes (2004) quando diz que o campesinato, neste caso recriado a partir da ocupação da terra, é uma importante forma de organização social para o desenvolvimento humano em diferentes escalas geográficas. Este trabalho reforça a tese de que a produção em economia familiar provoca impactos socioterritoriais contribuindo para o desenvolvimento regional e com a melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas.

Nas histórias dos assentados podemos encontrar tudo que encontramos na sociedade comum, mas que pelas particularidades existentes não chamamos nem de sucessos, nem de fracassos e sim de luta e resistência. Para 96% dos assentados ter um pedaço de terra é um sonho realizado, dentre todos os entrevistados apenas 4% se mostraram frustrados e pessimistas com relação ao futuro e a permanência no lote.

Para 67% dos entrevistados, a vida melhorou e melhorou muito em relação a sua trajetória anterior e 31% acham que a vida poderia ter melhorado mais. Apenas 1% respondeu que a vida não melhorou nada e a mesma quantia, que a vida piorou, nestes dois últimos casos, verificamos que a insatisfação não era propriamente com sua condição de assentado, mas com a situação em que se encontrava sua saúde

estando com idade já bastante avançada, ressaltam se tivessem tido acesso a terra quando ainda eram jovens, a vida poderia ter sido diferente.

A dimensão social dos impactos socioterritoriais também se mostra visível quando 99% dos entrevistados responderam que viver no assentamento é bom (51%) ou é ótimo (48%). De modo que, não poderia ser diferente a resposta sobre os planos para o futuro:

“Pretendo viver aqui neste lote e criar todos os meus filhos e depois deles os netos para toda a vida” - Nilza Duarte Fernandes, 45 anos – Assentamento Porto Velho – Presidente Epitácio – 27/07/2006.

“Só de a gente não subir no caminhão de bóia-fria somos livres. Só passa fome morando aqui, quem é preguiçoso. Não trabalho mais pra ninguém. Quero muito melhorar, mas um ano a gente ganha, no outro a gente perde, este ano foi o da perda.” – José Francisco da Silva, 47 anos - Assentamento Santa Rita – Piquerobi – 14/12/2005.

“Quero ficar no lote, fazer uma reforma no pasto, irrigar, plantar, melhorar a infra-estrutura do lote e pretendo deixar para os meus filhos”- Antônio Francisco de Oliveira, 61 anos – Assentamento Maturi – Caiuá – 03/10/2006

“Pretendo ficar no lote e fazer dele meu paraíso, é um local onde se trabalha muito sem retorno lucrativo.... mas a paz que se tem no lote não se compara a nada..., 52 anos” – Onélia Neuracy Soares – Assentamento Porto Velho – 26/07/2006.

Dentre os planos para o futuro 95% dos entrevistados afirmam que o desejo é permanecer no lote, destacando neste plano pontos que se baseiam na valorização dos recursos de que dispõem nos assentamentos como forma de estabelecimento familiar, demonstra o desejo de produzir de forma a assegurar a sobrevivência da família no presente e no futuro. E assim os camponeses enfrentam os novos desafios que a sociedade que tenta extingui-los vai impondo, “*com as armas que possuem e que aprenderam a usar ao longo do tempo.*” (CARVALHO, 2005, p. 35)

Portanto, merece destaca nas frases acima a preocupação com o estabelecimento da família em suas sucessivas gerações. A liberdade própria da autonomia encontrada nos assentamentos com relação à jornada de trabalho; a garantia da alimentação pela exploração da produção de subsistência; a adequação da produção aos novos padrões colocados pela sociedade moderna e; a consciência de que o trabalho é árduo e contínuo, mas a satisfação e as possibilidades possíveis a partir desta conquista são imensas. **Daí afirmarmos que tudo isto não pode ser apenas fruto de políticas compensatórias, mas de políticas de desenvolvimento entendido não apenas como crescimento econômico.**

7.2 - Dimensões Econômicas do impacto

Sem avanços concretos nos moldes de como são pensadas e implementadas as políticas de desenvolvimento neste país observa-se que mesmo vindo de uma situação em que as atividades com a pecuária de corte, expulsou e segregou os camponeses aos espaços da cidade, ainda é a produção leiteira que sustenta os assentamentos do Pontal do Paranapanema. Não por opção exclusiva dos assentados, mas porque os assentamentos foram introduzidos dentro de um ciclo vicioso de produção que perpetua a estagnação econômica, da qual falaremos adiante.

Vimos que foi o avanço da pecuária sem investimento no gado, no solo e em postos de trabalho que obrigou a marcha do “camponês sem terra” para a cidade que, a princípio os acolheu, e comprou sua força de trabalho quando os municípios ainda estavam em formação e careciam de obras pesadas de infra-estrutura. Com a conclusão de tais obras, revela-se a face nua e crua das políticas ditas de desenvolvimento, que na verdade levaram a região a um processo contínuo de decadência.

Os grandes fazendeiros que se apropriaram das terras do Pontal expulsando os pequenos lavradores, impediram a vinda de fábricas de transformação de alimentos que não fossem aquelas ligadas fortemente à pecuária (como foi o caso dos frigoríficos e laticínios), a baixa diversificação e produção de matérias-primas se dá porque nunca se investiu neste tipo de produção. O café e o algodão que por aqui passaram atendiam exclusivamente o mercado externo. Assim, sem diversidade de produção, diminuem os postos de trabalho no meio urbano e rural. A expansão das pastagens dispensa trabalhadores rurais e não permite o estabelecimento de indústrias de transformação por falta de matérias-primas, gerando um ciclo vicioso no qual o desemprego gera o desemprego, por falta de matérias primas não há indústrias e por falta de indústrias não se investe na produção de matéria prima.

Os camponeses sem terra e sem trabalho, lutaram e construíram processos que permitiram a criação de espaços produtivos, permitiram a constituição de um “patrimônio” familiar, de modo que ao conquistarem as políticas públicas de assentamento, iniciaram a marcha de retorno ao campo no Pontal do

Paranapanema, criando espaços de trabalho para a família. Mas esta não foi, nem será a reta final da luta, a mesma se perpetua no embate entre as classes sociais.

Segundo Carvalho, o modo de produção camponês não é gerador de uma formação particular. Ele se incrusta numa série de formações, ele se adapta, interioriza a seu modo as leis econômicas de cada uma delas, e deixa, ao mesmo tempo, com maior ou menor intensidade, em cada uma delas a sua marca. É aí que reside, na opinião deste autor, o segredo da longevidade deste modo de produzir, sendo esta capacidade de permanência a questão mais controversa no debate sobre o campesinato no capitalismo. (CARVALHO, 2005, p. 15)

Daí para compreender os impactos socioterritoriais na dimensão econômica dos assentamentos exigiu-nos compreendermos que *“a história do campesinato no Brasil pode ser definida como o registro das lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade.”* (CARVALHO, 2005, p. 36)

Comprovar a inviabilidade econômica dos assentamentos é a arma utilizada pelo agronegócio para desqualificar e esvaziar a luta por reforma agrária no país, que devemos lembrar a todo instante – não foi feita. Não compactuamos com este discurso, porque analisando a história é factível admitir que os frutos dos modelos políticos ditos de desenvolvimento, permitiram apenas a reprodução ampliada do capital. Embasado num sistema injusto, economicista, que põe por terra toda a temática abordada anteriormente quando falamos das dimensões sociais dos impactos dos assentamentos rurais.

Estamos diante dos novos desafios do futuro da luta pela terra: *“ocupar, resistir, produzir, expressa a lógica da resistência à exclusão, à exploração e a expropriação.”* Tenta-se quebrar as bases desta sustentação apontadas por Fernandes quando dificultam e tentam impedir a produção dos assentamentos tentando adapta-los à modelos pré-concebidos, contrários á lógica da unidade econômica de trabalho familiar.... se não produzir pra que ocupar? Se não ocupar, pra que resistir? (FERNANDES, 2000, p. 302)

Os dados que iremos apresentar, demonstram que apesar das armadilhas e dificuldades a produção é significativa nos assentamentos do Pontal do Paranapanema. Tais dados corroboram com Carvalho (2005) quando afirma:

(...) nada indica que o campesinato brasileiro restrinja, em seus objetivos, à simples obtenção direta da alimentação familiar, o que só acontece quando as portas do mercado estão efetivamente fechadas para eles. (CARVALHO, 2005, p. 40)

Trataremos nesta parte do trabalho dos impactos socioterritoriais dos assentamentos a partir da dimensão econômica, tomando como **indicadores:** a produção e a renda; o perfil de produção dos assentamentos; produção para autoconsumo; o impacto no comércio local e regional; principais estabelecimentos de compra e de venda; crédito e assistência técnica, melhoria na qualidade de vida, dentre outros.

7.2.1 – Produção e renda nos assentamentos rurais

Para entendermos a produção e renda dos assentados devemos concebê-los dentro da estrutura da economia natural descrita por Chayanov (1974) na qual “*a atividade econômica humana é dominada pela exigência de satisfazer as necessidades de cada unidade de produção, que é ao mesmo tempo uma unidade de consumo*” (p.136). Esta atividade econômica humana, portanto, não visa a geração de lucro como forma de ampliação do capital por si só, a obrigação da satisfação das necessidades é mais premente. Não se assenta na exploração do trabalho alheio, mas na auto-exploração de suas forças físicas, também despendidas com tal grau de liberdade de acordo com a necessidade de prover o grupo doméstico. Inseridos na sociedade capitalista, o dinheiro enquanto valor de troca é cada vez mais necessário para custear aquilo que não se produz no lote.

Sob o impacto das transformações de caráter mais geral engendradas na sociedade capitalista, como a acentuada importância devotada à cidade e à cultura urbana, a centralidade do mercado e das relações de troca extremamente economicistas, a globalização da economia, etc. Tudo isto, interfere nas relações de trabalho e produção estabelecidas no campo, pela imposição de valores e necessidades muitas vezes distanciadas da lógica de permanência e reprodução camponesa.

Wanderley afirma que:

No Brasil a grande propriedade, dominante em toda história, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Foi ela que recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Neste contexto a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparada ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor “bloqueado”, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção. (Wanderley, 1995)

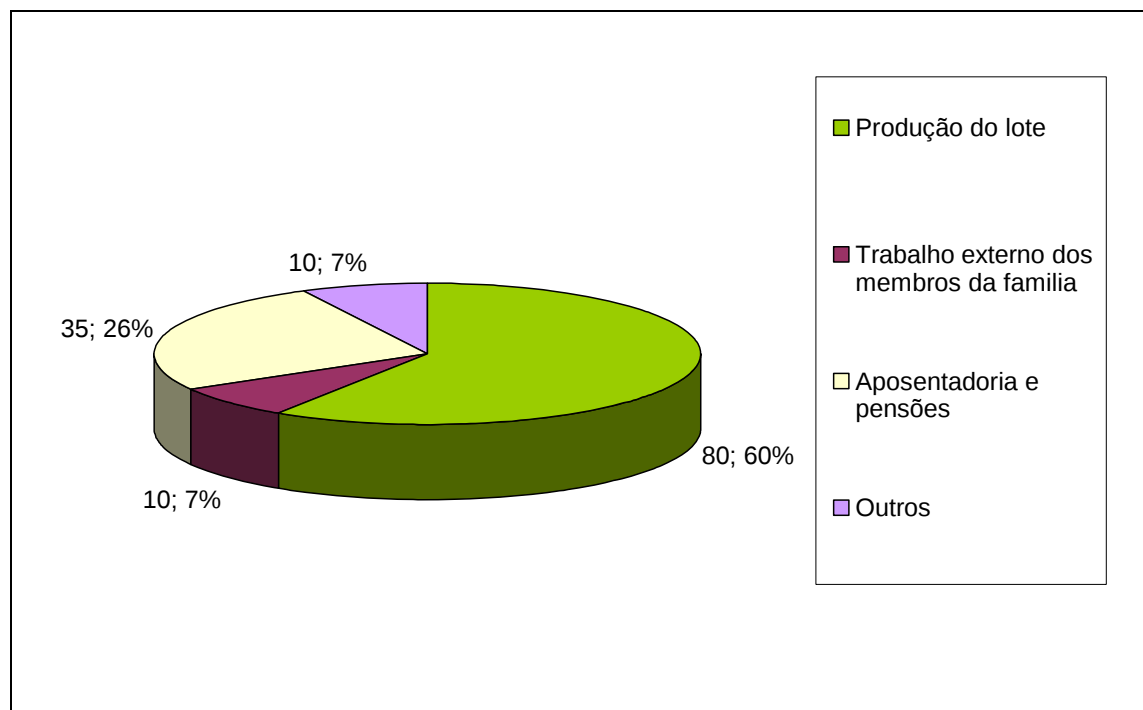
Verificamos através desta pesquisa que a conquista da terra são “furos” neste bloqueio. Resta, no entanto, fortalecer suas potencialidades, enquanto forma específica de produção, já que o acesso a terra permite a ampliação das possibilidades de satisfação das necessidades nas unidades familiares, permitindo inclusive a ampliação das liberdades de escolhas caracterizadas por Sen (2000) como ponto chave do processo de desenvolvimento, do qual falamos anteriormente.

Assim posto, os assentamentos constituem a materialização das lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade.

Vencedores ou perdedores neste campo de luta, os camponeses, no passado como atualmente, dele participam com o objetivo de ter acesso a atividades estáveis e rentáveis. É este objetivo que norteia suas estratégias econômicas e que se articula em dois níveis complementares: (...) a busca de alternativas econômicas que os ingressem positivamente à economia local e regional (...) e a produção de autoconsumo. (CARVALHO, 2005, p.39)

Buscando identificar a origem da renda nos lotes dos assentamentos, identificamos uma variedade de processos e relações que levam à fontes distintas e complementares, conforme Gráfico 11.

Gráfico 11 – Origem da renda dos assentados nos municípios Pesquisados



Fonte: Trabalho de Campo, 2005/ 2006

Observamos que 60% das famílias sobrevivem majoritariamente da produção no lote, complementando esta produção com aposentadorias e pensões em 26% dos casos e/ou com trabalho externo de membros da família em 7% dos casos e/ou a partir de outras fontes como doações, pontos comerciais, arrendamentos, etc.

A base da produção dos assentamentos na região do Pontal do Paranapanema se assenta na pecuária leiteira, pelos motivos já descritos anteriormente. Acrescenta-se a esta “vocação histórica” o fato das políticas de crédito para os assentamentos também estarem pautadas no incentivo à prática da pecuária leiteira, reforçando esta “vocação”. Assim, desde o primeiro crédito do Proterra e depois do Pronaf, a maioria dos beneficiários “optou” pelo projeto de pecuária leiteira, confirmando o que Carvalho afirma que a inserção no mercado destes agricultores também se orienta pela “(...) *busca de produtos comercializáveis que sejam o carro-chefe do sistema produtivo adotado*”. (CARVALHO, 2005, p.39)

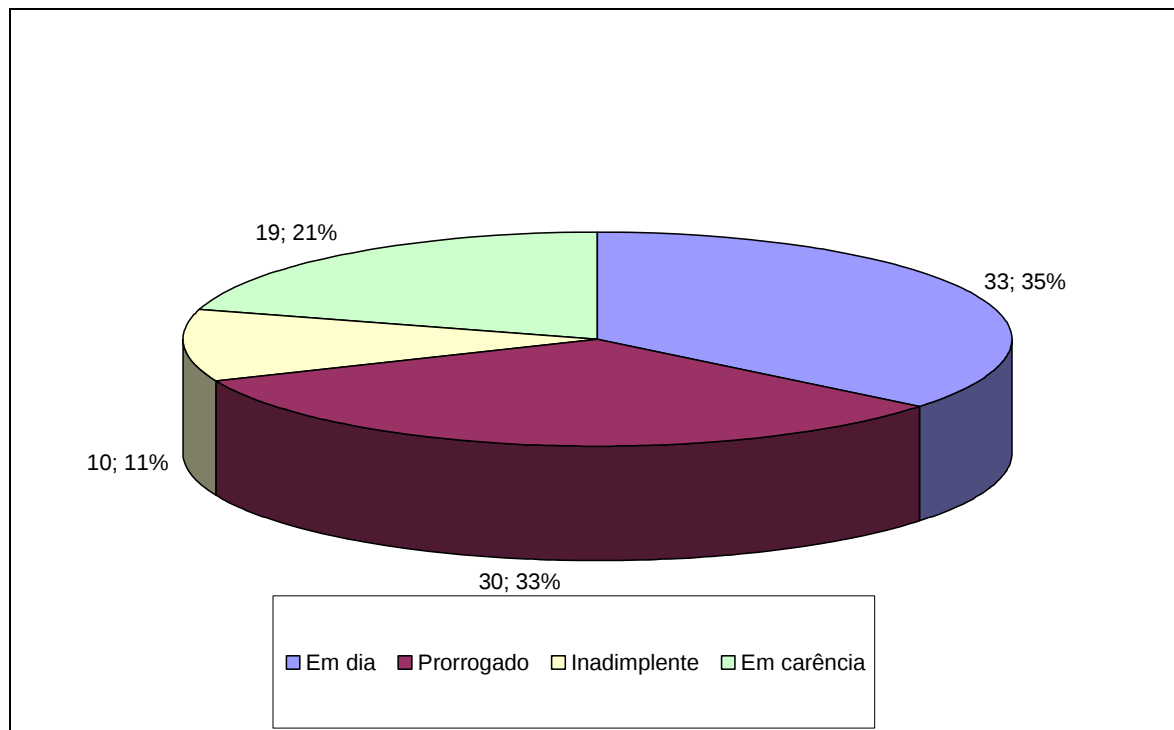
Observamos que aproximadamente 97% dos assentados receberam este tipo de crédito, que poderia ser investido na pecuária leiteira ou na agricultura. De forma resumida e guardando as particularidades de cada linha de crédito, em qualquer uma das atividades econômicas escolhidas o financiamento possui o mesmo valor, atualmente (2007) R\$ 18.000,00, deste valor é descontado R\$ 1.500,00, destinado à assistência técnica prestada pela Fundação ITESP. Assim os assentados recebem aproximadamente R\$ 16.500,00 que deverão pagar em parcelas num prazo de 10 anos (3 anos de carência e 7 anos pagando as parcelas).

Além deste financiamento principal para montagem de infra-estrutura para produção nos lotes, existem outras fontes de financiamentos, como o fomento/custeio (Grupo A/C Pronaf) que desde que pago pode ser tomado todos os anos com limite de R\$ 500,00 a R\$ 3.000,00, o crédito habitação e o crédito para ampliação da casa, entre outros. Entendemos, no entanto que estes créditos apesar de representarem importante ferramenta para ampliação das condições de geração de renda das famílias nem sempre cumpre este papel, por vários motivos, dentre eles: a demora na liberação, que acaba comprometendo o período de safra e os resultados esperados desta, a burocracia no acesso, a inadimplência do tomador e a desinformação.

Apesar das dificuldades colocadas, observamos que muitas famílias assentadas conseguiram se estabelecer economicamente a partir destes créditos e

custeio, a inadimplência não é tão grande e o número de famílias com pagamento em dia é considerável no grupo entrevistado conforme Gráfico 12.

Gráfico 12 – Situação do pagamento dos créditos e custeios



Fonte: Trabalho de Campo, 2005/ 2006

Observamos que 35% dos entrevistados estão com o pagamento das parcelas em dia, 33% após vencimento do prazo de carência pediram prorrogação da dívida, 21% faz menos de três anos que receberam o crédito e ainda não começaram a pagar as parcelas estando em período de carência e apenas 11% dos entrevistados responderam que estão inadimplentes impedidos de tomarem novos créditos.

Sobre a assistência técnica, 88% dos entrevistados declararam ter acesso e 12% declarou que não recebe nenhum tipo de assistência técnica. O principal órgão responsável pela prestação de assistência nos assentamentos do Estado de São Paulo é a Fundação ITESP, existindo, porém a atuação de outras instituições como o INCRA, as Prefeituras entre outros.

Verificamos que 71% dos entrevistados declararam receber assistência da Fundação ITESP, 16% do INCRA, 5% das Prefeituras Municipais, aparecendo também a CATI com 2% e o MST e Sindicatos também com 2%. Apenas 1% declarou que recebe assistência técnica de particulares e 3% de outros. Com

relação à qualidade desta assistência 38% das famílias assentadas declarou que é boa, 35% regular, 16% péssima e 11% dos assentados responderam que é ótima.

Observamos que a Fundação ITESP vem de um processo de vários embates, derrotas e conquistas. A própria história de criação da Fundação revela que a mesma ainda é mantida dada à pressão dos movimentos sociais e os voluntarismos de vários profissionais de seu quadro funcional. Idealizada por José Gomes da Silva e fortalecida no Governo Mário Covas, perdeu muito de suas características e projetos iniciais devendo se adequar às intempéries e já previstos embates nas diferentes trocas de governo.

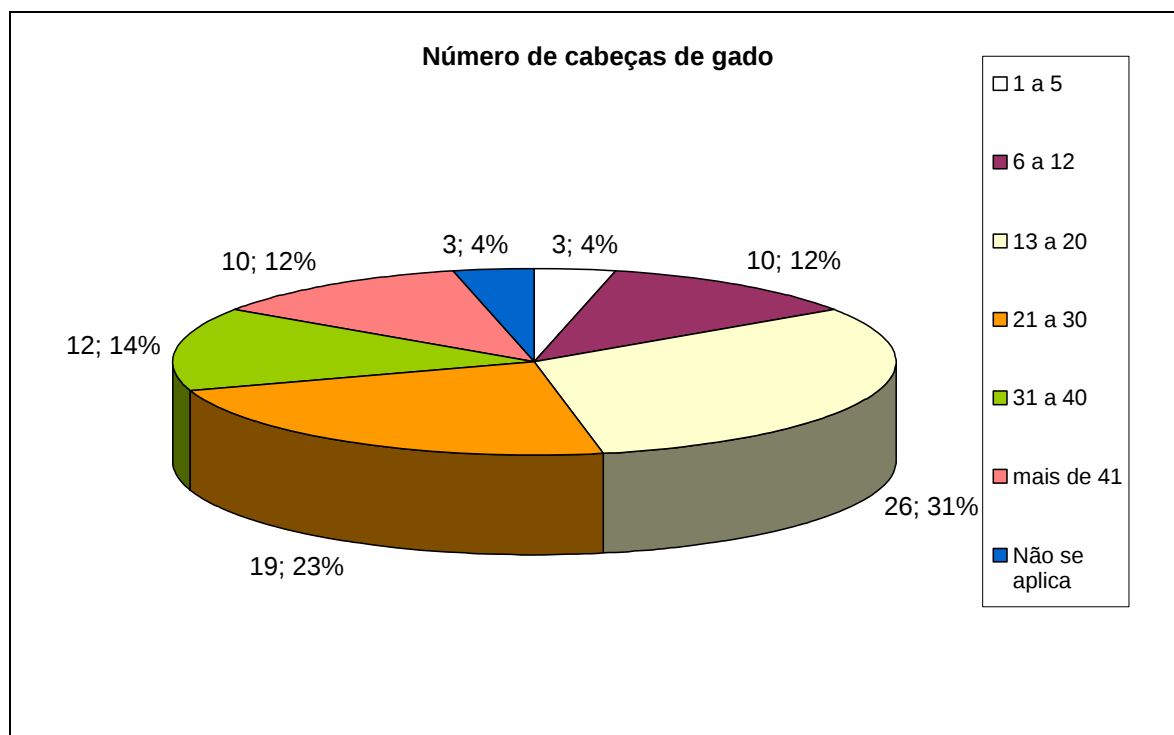
Com um número limitado de técnicos nos escritórios regionais do Pontal (são apenas 120 que trabalham diretamente com assistência nos assentamentos), muitos dos trabalhos ficam prejudicados, tornando-se impossível um atendimento individualizado no lote com frequência. Além disso, nenhum assentado consegue qualquer tipo de financiamento sem a elaboração dos projetos técnicos que são feitos de forma individualizada a cada produtor por estes profissionais, ocupando-os muitas vezes com trabalhos burocráticos em detrimento da extensão rural.

Segundo relato das famílias e de técnicos da Fundação ITESP, responsáveis pela elaboração e acompanhamento da execução do projeto de crédito, os assentados que optam pela pecuária leiteira (aproximadamente 89% dos entrevistados) investem na compra de 6 a 10 vacas e mais um touro, bebedouro, cocho de sal, em alguns casos triturador e capineira⁴⁰. No caso dos assentados que optam pela agricultura (fato que tem se tornado cada vez mais raro) investem na compra de equipamentos agrícolas, preparação de solo, compra de mudas, sementes, adubo, etc. Foi prática comum também o incentivo a formação de associações de agricultores que montaram projetos individuais com relação à produção, mas conjunto com relação à compra de tratores e implementos, fruto de políticas “de cima para baixo” a maioria destas associações apresentaram problemas de ordem vária e muitos desistiram do uso conjunto do equipamento.

Observamos que a partir do investimento inicial, a maioria dos assentados dobrou o seu rebanho, comprovando que as políticas de assentamento podem consideradas políticas de desenvolvivimento e não de compensação social, como pode ser verificado no Gráfico 11:

⁴⁰ Capineira: plantio de cana - de- açúcar e napie para alimentação do gado. A capineira é item obrigatório no projeto e custa em torno de R\$ 700,00 a implantação.

Gráfico 13 - Tamanho do rebanho nos assentamentos pesquisados (Presidente Epitácio, Caiuá e Piquerobi)



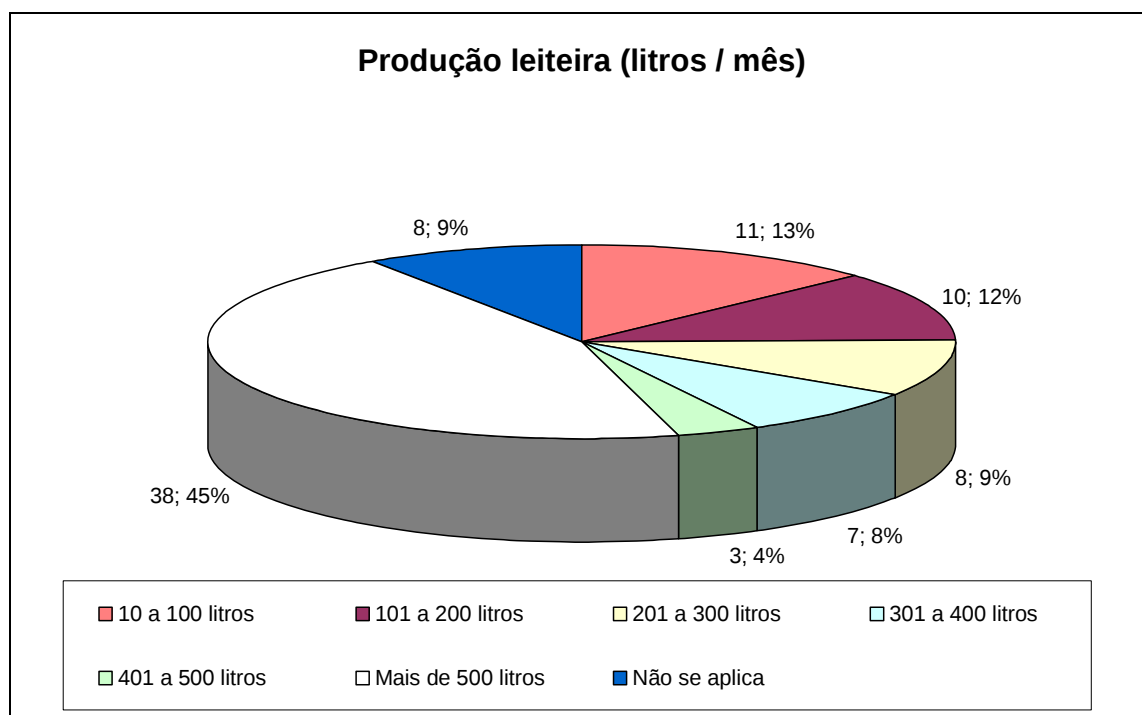
Fonte: trabalho de Campo, 2005/2006

Observamos que 49% dos assentados possuem de 21 a mais de 41 cabeças. Dentre estas, aproximadamente 59% das famílias assentadas possuem de 5 a 10 vacas que são leiteira, 28% possuem de 11 a 20 cabeças e 5% possuem mais de 20 cabeças leiteiras. Como não há grandes investimentos no pastejo rotacionado, na preparação da capineira, no plantio de gramas especiais, irrigação e seleção de matizes, a produção média de uma vaca é de 5 litros dia, podendo chegar a 7 no “período das águas”.

Considerando que 91% dos entrevistados declaram extrair sua renda da venda do leite, a produção apesar de considerada baixa, é bastante significativa na região. E mereceu destaque no jornal regional O Imparcial do dia 18/07/2004 quando, apoiado em dados da Fundação ITESP publicou que “os assentamentos produzem 48% de todo o leite do Pontal”. (O Imparcial, Cidades – caderno 3-B).

Através desta pesquisa encontramos os dados apresentados nos Gráfico 14 com relação à produção leiteira:

Gráfico 14 – Produção leiteira (litros/Mês) nos Assentamentos Pesquisados



Fonte: trabalho de Campo, 2005/2006

Podemos observar que apenas 9% dos assentados não estão envolvidos com a pecuária leiteira dada sua importância na região. Observamos que 45% dos entrevistados possuem uma produção mensal acima de 500 litros, o que inegavelmente proporciona desenvolvimento e não pode ser comparado a uma política de compensação social.

Para se ter uma média da produção dos assentamentos na região do Pontal do Paranapanema, com o auxílio de dados levantados pela Fundação ITESP em 2006, construímos o Quadro 22. Neste demonstramos a produção de leite anual da soma dos assentamentos de cada município, bem como a renda anual bruta e a média mensal da produção e da renda por assentado em cada município.

Dentre os municípios estudados confirmamos que todos possuem uma produção bem acima de 500 litros/mês. No município de Caiuá, obtivemos uma média 746 litros/mês por assentado, capaz de gerar uma renda mensal aproximada de R\$ 556,05. No município de Presidente Epitácio e Piquerobi a produção passa de 1.000 litros. No município de Piquerobi verificamos que a média mensal por assentado é de 1.010 litros e uma renda variável em torno de R\$749,93 por mês.

Em Presidente Epitácio está o melhor desempenho do período avaliado com uma produção média mensal de 1.091 litros e uma renda mensal estimada em R\$ 966,04 por assentado.

Quadro 22 – Renda e Produção leiteira nos Assentamentos do Pontal do Paranapanema

Municípios	Produção total <u>anual</u> leite nos assentamentos (litros)	Valor da produção total <u>anual</u> dos assentamentos (R\$)	Número aproximado de produtores de leite	Média por produtor (litros/mês)	Renda <u>mensal</u> aproximada por produtor
Rosana	2.126.391 litros	1.077.067,00*	198	895 litros	453,31
Euclides da Cunha	10.210.167 litros	8.217.987,00	786	1.082 litros	871,29
Presidente Bernardes	2.160.965 litros	2.224.646,00	203	887 litros	913,24
Martinópolis	3.397.957 litros	3.284.828,00	196	1.397 litros	1.396,61
Rancharia	662.795 litros	853.819,00	73	757 litros	961,00
Teodoro Sampaio	6.419.079 litros	4.374.993,00	533	1.004 litros	684,02
Mirante do Paranapanema	14.673.209 litros	8.539.124,00	994	1.230 litros	715,89
Sandovalina	1.427.960 litros	951.037,00	136	875 litros	582,74
Presidente Venceslau	2.559.910 litros	1.735.874,00	189	1.129 litros	765,38
Piquerobi	666.820 litros	494.954,00	55	1.010 litros	749,93
Ribeirão dos Índios	479.400 litros	336.283,00	28	1.427 litros	1.000,84
Tupi Paulista	285.000 litros	375.618,00	17	1.397 litros	1.841,26
Caiuá	2.926.874 litros	2.181.925,00	327	746 litros	556,05
Marabá	2.076.250 litros	1.877.610,00	140	1.236 litros	1.117,63
Presidente Epitácio	2.866.845 litros	2.538.742,00	219	1.091 litros	966,04
Total – 15	52.939.622 litros	39.064.507,00	4094	16.163 litros	13.575,23

Fonte: Grupo de Sócio-economia da Fundação ITESP, a partir do levantamento de Técnicos de Campo da Região do Pontal do Paranapanema.

*Considerando R\$ 0,51 o valor pago ao produtor por litro.

Org. Eliane de J. T. Mazzini

A partir dos dados do Quadro 22 **chegamos à conclusão de que a média da produção mensal de leite por assentado no Pontal do Paranapanema é de 1.078 litros/mês e a renda média mensal extraída desta produção por produtor é de aproximadamente R\$ 905,02.**

A maioria dos produtores (80%), dos municípios pesquisados, comercializa o leite com os laticínios instalados nos municípios com assentamentos, bem como em outros laticínios da região e dos Estados vizinhos. Demonstrando que o impacto socioterritorial a partir da dimensão econômica vai muito além das fronteiras do assentamento, do município, da região e do Estado, conforme podemos analisar pelo Quadro 23.

Quadro 23: Laticínios envolvidos na comercialização de leite dos assentamentos de Presidente Epitácio, Caiuá e Piquerobi.

Município	Estabelecimento	Município de origem do Leite
Presidente Epitácio	Laticínios Jóia	Caiuá, Epitácio
Piquerobi	Laticínios Oeste Paulista	Piquerobi, Caiuá, Venceslau, Ribeirão dos Índios, Presidente Epitácio
Tupi Paulista	Cacretupi (Cooperativa Agrária dos Cafeicultores da Região de Tupi Paulista)	Tupi Paulista, Caiuá, Piquerobi, Presidente Epitácio
Ouro Verde	Laticínios Milk Sabor	Caiuá, Presidente Epitácio
Presidente Prudente	Laticínios Lider	Caiuá, Presidente Epitácio
Estado do Paraná (Santa Maria)	Laticínios Lider	Presidente Epitácio, Caiuá

Fonte: Trabalho de Campo, 2005/2006

Estes foram os laticínios apontados nos assentamentos da área de estudo, quando estendemos os questionários para os demais municípios com assentamentos observamos que a variedade no número de estabelecimentos é bem maior. Este fato revela também a desorganização da luta na terra, os assentados não conseguem se organizar para enfrentar o mercado a partir de sua condição de produtor privilegiado situado dentro de verdadeiras “bacias leiteiras” cuja escala se amplia conforme o número de famílias assentadas. São raros os casos em que o próprio assentado possui um resfriador individual de leite, constatamos em nossa pesquisa apenas um caso, ou a própria comunidade se organizou para adquirir um. Em todos os casos encontrados, os resfriadores coletivos, dos quais 11% dos

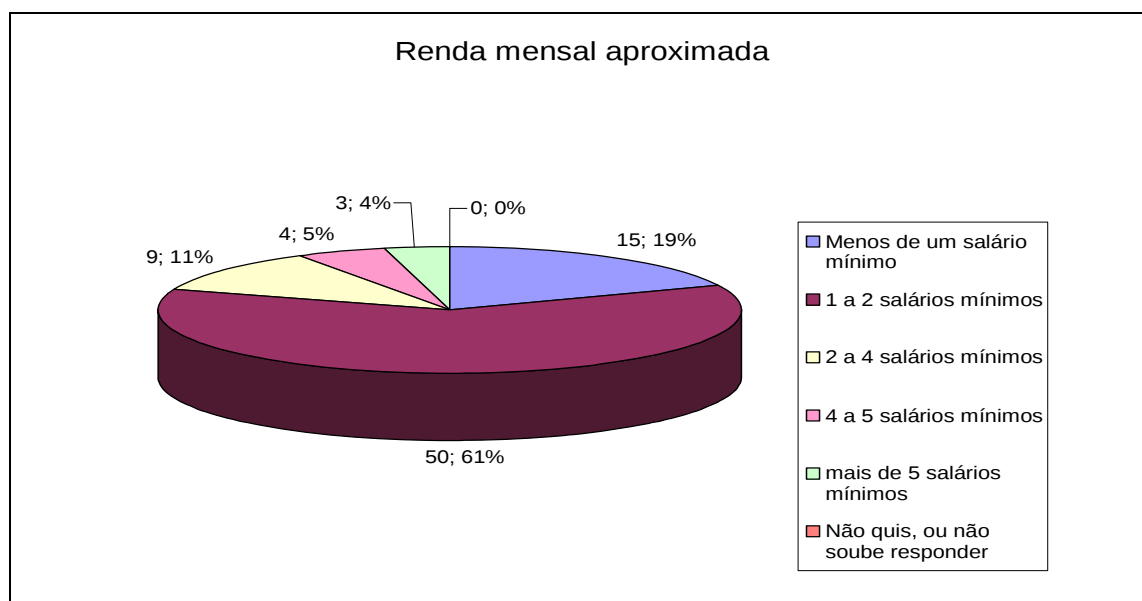
assentados entrevistados podiam usufruir, todos pertenciam ao próprio laticínio, gerando uma inegável condição de dependência.

Observamos que esta condição de dependência pode ser ampliada à medida que o assentado faz dívidas com o Laticínio, seja através da prática de pegar o “vale” ou produtos na loja agropecuária que todo laticínio mantém, para descontar quando do pagamento do leite. Indagados sobre esta prática, constatamos que, 45% dos assentados nunca a praticaram, 34% já pegaram adiantamento em produtos, 8% declararam realizar com frequência a prática do vale, contra 3% que raramente pega e 10% dos entrevistados que não trabalham com a pecuária leiteira, ou que a questão não se aplica.

As relações que se estabelecem neste campo revelam novamente a prática da expropriação do trabalho alheio, se paga em média ao assentado de R\$0,30 a R\$ 0,55 por litro de leite, obedecendo à injusta lei da oferta e da procura que impede que o produtor ganhe mais quando ele produz mais. Um cálculo rápido nos revela que aqueles produtores que produzem mais de 500 litros mês, podem receber de R\$ 150,00 a R\$ 260,00 somente com a produção leiteira. No entanto outras fontes de renda devem ser consideradas para se chegar a um valor aproximado da renda mensal aproximada de cada família assentada.

O Gráfico 15 abaixo nos revela que 81% dos entrevistados recebem mais que um salário mínimo por mês:

Gráfico 15 - Renda Mensal aproximada das famílias assentadas



Fonte: Trabalho de campo 2005/2006

O gráfico mostra que mais da metade das famílias assentadas, 61% recebem de um a dois salários mínimos (R\$ 350,00 a R\$ 700,00), sendo este também o número apontados por estudos realizados em outras regiões do país por Leite, Sparovek e Heredia et al entre outros. Observa-se também um número reduzido de famílias assentadas (19%) que recebem menos de um salário mínimo, resultado direto da não diversificação da produção da qual falaremos adiante. Por outro lado, observamos que 11% das famílias entrevistadas recebem de R\$ 700,00 a R\$ 1.400,00 mês (2 a 4 salários mínimos), um outro grupo menor de 5% recebem de R\$ 1.400,00 a R\$ 1.750,00 (4 a 5 salários mínimos) e por último apenas 3 famílias declararam receber uma renda superior a 5 salários mínimos.

O quadro 24 nos auxilia a fazer uma comparação entre a renda das famílias assentadas e a população dos municípios estudados:

Quadro – 24 – Renda média da população empregada nos municípios pesquisados

	Estado de São Paulo	Região do Pontal	Presidente Epitácio	Caiuá	Piquerobi
Renda média	1.202,95	770,93	562,96	548,27	578,38
Renda com empregos agropecuários	529,87	434,76	434,55	426,83	465,17

Fonte: Seade: censo IBGE 2003

O salário mínimo vigente em 2003 (ano da pesquisa mencionada acima), segundo Lei nº 10699 de 09/07/2003 era de R\$ 240,00, a partir disto podemos afirmar que em nenhum dos três municípios estudados a renda média com empregos agropecuários ultrapassou 2 salários mínimos (R\$ 480,00). E a renda média da população variou entre 2 e 3 salários mínimos

A partir destes dados, podemos afirmar que a renda da família assentada está acima da renda média nos municípios estudados principalmente quando verificamos outras fontes disponíveis de geração de renda que a família passa a ter acesso quando retorna, recupera ou adquire um meio de produção potencial que é a terra.

Observa-se que as famílias que recebem uma renda maior possuem dois fatores determinantes: complementam a produção no lote com aposentadorias, pensões e trabalhos externos de membros da família ou diversificam a produção do lote.

A diversificação da produção constitui um instrumento poderoso na resistência contra a exploração e a expropriação da terra, tanto para garantir a produção de autoconsumo, quanto para venda. Observamos que 80% das famílias entrevistadas criam galinha, 44% criam suínos e em menor escala desenvolvem algum tipo de atividade agrícola dentro do lote.

Sobre a produção de aves constatamos que a maioria dos assentados, possui aproximadamente de 10 a 60 cabeças de aves, o destino da produção de ovos e da carne de frango é bastante variável. De toda produção de ovos (de 30 a 120 dúzias) 71% dos entrevistados declararam que vão para o consumo do núcleo doméstico. Com relação à carne de frango, cuja produção semanal passa de 10 kg o destino em 56% dos casos é o consumo. Com relação à criação de suínos observamos que 44% dos assentados possuem de 1 a 5 porcos, desta criação apenas 9% dos assentados criam para venda, o restante é voltado para o consumo em forma de carne e de banha, o abate deste animais é mais freqüente em festas de final de ano.

Com relação à agricultura vários depoimentos revelam um estágio de verdadeiro descontentamento com este tipo de produção:

“Quando morava na cidade e arrendava terra para plantar eu não tinha um lugar certo para investir e agora eu tenho, mas a agricultura mudou muito. Para o futuro quero conseguir estudar os meus filhos para que eles tenham mais oportunidades, **antes eu pensava que agricultura era o meu futuro**, mas hoje eu percebo se tivesse estudado teria mais oportunidades e conhecimento. **Há dez anos atrás eu fazia planos com os ganhos da roça, mas agora isso é impossível**”.

(José Hamilton, Vereador em Piquerobi - Assentamento Santo Antônio da Lagoa)

Percebe-se que além das intempéries a que a produção agrícola está sujeita, as políticas agrícolas praticamente inexistem e vários são os obstáculos encontrados pelos agricultores, assentados ou sitiantes, para plantar, colher e principalmente comercializar. Em atividade de Formação e Capacitação sobre comercialização da produção, realizada pela Fundação ITESP (2005/2006) com assentados na região do Pontal do Paranapanema foi possível extrair das falas dos participantes o seguinte resumo das dificuldades de comercialização encontrada pelos produtores:

- Formação de cartéis por parte dos compradores da produção;
- Insumos muito caros;

- Não existe preocupação municipal no sentido de facilitar a comercialização dos produtos dos pequenos dentro do Município;
 - Perde-se o excedente;
 - Os produtores não se organizam para tentar a venda comunitária bem como a compra de insumos;
 - É o comprador que estipula o preço dos produtos dos assentados, geralmente abaixo do custo de produção;
 - Concorrência desigual com produtores maiores (marcas famosas);
 - Nos mercados consumidores impera a "lei do prejuízo zero" no qual a perda é sempre do produtor;
 - Impossibilidade negociar preços;
 - Necessidade de retomar as feiras livres onde elas não existem;
 - Falta agregar valor e qualidade aos produtos através da agroindústria, do melhoramento da aparência dos produtos, embalagem, rotulagem;
 - Qualidade ruim das vias de escoamento;
 - Compradores organizados e produtores desorganizados;
 - Marketing ruim dos produtos dos assentamentos (problema social, cultural e da mídia);
 - Distância dos centros comerciais prejudica principalmente a produção de horticultura;
 - Necessidade de garantia de preços mínimos;
 - Comodismo do produtor;
 - Falta de união;
 - Dificuldade para formar e trabalhar em grupos organizados;
 - Produtor aceita as condições do comprador (o algodão não é mais classificado na roça e sim no barracão do comprador) relação desigual;
- (Anotação de exposição oral de vários produtores assentados – Pontal do Paranapanema – 2005/2006)

Um dos comerciantes que trabalha diretamente com os assentados faz uma síntese de todo este dilema:

"Fico vendo os assentados, tem muita gente trabalhadora, precisa de um planejamento melhor e de acompanhamento técnico na produção e na comercialização dos produtos, faltam políticas agrícolas e agrárias. Nós ajudamos como podemos, comercializamos as sementes deles, fazemos acompanhamento. Muitas vezes, bancamos produtos com eles que não precisaríamos. Fazemos permutas, pegamos sementes em troca de ferramentas. Já cheguei financiar produção deles, mas pensa bem....Parei de investir em roça para não correr risco, como vou correr risco com os assentados que pedem ajuda? Não dá!"

(José Garcia, Comerciante no Município de Piqueroibi - 02/10/2006)

Por todas estas dificuldades, e pela opção regional pela pecuária leiteira a produção agrícola nos assentamentos do Pontal do Paranapanema é baixa. O quadro 25, aponta as principais culturas presentes nos assentamentos dos municípios pesquisados.

Quadro 25 – Produção Agrícola nos assentamentos

CULTURA	INCIDÊNCIA
mandioca	19%
Milho	14%
Feijão	13%
Pomar para consumo	13%
Cana- de - açúcar	12%
Horta para consumo	7%
Capim para venda	4%
Eucalipto	3%
Quiabo	2%
Algodão	2%
Pepino	1%
Horta para venda e para consumo	1%

Fonte: trabalho de campo 2005/2006

Percebe-se o destaque para cultura da mandioca, que segundo pesquisa realizada pelo Instituto de Economia Agrícola, o IEA (2004), mostra que a extensão das culturas de mandioca para a indústria quase dobrou nos últimos três anos. No assentamento ela finda sendo uma atividade rentável justificada também por ser considerada como uma alternativa de menor risco. A raiz não precisa ser colhida imediatamente ao completar seu ciclo vegetativo, que varia de um ano a dezoito meses. Assim, o agricultor pode controlar a colheita de acordo com a valorização do produto no mercado e com as condições climáticas. O produtor também tem a alternativa de colher a raiz, industrializar e estocar a farinha por mais de três anos sem perder a qualidade. Outra vantagem está na simplicidade do cultivo da mandioca. O solo não precisa ser adubado e dispensa o uso de agrotóxico.

Em segundo lugar aparece a produção do milho com 14% de casos, que tanto é desenvolvido com intuito comercial quanto para abastecimento do núcleo familiar e a alimentação de animais. Em seguida vem a produção do feijão com 13% dos casos que também é destinado à venda e ao consumo. Neste processo percebemos uma série de relações e lógicas somente possíveis entre economias familiares, que é a prática de troca de gêneros alimentícios entre os produtores seguindo a racionalidade camponesa.

As linhas de crédito disponíveis para os assentados também limita a opção pela cultura a ser plantada, uma vez que estabelece linhas de cultura que podem ou não ser financiadas. Estes créditos podem ser tirados todo ano, no entanto a

condição básica para ter acesso a ele é estar em dia com as prestações de financiamentos anteriores.

A presença da cana - de- açúcar se deve à composição da capineira para o gado, de modo que todos assentados envolvidos com a pecuária leiteira mantém este tipo de cultivo no lote. Analisando ainda o Quadro 25 percebemos também a preocupação com o cultivo exclusivo de culturas para autoconsumo, como pomares e hortas. Todos estes itens somados à produção de carne, leite, ovos e seus derivados, constituem a base da alimentação do núcleo doméstico. Uma pesquisa realizada em 2003 pelo Centro Universitário de Araraquara, juntamente com a Fundação ITESP, revela que em

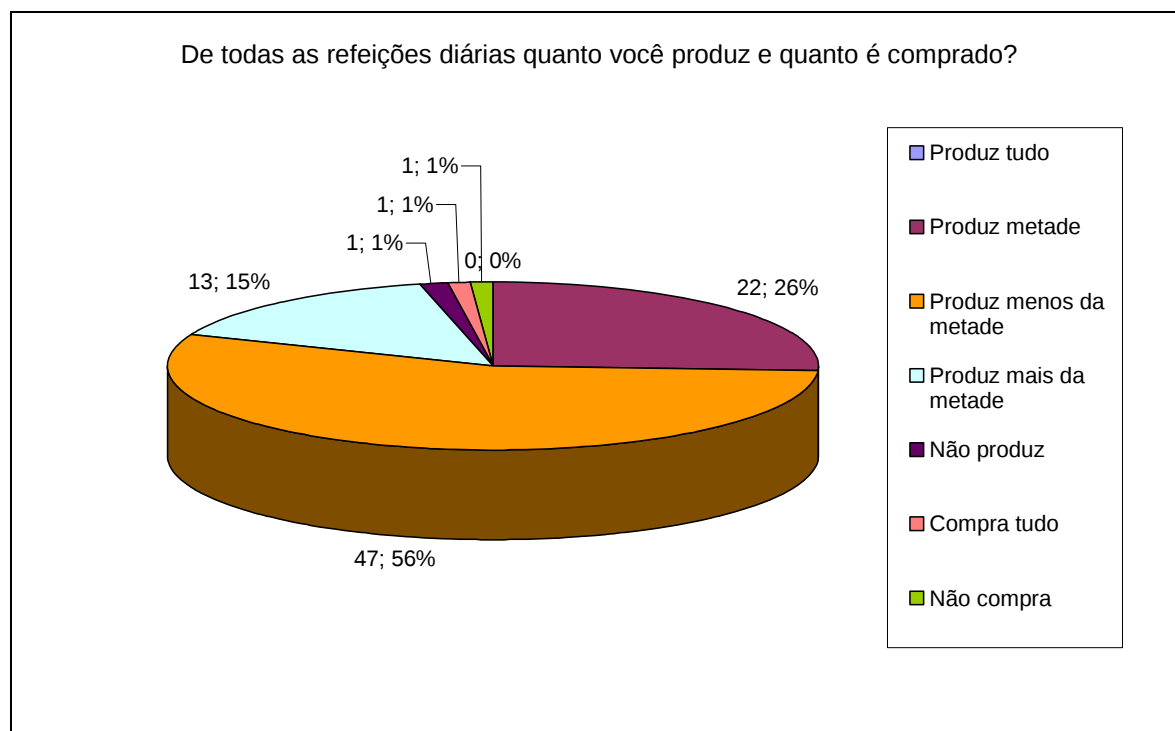
100% dos lotes dos assentamentos rurais, por pequena que seja, em alguns casos, existem a produção de alimentos para consumo, de modo que a produção para autoconsumo não é apenas uma atividade secundária para as famílias assentadas, mas uma modalidade fundamental para a sobrevivência, ao lado da comercialização dos produtos agrícolas. (Santos et al, 2003)

Observamos, no entanto, que as famílias nem sempre tem clara a importância desta produção sendo *“natural que, dispondo de meios de produção, mesmo que em condições precárias e insuficientes, o camponês procure, antes de mais nada, assegurar o consumo alimentar da família”*. (Carvalho, 2005: p. 40). De modo que quando questionados sobre a quantidade de produtos comprados e os produzidos que fazem parte das refeições diárias da família, muitos não consideravam o consumo de leite, embora 64% dos entrevistados consumam de 1 a 2 litros diariamente. Não costumam considerar também a produção de ovos e carnes da qual falamos anteriormente e a produção da horta e dos pomares. A tendência era responder que compravam tudo, depois refletindo sobre nossas indagações constatavam que estavam se referindo à compra de mês feita nos mercados da qual grande maioria são produtos de higiene, limpeza e alguns alimentos.

Assim, chegamos aos resultados apresentados no Gráfico 16. A maioria dos entrevistados, 56% respondeu que produz menos da metade de tudo o que é consumido na alimentação familiar. 26% afirmaram que produz pelo menos metade dos alimentos consumidos, ponderando que a compra de carnes, leite, ovos, algumas frutas, alguns legumes e grãos, principalmente milho e feijão, não são comprados. 15% declararam comprar mais do que o que é produzido, 2% assumiram que não produzem e compram tudo, 1% que não compra e ninguém respondeu que produz tudo.

Concluimos que 82% dos entrevistados retiram da produção no lote parte importante de sua alimentação diária, a outra parte de sua alimentação é comprada nos supermercados dos municípios no qual estão implantados os assentamentos e também em outros mercados da região.

Gráfico 16 - Produção para autoconsumo



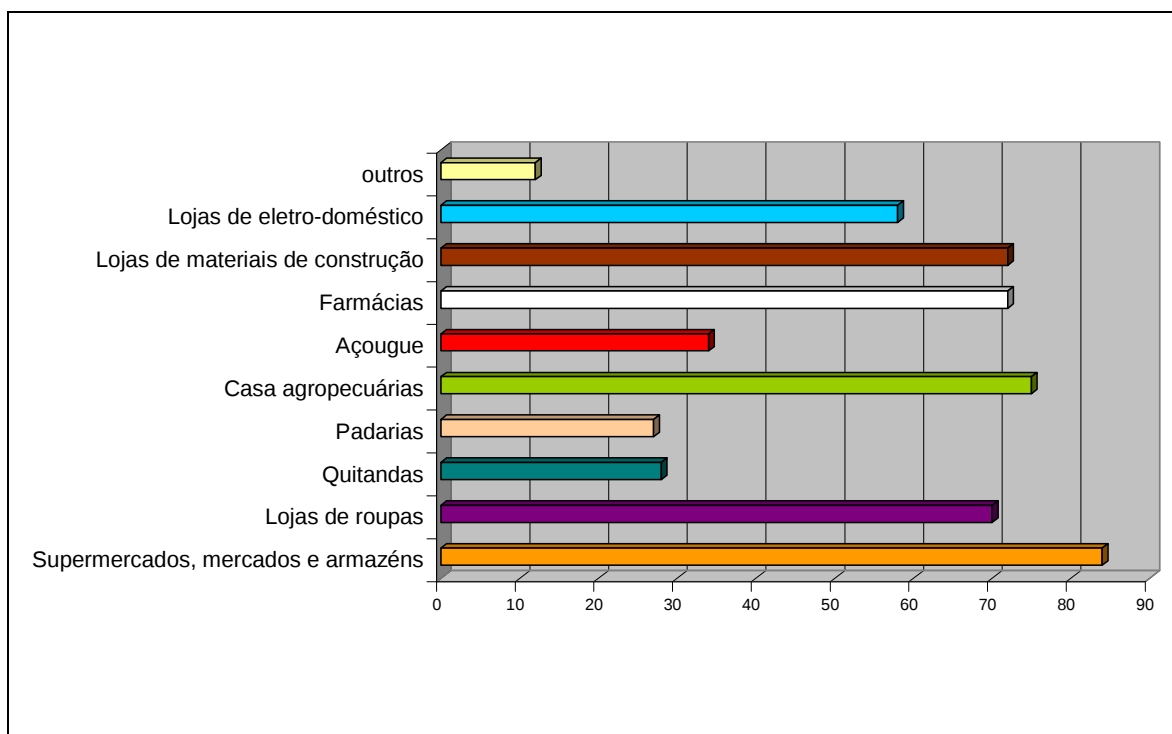
Fonte: Trabalho de Campo, 2005/2006

Neste caso, os impactos socioterritoriais dos assentamentos são fortemente absorvidos no comércio local e regional, nos quais os assentados compram embora, grande parte da população principalmente a urbana, não têm uma percepção mais precisa disto. Daí afirmarmos que as políticas de implantação de assentamentos rurais promovem o desenvolvimento regional à medida que proporciona o crescimento de outros setores da economia e a melhoria na qualidade da alimentação das famílias que tiveram acesso a terra, dependendo neste caso, do empenho pessoal de cada uma das famílias assentadas.

7.2.2 – Impacto dos assentamentos no comércio local e regional

O Gráfico 17 revela o tipo de estabelecimento nos quais os assentados mais compram:

Gráfico 17 – Tipo de estabelecimentos comerciais impactados pelos assentamentos



Fonte: Trabalho de Campo, 2005/2006

Observamos que 100% dos entrevistados fazem compras regularmente em supermercados, 88% compram em Casas de produtos Agropecuários existentes nos laticínios e também espalhados pela cidade e região, 85% gastam em farmácias e em lojas de materiais de construção, 82% compram em lojas de roupas, 68% adquirem com frequência produtos em lojas de móveis e eletrodomésticos. Mesmo em menor quantidade, 40% dos assentados gastam em açougues, 33% compram em quitandas e 32% em padarias.

O Quadro 26 mostra a **amplitude e a escala do impacto econômico dos assentamentos na região**. Neste Quadro identificamos os principais estabelecimentos comerciais apontados nas pesquisas realizadas nos

assentamentos dos três municípios: Presidente Epitácio, Caiuá e Piquerobi. O termo adesão significa o número de vezes que o estabelecimento foi citado na pesquisa.

Quadro 26 - Estabelecimentos Comerciais Apontados nas Pesquisas de Campo

ESTABELECIMENTOS COMÉRCIAIS APONTADOS NAS PESQUISAS DE CAMPO FEITA NOS ASSENTAMENTOS DE EPITÁCIO			
Município	Estabelecimento	Classificação	Adesão
Presidente Venceslau	Cassul	Casa Agropecuária	1
Presidente Venceslau	Maquiama	Casa Agropecuária	1
Presidente Epitácio	Agrorural	agropecuária	2
Presidente Epitácio	Agroverde	Casa Agropecuária	22
Presidente Epitácio	AO	supermercado	1
Presidente Epitácio	Ao Barulho	roupas	4
Presidente Epitácio	Botafogo	Roupas	3
Presidente Epitácio	Casa da Construção	Materiais de const.	5
Presidente Epitácio	Casa das tintas	Materiais construção	1
Presidente Epitácio	Casa do Produtor	agopecuária	10
Presidente Epitácio	Casas Bahia	eletrodoméstico	2
Presidente Epitácio	Central Supermercado	supermercado	8
Presidente Epitácio	Claudinei Móveis	eletrodoméstico	3
Presidente Epitácio	Constrular	Materiais para const.	1
Presidente Epitácio	Droga Rio	farmácia	3
Presidente Epitácio	Farmácia Santa Rita	Farmácia	4
Presidente Epitácio	Farmácia São Paulo	farmácia	2
Presidente Epitácio	Farmais	farmácia	8
Presidente Epitácio	Farmácia Progresso	farmácia	1
Presidente Epitácio	Karazawa	roupas	3
Presidente Epitácio	Laticínios Jóia	laticínio	13
Presidente Epitácio	Loja da fabrica	roupas	1
Presidente Epitácio	MagazineLuiza	eletrodomestico	4
Presidente Epitácio	Madeiraira Estância	Mat. const.	1
Presidente Epitácio	Neto	supermercado	15
Presidente Epitácio	Omote	supermercado	5
Presidente Epitácio	Padaria do Porto	padaria	2
Presidente Epitácio	Pat bum	roupas	1
Presidente Epitácio	Pernambucana	roupas	9
Presidente Epitácio	Ponto Certo	eletrodoméstico	6
Presidente Epitácio	Romeira	Eleto doméstico	3
Presidente Epitácio	Santa Maria	Laticínio	1
Presidente Epitácio	Tonicão	Materiais de construção	10
Presidente Epitácio	Yoshio	Farmácia	2
Presidente Prudente	Líder	Laticínio	6
Presidente Prudente	Torra-torra	roupas	1
Presidente Prudente	Tanger	Roupas	2
ESTABELECIMENTOS COMÉRCIAIS APONTADOS NAS PESQUISAS DE CAMPO FEITA NOS ASSENTAMENTOS DE CAIUÁ			
Município	Estabelecimento	Classificação	Adesão
Presidente Venceslau	Terra verde	Casa agropecuária	4

Presidente Venceslau	Agrofértil	Casa agropecuária	2
Presidente Venceslau	Aliança	Casa agropecuária	1
Presidente Venceslau	Casa do Pecuarista	Casa Agropecuária	2
Presidente Venceslau	Cassul	Casa Agropecuária	4
Presidente Venceslau	Maquiama	Casa Agropecuária	1
Presidente Venceslau	Maricawa	Casa Agropecuária	3
Presidente Venceslau	Coopal	Cooperativa	8
Presidente Venceslau	Ponto Certo	Eletro-doméstico	6
Presidente Venceslau	Magazine Luiza	Eletro-doméstico	7
Presidente Venceslau	A vantajosa	Eletro-doméstico	2
Presidente Venceslau	Drogaria Aliança	farmácia	4
Presidente Venceslau	Farmácia Confiança	farmácia	6
Presidente Venceslau	Farmácia São Paulo	farmácia	2
Presidente Venceslau	Farmácia Vitória	farmácia	1
Presidente Venceslau	Farmais	farmácia	6
Presidente Venceslau	Jussara	Farmácia	1
Presidente Venceslau	Murua	Loja de mat. const.	12
Presidente Venceslau	Depósito Presidente	Loja de mat. const.	3
Presidente Venceslau	Oficina de Pães	padaria	1
Presidente Venceslau	Quitanda do Mario	Quitanda	1
Presidente Venceslau	Karazawa	roupas	1
Presidente Venceslau	A Cirandinha	roupas	4
Presidente Venceslau	Ao Barulho	roupas	2
Presidente Venceslau	Botafogo	roupas	4
Presidente Venceslau	Toledo	roupas	1
Presidente Venceslau	Sup. Jardim	Supermercado	4
Presidente Venceslau	Bom Preço/ Smart 1	Supermercado	12
Presidente Venceslau	Pinheirão	supermercado	1
Presidente Venceslau	Pires Supermercado	Supermercado	5
Presidente Eptácio	Agrofranco	Casa Agropecuária	2
Presidente Eptácio	Agroverde	Casa Agropecuária	9
Presidente Eptácio	Casa do Produtor	Casa Agropecuária	4
Presidente Eptácio	Makiama	Casa Agropecuária	3
Presidente Eptácio	BJ Santos	Eletro doméstico	1
Presidente Eptácio	Casas Bahia	eletrodoméstico	4
Presidente Eptácio	Claudinei Móveis	Eletrodoméstico	3
Presidente Eptácio	MagazineLuiza	Eletrodoméstico	3
Presidente Eptácio	Ponto Certo	eletrodoméstico	1
Presidente Eptácio	Romeira	eletrodoméstico	2
Presidente Eptácio	Farmácia São Paulo	farmácia	4
Presidente Eptácio	Farmais	farmácia	3
Presidente Eptácio	Oshio	Farmácia	1
Presidente Eptácio	Pluri farma	farmácia	1
Presidente Eptácio	Laticínios Jóia	laticínio	8
Presidente Eptácio	Santa Maria	Laticínio	2
Presidente Eptácio	Preço Bom	Materiais construção	1
Presidente Eptácio	Constrular	Materiais de const.	1
Presidente Eptácio	Tonicão	Materiais de construção	9
Presidente Eptácio	Novo Lar	Materiais para const.	1
Presidente Eptácio	Ki-pão	padaria	1
Presidente Eptácio	Quitanda RM	quitanda	1
Presidente Eptácio	Ao Barulho	roupas	5
Presidente Eptácio	Ideal	roupas	1
Presidente Eptácio	Loja Primavera	roupas	1
Presidente Eptácio	Pernambucana	roupas	3
Presidente Eptácio	Beira Rio	supermercado	2
Presidente Eptácio	Casas Rio Branco	supermercado	1

Presidente Epitácio	Central Supermercado	supermercado	2
Presidente Epitácio	Nakata	supermercado	2
Presidente Epitácio	Neto	supermercado	11
Presidente Epitácio	AO Supermercado	supermercado	1
Presidente Epitácio	Omote	supermercado	3
Presidente Epitácio	Redes Smart	supermercado	1
Presidente Epitácio / Campinal	Casa do Produtor	Casa Agropecuária	3
Presidente Epitácio/ Campinal	Padaria Agrovila III	padaria	1
Piquerobi	Agropecuária Oeste Paulista	Casa Agropecuária	7
Piquerobi	Laticínios Oeste Paulista	Laticínio	5
Presidente Prudente	Torra-Torra	roupas	3
Presidente Prudente	Várias lojas	roupas	1
Presidente Prudente	Líder	laticínio	3
Tupi Paulista	Craque Tupi	Laticínio	04
Ouro Verde	Depósito Central	Materiais de Construção	03
Ouro Verde	Milk Sabor	Laticínio	1
Porto XV	Refricon	agropecuária	1
Bataguassu	Brazamid	Cerealista	02
ESTABELECIMENTOS COMÉRCIAIS APONTADOS NAS PESQUISAS DE CAMPO FEITA NOS ASSENTAMENTOS DE PIQUEROBI			
Município	Estabelecimento	Classificação	Adesão
Piquerobi	Mercearia Jardim	Mercearia	02
Piquerobi	Casa São Paulo	Mercearia	01
Piquerobi	Farma Pri	Farmácia	05
Piquerobi	Supermercado Piquerobiense	Supermercado	02
Piquerobi	Construbi	Materiais de construção	07
Piquerobi	Laticínios Oeste Paulista	Laticínio	09
Piquerobi	Agropecuária Oeste Paulista	Casa Agropecuária	05
Piquerobi	Açougue Cássio	Açougue	01
Piquerobi	Sementes Gárcia	Casa Agropecuária	02
Piquerobi	Bazar da Terezinha	Roupas e Armarinhos	01
Piquerobi	Bazar São Pedro	Roupas e Armarinhos	01
Santo Anastácio	Facholli	Supermercado	07
Santo Anastácio	Ulian	Supermercado	04
Santo Anastácio	Casa São Luis	Roupas e Armarinhos	01
Santo Anastácio	Ao Barulho	Roupas e Armarinhos	03
Santo Anastácio	Do Lar	Eletro-doméstico	05
Santo Anastácio	Tetilla	Eletro-doméstico	03
Santo Anastácio	Anasfarma	Farmácia	01
Santo Anastácio	Agrossolo	Casa Agropecuária	02
Santo Anastácio	Caiçara	Casa Agropecuária	02
Santo Anastácio	Lojas Pavão	Eletro-doméstico	02
Santo Anastácio	A Vantajosa	Eletro-doméstico	01
Santo Anastácio	Selegan	Cerealista	01
Presidente Venceslau	Minersal	Casa Agropecuária	01
Presidente Venceslau	Bom Preço	Supermercado	01
Presidente Venceslau	Maricawa	Casa Agropecuária	01
Presidente Venceslau	Cassul	Casa Agropecuária	02
Presidente Venceslau	Brasimac	Eletrodoméstico	02
Tupi Paulista	Craque Tupi	Laticínio	04
Ouro Verde	Depósito Central	Materiais de Construção	03

Bataguassu	Brazamid	Cerealista	02
Presidente Prudente	Pernambucas	roupas	01

Fonte: Trabalho de Campo, 2005/ 2006

Observando o Quadro 26, constatamos o desenvolvimento de relações bastante distintas entre os locais de compra de preferência das famílias assentadas. Os assentados do município de Presidente Epitácio, não sentem a necessidade de deixarem a sede do município para fazerem compras em outras cidades da região. Os motivos já foram expostos anteriormente quando caracterizamos cada município pesquisado. Presidente Epitácio finda sendo um sub-polo regional atraindo populações dos municípios vizinhos e até mesmo do Estado do Mato Grosso do Sul e possui um comércio bem dinâmico, com várias lojas e estabelecimentos de prestação de serviços como Bancos, Cartórios, Clínicas, Faculdades, Colégios, etc.

Na pesquisa realizada, os assentados do município de Presidente Epitácio apontaram 32 estabelecimentos preferenciais de compra, conforme síntese no Quadro 27 abaixo, e os assentados do município de Caiuá apontaram 36 estabelecimentos de compra em Presidente Epitácio. Observa-se que embora os assentados do Município de Presidente Epitácio citaram um número menor de estabelecimentos de compra, não o fazem em outras localidades.

Por outro lado, nenhum dos assentados do município de Caiuá compra no próprio município, por uma série de fatores: o comércio de Caiuá não é dinâmico, possui poucas lojas e quase nenhum estabelecimento de prestação de serviços, o acesso também é restrito, conforme entrevista com assentados, para se chegar à sede do município é necessário tomar um ônibus até Presidente Venceslau e de lá pegar outro para Caiuá. Em contraponto para se chegar até Presidente Venceslau e Presidente Epitácio existem duas linhas de ônibus distintas, a Empresa de Transportes Andorinha, que faz o transporte até Venceslau e a Empresa Áurea que faz o transporte até Presidente Epitácio. Nos dois casos os ônibus são disponibilizados três vezes por dia, ida e volta. Os relatos abaixo justificam o não aparecimento do nome do município entre os locais de compra dos assentados.

“Caiuá? Eu nem vou lá, só fui para registrar o nenê, não tem acesso, não tem ônibus para lá. Aqui passa o Andorinha que vai para Venceslau e o Áurea que vai para Epitácio”
(Marcos da Silva, 27 - Assentamento Luis de Moraes Neto – Caiuá – julho 2006)

“Caiuá? Só fui uma vez buscar uma carta no correio. Não tem acesso. Para Epitácio tem ônibus em três horários, ida e volta...”
(Marileuza B. Nunes, 42 anos, Assentamento Luiz de Moraes Neto – Caiuá- julho, 2006)

Quadro 27 – Síntese dos estabelecimentos de compra apontados nos assentamentos em cada município

Número de estabelecimentos de compra apontados em cada município			
Municípios de compra	Nº. de Indicação dos assentados Pres. Epitácio	Nº. de Indicações dos assentados Caiuá	Nº. de Indicações dos assentados Piquerobi
Presidente Epitácio	32	36	0
Presidente Venceslau	03	30	05
Pres. Prudente	03	03	01
Piquerobi	0	02	11
Tupi Paulista	0	01	01
Ouro Verde	0	01	01
Porto XV (MS)	0	01	0
Bataguassu (MS)	0	01	01
Santo Anastácio	0	0	12

Fonte: Trabalho de Campo, 2005/2006

Observamos que é muito complexo dimensionar o tamanho do impacto dos assentamentos no comércio local e regional, vários devem ser os elementos analisados, distância, acesso, tipo de produto buscado, presença de trabalhos diferenciados, comércio dinâmico, costume ou hábito de compra, etc. **Em Caiuá, por exemplo, os impactos da dimensão econômica não atingem diretamente a sede do município, no entanto é neste município que estão localizadas mais de 334 famílias que irradiam os ganhos de seu trabalho para vários municípios.** Com maior intensidade vão impactar os municípios de Presidente Epitácio e Presidente Venceslau quase na mesma proporção. Em proporção menor impacta os municípios de Presidente Prudente (compra de roupas), Piquerobi (Laticínio e produtos agropecuários), Tupi Paulista (Laticínio), Ouro Verde (materiais de Construção e Laticínio), Porto XV e Bataguassú no Mato Grosso do Sul. **Quanto menor o município no quais os assentamentos estão localizados e a falta de acessibilidade a sua sede administrativa, maior a irradiação do impacto, como podemos comprovar no caso do município de Caiuá.**

No Município de Piquerobi também existem particularidades que devem ser levantadas, os assentados deste município irão impactar fortemente o comércio de

Santo Anastácio, sendo este um município que não possui nenhum assentamento rural, do qual poderia se pensar que os assentamentos em nada poderiam interferir na dinâmica do comércio local. Através desta pesquisa comprovamos que o comércio de Santo Anastácio recebe diariamente assentados dos municípios que lhe são circunscrito, são eles: Piquerobi, Ribeirão dos Índios e Mirante do Paranapanema.

Um dos fatores que mais atrai os assentados que finda investindo no comércio desta cidade é o fato de ai estar localizada a agência do Banco do Brasil, a partir da qual os assentados recebem seus créditos, negociam suas dividas e tomam novos empréstimos. Durante entrevistas realizadas no comércio desta cidade, diferentemente do que havíamos pensado, **alguns comerciantes, principalmente os que lidam com supermercados e produtos agropecuários tem bem clara a importância deste cliente assentado, desenvolvendo inclusive serviços especiais**, como transporte em dia de compra e entrega de mercadorias nos assentamentos semanalmente.

Os assentados do município de Piquerobi, diferentemente dos de Caiuá, freqüentam muito a sede do município e também gastam no comércio local. E possuem a opção de fazerem as compras maiores e mais caras em municípios como Santo Anastácio e Presidente Venceslau onde existe mais concorrência entre os comerciantes e o preço dos produtos findam sendo um pouco menores que em cidades pequenas como é o caso de Piquerobi.

Na pesquisa realizada no comércio de Presidente Epitácio, Piquerobi e Santo Anastácio verificamos que 66% dos estabelecimentos nos quais os assentados compram são anterior ao surgimento dos assentamentos, ou seja, foram inaugurados até 1996, 17% abriram durante a implantação dos assentamentos (entre 1997 e 2000) e o mesmo percentual (17%) são recentes, foram inaugurados entre 2000 e 2005.

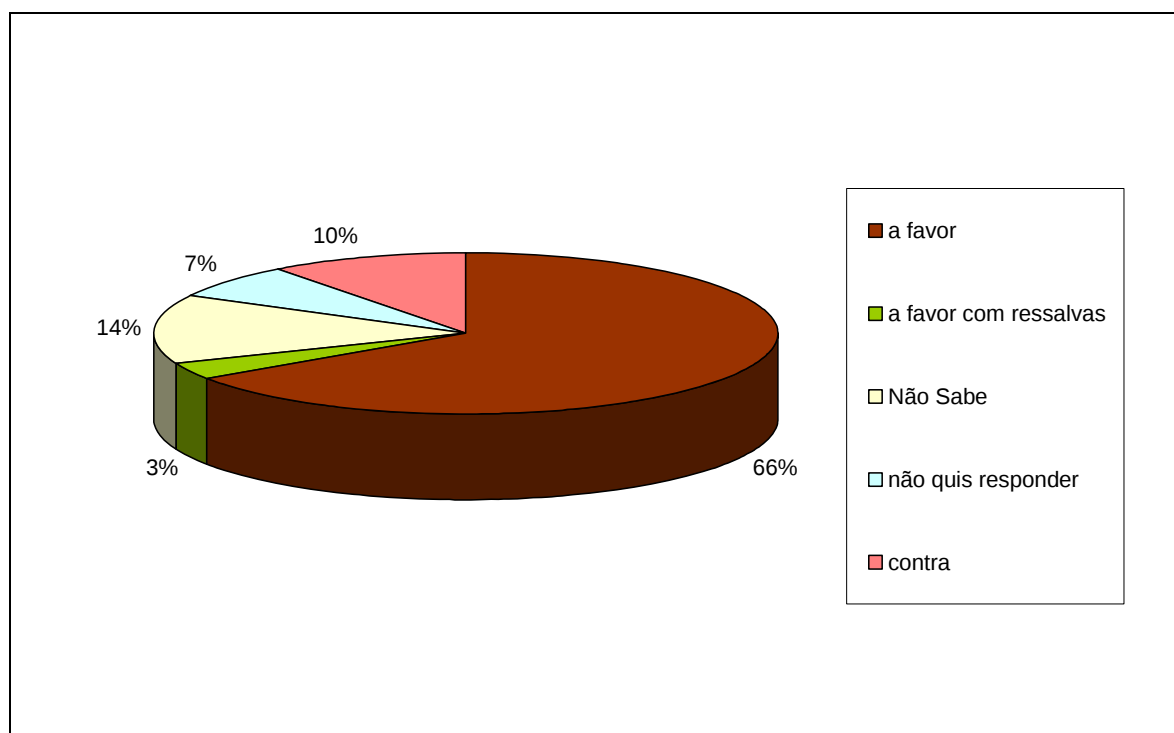
Claro que várias são as causas que levam um estabelecimento abrir e fechar suas portas, no entanto, quando questionados sobre **a influência dos assentamentos na abertura do estabelecimento comercial 14% dos entrevistados responderam que houve influencia, principalmente nas lojas de produtos agropecuários**. Quando questionamos se a presença dos assentamentos no município e na região contribuiu para o aumento de estabelecimentos comerciais 55% das pessoas acham que não, no entanto, 31% acham que sim justificando que

existe o aumento dos clientes e a procura por novos tipos de serviços. Para 45% das pessoas está claro que em alguns municípios aumenta em muito o movimento de pessoas no comércio, 28% acha que não e 27% não sabe ou nunca haviam pensado nisto.

Mesmo reconhecendo que no contexto atual, existe um grande número de pessoas desempregadas, 45% dos entrevistados acreditam que com a implantação dos assentamentos aumentaram os postos de trabalho no campo. Nas cidades menores, mencionam que conheciam famílias que eram bóias frias que estariam desempregadas hoje dado a diminuição drástica no cultivo de lavouras geradoras de mão de obra. Por outro lado 31% dos entrevistados acham que o desemprego só tem aumentado e 24% das pessoas não souberam ou não quiseram responder.

Para 28% dos entrevistados a implantação dos assentamentos melhorou seu ramo de atividade, para 72% não houve alteração nenhuma, ou se houve não perceberam. De modo geral boa parte dos comerciantes, embora alguns apresente restrições com relação à forma como foram implantados os assentamentos, são a favor da Reforma agrária como mostra o Gráfico 18 abaixo.

Gráfico 18 – Opinião dos comerciantes sobre a Reforma Agrária



Fonte: Trabalho de Campo, 2006

Observamos que 10% dos 29 comerciantes entrevistados se manifestaram terminantemente contra a Reforma Agrária, 14% ficou entre os que não sabem ou não quiseram se manifestar a respeito. No entanto a maioria, 66%, se manifestou a favor da reforma agrária e 3% se manifestaram a favor, mas com ressalvas.

“Sou a favor desde que não *invada* propriedades documentadas. A Reforma Agrária deve ser séria” (Comerciante de Santo Anastácio, 02/10/2006).

“Às vezes sou contra, às vezes a favor. Quando as famílias que são assentadas são trabalhadoras sou a favor, mas alguns não são. Quem recebeu a terra de herança e trabalhou nela, não é certo perder” (Comerciante de Presidente Epitácio, 20/10/2006)

“Sou a favor para que haja uma distribuição de renda justa” (Comerciante de Piquerobi, 02/10/2006)

Muitas são as concepções que se tem a respeito da Reforma Agrária como pudemos ver nestas três frases acima, na atualidade é muito raro encontrar alguém que se manifeste frontalmente contra a Reforma Agrária. José Gomes da Silva em 1971 quando escreveu “A reforma agrária no Brasil” já alertava que

(...) se a dúvida está presente nos meios científicos, o que dizer da confusão que prevalece na arena política e nos círculos leigos, em que os interesses dos participantes quase sempre se sobrepõem à verdade dos fatos? (GOMES DA SILVA, 1971, p. 15)

E é dele uma das melhores definições de Reforma Agrária que conhecemos:

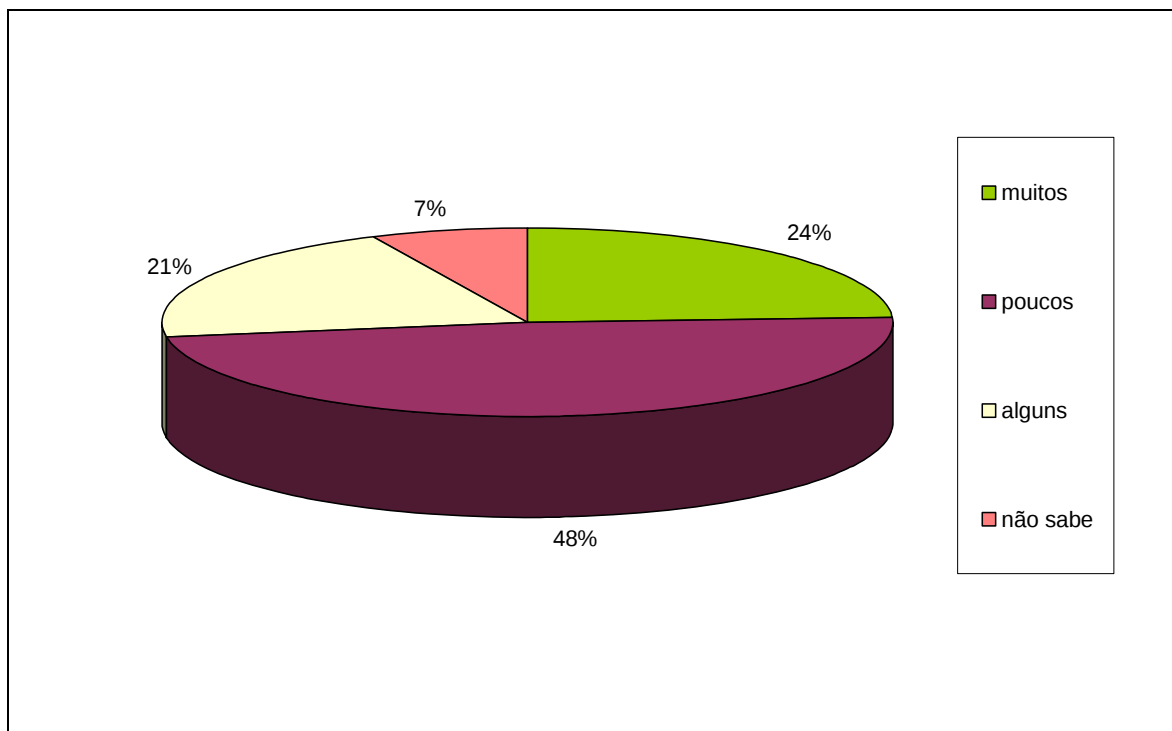
Reforma agrária é o processo amplo, imediato e drástico de redistribuição de direitos sobre a propriedade privada da terra agrícola, promovido pelo governo, com a ativa participação dos próprios camponeses e objetivando sua promoção humana, social, econômica e política. (GOMES DA SILVA, 1971, p. 37-38)

Dentro deste conceito ele ressalta que a reforma agrária é um processo de transformação que precisa ser amplo e englobar todos aqueles que desejam produzir na terra, deve ser rápida para atender aqueles que estão lutando por ela. A partir desta reforma espera-se que o latifúndio improdutivo seja distribuído e transformado, que se mude o regime de posse e a forma com que se produz.

Assim, muito dos equívocos a respeito dos assentamentos rurais deve-se ao fato deles não constituem a essência da reforma agrária. Distribui-se terra e com ela possibilidades de desenvolvimento, mas por não ser massiva e abrangente, coloca o camponês de volta num sistema que já o expropriou e o expulsou da terra, daí a atualidade da reforma agrária e da transformação do atual modelo de produção.

A maioria dos entrevistados (71%) já conheceu ou já esteve em um assentamento rural. Quando questionados se possuem fregueses que são assentados as respostas estão sintetizadas no Gráfico 19:

Gráfico 19 - Quantidade de fregueses assentados



Fonte: Trabalho de Campo, 2006

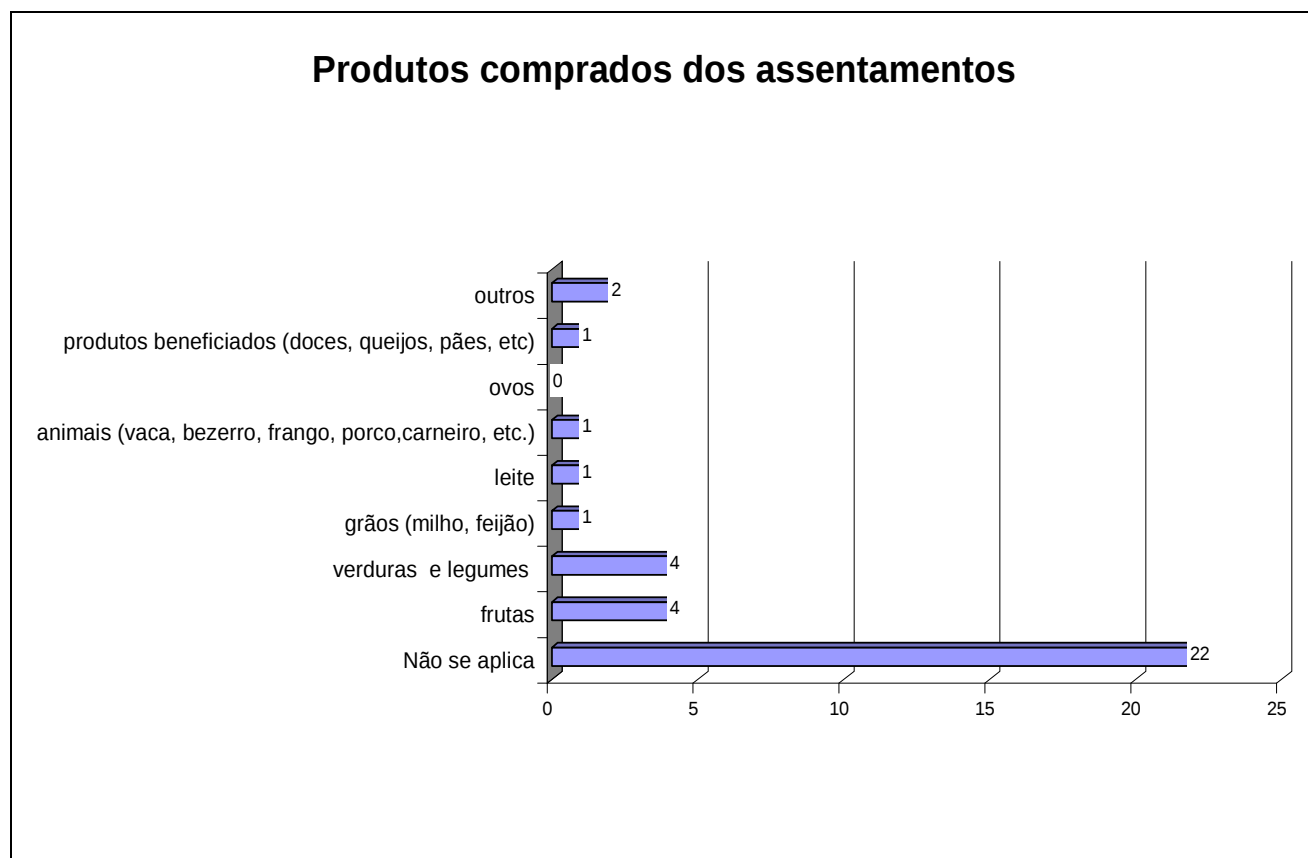
Verifica-se que 69% dos comerciantes avaliam que possuem poucos ou alguns clientes assentados, já 24% acham que tem muitos, 7% não soube ou não quis responder. Notamos que dependendo do tamanho do estabelecimento e do ramo se conhecia muito bem o cliente assentado, assim em lojas menores de eletrodomésticos, em mercados e lojas de produtos agropecuários sempre se apontava que possuía muitos clientes assentados.

No entanto, notamos que a forma utilizada para identificar o cliente assentado era bastante limitada, uma vez que 44% dos comerciantes só identificam o assentado se ele necessitar fazer um crediário, pelo cadastro e o endereço, 43% responderam que os assentados são conhecidos, fato que só pode ser aplicado de imediato no município de Piquerobi e 13% dos comerciantes admitiram que não tem como saber, principalmente se o assentado comprar e pagar a vista, fato comprovado quando indagamos sobre isto nos assentamentos. A maioria dos

assentados (68%) declararam que preferem comprar e pagar a vista, só comprando fiado em caso de urgência.

Constatamos ainda que 21% dos comerciantes compram e negociam produtos dos assentados, geralmente frutas, legumes, queijos, leite e animais, conforme Gráfico 20.

Gráfico 20 – Produtos vendidos pelos assentados no comércio local e regional

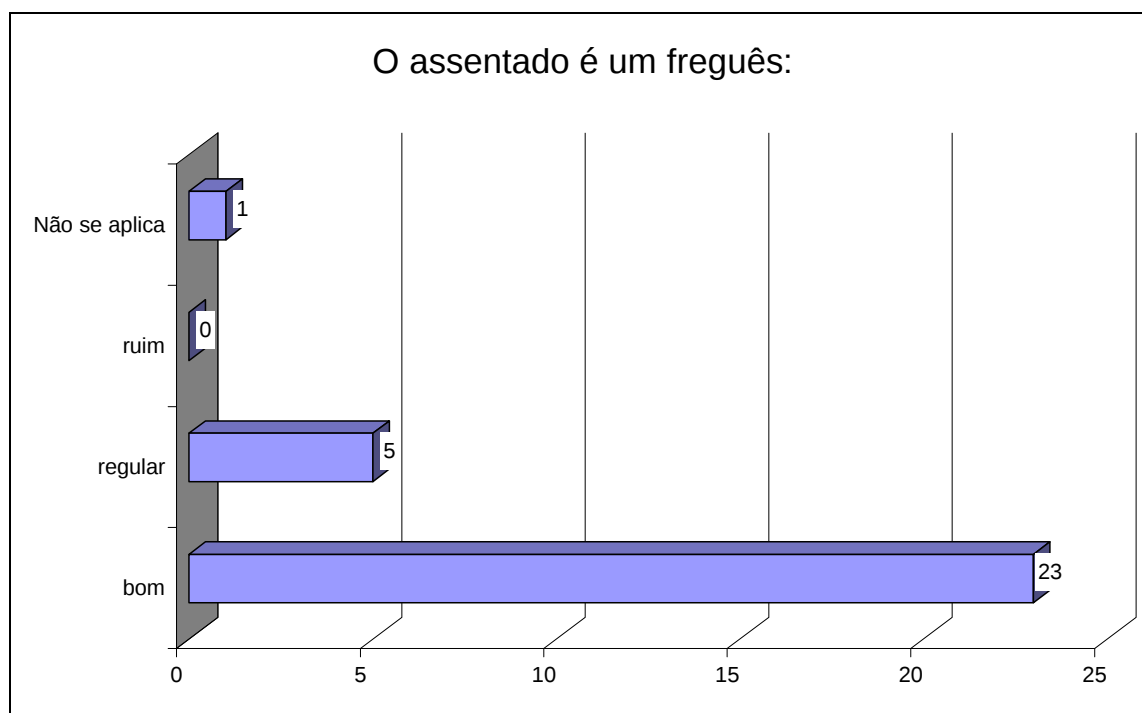


Fonte: Trabalho de Campo, 2006

Embora, 75% dos entrevistados tenham respondido que não se aplica a compra de produtos de assentados, seja porque trabalham com mercadorias exclusivamente industrializadas ou porque não adquirem mesmo nenhum tipo de produto dos assentamentos, o mais importante é mencionar que **48% dos entrevistados compram algum produto produzido no assentamento.**

Independente do posicionamento do comerciante a respeito dos assentados, e dos impactos da implantação dos assentamentos no comércio local e regional **79% dos entrevistados admitiram que o assentado é um cliente bom**, conforme Gráfico 21, contra 17% que acha o assentado um cliente regular, queixando-se principalmente no atraso no pagamento de crediários.

Gráfico 21 – Qualidade dos clientes assentados



Fonte: Trabalho de Campo, 2006

Tanto é verdade que o assentado é um freguês bom, que principalmente supermercados, laticínios e lojas de produtos agropecuários fazem um trabalho diferenciado para atrair este tipo de cliente. A dimensão do impacto socioterritorial a partir da dimensão econômica também se configura pela independência econômica na qual se encontra a maioria dos assentados, que podem deixar de comprar no seu município e se deslocar até municípios mais longe objetivando economizar e ter mais opções de escolhas, como pudemos comprovar no Quadro 26 descrito anteriormente.

Quando revelamos aos comerciantes que estávamos entrevistando somente os estabelecimentos que foram citados entre os preferidos para compra dos assentados **62% disse que não sabia e nem imaginava a importância de seu estabelecimento para as famílias assentadas.** Já 22% dos comerciantes já tinham alguma noção da preferência devido ao próprio trabalho diferenciado realizado pelo estabelecimento e 16% não sabia e se mostrou surpreso.

“Mais ou menos sabia, percebemos que estamos atendendo o cliente bem. Quem dá mais retorno para a loja são as pessoas mais humildes. Trabalhei na loja de Presidente Venceslau e acho que o impacto lá ainda é maior, os assentados e os funcionários das duas penitenciárias são

responsáveis por boa parte da movimentação no comércio local.” (Gerente Ponto Certo – Presidente Epitácio – 19/10/2006)

“Ah! Sim, os assentamentos influenciam diretamente o comércio de Presidente Epitácio, 50% do comércio daqui depende dos assentados. Tem comerciante que não percebeu, mas quando saiu a CESP (funcionários) alguns tipos de comércio não quebrou por causa dos assentados que entraram em seguida....” (Claudinei Móveis Eletrônicos – Presidente Epitácio – 19/10/2006)

“Já imaginava, eu acho que fazemos um trabalho bem feito, agrada, serve bem o cliente.” (Supermercado Facholli – Santo Anastácio – 02/10/2006)

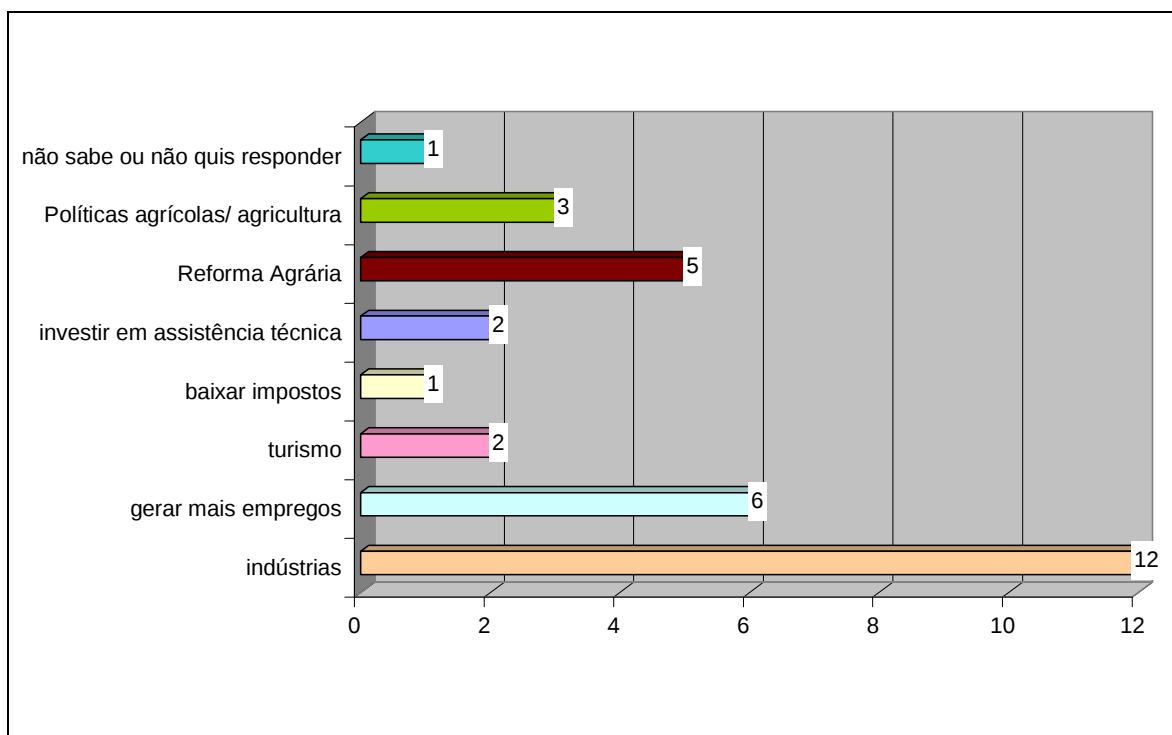
“Não sabia, acho importante, nossa loja é uma loja popular, fazemos muitas entregas nos assentamentos.”(Loja Caiçara – Santo Anastácio – 02/10/2006)

“Não sabia, embora, temos muitos assentados que compram aqui, mas não imaginava que seria citado.” (Do Lar Móveis – Santo Anastácio – 02/10/2006)

Os relatos acima dispensam comentários sobre o impacto dos assentamentos a partir da dimensão econômica, demonstrando o que temos afirmado desde o início deste trabalho, que **a população como de modo geral, não tem noção da dimensão do impacto causado a partir dos assentamentos. Mesmo quando valorizamos os impactos sociais é preciso demonstrar os econômicos e comprova-lo com números e sujeitos reais que fazem a história.** Reforçamos que a todo instante tenta-se esvaziar a luta por reforma agrária desmontando o pilar de sustentação desta luta descrita por Fernandes: ocupar, resistir e produzir.

O Gráfico 22 abaixo, reflete parcialmente os projetos que a população tem em mente a respeito de como melhorar o desenvolvimento do município e da região do Pontal do Paranapanema:

Gráfico 22 – Sugestões para melhorar o desenvolvimento dos Municípios do Pontal do Paranapanema



Fonte: Trabalho de Campo, 2006

Apesar da maioria dos entrevistados continuar insistindo que o carro chefe do desenvolvimento é a indústria com 41% das sugestões, todos reconhecem que o que falta é emprego, de modo que apenas 21% mencionaram unicamente gerar emprego sem mencionar como, todos os demais deram uma sugestão de como isto pode ser feito. A Reforma Agrária (falaram também em implantação de mais assentamentos) aparece com 17% das sugestões. Outros 10% acreditam que as transformações devem começar no campo com políticas agrícolas de incentivo à produção agrícola, que quebraria o ciclo vicioso no qual se encontra a região. Para 7% dos entrevistados e, em especial dos que mora no município de Presidente Epitácio, apontaram o turismo como opção, na mesma proporção indicou a necessidade de assistência técnica e 3% mencionou baixar impostos.

Retomaremos este assunto novamente adiante, quando da conclusão desta pesquisa.

7.3 – Dimensão Ambiental do Impacto da implantação dos Assentamentos

Breve histórico ambiental da região do Pontal do Paranapanema

Pelo que pudemos analisar até aqui, a forma como se deu a ocupação da região do Pontal do Paranapanema, e os planos de “desenvolvimento” pensados e praticados aqui, contribuíram para seu rápido deterioramento ambiental. Vimos que o processo de ocupação irregular, por grilagem, de grande parte das propriedades rurais da região, ocorrido na segunda metade do século XIX se deu pela expulsão e dizimação dos povos indígenas que aqui viviam, seguido do desmatamento predatório e intensivo da formação vegetal predominante, classificada como Mata Atlântica e com a prática da monocultura.

Ocupar as terras era necessário a fim de maquiar a posse ilícita de enormes áreas griladas. A extração da madeira tornou-se em pouco tempo a principal atividade econômica e ao mesmo tempo em que era desenvolvida, abria espaço para a fixação da monocultura do café, intensificada após a construção da Estrada de Ferro Sorocabana, a partir de 1910.

O solo - arenito-caiuá – conhecido como terra mista, de cor avermelhada, fortemente arenoso e, sobretudo, de fertilidade efêmera, encurtava os anos produtivos do café, tornando necessário expandir a fronteira agrícola, incorporando novas terras, ainda inexploradas de fertilidade natural. As áreas em declínio passavam a ser ocupadas por outras culturas que requeriam solos menos ricos, como o algodão, o amendoim e a pastagem. O algodão teve expressivo investimento principalmente pós Segunda Guerra Mundial, a partir de investimentos externos, como descrito anteriormente. O Município de Mirante do Paranapanema ficou conhecido como a “Capital do Pontal” e a “Capital do Ouro Branco” dado o cultivo expressivo deste produto e a instalação de grandes barracões das beneficiadoras Sanbra e da Braswey. Tanto a cultura do algodão como a do amendoim eram desenvolvidos quase que exclusivamente por pequenos posseiros e arrendatários, estes últimos, fazendo parte da manobra dos grandes fazendeiros de utiliza-los para limpar a terra, desenvolver o plantio, pagar o arrendamento quando da colheita e devolver aos mesmos já com a pastagem pronta para inserção da pecuária de corte.

Segundo Passos (2004) o plantio de algodão e a utilização de mão-de-obra para desmatar e formar as pastagens já estavam inseridos na mentalidade dos médios e grandes proprietários rurais da região, que tinham como ambição maior a pecuária – o ser fazendeiro. (p. 188).

Com o predomínio quase que absoluto da pecuária de corte, principalmente a partir da década de 1950, a região se caracterizou como área de latifúndio. Além dos grandes grileiros já existentes desde a primeira fase de ocupação, ampliaram-se o número de latifúndios pela saída de pequenos e médios produtores do campo, empobrecidos pelas crises na agricultura e pela manobra dos pecuaristas que os expulsavam do campo.

Através do estudo de imagens de satélite, Passos (2004) revela e reforça os argumentos de que

As grandes mudanças no uso da terra aconteceram de modo muito rápido e extensivo em todo o Pontal do Paranapanema, no período de 1955 – 1965, quando as reservas foram ocupadas ilegalmente e eliminadas para a formação das atuais fazendas. A estratégia adotada pelos posseiros e grileiros constituiu, basicamente, em eliminar a floresta e formar os pastos, na presunção de garantir a posse da terra. (p.185)

As principais mazelas ambientais fruto desta forma de ocupação predatória, foram e em alguns casos, ainda são:

- Desmatamento predatório;
- Empobrecimento rápido do solo e intensificação dos processos erosivos, pela não utilização das técnicas de conservação;
- Destruição das matas ciliares, com o conseqüente assoreamento dos rios;
- Destruição das reservas ambientais, “protegidas” por lei. Atualmente apenas o Parque Estadual Morro do Diabo guarda uma amostra do que foi a região antes dos desmatamentos;
- Extinção de espécies nativas;
- Avanço da pecuária extensiva e aumento da concentração fundiária;

Como se não bastasse a ação antrópica sobre os recursos naturais da região, tem-se ainda toda uma gama de fatores físicos e climáticos que reforçam a fragilidade dos solos, agravada pela incidência de um período de chuvas intensas no ano, pela ocupação desordenada e pelo manejo inadequado dos recursos naturais durante anos a fio.

Apesar destes agravantes e da alta potencialidade erosiva do arenito da Formação Caiuá, os grandes proprietários de terras do Pontal do Paranapanema pouco atuaram ou atuam no sentido de reverter o processo de degradação da paisagem, cujos impactos socioambientais são extremamente negativos ao desenvolvimento local e regional.

Projetos de maiores impactos socioterritoriais na região

Os projetos de maior impacto socioterritorial na região foram implantados, principalmente, a partir da década de 1970 e são eles: a construção e revitalização do sistema viário; a construção de três hidrelétricas, a implantação do Pró-alcool e mais recentemente dos projetos de assentamentos rurais.

Tanto o desmatamento irregular da Grande Reserva do Pontal, da Lagoa São Paulo, a implantação de destilarias de álcool, cuja pioneira é a Destilaria Alcídia S/A, em Teodoro Sampaio, com mais de 15 mil hectares destinados ao plantio da cana-de-açúcar; a construção das grandes usinas hidrelétricas de Primavera, Taquaruçu e Rosana e a atuação acirrada dos movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária cria o que Passos (2004) chama de

mosaico de paisagens e feições regionais em uma área originalmente homogênea e que agora oferecem uma gama de aspectos e problemas muito interessantes, em função de suas diferenciações antrópicas. (p. 177)

As hidrelétricas, certamente promoveram os maiores impactos ambientais, com inundações de imensas áreas de terra, influência no micro-clima regional pela formação dos imensos espelhos d'água; pela alteração do ecossistema de toda a bacia do Rio Paraná e Paranapanema, que acarretou extinção e migração de várias espécies aquáticas e terrestres. A pesca na região foi grandemente prejudicada pela formação dos reservatórios que interferiram sobre a dinâmica natural dos rios. Para compensar o desaparecimento/diminuição das espécies de piracema, foram introduzidas espécies exóticas que, por não terem inimigos naturais nos cursos d'água da região, transformaram-se em grandes predadores, levando a um empobrecimento ainda maior da fauna aquática da região.

O deslocamento de populações de animais para resíduos de mata, ainda que tenha sido feito com certos critérios técnicos, tem apresentado resultados

questionáveis do ponto de vista ambiental. Outro problema que merece ser destacado é a inundação de jazidas de argila que eram utilizadas por olarias do Pontal do Paranapanema e o deslocamento e reassentamento de populações ribeirinhas. Devido à dimensão destes impactos sócioterritoriais, que não fazem parte da abrangência deste trabalho, várias ações mitigadoras são desenvolvidas pela CESP (Companhia Energética de São Paulo) criada em 1966 e mais recentemente também pela empresa norte americana Duke Energy.

A Duke Energy, segundo informações disponíveis no site da empresa, é uma das maiores companhias de geração, distribuição, comercialização, transmissão de eletricidade e transporte de gás no mundo. Concentra todos seus ativos no continente americano, com sede na Carolina do Norte nos EUA, atua no Pontal do Paranapanema desde 1999, quando o Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização recomendou ao Governo do Estado de São Paulo a cisão parcial da CESP. A partir de então, no caso específico desta região, a CESP passou a atuar nas áreas de hidrelétricas que margeiam o Rio Paraná (UEH Eng. Sergio Motta em Primavera) e a Duke Energy, nas áreas que margeiam o Rio Paranapanema (UEH de Rosana e Taquaruçu). Devido ao passivo ambiental, as duas empresas financiam e promovem projetos de recuperação ambiental em parceria com outros órgãos em suas áreas de atuação.

O Programa do Pró-álcool fomentou a vinda de usinas de álcool e a formação de imensos canaviais nos municípios de Teodoro Sampaio, Presidente Prudente e Presidente Venceslau, entre os anos das décadas de 1970 e 1980. Passou por uma fase de estagnação nos últimos 30 anos e está retornando à região com força total, a partir dos incentivos dados ao uso de álcool combustível no Brasil e no exterior, com todas as conseqüências ambientais próprias da monocultura canavieira.

Existe uma expectativa da instalação de várias usinas de açúcar e álcool na região, atualmente já estão em funcionamento 12 usinas, espalhadas em 11 municípios da 10ª Região Administrativa, sendo 5 na região do Pontal do Paranapanema. São eles: Junqueirópolis, Presidente Prudente, Dracena, Santo Anastácio, Flórida Paulista, Adamantina, Caiuá, Narandiba, Lucélia, Teodoro Sampaio e Regente Feijó. A expectativa de mudança no perfil econômico da região tem motivado debates acalorados sobre os projetos de desenvolvimento local, não sendo consenso na região, que já sofre com os conflitos fundiários. Observa-se, de

um lado, alguns fazendeiros, empresários e prefeitos que vêem na cana uma chance de estimular a economia, na maioria das vezes centrados em interesses particulares muito distantes das causas que lutam pelo desenvolvimento socioterritorial da região. De outro lado, alguns pesquisadores, líderes religiosos e representantes de ONGs e movimentos sociais, com os quais compactuamos que consideram a agroindústria da cana um modelo concentrador de terra, prejudicial ao meio ambiente e que, ao invés de contribuir para o desenvolvimento regional, pode vir a acirrar ainda mais os conflitos por terra na região, tornar ainda mais precárias e exploratórias as relações de trabalho no campo, degradar e destruir recursos naturais indispensáveis para um projeto de desenvolvimento sustentável para a região. Acreditamos que beneficiará usineiros e grandes fazendeiros interessados em arrendar seus pastos ralos e exauridos, cuja boiada já se encontra em terras mineiras e sulmatogrossenses. Pode ainda, em curto prazo, beneficiar setores de produção e venda de máquinas agrícolas. No balanço final, observamos que o saldo negativo é muito maior que o positivo e beneficiará, como na maioria das vezes, apenas minorias já privilegiadas, diminuindo as chances de implementação de políticas mais viáveis para o desenvolvimento local e regional.

A Foto 22 retrata a monocultura canavieira, que pelo seu predomínio e extensão é altamente prejudicial à biodiversidade vegetal e animal. Devido ao sistema mecânico de colheita, até as poucas árvores que sobreviveram ao primeiro processo de ocupação da região, agora tem sido destruídas. As queimadas na época do corte também poluem a atmosfera e tornam-se um agravante à saúde humana, uma vez que as fumaças atacam principalmente o sistema respiratório. As relações de trabalho, neste tipo de monocultura, como relatado anteriormente chegam a ser desumanas e tem chamado a atenção do Ministério Público.

Apesar de todos estes problemas, esta cultura tem sido cada vez mais incentivada no país e provavelmente no mundo, por ser uma alternativa “limpa” e renovável em substituição do petróleo. Dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA), juntamente com a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) apontam que dos 317 mil hectares em cultivo neste ano (2007) na região, 65,75% são ocupados pela cana-de-açúcar, conforme noticiado no Jornal O Imparcial (03/02/2007 – folha 3 - A). Segundo os mesmos dados, 78.425 hectares de terra foram incorporados ao plantio da cana-de-açúcar como áreas novas.



Foto 22 - Canavial da Destilaria Alcídia S/A no município de Teodoro Sampaio - 2006

Segundo matéria veiculada no jornal Estado de São Paulo, 4/03/2007, o Brasil vai ganhar em média uma usina de álcool e açúcar por mês nos próximos seis anos, que certamente já reflete na dinâmica regional. Hoje com 336 unidades instaladas no Brasil, deve chegar a 409 até o fim da safra 2012/2013. Estima-se ainda um investimento gigantesco de empresas estrangeiras, entre as quais fundos de investimentos focados em negócios com apelo ambiental, sob a alegação de que a agroenergia constitui combustível limpo e renovável. Os investimentos também devem ser feitos através de fundos que comprem participação com BNDS, investidores isolados, multinacionais ou ainda consumidores estrangeiros que pretendem estar próximos da oferta. A expectativa, principalmente a partir do apoio americano é que o Brasil incorpore tecnologia, e financiamentos e transforme o etanol numa commodity internacional

Discute-se em paralelo a esta disputa por território, com menor força, por setores ainda restritos, o investimento no biodiesel feito a partir do processamento de espécies oleaginosas, como a mamona, o pinhão manso, a soja, o algodão, a canola, o girassol e a palma (dendê). Além de ser uma atividade mais viável socioambientalmente, também poderá ser incluída, se seguir à risca o novo programa do Governo Federal.

O programa, lançado pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva prevê, a inclusão da agricultura familiar e a diversidade de culturas para produção do biodiesel, podendo ser, também, uma alternativa viável para os pequenos agricultores da região e de forma mais abrangente para as famílias assentadas. O programa deverá sofrer uma evolução gradativa estando apenas no princípio. Desde 2005 está autorizado a adição de 2% de biodiesel no óleo diesel. A partir de 2008 esta medida passará a ser obrigatória e de 2013 em diante, a adição obrigatória do biodiesel passa a ser de 5%. Para garantir ou pelo menos facilitar a inclusão do agricultor familiar no programa, as refinarias que adquirirem a matéria-prima da agricultura familiar receberão um “selo de combustível social” que lhe concederá descontos em porcentagens diferentes conforme a região do Estado: 50% região nordeste e semi-árido; 30% sul e sudeste e de 10% na região norte e centro-oeste.

Várias reuniões técnicas têm sido feitas nos assentamentos do Pontal do Paranapanema para incentivar e esclarecer sobre a produção de variedades oleaginosas que podem ser utilizadas na fabricação do biodiesel. Dentre as espécies que mais se adaptam à região estão o pinhão manso, a mamona e o algodão.

Como ressaltamos anteriormente, dentre os projetos que tiveram mais repercussão no que podemos chamar de desenvolvimento regional, os assentamentos rurais são por nós considerados os que apresentaram saldos mais positivos dados os impactos sociais, políticos e econômicos já apresentados. Restam ainda, analisar o impacto ambiental dos assentamentos.

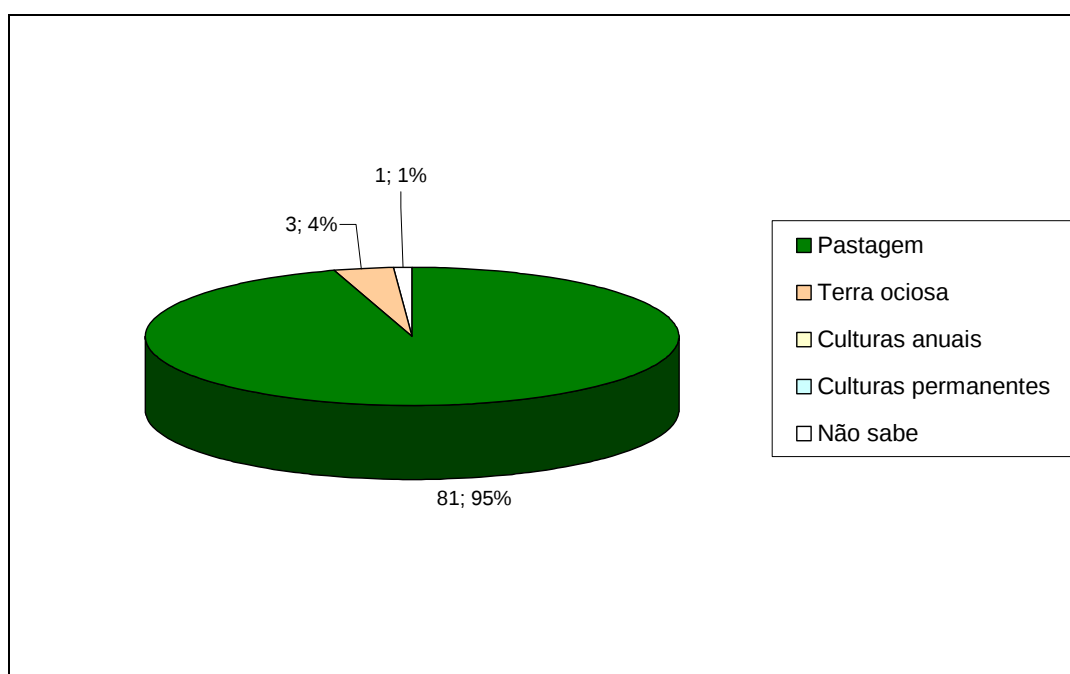
Impacto ambiental dos assentamentos rurais

Nesta etapa do trabalho analisaremos tanto os pontos críticos e falhos que contribuem para a degradação do meio ambiente, quanto os pontos que julgamos positivos para o desenvolvimento regional do ponto de vista ambiental. Abordaremos

as transformações na paisagem local e regional a partir da implantação dos assentamentos rurais e as principais medidas de preservação e conservação ambiental praticadas pelos assentados e a criação e preservação das áreas de Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente (Apps).

A partir do estudo de caso dos assentamentos implantados nos municípios de Presidente Epitácio, Caiuá e Piquerobi, diagnosticamos que 95% das áreas destinadas aos Projetos de Assentamento rurais, constituíam áreas de pastagem, conforme Gráfico 23:

Gráfico 23 – Uso dado ao solo antes da implantação dos assentamentos



Fonte: Trabalho de Campo, 2006

Isso significa dizer que uma intensa alteração/degradação ambiental já tinha sido consumada, como vimos anteriormente, a maioria dos assentamentos foi implantada em área cujo solo já se encontrava bastante exaurido, cujas Áreas de Preservação Permanente no entorno de nascentes e margens de rios já tinham sido parcialmente ou totalmente destruídas, dada a prática de colocar o gado para pastar sem nenhuma medida de preservação destas áreas.

Sabemos que com a implantação dos assentamentos, todo o processo de parcelamento, construção de estradas, poços, aumento da densidade demográfica,

produção de resíduos sólidos, tudo isto, interfere negativamente sobre o meio ambiente, principalmente quando não são tomadas medidas de preservação e recuperação ambiental. Tais práticas podem ser traduzidas por uma destinação mais adequada possível dos resíduos sólidos utilizados na adubação a partir da compostagem, pela utilização básica de terracimento, plantio em nível, uso criterioso de máquinas e implementos agrícolas, plantio direto, bem como a utilização de culturas – anuais e permanentes – de forma a melhor conservar e proteger o solo quanto à sua exposição aos fatores erosivos e os demais recursos naturais existentes.

Desde o ano de 1997, quando foram criados vários assentamento rurais, que o Conselho Nacional do Meio ambiente – CONAMA – determinou, a partir da Resolução 237/97, a necessidade do licenciamento ambiental dos projetos de assentamento. No entanto, tal Resolução não definia critérios e procedimentos para o licenciamento deste tipo de atividade, somente em 1999 é que se acirrou a discussão para definição desses critérios. Até então, as discussões estavam mais centradas nos assentamentos já implantados. No Pontal do Paranapanema já havia, nesta época, 76 projetos de assentamentos implantados, ou seja, 74% dos assentamentos implantados até hoje na região.

Neste período, no entanto, tornou-se obrigatória a elaboração do PDA (Plano de Desenvolvimento do Assentamento) para cada assentamento implantado, tornando-se o primeiro instrumento formal de planejamento detalhado, de caráter participativo adotado nos assentamentos. Devido à dificuldade de reunir a comunidade entorno de objetivos comuns, nem sempre estes planos são seguidos ou mesmo elaborados de acordo com as necessidades das famílias e aptidão dos lotes do assentamento.

Somente em 2001 é que foi criada uma nova Resolução, a nº 289/01, na qual foram definidos os critérios para Licenciamento Ambiental dos Assentamentos Rurais. Segundo tal Resolução, para a implantação de qualquer projeto de assentamento rural são necessários dois tipos de licenças:

- a *Licença Prévia*: documento obrigatório que deve anteceder o ato de criação do assentamento. Através deste documento é avaliado se o imóvel, onde pretende-se implantar o assentamento, cumpre sua função social, conforme definido nos artigos 2º e 9º, da Lei 8.629/93. Na maioria das vezes, tais propriedades não

atingem os índices mínimos de produtividade estabelecidos na legislação específica e no caso do Pontal do Paranapanema caracterizam-se por constituírem áreas devolutas, passíveis de desapropriação, mediante pagamento das benfeitorias, para fins de Reforma Agrária. É a partir desta licença que se analisa também, a viabilidade técnica do imóvel para promoção de assentamento rural, ou seja, os aspectos físicos e as características econômicas da região;

- *Licença de Operação e Instalação*: que deverá ser requerida para os projetos já existentes, e para todos os novos que já obtiveram a Licença Prévia. Esta licença é concedida pela CETESB (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental). Tal procedimento permite a localização, instalação e operação dos assentamentos rurais, que irão desencadear atividades utilizadoras de recursos ambientais e que, por este motivo, podem ser consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.

Segundo técnicos da Fundação ITESP, que elaboram os documentos necessários à solicitação para obtenção das Licenças, **a implantação dos assentamentos rurais é considerada uma atividade que acarreta baixo impacto ambiental**. Os possíveis impactos negativos são de caráter local, de baixa intensidade e reversíveis, estando tais impactos mais relacionados à abertura de vias de acesso aos lotes. Por outro lado são previstos, segundo vários relatórios ambientais de imóveis por nós consultados, **impactos ambientais positivos**, decorrentes da implantação de Reserva Florestal a ser averbada em matrícula e proteção das Áreas de Preservação Permanente, devendo as mesmas serem averbadas, ou seja, ficam em tese protegidas de depredações futuras, uma vez que a fiscalização é mais rigorosa e contínua, tanto pelos técnicos do governo, quanto pelos próprios assentados, uma vez que as áreas de reserva pertencem ao assentamento e a todos que nele residem.

A situação dos assentamentos é diferente da que ocorre com as áreas desmembradas de fazendas, uma vez que apesar da cláusula da lei que exige a destinação de 20% da área para Reserva Legal, na prática nada é feito. Faltam instrumentos de fiscalização, levando ao mesmo processo de destruição ocorrido com as grandes reservas do Pontal, processo este, tão bem descrito por Ferrari Leite (1998 [1981]) e destacado por nós no capítulo 04 deste trabalho, que trata do histórico de ocupação da região.

Dentre os 13 assentamentos pesquisados nos municípios de Piquerobi, Caiuá e Presidente Epitácio, constatamos que em todos, com exceção de apenas um, existem áreas de Reserva Legal e APPs, cujas dimensões são apontadas no Quadro 28 e variam muito de acordo as particularidades de cada área.

Quadro 28 – Áreas de Reserva Legal, Florestal e APPs nos assentamentos pesquisados

Municípios	Assentamentos	Área total (Ha)	Área de Reserva Legal, Reserva Florestal e APPs (Ha)	%
Piquerobi	Santa Rita	600,96	107,17	17,83
Piquerobi	São José da Lagoa	1.026,37	467,14	45,51
Piquerobi	Santo Antônio da Lagoa	968,03	405,74	41,91
Caiuá	Maturi	4.519,35	1274,02	28,19
Caiuá	Luis de Moraes Neto	1.713,09	719,11	41,98
Caiuá	Santa Angelina	535,81	116,96	21,83
Caiuá	Vista Alegre	532,80	131,18	24,62
Caiuá	Malú	477,11	98,00	20,54
Caiuá	Santa Rita	523,54	135,74	25,93
Pres. Epitácio	Lagoinha	3.552,00	81,10	2,28
Pres. Epitácio	São Paulo	1.855,28	399,61	21,54%
Pres. Epitácio	Engenho	505,00	0,00	0%
Pres. Epitácio	Porto Velho	1.363,00	65,6542	4,82

Fonte: Fundação ITESP, 2006

Analisando o Quadro 28, observamos que 9 assentamentos possuem áreas de Reserva que ultrapassam o limite exigido da área de Reserva Legal, que é de 20%. Por outro lado, os assentamentos Lagoinha e Porto Velho estão muito abaixo desse percentual, com 2,28% e 4,82 respectivamente.

No caso do assentamento Porto Velho, como descrito anteriormente, existem problemas sérios com relação à contaminação do solo ocasionado pelo fato da área ter sido usada durante muito tempo como depósito de resíduos industriais aparentemente tóxicos de uma fábrica de gelatina, o que chega a comprometer 12 lotes. Apesar dos problemas já terem sido comunicados ao Ministério Público, nenhuma medida para proteger as famílias prejudicadas (problemas de saúde nas pessoas e morte de bovinos) foram tomadas até o momento do fechamento deste trabalho de pesquisa. Observamos ainda, que devido sua localização muito próxima à barranca do Rio Paraná, as áreas de APPs são muito limitadas, o que pode fazer

com que a água da chuva que escoar da área contaminada, possa chegar ao rio. Outro agravante é que o assentamento é cortado pelo Rio Santo Anastácio que neste ponto deságua no Rio Paraná, conforme Foto 23, formando um verdadeiro berçário natural para aves e peixes, por tais motivos avaliamos que este assentamento rural deveria ter tratamento diferenciado, pelo fato de ter lotes sobre área de resíduos e com relação à preservação, recuperação e formação das áreas de Reserva Florestal, Reserva Legal e APPs.

Foto 23



Foto 24



Foto 23: Assentamento Porto Velho no ponto em que é cortado pelo Rio Santo Anastácio (10/10/2006)

Foto 24: Estrada que corta o assentamento Porto Velho, observar a qualidade do solo com pastagem rala e ao fundo o Rio Paraná e a ausência de vegetação florestal.

As fotos (23 e 24) acima revelam a ausência de APP margeando o rio, fator que o deixa extremamente vulnerável ao assoreamento, apesar de existir a delimitação da Área de Preservação Permanente, poucas ações que favoreçam a constituição e o desenvolvimento de uma mata ciliar são feitas.

Outro caso grave é do assentamento Engenho, que não apresenta nenhum tipo de área de reserva. Convém ressaltar que todos assentamentos do município de Presidente Epitácio, com exceção do assentamento São Paulo foram planejados e implementados pelo INCRA e são os únicos que não cumprem a determinação da

manutenção de 20% de áreas de reserva Legal dentre os assentamentos pesquisados.

O assentamento Lagoinha, está bem próximo da barranca do Rio Paraná e por este motivo 7,04 ha foram desapropriados pela CESP. Neste assentamento também é visível o planejamento inadequado do projeto de assentamento que possui apenas 2,28 ha de área de reserva e uma grande proximidade do rio conforme podemos observar na Foto 25.



Foto 25 - Assentamento Lagoinha – Presidente Epitácio. (10/10/2006). A ausência da vegetação nativa, revela um solo pobre e arenoso, com pontos de desertificação.

O assentamento Santa Rita de Piquerobi apesar de possuir uma reserva inferior aos 20% exigido por lei, é contíguo aos assentamentos São José e Santo Antônio da Lagoa, formando uma área contínua. Como a área de reserva destes dois, excede em muito os 20% existe aí uma compensação.

Observamos que muitas das áreas destinadas para futuros assentamentos na região não apresentavam originalmente áreas com cobertura florestal, conforme pode ser verificado na Foto 26 de um projeto inicial de assentamento:

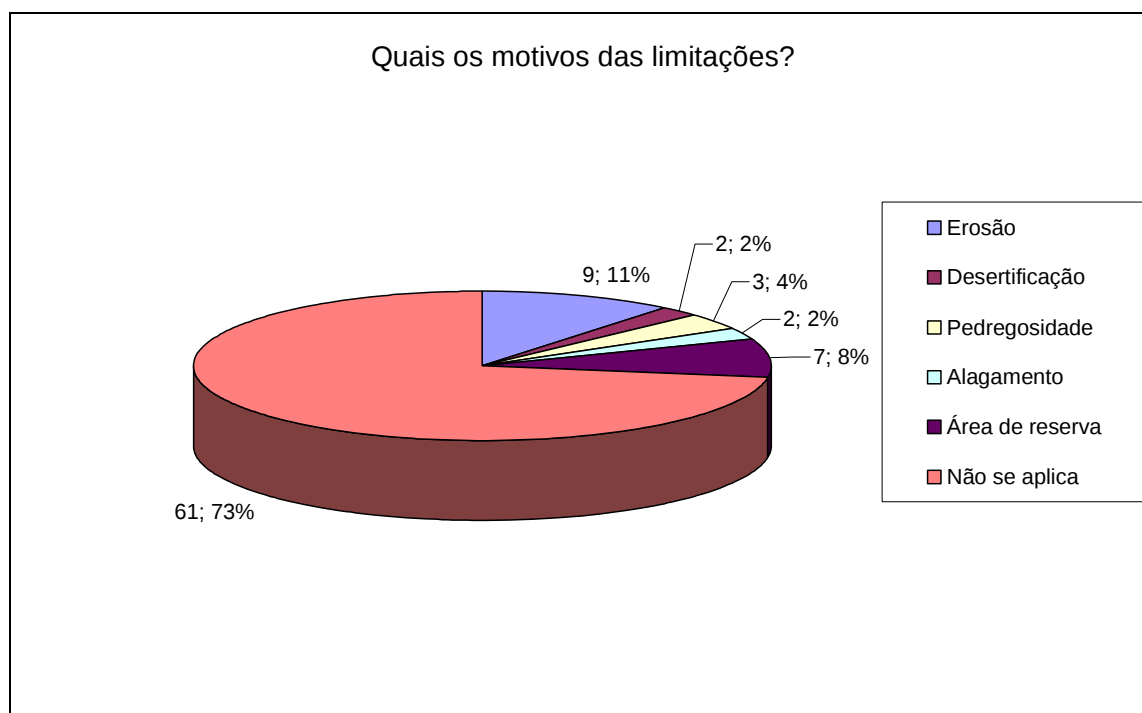


Foto 26 - Assentamento Nossa Senhora Aparecida no Município de Marabá Paulista, implantado em setembro de 2003. Solo exaurido e pouca vegetação arbórea. (foto, 2006)

Em muitos casos existe a obrigatoriedade por parte dos órgãos que planejam e executam os projetos de assentamentos (ITESP e INCRA) de delimitar, averbar e promover ações junto à comunidade assentada para que estas áreas possam ser reflorestadas, recuperadas e protegidas. Nestes casos, geralmente, são destinadas para reserva, as piores áreas do imóvel, de baixo potencial agrícola como fundos de vales, erosões, áreas com pedregosidade, desertificação e aquelas localizadas nas partes extremas do assentamento. Convém ressaltar que tanto a localização da Reserva Legal, como a sua recomposição mediante o plantio de espécies nativas devem seguir critérios estabelecidos pelo órgão ambiental competente, no caso o DPRN (Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais).

Tenta-se desta forma oferecer ao assentado uma área com poucas limitações à exploração agrícola, mesmo assim, verificamos que dentre as famílias entrevistadas 27% encontra algum tipo de limitação à exploração do lote conforme Gráfico 24:

Gráfico 24 – Limitações à exploração no lote

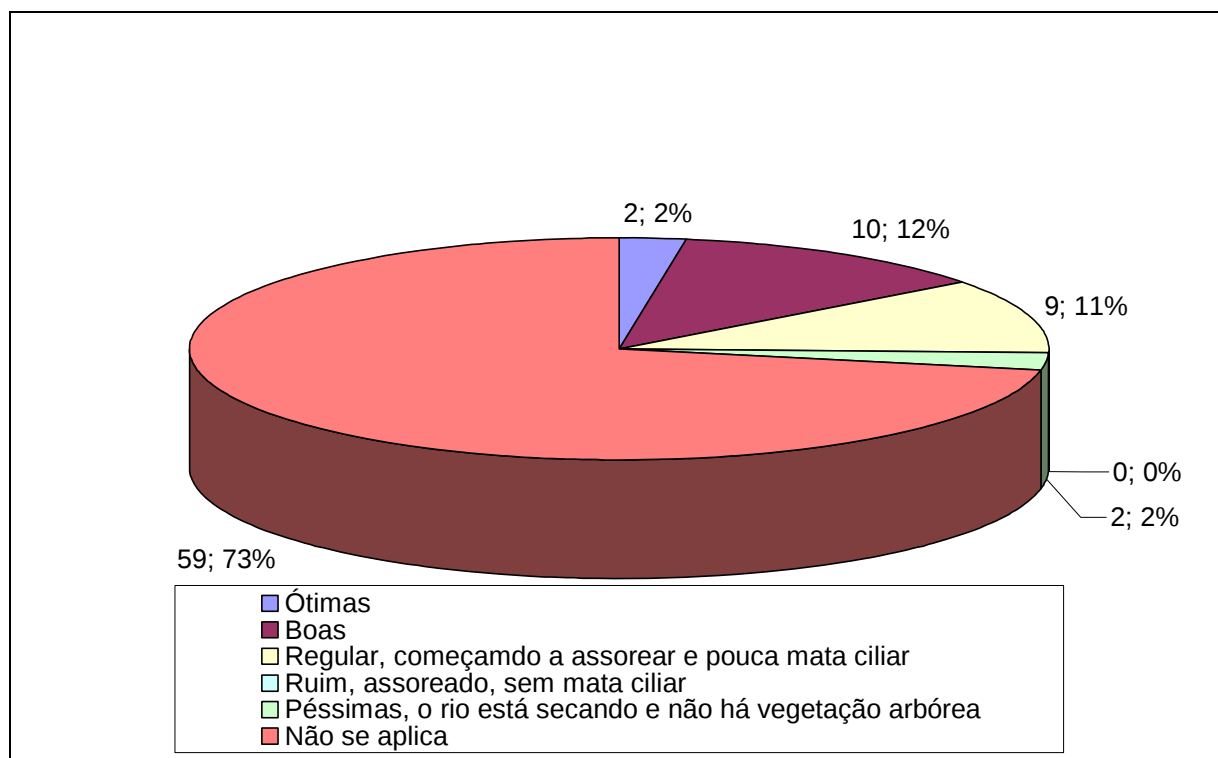


Fonte: Trabalho de Campo, 2006

Verificamos que 73% dos entrevistados têm o lote em perfeitas condições para produção agrícola. No entanto, 9 entre os 85 lotes entrevistados (11% do total) apresentaram reclamações com relação à existência de processos erosivos dentro do lote, alguns em estágios mais avançados, outros já em processo de controle após o plantio de bambus e outras espécies dentro das voçorocas/ravinas e em seu entorno. A proximidade de áreas de APPs, também foi apontada em 8% dos casos como um obstáculo à utilização de todo lote. Geralmente estas áreas estão próximas de nascentes e córregos e mesmo com a delimitação da Área de Preservação Permanente, muitas vezes ela se estende além da área demarcada no projeto, seja pela umidade natural do entorno destas áreas, seja pela regeneração natural da vegetação nestas condições. O solo pedregoso, ou com “piçarra” como denominaram os assentados, foi citado como um limitante à exploração em parte do lote por 4% dos entrevistados. Já áreas com desertificação, “areão” como dizem os assentados e as áreas alagadiças ou úmidas apareceram nas queixas de 2% dos entrevistados.

Observamos ainda que 15% dos lotes visitados possuem algum tipo de recurso hídrico aflorante no lote, sendo os mais comuns: rios, lagos e nascentes. Em contrapartida, 85% que declararam possuir um “lote seco”. Quando perguntados sobre as condições ambientais destes copos d’água as respostas estão representadas no Gráfico 25 abaixo:

Gráfico 25 - Condições conservação ambiental dos corpos d’água existentes nos assentamentos pesquisados



Fonte: Trabalho de Campo, 2006

Dos 85% dos entrevistados que declararam possuir “lotes secos”, 73% não se manifestou a respeito das condições dos recursos hídricos existentes em seus assentamentos, 12% declarou que as condições são boas, 2% que são ótimas nestes dois casos na maioria das vezes se referiram às condições do Rio Paraná. 11% declararam que as condições são regulares, começando a assorear e com pouca mata ciliar e 2% declarou que as condições são péssimas, ou seja, os corpos d’água estão secando e não há mata ciliar.

A vegetação das Áreas de Proteção Permanente (APPs) é facilmente destruída pelo acesso irrestrito do gado, atividade predominante em todas os imóveis rurais do Pontal do Paranapanema. Com a implantação dos assentamentos

rurais tenta-se preservar e recuperar estas áreas através de práticas de recuperação ambiental, no entanto as condições atuais destas áreas ainda requerem muita atenção e conscientização ambiental.

Com relação aos resíduos sólidos observamos que a prática mais comum é enterrar em pequenas valas abertas próximo à residência ou queimar. O lixo orgânico de modo geral é aproveitado, seja como alimento para aves e porcos ou como adubo natural utilizado em pomares e hortas. As embalagens de agrotóxicos são devolvidas no estabelecimento comercial onde é adquirido o produto.

Com relação ao saneamento básico, não existe tratamento de esgoto como em todas as áreas rurais, a prática corrente é a utilização da fossa negra. O uso da famosa “casinha” ou “privada” nos assentamentos é pequeno. Observamos que 79% dos assentados possuem banheiros internos com fossa séptica, considerada adequada tanto do ponto de vista ambiental, como sanitário. Apenas 21% dos entrevistados não dispõem deste recurso e usam as chamadas casinhas cuja fossa aberta é coberta apenas pelo madeiramento da privada, sendo mais propício a proliferação de insetos e roedores, além do risco de poluição ambiental do lençol freático, risco de contaminação de poços e poluição do ar.

Observamos em nossa pesquisa que **86% dos assentados entrevistados já realizaram, ou realizam práticas de conservação ambiental em seus lotes.** Dentre as principais práticas estão; a calagem (aplicação de calcário para diminuição da acidez do solo) com 36%; o plantio de árvores frutíferas e arbóreas com 29%; implantação de curvas de nível com 25%; o reflorestamento com 7% entre outras práticas como as de terraciamento, adubação, irrigação, etc., com 2%, conforme Quadro 29:

Quadro 29 - Principais práticas de recuperação/ preservação ambiental adotada pelos assentados entrevistados

Principais práticas de recuperação/ preservação ambiental	
Calagem	36%
Plantio de árvores	29%
Curvas de nível	25%
Reflorestamento	7%
Outros	3%
Total	100%

Fonte: Trabalho de Campo, 2006

Observamos ainda que apesar de existirem vários órgãos atuando na região com enfoque sobre o meio ambiente⁴¹, consideramos muito baixa a participação dos assentados em programas, cursos e atividades formativas de educação ambiental destas entidades. Fato é que dentre os entrevistados, 64% relata que nunca participou de nenhum programa de recuperação ambiental. Os que responderam que já participaram citaram os programas de reflorestamento (17%); viveiro de mudas (9%); agrofloresta (8%) e apiário escola (2%).

As instituições que mais atuam nesta questão na região são as Ongs Ipê e Apoena, o ITESP, o Comitê de Bacias Hidrográficas, através de seu fundo de investimento FEHIDRO, a CATI através do Programa de Microbacias, a CESP e a Duke Energy.

Dentre as atividades desenvolvidas pela Fundação Itesp, no que se refere à questão ambiental, a de maior amplitude é o Plano de Recuperação Ambiental nos Assentamentos do Pontal do Paranapanema – intitulado de Pontal Verde, com investimento permanente na construção e manutenção de viveiros de mudas, para recuperação de áreas de reserva. O programa também tem viabilizado a distribuição de apiários e colméias, atividades de educação ambiental e adoção de práticas de uso e conservação do solo, através da distribuição de calcário e do incentivo a implantação de sistemas agroflorestais.

A Ong Ipê foi fundada em 1992 e é considerada a terceira maior Ong ambiental do país. Sua principal atuação na região do Pontal do Paranapanema é no município de Teodoro Sampaio, diz respeito à preservação da espécie mico-leão-preto, que encontra na área do Parque Estadual Morro do Diabo seu principal refúgio. A partir desta meta, são traçados planos ambientais tanto para proteger como para recuperar as espécies da flora e da fauna aquática e terrestre. Com ações de reflorestamento, criação de viveiros, formação de corredores ecológicos através do plantio consorciado de espécies nativas com espécies comerciais como o café, o feijão, o urucum, mandioca, algodão, etc. (agrofloresta).

Outros órgãos ambientais atuam na região, ultimamente as preocupações com o meio ambiente passaram a ser, juntamente com a questão fundiária, alvo de várias ações governamentais. Tal afirmativa se justifica pela criação dos Comitês de Bacia Hidrográfica - que através do FEHIDRO – Fundo Estadual de Recursos

⁴¹ Ongs Ipê e Apoena, o ITESP, o Comitê de Bacias Hidrográficas, a CATI, a CESP e a Duke Energy.

Hídricos - tem financiado projetos de recuperação de solos, controle de erosões, terracimento, reflorestamento e educação ambiental com pequenos agricultores e educadores da rede pública de educação. E pela nova valorização dada à CATI a partir do programa de Microbacias com atuação no mesmo sentido.

Observamos que nos assentamentos do Pontal, as principais alterações na paisagem, estão na maior presença do homem no campo, aumentando o número edificações, estradas, pontes, cercas. O predomínio da pecuária leiteira nos lotes impede uma mudança ainda maior, mas mesmo assim, observa-se um investimento maior no pasto. Em muitos casos, observamos a prática do uso de pastejo rotacionado, que exige do produtor a criação de várias áreas de pastejo, para que a pressão da presença do gado não se dê aleatoriamente sobre toda a área como no caso da pecuária extensiva, como podemos verificar na Foto 27.



Foto 27 - Área de pecuária extensiva no município de Marabá Paulista, próximo ao assentamento Areia Branca (10/10/2006).

Observamos aqui o uso predatório dos recursos naturais que acarretou o empobrecimento do solo, característico pela pastagem rala, com áreas de erosão ao fundo e nenhum resquício do que foi a Mata Atlântica. Aqui a falta de consciência e

respeito com relação ao uso dos recursos naturais chegou ao extremo da degradação.

Nas Fotos 28, 29 e 30, observamos a mudança na paisagem pela introdução dos assentamentos rurais, em que a presença de vegetação, pequenos cultivos, moradias, estradas, eletrificação, denunciam que a função social da terra tem sido exercida de maneira muito mais adequada.

Foto 28 - Assentamento Santa Maria no município de Marabá Paulista
implantado em setembro de 2004 (foto de 2006)



Foto 29 - Assentamento Santo Antônio de
Marabá Paulista – implantado em 1999
(foto de 2006)



Foto 30 – Assentamento São Pedro
Município de Rancharia - implantado
em 2001 (foto 2006)



Pelo exposto até aqui fica claro que as limitações dos recursos naturais presentes nos assentamentos são devidas ao fato dos mesmos serem implantados em áreas já degradadas ambientalmente, pela forma predatória como se deu sua ocupação e exploração. Com os assentamentos rurais, ainda que ampliada a presença humana sobre o meio natural, observa-se a diferença no uso e manejo destes recursos, que pouco a pouco tem proporcionado a regeneração das pastagens, a recuperação de reservas florestais e em muitos casos ações de reflorestamento.

Embora, Sparovek (2003) ao analisar as condições ambientais nos assentamentos rurais do Brasil afirme que:

(...) a situação de urgência em que se encontram as famílias que estão sendo assentadas no que diz respeito à necessidade de produção, comercialização e/ou beneficiamento dos produtos agrícolas, parece deixar em segundo plano a preocupação com a qualidade ambiental dos assentamentos. As ações existentes têm caráter isolado e desvinculado de programas institucionais mais contundentes. (p.134)

A reversão da situação fundiária em prol da agricultura de base familiar já traz repercussões positivas sobre o meio ambiente e apesar de o autor não ter contabilizado esse fator em suas pesquisas, afirma que

(...) a existência de maior biodiversidade nos sistemas de produção voltados para subsistência, sendo esta a atividade mais representativa do universo amostrado em contraposição ao mono cultivo. (SPAROVEK, 2003, p.135)

É preciso considerar a interrupção no processo degenerativo das Reservas Legais e áreas de APPs nos assentamentos, principalmente a partir do momento que estas unidades vem sendo averbadas, processo que já foi desencadeado em grande parte dos assentamentos do Pontal do Paranapanema.

Com relação às mudanças na cobertura vegetal, verificamos que 56% dos entrevistados mencionaram que em seu lote existe a pastagem para o gado, pomar, horta e culturas para consumo como a mandioca, o milho, o feijão e a cana para o gado. Esse aspecto permite afirmar que existe hoje uma diversidade vegetal e animal, que não estavam presentes nestas áreas anteriormente. Outros 23% responderam que quase não houve alteração, na paisagem, exceto pela presença de árvores frutíferas no entorno da casa e no restante do lote e o que predomina é a pastagem. 12% mencionaram que além da pastagem para o gado, mantém também plantação de eucaliptos para venda. 9% dos entrevistados mencionaram que possuem em seus lotes várias culturas para consumo e para venda. Neste caso

específico, estão inclusas aquelas famílias que não se dedicam à pecuária leiteira, o que é uma minoria nos assentamentos do Pontal do Paranapanema.

A partir da reforma agrária espera-se que o latifúndio improdutivo seja distribuído e transformado, que se mude o regime de posse e a forma com que se produz. Assim, como mencionado anteriormente, muitos dos equívocos a respeito dos assentamentos rurais deve-se ao fato deles não constituírem a essência da reforma agrária. Distribuiu-se terra e com ela possibilidades de desenvolvimento. Mas por não ser massiva e abrangente, coloca o camponês de volta num sistema que já o expropriou e o expulsou da terra. Daí a atualidade da reforma agrária e da transformação do atual modelo de produção, para que sejam consideradas mais que a dimensão econômica, que sejam consideradas também e com ordem de prioridade, as dimensões social, política e ambiental do desenvolvimento.

7.4 – Dimensão Política do Impacto dos Assentamentos

“As pessoas não reconheciam a gente como lutadores, nos viam como alguém sem conhecimento, havia muito preconceito contra os sem-terra. Foi mais como uma revolta que entrei na política para mostrar que nossa gente é capaz. Estou no segundo mandato foi a partir da organização de um grupo de mulheres assentadas que decidimos tirar um candidato e eu me candidatei...”. (Maria Nazaré da Silva Montemor, 42 anos, assentada, vereadora em Mirante do Paranapanema – 12/03/2007)

Os assentamentos rurais constituem territórios de luta política pela inclusão social de uma parcela da população que, normalmente, vive processos contínuos, perpetuados através das gerações, de exclusão e segregação social. Quando solicitadas a ilustrar o que significou/ significa a luta política pela conquista da terra, mulheres do Assentamento Nova do Pontal, nos ofereceram a ilustração da Foto 31:



Foto 31: Vivíamos em fazendas, trabalhando no que não era nosso, passamos em acampamentos 4 anos, fomos à luta, a nossa união nos levou à vitória. Ainda faltam recursos para continuar a luta. Mas a nossa luta nos fez vencedor. Hoje no lote temos muita fartura. (Frases do cartaz feito por algumas mulheres do Assentamento Nova do Pontal em Rosana no Distrito de Primavera – setembro de 2006).

Já vimos que através da luta pela terra, são constituídos espaços políticos de inclusão social, uma vez que pessoas antes privadas do direito à terra, e também muitas vezes de moradia, comida e trabalho passam a ter acesso a tudo isto e sem dúvida, a possibilidades reais de desenvolvimento. Os impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais são muitos, interferindo em dimensões da realidade já descritas anteriormente, cabe agora apontar os impactos políticos. É importante lembrar que, embora optemos por este tipo de abordagem, os impactos socioterritoriais são indissociáveis, cada dimensão deste impacto influenciará as demais dimensões e vice-versa.

Estes impactos podem ser apreendidos a partir de vários indicadores e em diferentes escalas temporais e espaciais. Nesta etapa do trabalho abordaremos os aspectos ligados às formas de organização coletiva antes, durante e após a implantação dos assentamentos rurais. A relação assentamento/assentados com o poder público local, a criação de demandas, as negociações políticas, o surgimento de novas lideranças inclusive com postos eletivos, a consciência política dos assentados, dentre outros aspectos.

Representação política dos assentados

Vimos que o desencadeamento das ações para a implantação de assentamentos rurais, nasceu a partir da formação, organização e atuação dos movimentos sociais, importante instrumento de luta e conscientização política contra a expropriação do homem do campo e pela recriação do campesinato. Assim, antes mesmo da implantação dos assentamentos, este tipo de organização coletiva ganhou representatividade em vários segmentos da sociedade e se territorializou por quase todos os municípios do país. No Pontal do Paranapanema não foi diferente, mas veio denunciar um agravante que permanecia encoberto aos olhos da sociedade há muito tempo: a invasão de terras devolutas e sua subutilização, denunciada pela improdutividade dos grandes latifúndios presentes nesta região.

As estratégias encontradas para gerar notícias e denunciar a situação extrema a que grande parcela da população chegou, a partir do processo de desenvolvimento adotado que concentrou terra e poder e expulsou do campo e privou de trabalho ampla parcela da população, foi a organização, a união, as marchas e passeatas, as ocupações de terras e órgãos públicos, a mobilização contínua de luta não só por um pedaço de terra, mas pela reforma agrária e por um

projeto de desenvolvimento socioterritorial que privilegie não apenas a dimensão econômica do desenvolvimento, como assistimos até agora.

Os assentamentos rurais constituem novos territórios na luta pela reforma agrária. Percebendo isto, segmentos da elite brasileira, juntamente com a bancada ruralista no congresso, buscam desvalorizar e destruir estes espaços para os quais as políticas públicas têm sido constituídas a conta gotas. De forma que, na maioria dos casos, somente pela pressão política se avança um pouco mais neste campo permitindo o atendimento, muitas vezes precário, das novas demandas geradas.

Tão real é este quadro que dentre as famílias entrevistadas constatamos que 92% adquiriram o lote somente depois de permanecer muito tempo acampados, sendo esta uma das estratégias de pressão política mais forte e ao mesmo tempo também, bastante desgastante para as famílias. Apenas 8% adquiriram o lote por outros meios como o pagamento de benfeitorias, a compra e os que tiveram direito por serem moradores da antiga fazenda transformada em assentamento.

Assim, marcados por sua origem conflituosa os assentamentos se inserem no campo das grandes questões ideológicas da luta de classe, “onde a participação dos diferentes movimentos sociais pautou decisivamente a capacidade de efetivar os programas de distribuição de terra.” (LEITE, 2003)

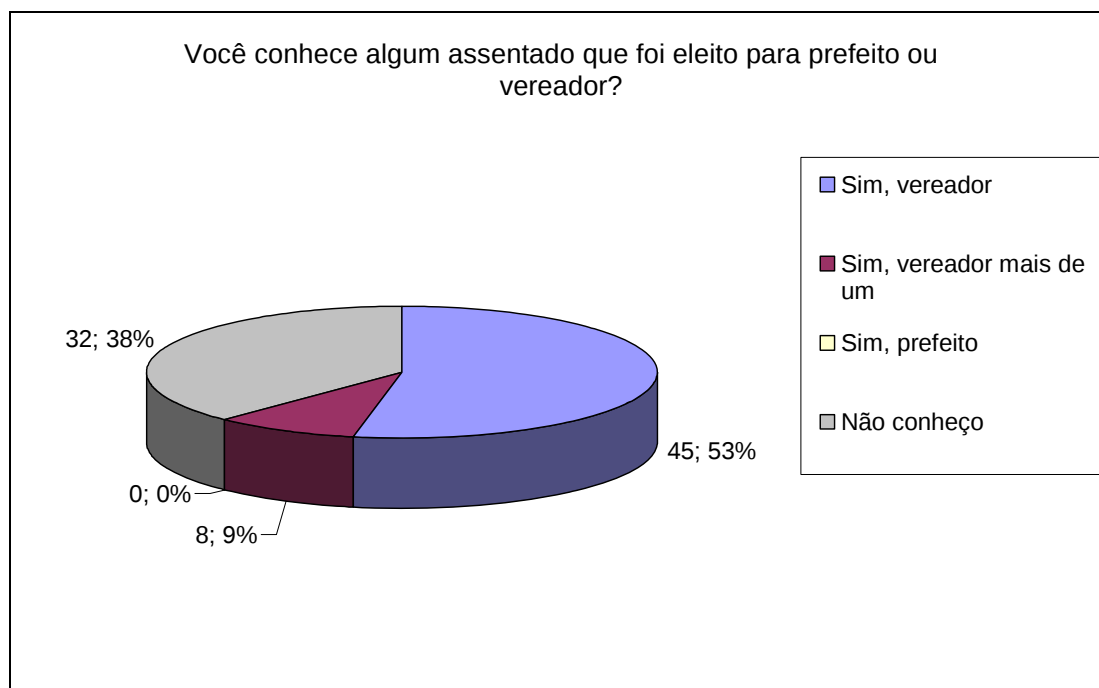
A luta social pela terra e o seu resultado – a criação dos assentamentos – geram uma nova organização socioespacial, econômica e política. Segundo Martins, os projetos de assentamentos são “uma verdadeira reinvenção da sociedade” como “uma clara reação aos efeitos perversos do desenvolvimento excludente e da própria modernidade”. (2000, p. 46)

Estes novos agentes sociais, agora inseridos em um novo espaço, passam a ser demandantes de políticas públicas, forçando a intervenção municipal, estadual e federal, alterando e criando novas relações de poder. Aparecem os sujeitos coletivos que ao mesmo tempo em que formam verdadeiros colegiados eleitorais, também encontram estratégias de representação política, elegendo seus próprios representantes. Como podemos conferir no Gráfico 26, quando interrogamos aos assentados entrevistados se conheciam algum representante político eleito pelos assentados.

Observando o Gráfico 26, verificamos que 62% dos entrevistados conhecem algum assentado eleito para vereador, destes, 9% conhecem mais de um e 38% responderam que não conhece nenhum assentado que foi eleito vereador. E embora

nenhum dos entrevistados tenha mencionado, o vice-prefeito de Caiuá, Marcos Lino de Macedo, é do Assentamento Malú. Atualmente, com a suspensão do mandato do prefeito Paulo Sérgio Pinto de Souza é ele quem está respondendo como prefeito.

Gráfico 26 - Representação política dos assentados



Fonte: Trabalho de Campo 2006

Participando politicamente da vida dos municípios onde residem, inclusive disputando cargos eletivos, os assentados vão ampliando seus espaços de luta (...). O impacto de suas presenças e da atividade produtiva que realizam vão se revelando, em nível local e regional, cada vez mais importantes, tanto nos aspectos econômicos como nos políticos e sociais. (MEDEIROS et al., 1999, p.185)

Dentre os municípios pesquisados constatamos que em grande parte deles, existe pelo menos um representante dos assentamentos na câmara de vereadores, com articulações políticas diversas, constituindo-se em aliado na conquista de votos da população assentada, principalmente para eleição de prefeitos e deputados. Tal posição os coloca no jogo de trocas que envolvem as disputas políticas podendo facilitar a obtenção de respostas positivas às demandas dos assentamentos. No entanto, nem sempre existe esta percepção por parte da população assentada. *“Acho que os assentados não têm muita percepção do poder político que possuem, não são todos que estão dispostos a se unir para elegerem assentados”.* (Maria

Nazaré da Silva Montemor, 42 anos assentada, vereadora em Mirante do Paranapanema - 12/03/2007)

Constatamos ainda, em entrevistas com vereadores assentados, que os mesmos, dificilmente conseguem trabalhar conjuntamente, nem sempre são do mesmo partido, findam sendo mais concorrentes que aliados em prol do assentamento. Por outro lado, mesmo desenvolvendo projetos individuais

“os vereadores que vivem dentro dos assentamentos conhece todas as dificuldades enfrentadas no campo. Passa a ter acesso à projetos que pode trazer para o campo. Já o vereador que é da cidade, vive alheio a esta realidade e só vem nos assentamentos na época da eleição”. (Maria Nazaré da Silva Montemor, 42 anos assentada, vereadora em Mirante do Paranapanema – 12/03/2007)

O fato é que tem aumentado cada vez mais a participação de assentados na disputa pelas cadeiras de vereadores em todos os municípios com assentamentos, demonstrando a importância dada ao voto do assentado, tanto enquanto sujeito individual, tanto quanto representante de sujeitos coletivos. Para se ter uma idéia desta disputa, somente em Mirante do Paranapanema, município com maior número de assentamentos do país, a vereadora Nazaré nos relatou que

“na última eleição saíram mais de 30 candidatos de dentro dos assentamentos, o que divide muito os votos. Os candidatos que moram na cidade também procuram votos nos assentamentos, ao todo eram mais de 90 candidatos, concorrendo a 09 vagas.” (Maria Nazaré da Silva Montemor, 42 anos assentada, vereadora em Mirante do Paranapanema – 12/03/2007)

Os assentamentos passam a ser um local privilegiado para demarcar posição dos atores sociais e a política pública passa a ser o meio e o fim de várias relações de controle, de distanciamento, de aproximação que criam e recriam lugares de poder, nos termos estudados por Raffestin (1993). Trata-se, portanto de pensar o lugar enquanto o lugar da ação e da possibilidade de engajamento na ação, ainda que entrelaçados numa trama de vários atores sociais, com suas parcerias e articulações, mas que os leve a mecanismos de acesso ao poder.

O Quadro 30 demonstra a dimensão deste impacto e a influência política dos assentamentos nos quadros eletivos das Câmaras de municípios com assentamentos, principalmente nos municípios menores. No caso do município de Caiuá, por exemplo, apesar dos assentados não exercerem forte influência no comércio local, no campo político o impacto é bem maior. Segundo entrevista com

assentados eles têm sido orientados pelos movimentos sociais, desde a época de acampamento a transferirem seu título de eleitor para o município onde são assentados,

“pois somente assim podem ter força na cidade para reivindicar, sendo cidadãos. A última eleição em Caiuá, foi prova de que a força está nos assentamentos, 58% do eleitorado está nos Assentamentos e Agrovilas.”
(Assentado Lino de Macedo, 2007)

QUADRO 30 - Assentados eleitos para vereador nos municípios com assentamentos do Pontal do Paranapanema (gestão 2004/2008)

MUNICÍPIO	Nº TOTAL DE VEREADORES	Nº DE VEREADORES ASSENTADOS	%
Mirante do Paranapanema	09	04	44%
Caiuá	09	03*	33%
Euclides de Cunha	09	04	44%
Marabá Paulista	09	02	22%
Martinópolis	09	0	0%
Piquerobi	09	01	11%
Presidente Bernardes	09	0	0%
Presidente Epitácio	09	0	0%
Presidente Venceslau	09	0	0%
Rancharia	09	0	0%
Ribeirão dos Índios	09	01	11%
Rosana	09	01 **	11%
Sandovalina	09	02	22%
Teodoro Sampaio	09	01	11%
Tupi Paulista	09	0	0%

* 03 vereadores e o prefeito

Fonte: Trabalho de Campo, 2007

** Presidente da Câmara

Analisando o Quadro 30 percebemos que dos 15 municípios com assentamentos rurais, 09 possuem vereadores que são assentados. **Dos 135 vereadores empossados nestes municípios, 19 são assentados, ou seja, 14% do total.** Nos municípios de Mirante do Paranapanema e Euclides da Cunha, 44% dos vereadores são assentados.

Para termos uma idéia da dimensão política dos votos dos assentados, tomando como exemplo os municípo de Mirante do Paranapanema, verificamos que nas eleições de 2004 havia 12731 eleitores. Dado que a população total de Mirante do Paranapanema, segundo estimativas do IBGE feitas em 2006, é de 16.744 habitantes. Destes calcula-se que 10.103 estão na zona urbana e 6.641 na zona rural e que dentre estes estão mais de 5000 (1.326 famílias - 5304 pessoas) assentados, podemos fazer a estimativa de que gira em torno de 3000 os votos provenientes dos assentamentos de Mirante do Paranapanema, representando aproximadamente 23% dos votos válidos do município.

Em Caiuá além do prefeito atual, existem mais 3 vereadores que representam a população assentada. E nos municípios de Sandovalina e Marabá Paulista a representatividade é de 22%. No município de Rosana mesmo só havendo um representante na câmara dos vereadores, o candidato do assentamento foi eleito com a maioria dos votos, o que o torna Presidente da Câmara.

Reconhecendo que as disputas eleitorais envolvem uma série de interesses individuais e coletivos percebemos que em alguns municípios como o de Teodoro Sampaio, que mesmo com 840 famílias assentadas não consegue eleger um representante da mesma categoria. Ficou evidente na pesquisa que nestes municípios existe uma disputa acirrada entre os próprios assentados que se filiam à diferentes partidos, além de vários cabos eleitorais que são arregimentados por “candidatos urbanos”, o que divide em muito a intenção de votos da população assentada, reforçando a idéia de que em certos casos não existe clareza dos assentados com relação à dimensão da força política que emana dos assentamentos.

Observa-se que a organização política dos assentados transcende o campo das disputas eleitorais. Mesmo quando não existem representantes do próprio assentamento dentro das câmaras municipais os candidatos eleitos, buscam nos assentamentos aliados para conseguirem se eleger, fazendo reuniões constantes, intensificadas no período eleitoral, nos assentamentos.

Dentro do próprio assentamento existe um emaranhado de relações políticas convergentes e divergentes. Ainda durante o processo de ocupação de terra, aparecem e se estabelecem novas lideranças,

produzem-se solidariedades e identidades, buscam-se respostas para uma situação de tensão, o que, em seu conjunto, produz mudanças, reconhecimento de direitos e expressão de novas relações de poder. A

trama constitutiva desse processo reveste-se de novas facetas após a chegada na terra. A construção de parâmetros para a vida em conjunto nesse novo espaço produzido, a busca de estratégias de sobrevivência e de permanência na terra provocam muitas vezes mudanças na relação do assentamento com o seu entorno (LEITE *et al*, 2004).

Criam-se deste modo no interior dos assentamentos uma série de representações e de representantes, seja pela eleição de vereadores, seja pela formação de associações, cooperativas, grupos de produção, grupos religiosos, nas escolas, nos centros comunitários, nas festas, nas reuniões com técnicos do governo, etc. Consideramos todas estas ações mecanismos que passam a ter um peso significativo na organização dos assentamentos e na interação do próprio grupo social interna e externamente.

Vale considerar que estamos falando de pessoas com histórias de vida semelhantes, mas com particularidades com relação ao local de origem, os hábitos, costumes, as regras, os valores e a forma de se organizar. É por isto que Carvalho nos orienta a compreender o assentamento como “*uma encruzilhada social*” (1999, p. 10). É o ponto onde se cruzam caminhos diferentes que agora passam a fazer parte da mesma história, criam-se, a partir de então, articulações de força socioespacial e política que permitirão relações e conexões para além dos limites do assentamento, do município e da região.

Concordamos com Neves, quando afirma que:

A despeito de os trabalhadores se encontrarem sob posições extremamente diferenciadas, eles estão engajados no mesmo campo de disputa por interesses fundamentais e comuns. A preservação de interesses próprios reproduz o jogo do qual eles partilham as regras que devem ser constantemente redefinidas. (NEVES, 1999, p. 10)

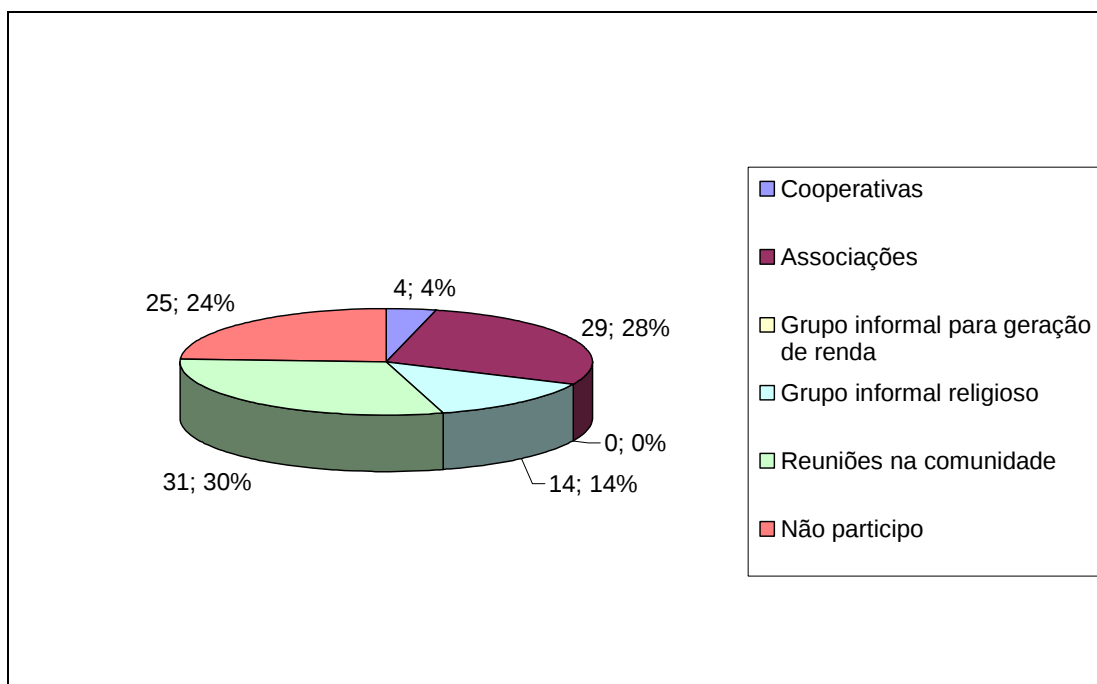
Estratégias de Organização dos assentados

Verificamos que dentre as estratégias de organização e articulação política, as mais usuais, entre os entrevistados, são as reuniões, as associações, a junção de grupos informais de diferentes tipos e com diferentes objetivos e as cooperativas, como podemos verificar no Gráfico 27.

Dentre os assentados pesquisados **verificamos que 76% participam de algum tipo de organização social**, dentre estes, 30% declararam participar das reuniões realizadas no assentamento, principalmente aquelas agendadas pelos movimentos sociais ou por técnicos do governo; 28% estão participando de algum tipo de associação; 4% participam de cooperativas e 14% declararam participar

apenas de grupos informais como os de cunho religioso, incluindo aí também grupos de jovens e alguns grupos de mulheres. No entanto, 24% dos entrevistados declararam não participar de nenhum tipo de organização dentro do assentamento.

Gráfico 27 - Nível de participação dos assentados em grupos organizados



Fonte: Trabalho de Campo, 2006.

Como verificado anteriormente, a presença dos movimentos camponeses de luta pela terra é bastante presente no momento que antecede o estabelecimento dos assentamentos rurais, diminuindo sua influência após o estabelecimento do assentado no lote. Concordamos com Fernandes (2005) que afirma:

Os assentamentos são territórios compostos de diversos espaços políticos de acordo com as presenças de diferentes movimentos camponeses na organização socioterritorial. Mesmo as famílias não vinculadas a nenhuma organização mantêm algum tipo de identificação com as suas propostas políticas. (FERNANDES, 2005, p.127)

Ao analisar estes tipos de organizações é preciso também considerar os sujeitos e interesses envolvidos, os conflitos, o histórico de cada grupo, de cada organização, que assumem diferentes papéis na escala temporal. Se os movimentos sociais tiveram importância fundamental no estabelecimento do assentamento, sua influência se mantém nas formas de organização presentes nos assentamentos. A

consciência sobre o lema “ocupar, resistir e produzir” continua viva nas articulações da comunidade assentada.

Observamos ainda que, muitas das associações criadas dentro dos assentamentos surgiram mais para atender às necessidades burocráticas para distribuição de recursos financeiros advindos das políticas de governo, (pensadas de cima para baixo), do que para atender às necessidades organizativas dos assentados. Daí ser comum a existência de associações que na prática não funcionam, pois não partiram da vontade e das necessidades do grupo. Por outro lado, percebemos também que as relações por afinidade e as redes de ajuda e cooperação que se formam no interior dos assentamentos são de suma importância nas estratégias de resistência encontradas pelas famílias assentadas, prevalecendo inclusive as relações de compadrio e vizinhança, tão comuns no campo.

Quando questionados sobre a finalidade destas organizações sociais, 16% dos entrevistados responderam ser para facilitar a comercialização (compra de insumos e venda conjunta da produção); 14% responderam que buscam desenvolver projetos de geração de renda como o artesanato, a produção de doces, pães, bolos para venda; 12% destacaram a associação para participar de programas governamentais e/ou para utilização conjunta de maquinário, que é o caso, principalmente, das associações criadas para conseguir tratores de uso comunitário oferecidos pelo governo às famílias que optaram pela agricultura, desde que unidos em grupos, sendo um trator por assentamento ou por grupo. Segundo relatos de assentados, esta prática não funcionou como deveria, e a maioria dos tratores se encontram parados por falta de manutenção. Observamos, ainda que 58% teriam outros motivos para se reunirem, incluindo neste grupo aqueles que participam de reuniões nos assentamentos, de grupos informais de jovens, mulheres e religiosos, dentre outros, cujos objetivos são diversos de acordo com os interesses dos diferentes grupos em questão.

Neves destaca a importância destas organizações e a maneira como as mesmas passam a assumir significados novos na medida em que seus representantes passam a estabelecer contatos diretos com os titulares da administração municipal.

Quanto mais os porta-vozes podem controlar o comportamento político dos representantes e quanto mais eles compõem a extensa rede aglutinadora de cabos eleitorais, mais eficácia emprestam ao sistema de trocas clientelistas. (NEVES, 1999, p.22)

Assim, a força política dos assentados enquanto sujeitos coletivos os colocam em posição de vantagem em relação a outros segmentos marginalizados da sociedade. O tempo de vivência dentro dos acampamentos lhes concede experiências organizativas que facilitam a tomada de consciência do pertencimento ao jogo do poder local. É por isto que quando questionamos os prefeitos sobre o nível de organização das famílias assentadas, os mesmos reconhecem que os assentados possuem um poder de organização e reivindicação maior do que a população urbana em geral.

“Quando eles vêm reivindicar alguma coisa, sempre vêm em grupo representando associações, os da cidade procuram individualmente, sendo mais fácil atender a reivindicação de grupos organizados que de indivíduos isolados”. (Marco Lino de Macedo, prefeito de Caiuá - 2007)

Para a vereadora assentada Nazaré, os assentados se distinguem do restante da população urbana pela sua forma reivindicativa *“quando existem necessidades eles se organizam sozinhos e vão em busca de solução, aprenderam que deve ser assim”*.

Demandas por políticas públicas

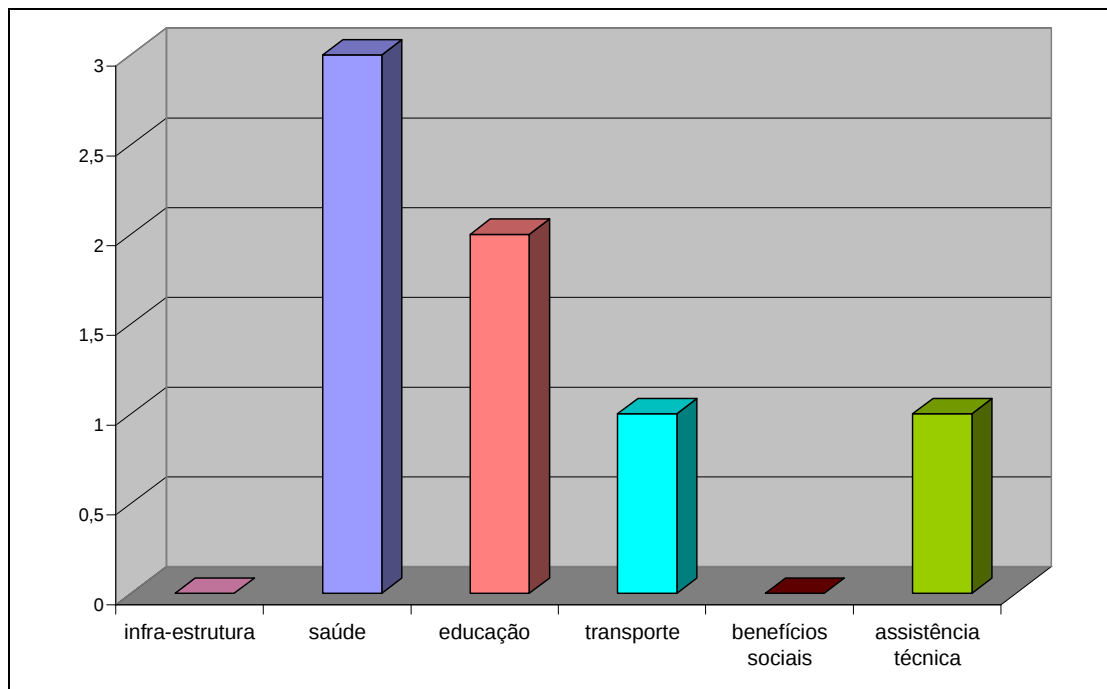
Com relação às demandas, observamos que as maiores estão nas áreas de saúde, educação, infra-estrutura e transporte, conforme pode ser observado no Gráfico 28. Uma das primeiras providências dos assentados ao chegarem no assentamento é se organizar para produzir e reivindicar acesso às principais políticas públicas, fazendo uma pressão principalmente sobre as prefeituras municipais e órgãos da administração Estadual e Federal dos assentamentos como a Fundação ITESP e o INCRA.

Segundo França e Sparovek (2005) a necessidade de produção tão explicitada em grande número de pesquisas sobre a viabilidade dos assentamentos

é simbolicamente importante porque dá visibilidade e permite medir o “sucesso” do assentamento, tanto na “fatura” de alimentos quanto na produção comercial. A produção é a “prova” material de que são trabalhadores e trabalhadoras e de que a “reforma agrária dá certo” porque “produz mais que as grandes fazendas”.

Esta ênfase simbólica na produção – e na produtividade ou na “fatura” –, no entanto, não está alheia aos problemas reais enfrentados. As dificuldades dos projetos – falta de investimentos, falta de crédito, problemas de preços dos produtos, etc. – não são esquecidas e há uma constante busca por renda, uma luta para permanecer na terra e melhorar as condições de vida. Essas dificuldades não eliminam os sonhos e são

Gáfcico 28 - Principais demandas dos Assentados apontada pelos prefeitos dos municípios pesquisados



Fonte: Trabalho de Campo, 2006 e 2007.

Como podemos ver a principal demanda ainda é com relação à saúde, tanto no que se refere à manutenção do PSF (Programa de Saúde da Família), quanto na disponibilização de ambulâncias para transporte de doentes. A falta de ambulâncias nos assentamentos e a ausência de um Pronto Socorro criam situações dramáticas em casos de emergências médicas.

Em seguida aparece a Educação apontada pelos prefeitos de Piqueroibi e Presidente Epitácio como sendo a segunda maior demanda. No município de Piqueroibi nenhum dos três assentamentos possui escola e as crianças são transportadas até as escolas da sede municipal nos três períodos (manhã, tarde e noite). O prefeito José Adivaldo Giacomelli destacou ainda a cobrança pela instalação de uma creche com pré-escola no Assentamento São José e também a construção de um ambulatório para melhor funcionamento do PSF. No município de Presidente Epitácio apenas no Assentamento São Paulo existe escola, os demais assentamentos estão próximos da cidade e os alunos são transportados até a sede municipal nos três períodos. Em Caiuá, nenhum dos 06 assentamentos possui

escola, e os alunos são deslocados para a Agrovila III do Reassentamento Lagoa São Paulo. Observamos ainda, que dentre os três municípios estudados: Piquerobi, Caiuá e Presidente Epitácio, o que possui melhores condições e infra-estrutura para atender às demandas dos assentamentos é o de Presidente Epitácio. Este município finda internalizando gastos com assentamentos do município de Caiuá, gastos estes também divididos com a prefeitura de Presidente Venceslau, uma vez que os assentamentos de Caiuá se encontram mais próximos a estas duas cidades. O prefeito de Caiuá declarou ter poucas condições de arcar com despesas de transporte de alunos que preferem estudar em Presidente Epitácio e Presidente Venceslau, sendo auxiliado em alguns casos, pelas referidas prefeituras. Apesar das dificuldades, a prefeitura de Caiuá é responsável pelo transporte de mais de 700 alunos através da contratação de uma empresa privada de transporte. Assim, as despesas com transporte, seja de alunos ou doentes, envolvem as demais demandas por educação e saúde, estando intimamente interligados.

Com relação à demanda por assistência técnica, a prefeitura de Presidente Epitácio se destaca um pouco mais no atendimento deste tipo de demanda. Convém ressaltar que neste município existe a Secretaria de Agricultura que dispõe de 03 engenheiros agrônomos, 02 técnicos agrícolas e 02 veterinários que prestam assistência nos assentamentos. Cabe informar ainda que, dentre os 04 assentamentos deste município 03 são de responsabilidade do INCRA, embora técnicos da Fundação ITESP estejam melhor aparelhados e atendam este tipo de demanda em todos assentamentos do Estado.

Todos os administradores dos municípios pesquisados ressaltaram que não existe uma demanda freqüente por benefícios sociais, como cestas básicas, bolsa família, vale gás entre outros, por parte das famílias assentadas, embora muitas famílias sejam contempladas pelo Programa Bolsa Família. Revelam, ainda, que esta demanda é maior nos acampamentos e relatam que nos assentamentos já existem mais recursos.

Embora exista toda esta demanda e o respaldo por parte das prefeituras dos municípios com assentamentos rurais, concordamos com França e Sparovek (2005), quando resumem que

(...) o poder público municipal até recentemente teve pouca participação na qualidade de vida dos assentamentos. Cabendo-lhes somente a complementação de ações em infra-estrutura – mediante convênios com organismos federais e estaduais – tímidas iniciativas com

relação à educação, às vezes tão somente, como pudemos verificar acima, relativas ao transporte estudantil e ao atendimento primário em saúde. O reforço à base local para o desenvolvimento dos projetos de assentamento é atravessado pela trama de forças sociais constitutivas do poder local. (...) O confronto desses atores nos espaços sociais de disputa e constituição de alternativas de desenvolvimento pode opor agentes, racionalidades e interesses diversos, sendo a qualidade combinada com a diferenciação de compromissos e de estratégias levadas adiante em tais experiências. Assim, em nossa compreensão, a discussão da qualidade dos assentamentos deve ser encarada como parte do fazer-se de uma trama de relações sociais, revelando tensões entre as práticas e as racionalidades dos diferentes agentes (assentados, técnicos, agentes políticos, grandes proprietários de terra dentre outros) e o campo do poder, campo de forças sociais que atravessa o futuro da reforma agrária. (2005, p. 86-87)

Quando indagados sobre a qualidade dos serviços prestados à população assentada, os próprios administradores reconheceram que poderiam prestar um trabalho de melhor qualidade se houvesse maior aporte de recursos governamentais para isto. É comum a queixa de prefeitos dos municípios, onde existem assentamentos, sobre a falta de recursos financeiros, sendo que a maioria afirma que não existe um repasse especial de verbas. O próprio presidente da AMAPP – Associação dos Municípios com Assentamentos do Pontal do Paranapanema – Ângelo César Malacrida - afirma que tais recursos adicionais não existem. As verbas são repassadas de acordo com o número de habitantes do município, neste caso, as famílias acampadas e também as assentadas após 1996 (data de realização do último Censo Agropecuário e de contagem da população) não são contabilizadas, embora utilizem todos os serviços públicos do município, principalmente os de saúde e educação. Sabemos que o novo Censo Agropecuário que deverá ter início no mês de abril deste ano (2007), prevê divulgar dados censitários dos assentamentos de trabalhadores rurais, apresentados como recortes especiais. Percebe-se desta forma, uma grande lacuna entre o prazo de implantação dos assentamentos com a fixação das famílias e o real cadastramento destes novos habitantes, que afeta o repasse de verbas, uma vez que é a partir da contagem da população que se dá a distribuição do FPM (Fundo de Participação dos Municípios).

“Se o Estado implanta assentamentos rurais e não dota os municípios de condições financeiras para atendê-los, dificulta em muito a realização de um bom trabalho. Na realidade, muitas prefeituras nestas condições estão endividadas...” (Ângelo César Malacrida – Presidente da AMAPP, entrevista realizada em 20/01/2006)

Malacrida, ao fazer uma análise dos assentamentos implantados no município do qual é prefeito – Presidente Venceslau – destaca que:

“Os assentamentos trazem reflexos positivos na questão do comércio local, uma vez que estes passam a consumir, implementos agrícolas, alimentos, vestuário, podendo inclusive aumentar o número de estabelecimentos comerciais no município. Num primeiro momento, quando os assentamentos foram implantados – 1996 – as famílias que se encontravam desempregadas foram contempladas, houve crescimento, houve desenvolvimento....fecha-se um parêntese....agora a situação é outra...precisaria de uma política permanente de assentamentos...” (Ângelo Malacrida – entrevista realizada em 20/01/2006)

Existe a clara percepção da descontinuidade da política de implantação de assentamentos rurais. Passaram-se 10 anos e mais nenhum assentamento foi implantado neste município, apesar da demanda reprimida de 278 famílias acampadas distribuídas em três acampamentos. Se nos basearmos no cadastro regional do ITESP, somando os cadastrados dos municípios de Caiuá, Piquerobi, Presidente Epitácio, Marabá Paulista, Ribeirão dos Índios e de Santo Anastácio, somam-se 3358 famílias, isto apenas para contabilizar os municípios que estão mais próximos.⁴²

Vimos que desde 1999 o número de assentamentos implantados na região caiu drasticamente, tendo um pequeno pico em 2003 com a implantação de 8 assentamentos e em 2006 fechamos o ano sem que nenhum assentamento fosse efetivamente implantado, graças às parcas negociações e aos entraves políticos sempre presentes na questão agrária. Entraves estes analisados por Fernandes (2002) quando ressalta que estamos vivenciando, desde a segunda metade da década de 1990, um novo momento da luta pela terra. Se num primeiro momento

a *intelligentsia* do governo defendia a idéia de que com a implantação de alguns assentamentos rurais a luta pela terra diminuiria de intensidade, por seus teóricos imaginarem que o número de famílias sem-terra era igual ao número de famílias acampadas (...) Na verdade quanto mais assentamentos eram implantados mais a luta pela terra se espacializava (...) para impedir esses processos o governo criou “o novo mundo rural” (...) (2002, p. 63)

Neste novo jogo de forças, tenta-se subtrair a questão política da reforma agrária e lançá-la ao campo econômico, com a “re-criação” do Crédito Fundiário⁴³,

⁴² Informação adquirida em 2006 – Fonte Fundação ITESP

⁴³ Aos que aceitaram a política do Banco da Terra, o espaço de negociação limitou-se ao contrato de compra e venda, ou seja, às políticas do mercado. (FERNANDES, 2005, p. 130)

com o não investimento adequado nos assentamentos implantados. Pela ausência de uma política agrícola que respalde a produção no campo, com a judicialização da luta pela terra, que incrimina as lideranças dos movimentos sociais e libera as áreas griladas ocupadas pelos movimentos de ações reivindicatórias pelos próximos dois anos, entre outras artimanhas e joguetes. Tudo isto, revela a intensidade das forças sociais e políticas que atravancam o futuro da reforma agrária no país.

No dia 28/02/2007 foi realizada uma reunião na Secretaria da Justiça com prefeitos dos municípios com assentamentos rurais e lideranças políticas da região, para debater sobre a realidade das prefeituras com assentamentos na região do Pontal do Paranapanema. Segundo o diretor Executivo da Fundação ITESP Gustavo Ungaro, em entrevista ao jornal O Estado de São Paulo de 03/03/2007, ficou definido um pacote de investimentos na melhoria dos assentamentos já existentes na região. Levantou-se a possibilidade de que as prefeituras com assentamentos devam receber um aporte a mais de recursos financeiros, uma vez que envolvem particularidades e aumento incontestável de demandas públicas em relação a municípios sem assentamentos.

Apesar desta pesquisa e muitas outras revelarem que os assentamentos rurais proporcionam o desenvolvimento social, político e econômico das famílias. Os mesmos não são tratados com este fim, não é valorizadas as potencialidades que estes espaços representam que pode ser reforçada, caso haja melhor articulação e direcionamento das políticas governamentais, somando forças às iniciativas criativas já existentes dentro dos assentamentos. Não se questiona com mais criticidade, o porquê do êxodo rural, do aumento do desemprego e da pobreza, a concentração fundiária, as mazelas daí decorrentes e a desigualdade na distribuição de renda que estão no cerne das injustiças sociais brasileiras.

Deste modo, sem atacar as causa dos problemas, os prefeitos reivindicam “remédios homeopáticos” para combater/amenizar os efeitos do modelo de desenvolvimento adotado no país, as quais chão descaradamente e intencionalmente de “medidas compensatórias”. A verdade é que pouco se avança efetivamente na discussão sobre o futuro dos assentamentos. O poder público municipal por estar mais próximo da demanda, não chega a priorizar a reforma agrária e os assentamentos em suas discussões sobre o desenvolvimento, a exemplo da agenda federal de discussão.

No entanto algo de muito positivo é perceptível quando analisamos o impacto da dimensão política dos assentamento rurais,

é inegável que no que se refere à exclusão/inclusão econômica e social, os trabalhadores que demandam terra, como desempregados, subempregados, dependentes, estão à margem de uma série de políticas públicas e impedidos (se não formal, pelo menos realmente) do exercício de um conjunto de direitos. A condição de assentados não só pode torná-los demandantes de políticas, como também criar condições para demanda em torno de direitos como vimos até aqui. (LEITE, 2003)

No entanto, é preciso avançar neste campo de discussão. Existe hoje uma sinalização clara de retração das políticas de assentamentos rurais, não existem delineados, no momento atual, os rumos da política agrária e fundiária para o país. Num campo de luta desigual, que revela em parte o plano de desmerecer o discurso da necessidade da reforma agrária a partir da comprovação do “fracasso” dos assentamentos. Vimos que não existe o fracasso, o que existe são políticas mal planejadas (ou bem planejadas para não funcionar), desarticuladas e descompassadas. Sem um novo projeto de desenvolvimento socioterritorial, cada vez mais são perpetuadas as armadilhas dos projetos capitalistas que significam fortuna e prosperidade para poucos e miséria e segregação para muitos.

Observamos sutis mudanças na dimensão política a partir dos assentamentos rurais, **os grandes proprietários de terras deixaram de constituir a única referência política básica dentro dos municípios do Pontal do Paranapanema, aparecendo outros atores.** Torna-se cada vez mais necessário nas disputas eleitorais (e não somente aí) se levar em conta os sujeitos que emergiram a partir das alterações na estrutura fundiária do município. Falamos dos assentados e também dos vereadores vindos de dentro dos assentamentos a partir do voto de assentados.

Estes vereadores, uma vez eleitos, não podem esquecer da bandeira que levantaram antes da posse da terra, não podem atuar descompassadamente e descomprometidos dos trabalhos nos assentamentos rurais. Se existem irregularidades e deformidades que depõe contra a necessidade concreta de se distribuir terra a quem nela trabalha, em grande parte dos casos partem da inércia dos órgãos competentes para fiscalizar e combater com rigor tais irregularidades. Partem também da falta de ações governamentais de forma mais integrada, várias instâncias governamentais atuam ou deveriam atuar dentro dos assentamentos em seus diferentes setores: saúde, educação, crédito, assistência técnica, transporte,

infra-estrutura, esporte, cultura, lazer, meio ambiente. A própria população assentada deveria se manifestar mais e de forma conjunta com relação à estas distorções, que depõem contra a causa, contra aqueles que lutam para se desenvolver e viver a partir do trabalho na terra.

Os assentamentos rurais, mais que outros territórios de luta e resistência, passam a ser instrumentos de ação política. São espaços de organização e transformação da realidade, pela conscientização da necessidade da união e da luta pelo direito à igualdade em âmbito social, político e econômico, numa lógica de transformação contínua da sociedade. É preciso, no entanto, aguçar ainda mais a percepção da necessidade de ampliar a participação coletiva nas causas comuns das famílias assentadas, para que juntos tenham forças suficientes para suprir as necessidades ainda presentes neste meio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste trabalho de pesquisa procuramos caracterizar a região e a forma como têm sido pensadas e implantadas as “políticas públicas de desenvolvimento” no Pontal do Paranapanema. Fizemos um histórico geral dos antecedentes e da ordem cronológica da implantação dos assentamentos rurais na região, demonstrando a importância dos sujeitos coletivos na transformação do espaço e na construção de novos territórios. A partir de então, levantamos os principais impactos socioterritoriais dos assentamentos no contexto local e regional a partir do estudo de caso dos municípios de Presidente Epitácio, Caiuá e Piquerobi.

Tais análises nos ofereceram subsídios para concluirmos que **os assentamentos rurais se inserem no campo das Políticas de Desenvolvimento Regional e não de compensação social**. Temos a apresentar ainda algumas considerações finais, para que se torne ainda mais claro a conclusão a que chegamos.

Sabemos que as medidas tomadas pelos governos podem causar impactos positivos ou negativos para região. Quando causam impactos negativos devem ser precedidas de políticas compensatórias para minimizar os efeitos negativos e este não é o caso dos assentamentos rurais. **Comprovamos através deste trabalho de pesquisa que os mesmos trazem impactos positivos sob os aspectos sociais, políticos, econômicos e até mesmo ambientais, contribuindo deste modo para o desenvolvimento regional.**

É importante ressaltar que apesar da região não apresentar altos índices de desenvolvimento, estando classificada como a 2ª Região mais pobre do Estado de São Paulo, sem as políticas de assentamentos rurais a situação poderia estar ainda pior, com índices maiores de pobreza e desemprego. Os movimentos sociais de luta pela terra, ganharam importância na região do Pontal do Paranapanema ao denunciarem não só a concentração de terras em áreas devolutas, mas também a forma como elas se mantiveram sem cumprir sua função social, permitindo a formulação de novas políticas para o campo, o que não se configurou como a Reforma Agrária tão almejada e necessária, mas enfim, uma política capaz de desconcentrar terra e renda e promover uma série de transformações no campo e na cidade, descritas neste trabalho.

A construção de um novo modelo de desenvolvimento deve necessariamente considerar o campo como espaço de inclusão social, a partir de uma nova visão territorial sobre os processos de desenvolvimento. Neste sentido, os assentamentos, ainda não são os espaços ideais, mas revelam que esta inclusão dá-se não somente porque devolve ou oferece pela primeira vez, ao sujeito um meio de produção, mas porque com este, vem também a moradia, a alimentação, o trabalho e muitas outras oportunidades de escolha para seu futuro e o de seus filhos.

Esses processos são analisados a partir de várias transformações: principalmente a partir dos excluídos que foram incluídos, do latifúndio individual improdutivo que foi transformado em assentamento com vários lotes e donos, da “lona preta” às casas que passaram a compor o cenário vazio do campo. Com elas chegaram as estradas, as escolas, as áreas comunitárias, os barracões, os postos de saúde. Passou-se da pecuária extensiva e da monocultura para a produção leiteira e a agricultura familiar, do caminhão de bóia-fria para a autonomia do lote, da sujeição e conformação para luta e resistência a partir de uma nova realidade.

Os assentamentos possuem relevante papel no campo e na cidade dos municípios nos quais estão implantados, com reflexos diretos na economia regional, que poderiam ser ainda maiores se houvesse em nosso país interesse concreto em investir no desenvolvimento da agricultura familiar, da mesma forma como existe na patronal. Com a criação dos assentamentos ampliou-se o número de unidades de produção familiar com o acréscimo de 5.535 novas unidades. Tal ação envolve diretamente mais de 30.000 pessoas que passam a ter no lote além de uma fonte real de renda para o sustento familiar, emprego, abrigo, autonomia... Um mar de possibilidades a serem exploradas, variando muito de acordo com o empenho pessoal de cada família em criar estratégias de resistência dentro de um sistema econômico perverso e de uma estrutura fundiária extremamente concentradora.

Distribuídos em 15 municípios da região, os assentamentos ocupam uma área de aproximadamente 134 mil hectares, para se ter uma idéia da dimensão, esta área é quase equivalente ao tamanho do município de Presidente Epitácio com aproximadamente 114 mil hectares. O que não se pode ignorar é o peso destrutivo da concentração de terra que ainda é muito grande na região. A não resolução dos problemas resultantes desta concentração traz conseqüências negativas para o conjunto da sociedade. A partir da implantação de assentamentos rurais, ainda que baixa, é perceptível a **desconcentração fundiária nos municípios nos quais**

foram implantados, principalmente porque o que é acrescentado às áreas dos pequenos imóveis rurais é subtraído de grandes imóveis rurais com áreas entre (1000 e 7.000 ha). O SNCR (Sistema Nacional de Cadastro Rural) realizado em 1998, não contabilizou em seu cadastro os lotes de assentamentos rurais. Deste modo, retiram-se instrumentos de mensuração importantes para compreender a importância dos assentamentos na redução da concentração fundiária.

Com base neste cadastro e nas informações que levantamos sobre os assentamentos rurais, observamos as seguintes alterações na estrutura fundiária dos municípios estudados: em Piqueroibi aumentou em 30% o número total de pequenos imóveis rurais (com áreas entre 14 a 56 ha) no município. Se antes esta categoria detinham apenas 7% da área total do município após a implantação dos assentamentos passou a deter 13%; Em Caiuá aumentou em 118% o número total de pequenos imóveis rurais. Antes esta categoria detinham apenas 6% da área total do município após a implantação dos assentamentos, somando as áreas dos lotes passam a deter 21%. Em Presidente Epitácio aumentou em 66% o número total de pequenos imóveis rurais, antes estes detinham apenas 5% da área total do município com as áreas dos lotes dos assentamentos implantados passam a deter 12% da área do município.

Deste modo reforçamos o argumento de que a política de implantação de assentamentos rurais é uma política de desenvolvimento regional, na medida em que proporciona o acesso à terra e possibilidades reais de desenvolvimento às famílias que são assentadas, tirando da situação de ociosidade parcelas consideráveis de terra e o que é mais importante: é a partir desta política que se subtrai, pela primeira vez, parcelas do latifúndio. Incondicionalmente, se não fosse por esta situação de luta e resistência, ele será sempre ampliado.

Através das pesquisas de campo além de constatar a origem rural da grande maioria dos assentados, também verificamos as condições precárias nas quais viviam antes de ter um lote. Para grande maioria não havia meio de inserção à economia formal e viviam de subempregos: **45% dos entrevistados, quase a metade, sobreviviam da renda de trabalhos ligados a atividades agrícolas** (21% bóias-fria, 15% arrendatários, 6% ex-funcionários da fazenda, 2% parceiro e 1% posseiro). Dentre os restantes, 25% dos entrevistados, quando conquistaram o lote

estavam acampados, 10% estavam desempregados. Apenas 20% se ocupavam de atividades consideradas urbanas (funcionários públicos, comerciantes, construção civil).

Chayanov (1966 [1974]) afirma que a “família que trabalha sem utilizar trabalho pago tem todos os tipos de motivos para prosseguir em suas atividades econômicas”.(p.139). De fato, o número de filhos que trabalham no lote juntamente com o pai e a mãe proporciona às famílias maior rentabilidade e alternativas de diversificação da produção. Vimos que a grande maioria dos jovens, **65%, apesar das dificuldades, que não são muito diferentes das encontradas na cidade, permanece no lote pelo menos até os 25 anos.** Mesmo quando o jovem deixa o assentamento por qualquer motivo (casamento, estudos, trabalho) o lote dos pais ainda é um lugar certo para retornar, caso alguma coisa dê errado nos planos iniciais destes jovens, o que é muito comum numa sociedade extremamente excludente como a nossa.

Constatamos que as famílias dos assentados entrevistados possuem uma estrutura nuclear (pais e filhos) e em média de 4 a 5 membros morando no lote, em 56% dos casos. **94% das famílias entrevistadas declararam que de 01 a 05 pessoas trabalham no lote,** apenas 6% extraem sua renda exclusivamente de outras fontes que não a partir do lote.

A pesquisa revela, ainda, que a alternativa de extrair renda do lote é complementada por outros tipos de trabalhos dos membros da família. Deste modo, verificamos que 26% dos entrevistados possui pelo menos uma pessoa da família trabalhando na cidade e recebendo um salário fixo. No entanto, **a grande maioria, 74% dos entrevistados, revelou que nenhum membro da família trabalha na cidade.** Embora, esporadicamente de acordo com o período de safra, 23% dos entrevistados revelaram que prestam serviços em fazendas, lotes e sítios vizinhos. Acreditamos que com o aumento de áreas de canavial no entorno dos assentamentos esta porcentagem deverá aumentar.

Para quem antes vivia nas periferias das cidades em casas alugadas ou cedidas por parentes e amigos, após um longo período de dificuldades no início dos assentamentos, **50% das famílias já estão morando em casas de alvenaria ainda sem acabamento.** 21% já concluíram a construção de suas casas, 9% das casas são de madeira, 6% mantêm uma casa mista de madeira e alvenaria e apenas 2%

ainda permanecem em barracos, o que demonstra uma evolução inatingível no meio urbano, a partir das fontes de renda às que tinham acesso.

Observamos que 25% dos entrevistados foram contemplados com alguma linha de crédito para habitação. E o impacto socioterritorial dos assentamentos também se revela nestes números, não somente pelo número de casas a serem construídas ou ampliadas, mas pelos desdobramentos desencadeados a partir destas ações. A compra de material mais a contratação de mão de obra promovem a: geração de emprego na construção civil e dinamização no comércio local e regional.

Observar **as condições em que as famílias chegaram ao assentamento e comparar com a situação atual é o principal fator que determina o impacto socioterritorial a partir da dimensão social**. Confirmando mais uma vez que as políticas de implantação de assentamentos rurais, jamais devem ser tomadas como sendo apenas políticas compensatórias, mas políticas de desenvolvimento, o que é demonstrado pela conquista de novos direitos, historicamente negados, pela constituição de uma nova história de vida com repercussões diretas sobre a vida destes e de outras pessoas. Negar esta nova realidade só é possível pelo desconhecimento da origem e da história de vida de cada uma das famílias. Claro que existem exceções como em todas as situações reais, mas na grande maioria as pessoas que tiveram acesso a estas políticas não teriam outras chances reais de desenvolvimento.

Tal afirmação é reforçada pelo **índice de desistência dos lotes, que concluímos ser relativamente baixo**. A partir do levantamento de dados em assentamentos que possuem em média de 3 a 10 anos de existência, concluímos que neste intervalo de tempo, de cada 100 famílias assentadas, apenas 12 deixaram seus lotes. A permanência nos lotes indica antes de tudo a persistência da luta, num país em que não existem políticas agrárias e agrícolas para os pequenos e que somente a partir da criação de estratégias de resistência é possível permanecer no lote.

Os dados por ora apresentados demonstram que o assentado tem encontrado, criado e recriado estas estratégias. Quando diversificam sua produção para fugir das artimanhas do mercado e quando compreendem a importância da produção para autoconsumo, os mesmos conseguem superar as adversidades do meio que já o expropriou uma vez e tende a expropriá-lo novamente.

Nas histórias dos assentados podemos encontrar tudo que encontramos na sociedade comum, mas que pelas particularidades existentes não chamamos nem de sucessos, nem de fracassos e sim de luta e resistência. **Para 96% dos assentados ter um pedaço de terra é um sonho realizado**, dentre todos os entrevistados apenas 4% se mostraram frustrados e pessimistas com relação ao futuro e a permanência no lote.

É importante considerar ainda que **para 67% dos entrevistados, a vida melhorou e melhorou muito em relação a sua trajetória anterior** e 31% acham que a vida poderia ter melhorado ainda mais se houvesse maior incentivo público. Apenas 1% respondeu que a vida não melhorou nada e a mesma quantidade, que a vida piorou.

Nas atuais circunstâncias e analisando o contexto em que os assentamentos foram criados, concordamos com Leite (2004) quando afirma que o êxito de tais políticas “estará intrinsecamente ligado às possibilidades abertas através das capacidades inovativas desencadeadas pelos assentamentos, cujos efeitos não são necessariamente mensuráveis a priori (...)”, podendo variar muito de uma região para outra, bem como de assentamento para assentamento, a partir de uma série de fatores condicionantes.

Concluimos que é bastante representativo o fato **de 60% das famílias sobrevivem majoritariamente da produção no lote**, complementando esta produção com aposentadorias e pensões em 26% dos casos e/ou com trabalho externo de membros da família em 7% dos casos e 7% a partir de outras fontes como doações, pontos comerciais, arrendamentos, etc.

A atividade econômica predominante nos assentamentos do Pontal do Paranapanema e nas demais unidades de economia familiar da região é a pecuária leiteira. Se inicialmente o assentado descapitalizado necessitou de linhas de crédito especiais, o retorno deste investimento também é visível. Verificamos **que a partir do investimento inicial para compra de gado, a maioria dos assentados dobrou o seu rebanho.**

Dentre os municípios estudados confirmamos que **todos possuem uma média de produção bem acima de 500 litros/mês.** A partir de consulta aos levantamentos feitos pelos técnicos da Fundação ITESP (2005/2006) foi possível diagnosticar que no município de Caiuá a média mensal é de 746 litros por assentado, em Presidente Epitácio e Piquerobi a produção passa de 1.000 litros. No

município de Piqueroi verificamos que a média mensal por assentado é de 1.010 litros por mês. Em Presidente Epitácio está o melhor desempenho do período avaliado com uma produção média mensal de 1.091 litros mês.

Com relação à **renda observamos que 61% recebem de R\$ 350,00 a R\$ 700,00 (1 a 2 salários mínimos)**. Observamos também um número relevante de famílias assentadas (19%) que recebem menos de um salário mínimo, resultado direto da não diversificação da produção. Por outro lado, observamos que 11% das famílias entrevistadas recebem de R\$ 700,00 a R\$ 1.400,00 (2 a 4 salários mínimos) por mês, um outro grupo menor de 5% recebe de R\$ 1.400,00 a R\$ 1.750,00 e por último, apenas 3 famílias declararam receber uma renda superior a 5 salários mínimos.

Além da renda não ser tão baixa e permanecer um pouco acima da média das ocupações em agropecuária dos municípios estudados, o fato das famílias poderem produzir parte dos alimentos que consomem melhora em muito a qualidade de sua alimentação, criando condições de fartura alimentar nem sempre possível no meio urbano. Há que se valorizar a diversificação produtiva que cria várias possibilidades de geração de renda dentro do lote. Fugir das amarras do mercado formal, produzindo os principais alimentos para autoconsumo favorecendo as trocas comunitárias. Observamos que 80% das famílias entrevistadas criam galinha, 44% criam suínos e em menor escala desenvolvem algum tipo de atividade agrícola para consumo dentro do lote, principalmente o plantio da mandioca, do milho, do feijão, de frutas, verduras e legumes. No entanto, 56% das famílias afirmaram que produzem menos da metade dos alimentos consumidos diariamente, 26% que produz metade, 15% declarou que produz mais da metade e somente 3% assumiu que não produz nada e compra ou recebe de doações.

Neste caso, os **impactos socioterritoriais dos assentamentos são fortemente absorvidos no comércio local e regional**, nos quais os assentados realizam as compras de mês. Embora, grande parte da população não tenha uma percepção mais precisa disto, as políticas de implantação de assentamentos rurais promovem o desenvolvimento regional à medida que proporcionam o crescimento de outros setores da economia.

Observamos que é muito complexo dimensionar o tamanho do impacto dos assentamentos no comércio local e regional. Vários devem ser os elementos analisados: distância, acesso, tipo de produto buscado, presença de trabalhos

diferenciados como bancos, escolas, comércio dinâmico, costume ou hábito de compra, etc. Em Caiuá, por exemplo, os impactos da dimensão econômica não atingem diretamente a sede do município, no entanto é neste município que estão localizadas mais de 334 famílias que irradiam os ganhos de seu trabalho para vários municípios, principalmente Presidente Venceslau e Presidente Epitácio. **Concluimos através desta pesquisa que quanto menor o município onde os assentamentos estão localizados e quanto maior a falta de acessibilidade a sua sede administrativa, maior a irradiação do impacto, como pudemos comprovar no caso do município de Caiuá.**

No Município de Piquerobi também existem particularidades que devem ser consideradas, os assentados deste município **impactam o comércio de Santo Anastácio, sendo este um município que não possui nenhum assentamento rural** e sobre o qual poder-se-ia pensar que os assentamentos em nada poderiam interferir na dinâmica do comércio local. Através desta pesquisa comprovamos que **o comércio de Santo Anastácio recebe diariamente assentados dos municípios que lhe são circunscritos: Piquerobi, Ribeirão dos Índios e Mirante do Paranapanema.**

Durante as entrevistas realizadas no comércio de Santo Anastácio constatamos que, diferentemente do que havíamos pensado, alguns comerciantes, principalmente os que lidam com supermercados e produtos agropecuários têm bem clara a importância do cliente assentado, oferecendo inclusive serviços especiais, como transporte nos dias destinados às compras e entrega de mercadorias nos assentamentos semanalmente.

Os assentados do município de Presidente Epitácio, não sentem a necessidade de deixarem a sede do município para fazerem compras em outras cidades da região. Observa-se que, embora os assentados do Município de Presidente Epitácio, tenham citado um número menor de estabelecimentos onde fazem suas compras, não o fazem em outras localidades.

Não são apenas as compras que interferem no comércio local e regional, os produtos oriundos dos assentamentos, como vimos nesta pesquisa, também são disputados por comerciantes de vários municípios, principalmente o de derivados do leite.

Mesmo reconhecendo que no contexto da economia atual, existe um grande número de pessoas desempregadas, **45% dos entrevistados acreditam que com**

a implantação dos assentamentos aumentaram os postos de trabalho no campo. Quando questionamos se a presença dos assentamentos no município e na região contribuiu para o aumento de estabelecimentos comerciais, 55% das pessoas acham que não, no entanto, 31% acham que sim justificando que existe o aumento dos clientes e a procura por novos tipos de serviços. Para 45% das pessoas está claro que em alguns municípios aumenta muito o movimento de pessoas no comércio, 28% acha que não e 27% não sabe ou nunca havia pensado nisto.

Na dimensão ambiental ganha-se com a implantação do assentamento pela própria dinâmica associada à produção familiar que é menos intensiva que a patronal. O fato de terem sido averbadas áreas de reservas, criando-as e protegendo-as do avanço da degradação também é um fator muito positivo. **Constatamos ainda que 86% dos assentados entrevistados já realizaram, ou realizam práticas de conservação ambiental em seus lotes.** Dentre as principais práticas estão; a calagem (aplicação de calcário para diminuição da acidez do solo) com 36%; o plantio de árvores frutíferas e arbóreas com 29%; implantação de curvas de nível com 25%; o reflorestamento com 7% entre outras práticas como as de terraceamento, adubação, irrigação, etc., com 2%.

Pelo exposto até aqui, fica claro que as limitações dos recursos naturais presentes nos assentamentos são devidas ao fato dos mesmos serem implantados em áreas já degradadas ambientalmente, pela forma predatória como se deram a ocupação e a exploração. Com os assentamentos rurais, ainda que ampliada a presença humana sobre o meio natural, observa-se a diferença no uso e manejo destes recursos, que pouco a pouco tem proporcionado a regeneração das pastagens, a recuperação de reservas florestais e, em muitos casos, ações de recomposição de mata.

Vimos que através da luta pela terra, são constituídos espaços políticos de inclusão social. Os impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais são muitos, interferindo em dimensões da realidade que, embora tenham sido estudadas separadamente são indissociáveis. Cada dimensão deste impacto influenciará as demais dimensões e vice-versa.

Na dimensão política, concluímos que dos 15 municípios com assentamentos rurais, 09 possuem vereadores que são assentados. Dos 135 vereadores empossados nestes municípios, 19 são assentados, ou seja, 14% do total. Nos municípios de Mirante do Paranapanema e Euclides da Cunha, 44% dos

vereadores são assentados. Em Caiuá além do prefeito atual, existem mais 3 vereadores que representam a população assentada. E nos municípios de Sandovalina e Marabá Paulista a representatividade é de 22%. No município de Rosana, mesmo havendo apenas um representante na câmara dos vereadores, o candidato do assentamento foi eleito com a maioria dos votos, o que o torna Presidente da Câmara.

Criam-se deste modo no interior dos assentamentos uma série de representações e de representantes, seja pela eleição de vereadores, seja pela formação de associações, cooperativas, grupos de produção, grupos religiosos, nas escolas, nos centros comunitários, nas festas, nas reuniões com técnicos do governo, etc. **Verificamos que 76% dos entrevistados participam de algum tipo de organização social.** Consideramos todas estas ações mecanismos que passam a ter um peso significativo na organização dos assentamentos e na interação do próprio grupo social interna e externamente. Fato a ser destacado é que quando desejam reivindicar algo às organizações públicas, geralmente o fazem coletivamente. Assim, a força política dos assentados enquanto sujeitos coletivos os colocam em posição de vantagem em relação a outros segmentos marginalizados da sociedade que não utilizam as mesmas práticas.

Deste modo, apesar das condições adversas, provenientes das descontinuidades políticas voltadas para o meio rural por parte dos governos federal, estadual e municipais, os dados apresentados em nossa pesquisa revelam que as políticas de assentamentos rurais promovem o desenvolvimento. Principalmente quando contrastamos o "custo de oportunidades" (LEITE, 2004) geradas com outras iniciativas governamentais.

Concordamos com Fernandes (2005) quando afirma que:

Os resultados, os consensos e os enfrentamentos são utilizados por oportunistas para negar as condições de desenvolvimento da agricultura camponesa, procurando desqualificar as experiências em andamento, ocultando a complexidade desse processo por meio de uma literatura banal. (p.118)

Comprovar o fracasso da Reforma Agrária a partir da desqualificação dos assentamentos criados é a nova estratégia capitalista dos defensores do agronegócio, desconsiderando todo o histórico destes 500 anos de luta por terra no país; fechando os olhos para a desarticulação das demais políticas públicas (saúde, educação, assistência técnica, crédito, etc.) que deveriam funcionar conjuntamente

dentro dos assentamentos e também nas pequenas propriedades de economia familiar e que são emperradas pela burocracia estatal; **retirando as falhas do sistema e revertendo a “culpa dos fracassos” para o sujeito.** Fala-se de assentamentos rurais, ignorando todos os demais produtores familiares que são expulsos diariamente do campo, engrossando os índices de desempregados nas periferias das cidades, sem que nada seja feito para reverter tal quadro. Faltam investimentos e planejamento governamental na área agrícola, o que se reflete não apenas nas áreas de assentamentos, mas também em todos imóveis rurais da região.

Como vimos trata-se de uma disputa entre territórios: o do agronegócio e o da agricultura com base na economia familiar. Existe uma pressão muito forte por parte da bancada ruralista e de grupos ligados ao grande capital de inviabilizar economicamente estes projetos a fim de convencer a opinião pública de que a Reforma Agrária é inviável e ultrapassada e que estas pessoas que “ganham” a terra não têm condições de fazê-la produzir. Não podemos esquecer que a população que teve acesso a esta política está vindo dos setores mais pauperizados da sociedade. A maioria não possuía nada, apenas a lona para construir o primeiro barraco, um fogão e alguns colchões e hoje a grande maioria vive uma situação completamente diferente, como podemos constatar através dos dados apresentados nesta pesquisa.

Questiona-se então: a quem interessa afirmar que a política de assentamento não passa de uma política de compensação social? A quem interessa o avanço do plantio de cana-de-açúcar para dentro dos assentamentos para favorecer usineiros? A quem interessa divulgar aos quatro cantos a venda e a desistência de lotes?

Enquanto refletimos é importante lembrar que a Reforma Agrária, segundo José Gomes da Silva (1971),

É um processo amplo, imediato e drástico de redistribuição de direitos sobre a propriedade privada da terra agrícola, promovido pelo Governo, com a ativa participação dos próprios camponeses e objetivando sua promoção humana, social, econômica e política. (GOMES DA SILVA, 1971, p. 37-38).

O autor acrescenta que deve ser um processo de transformação amplo que englobe todos aqueles que desejam produzir na terra. Deve ser rápida para atender aqueles que estão lutando por ela. A partir desta reforma espera-se que o latifúndio

improdutivo seja distribuído e transformado, que se mude o regime de posse e a forma como se produz.

Ao oferecer tal definição, o autor questiona: se a dúvida sobre o real sentido da Reforma Agrária ocorre nos meios científicos, “o que dizer da confusão que prevalece na arena política e nos círculos leigos, **em que o interesse dos participantes quase sempre se sobrepõe à verdade dos fatos?**” (p. 37).

Partindo destas afirmações e questionamentos, concluímos que muitos dos equívocos a respeito dos assentamentos rurais devem-se ao fato deles não constituírem a essência da Reforma Agrária tal como descrita por José Gomes da Silva. Distribui-se, a altos custos, terra e com ela (como vimos) possibilidades reais de desenvolvimento, mas por não ser massiva e abrangente, coloca o camponês de volta num sistema que já o expropriou e o expulsou da terra, **daí a atualidade/necessidade da reforma agrária e da transformação do atual modelo de produção.**

Chamar as políticas atuais de implantação de assentamentos rurais de compensação social, talvez faça sentido se vier acompanhada da justificativa de que ainda não assistimos à implantação de uma verdadeira Reforma Agrária em nosso país, devido à incompetência dos homens em promover formas mais eqüitativas de produção e distribuição de renda. A aposta pelo fim do campesinato não se realiza como se tem esperado, porque existe a resistência. Resistência que permite transformar situações de conformação em situação de enfrentamento e reprodução como é o caso dos assentamentos rurais que, além dos dados já apresentados, tem promovido a recriação do campesinato ou mesmo tem impedido a sua destruição.

Pensar um novo modelo de desenvolvimento passa necessariamente pelo discurso da sustentabilidade e da forma de produção adotada. Já existem evidências indiscutíveis sobre o futuro do planeta a partir do modelo de desenvolvimento adotado, que vem se dando com uma crescente e intensa degradação dos recursos naturais. Mesmo assim, somos atropelados e engolidos pelo discurso do desenvolvimento capitalista que mexe nas estruturas com o propósito de mantê-las, como foi explicitado por Gómez (2006).

Já existe a consciência da necessidade urgente da transformação do modelo de produção, mas não se encontram saídas porque exigem uma nova mentalidade sobre o que é fundamental para o homem: a felicidade, a liberdade, o direito de ser, de *ser mais* e não apenas *ter mais*.

Entre o *ser mais* e o *ter mais*, os tomadores de decisões já fizeram a opção pela segunda alternativa.

Assim caminharão lado a lado, disputando espaço e territórios, numa luta desigual e talvez inglória, os territórios dos projetos de políticas compensatórias que não vêem a reforma agrária como uma política importante para o desenvolvimento da agricultura, por considerar a agricultura capitalista como predominante e essencial. E os projetos dos territórios que vêem na reforma agrária uma política de desenvolvimento, a partir da perspectiva de mudanças criadas pela realização das lutas pela terra, pela dignidade, pela vida, pela Reforma Agrária e por um novo sistema de produção.

Superar o discurso que tenta justificar a não necessidade de Reforma Agrária a partir do fracasso dos assentamentos é um desafio passível de compreensão somente quando analisamos o embate entre as classes sociais e compreendemos que a Reforma Agrária traz em seu bojo, mais que a luta pela terra. Traz o questionamento do modelo de produção que tem se mantido soberano apesar de todas as mazelas que ele tem imputado à sociedade e aos recursos naturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Campinas: Hucitec/ Anpocs/ Editora da Unicamp, 1992.

ABRAMOVAY, Ricardo. *O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural*. Revista Economia Aplicada - VI 04, nº 2, 2000.

ABRANCHES, Sérgio Henrique. Política social e combate à pobreza: a teoria da prática. In: ABRANCHES, Sérgio Henrique; SANTOS, Wanderley Guilherme dos; COIMBRA, Marcos Antônio. *Política social e combate à pobreza*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987, p. 9-31

ABREU, Dióres Santos. *Formação Histórica de uma cidade pioneira paulista*. FFCLPP – Presidente Prudente, 1972.

ABREU, Dióres Santos. *Comunicação entre o sul de Mato Grosso e o sudoeste de São Paulo: o comércio de gado*. Revista de História. São Paulo, v. 53, n. 105, p. 191-214. jan/mar. 1976.

ALENTEJANO, P. R. R. *Reforma Agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2003. 297p. Tese (Philosophiae Doctor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – CPDA/ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2003

ALMEIDA, Rosimeire Aparecida de. *Diferentes modos de organizações familiares no Pontal do Paranapanema: Reassentamento Rosana e Assentamento Santa Clara*. 241 folhas. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP: Presidente Prudente, 1996.

ALVIM, Angélica A. T. B. *O Pontal do Paranapanema sob a ótica do planejamento regional no Estado de São Paulo – 1960 – 1995*. São Paulo: Dissertação de Mestrado. FAU USP, 1996.

AMIN, Samir. *O desenvolvimento desigual: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico*. Florense Universitária, Rio de Janeiro, 1976 (Traduzido de Le Developpement inegal – Francisco Rego Chaves Fernandes).

<AMIN, Samir. *A senilidade do capitalismo*. Revista Princípio,. Porto Alegre. 2002.> (disponível em <http://resistir.info>) acessado em setembro de 2006.

<AMIN, Samir. Pobreza mundial, pauperização & acumulação de capital. (2001) O original encontra-se em <http://www.monthlyreview.org/1003amin.htm>.> Este artigo encontra-se em <http://resistir.info> . acessado em setembro de 2006.

<AMIN, Samir. *Ajudas públicas e proteção dos agricultores: Falsos problemas e verdadeiros desafios* . Cancun, setembro de 2003. (Documento preparatório apresentado quando da Conferência da Organização Mundial Comércio).> Este artigo encontra-se em <http://resistir.info> . acessado em setembro de 2006.

ANDRADE, Manoel Correia de. *Lutas camponesas no Nordeste*. São Paulo: Ática, 1986.

ANTÔNIO, Armando Pereira. *O movimento social e a organização do espaço rural nos assentamentos populacionais dirigidos pelo Estado: os exemplos na Alta Sorocabana no período 1960-1990* Tese de Doutorado. FFLCH, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1990.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

ARAÚJO, Lucimar de. *O trabalho da mulher nos assentamentos rurais (o exemplo das Glebas XV de Novembro Rosana e Areia Branca no Pontal do Paranapanema)*. 137 folhas. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia /UNESP – Presidente Prudente, 1995.

ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS Mauro; ABRAMOVAY, Ricardo (orgs.). *Brasil, México, África do Sul, Índia e China: diálogo entre os que chegaram depois*. São Paulo, Editora da Unesp/ Edusp, 2002, 340 pp.

ARENDT, Hannah. *Da Violência*. Editora da Universidade de Brasília, Brasília, 1985 (1969).

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo. Editora Perspectiva S.A., 1972 (1954).

AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 350 p.

BANCO DE DADOS DA LUTA PELA TERRA (DATA LUTA). *Relatório Preliminar de 2004*. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Presidente Prudente. 2005.

BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira. *Os impactos regionais dos assentamentos rurais em São Paulo (1960 – 1997)*. In MEDEIROS, Leonilde Sérvolo e LEITE, Sérgio. *A formação dos Assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Editora da UFRGS/ CPDA/ UFRRJ, Porto Alegre e Rio de Janeiro, 1999. 279 p. p. 69-116

BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira. *A alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política*. Terceira Margem, São Paulo, 2003. 183p.

BERRY, B. J. L. *Abordagens e análise regional: uma síntese*. In BERRY, B. J. I e BAKER, A. m. *Análise especial*. Rio de Janeiro, IPGH, 1969 (18-34)

BECKER, Bertha K. *A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável*. In: Castro, Iná Elias de. Et al (orgs). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 353p. p. 271 – 307

BOBBIO, Norberto, Mateucci, Nicola e Pasquino, Gianfranco. Tradução: Carmen C. Varriale... (Et Al.). *Dicionário de Política*. Editora Universidade de Brasília/ Imprensa Oficial do Estado; 5ª Edição - 2 Volumes, Brasília, 2000.

<BRASIL MIRAD/INCRA, 1985> Disponível em:
www2.Prudente.Unesp.Br/Dgeo/Nera/Revista/Arq_6/Alencar. Acessado em março de 2005.

BUAINAIN, A. M. *Trajetória Recente Da Política Agrícola Brasileira*. Unicamp, Nea - Projeto Urf/Fao/036/Bra, 1997, P 06-70

CAMPANHOLA, Cleyton e GRAZIANO DA SILVA, José. *Diretrizes de políticas públicas para o Novo Rural Brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local*. In: “Novo rural Brasileiro: Políticas Públicas” Vol. 4. Embrapa. Meio Ambiente/ Unicamp. 2001.

CARNEIRO, R. *Desenvolvimento em crise: A economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Ed. Edunesp, IE/Unicamp, 2002, p. 47-398.

CARVALHO, Horacio M. (1998). *Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil*. Curitiba, Ministério Extraordinário de Política Fundiária e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Agosto, mimeo 83 p.

CARVALHO, Horácio M. *A Interação Social e as Possibilidades de Coesão e de Identidade Sociais no Cotidiano da Vida Social dos Trabalhadores Rurais nas Áreas Oficiais de Reforma Agrária no Brasil*. Curitiba, 1999

CARVALHO, Horácio Martins de. *Política Compensatória de Assentamentos rurais como negação da Reforma Agrária*. Revista NERA, Ano 07, n.5. Presidente Prudente, 2004, p. 113-122

CARVALHO, Horácio Martins de. *O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 15-67.

CARVALHO, Alysson (et all). *Políticas Públicas*. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2002

CASTRO, Iná Elias de , GOMES, Paulo César da Costa & CORRÊA, Roberto Lobato (org.). *Geografia: Conceitos e Temas*. 5ª Ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2003.

I Censo da Reforma Agrária no Brasil (1996). Brasília, INCRA/MEPF.

CERON, A. O. e SANCHEZ, M. C. Determinação de Espaços mais representativos. *Boletim de Geografia Teorética*, Rio Claro, 1 (2), 1971 (61-74)

<CETESB, Licenciamento ambiental > Disponível em :
<http://www.cetesb.sp.gov.br/licenciamentoo/legislacao/federal/resolucoes/resolucoes.asp>, Acesso em : 07/02/2007.

CHAYANOV, Alexander Von. *La Organizacion de La Unidade Económica Campesina*. Instituto de Investigación Científica de Economía Agrícola de Moscú, y publicado por la Cooperativa Editora, Moscú. 1925. Reeditado por: Ediciones Nueva Vision. Buenos Aires. 1974.

CHAYANOV, Alexander Von. *Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas*. Traduzido por José Bonifácio de S. Amaral, a partir da edição em inglês *On the theory of Peasant Economy: 1966*. p. 133-146.

CITP/CEPAM . Projeto Calha, Hidrovia Tietê – Paraná: caracterização regional. São Paulo: CEPAM, 1994. p. 18.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1986

COCHRAN, W. G. *Técnicas de Amostragem*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1965.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Espaço, um conceito chave da geografia*. In: CASTRO, Iná Elias de , GOMES, Paulo César da Costa & CORRÊA, Roberto Lobato (org.). *Geografia: Conceitos e Temas*. 5ª Ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2003.

DATALUTA- Banco de dados da Luta pela Terra/ NERA – Núcleo de estudos e projetos de Reforma Agrária/ FCT- UNESP – Presidente Prudente “Relatório Preliminar 2004” e 2005.

DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

D'INCAO, Maria da Conceição e ROY, Gerard. *Nós Cidadãos: aprendendo e ensinando democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

FABRINI, João E. *A posse de terra e os sem-terra no sul do Mato Grosso do Sul: o caso Itaquerai*. 1995. Dissertação (Mestrado em Geografia) FCT/ UNESP. Presidente Prudente, 1995.

FAGUNDES, Diana da Cruz e FERNANDES, Bernardo Mançano. *A participação e o desempenho socioeconômico dos trabalhadores de origem urbana nos assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema*. Relatório CNPQ/ PIBIC: FCT/ UNESP/ NERA – Presidente Prudente, 2002

FELICIANO, Carlos Alberto. *O movimento camponês rebelde e a geografia da reforma agrária*. São Paulo, 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) Curso de Pós Graduação da Universidade de São Paulo.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST: formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Gênese e desenvolvimento do MST São Paulo: MST*, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brasil: 500 anos da luta pela terra*. Artigo in Revista "Reforma Agrária", da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA, Volume 28 - nº. 1, 2 e 3 - JAN/DEZ de 1998 e volume 29 - nº 1 JAN/AGO de 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Questão Agrária, pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Espaços Agrários de inclusão e exclusão Social: novas configurações do Campo brasileiro*. In: Anais do XVI ENGA. Editora Universitária UFPE. Petrolina, 2002. p . 61 – 71

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Questão Agrária, Conflitualidade e desenvolvimento territorial*. Presidente Prudente, 2004

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Desenvolvimento Territorial: Conflitualidade e sustentabilidade*. Presidente Prudente, 2005

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais, contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais*. Revista Nera, Presidente Prudente, 2005b.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Impactos socioterritoriais da luta pela terra e a questão da reforma agrária: Uma contribuição crítica à publicação A Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira*. in FRANÇA, Caio Galvão de. e

SPAROVEK, Gerd (coord.). *Assentamentos em Debate*. NEAD Debate; 08 – Brasília: NEAD, 2005. p. 113 - 132

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta e Peres, Isabel Santos. *Da terra nua ao prato cheio: produção para consumo familiar nos assentamentos rurais do estado de São Paulo*. Uniara/ITESP, 2003.

FERRARI LEITE, José. *A ocupação do Pontal do Paranapanema*. Hucitec: Fundação Unesp. São Paulo, 1998 [1981]. 202 p.

FERREIRA, Brancolina. *Estratégias de Intervenção do Estado em áreas de assentamento: as políticas de assentamento do Governo Federal*. In: Medeiros, Leonilde. et alii. *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. Editora da Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 1994. (Prismas)

FIBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Censo Agropecuário do Estado de São Paulo de 1995/96. Rio de Janeiro: FIBGE

FILHO, Eraldo da Silva Ramos. *Notas sobre a Reforma Agrária e o mercado de terras em Sergipe*. 1º Encontro da Rede Rural, UFF: Niterói, 2006

FORTES, Meyer. *O ciclo de Desenvolvimento do grupo doméstico*. In: GOODY, Jack. *The Developmental Cycle in Domestic Groups*. Cambridge Papers in Social Anthropology, nº 1. [?]. p. 01-09 (mimeo)

FOUCAULT, Michel. *Nuevo orden interior y control social*. In: FOUCAULT, Michel *Saber y verdad*. Madrid: La Piqueta, 1991 [1978]. P. 163 – 165.

FRANÇA, Caio Galvão de. e SPAROVEK, Gerd (coord.). *Assentamentos em Debate*. NEAD Debate; 08 – Brasília: NEAD, 2005. 302p.

FUNDAÇÃO SEADE. *Índice Paulista de Vulnerabilidade Social: espaços e dimensões da pobreza nos municípios do Estado de São Paulo*. São Paulo, 2004.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 1958

FURTADO, Celso. *A fantasia organizada*. 3ª Ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra – Testemunhos, 1985. (Coleção Estudos Brasileiros: vl 89).

FURTADO, Celso. *O subdesenvolvimento revisitado*. Economia e Sociedade, Campinas, n. 1, ago. 1992

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. 2ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998 (1974).

FURTADO, Celso. *Em busca do novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea*. Editora Paz e Terra. São Paulo, 2002.

FURTADO, Celso, III Conferência red Celso Furtado, Rio de Janeiro, Maio de 2004.

FRANCO GARCIA, Maria. *Aluta pela terra sob o enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema*. 216 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia /UNESP – Presidente Prudente, 2004.

GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira. *Quantificação em Geografia*. São Paulo: Difiel, 1981.

GASQUES, J. G. *Gastos Públicos na Agricultura*. Brasília:IPEA/DISET, 2000, p. 01-29.

GOMES DA SILVA, José. *A Reforma Agrária no Brasil: frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento?* Rio de Janeiro; Zahar Editores, 1971.

GÓMEZ, Jorge R. *Desenvolvimento e Controle social: releitura das novas políticas públicas de desenvolvimento rural para o nordeste paranaense*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá, 2002.

GÓMEZ, Jorge R. Montenegro. *Desenvolvimento em (dê)s construção. Narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural*. 438 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Unesp, Presidente Prudente, 2006.

GONH, Maria da Glória. *Movimentos sociais e luta pela moradia*. São Paulo: Loyola, 1991

GORZ, André. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo; Annablume, 2005.

GRAZIANO DA SILVA, José. *Velhos e novos mitos do rural brasileiro: implicações para as políticas públicas*. Reforma Agrária, vol. 31, n.1, p. 31-45, 2002.

GRAZIANO DA SILVA, José. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

GRAZIANO DA SILVA. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996.

GRAZIANO DA SILVA. *O Novo rural Brasileiro*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.

GUANZIROLI, Carlos. *Reforma Agrária: viabilidade econômica no contexto de uma política agrícola em transformação*. In: MEDEIROS, Leonilde et al. *Assentamentos Rurais: Uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora Unesp, 1994. 329 p. p. 261 - 270.

GUIMARÃES, A. P. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. RJ. Bertrand Brasil, 2004.

HESPANHOL, A. N. *Políticas públicas, modernização e crise da agricultura brasileira*. In: *Faz Ciência*. Francisco Beltrão: FACIBEL, v.1, n.1, 1997, p. 38-49.

HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio; CINTRÃO, Rosângela (Coords.) (2001). *Os impactos regionais da reforma agrária: um estudo sobre áreas selecionadas*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ-Nuap/PPGAS/UFRJ (mimeo), 479pp.

HOFFMAN, José C. Maurício (coord.). *plano plurianual 2004-2007 para a 10ª Região administrativa de Presidente Prudente*. Secretaria de Economia e Planejamento/ Assessoria de Planejamento Regional. 2003. p. 4-17. disponível em <http://www.Planejamento.sp.gov.br>

IBGE. *Censo demográfico 2000*; Fundação Seade.

<IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico*.> Disponível em: www.ibge.gov.br . Acesso em: 12 setembro, 2006

<IBGE. *Presidente Epitácio: aspectos históricos*>. Disponível em. <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 setembro, 2006

INCRA/ UNESP. *Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Nova Conquista, Rancharia – SP*. São Paulo, 2000 (Relatório do Projeto de Extensão).

INCRA. *Atlas Fundiário Brasileiro*. Sistema Nacional de Cadastro Rural. Edição: Acordo Incra/Pnud, 1996.

<INCRA. *Plano Nacional de Reforma Agrária.*> Acessível em:
<http://www.incra.gov.br>.
Acesso em 12 setembro 2006.

IPEA/PNUD. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. Brasília, IPEA, 2002.

ITESP. *Retrato da Terra 97/98: perfil sócio econômico e balanço da produção agropecuária dos assentamentos do Estado de São Paulo*. São Paulo: Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, Vol. 01, 1998a.

ITESP. *Terra e Cidadãos: aspectos da Ação de Regularização Fundiária do Estado de São Paulo*. São Paulo: Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, Vol. 04, 1998d.

ITESP, *Sítios e “sitiantes”: Planejamento territorial e cálculo de módulo para assentamentos rurais*. São Paulo: Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, Vol. 08, 1998h.

ITESP. *Construindo o futuro: Política de investimentos em Assentamentos rurais, seus custos e resultados*. São Paulo: Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, Vol. 10, 1998j.

KAUTSKY, K. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1986.

LACOSTE, Yves. *Geografia do Subdesenvolvimento: geopolítica de uma crise*. 7ª. Edição, refundidada. São Paulo: Difiel, 1985. 335p.

LAMACHE, Hugues. *Por uma teoria da agricultura familiar*. In: LAMARCHE, Hugues et al (org). *A agricultura familiar: do mito a realidade*. Vol II. Campinas: Ed. UNICAMP, 1998. p. 303 – 307.

LEAL, Gleison Moreira. *Impactos Socioterritoriais dos Assentamentos rurais do Município de Teodoro Sampaio - SP*. Dissertação de Mestrado em Geografia. FCT/UNESP/Nera, Presidente Prudente, 2003.

LEI nº 4.505 de 30/11/1964 – Estatuto da Terra (1º Artigo)

LEITE, Sérgio Pereira. *A face econômica da Reforma Agrária: Estado e Assentamentos rurais em São Paulo na década de 80*. Rio de Janeiro; 1992.

Dissertação (Mestrado). Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 262p.

LEITE, Sérgio Pereira. *Por uma economia política da Reforma Agrária: custo de implantação e infraestrutura em assentamentos rurais paulistas (1984 – 1989)*. In: MEDEIROS, Leonilde et al. *Assentamentos Rurais: Uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora Unesp, 1994. 329 p. p. 287 – 313.

LEITE, Sérgio Pereira. *Políticas Públicas e Agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS. 2001.

LEITE, Sérgio Pereira. *Os impactos regionais dos assentamentos rurais: aspectos políticos, econômicos e sociais*. In: MEDEIROS, Leonilde et al. *Os impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais*. CPDA-UFRRJ/CNPq/FINEP/MCT, 1997

LEITE, Sérgio Pereira et al. *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Ed. Unesp (co-editora e distribuidora), 2004. 391 p. (Estudos NEAD, 6)

LÊNIN, Vladimir H. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1985.

LESSA, C. *15 anos de política econômica*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985, p.27-117.

LIMA, E.C. *Os movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária no Pontal do Paranapanema (SP): dissidência e dinâmica territorial*. 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2006.

MAGALHÃES, Ana Arcângelo et al. *A propósito do debate sobre exclusão social: aportes teóricos, escala local e indicadores sociais*. In: XIII Encontro Nacional de Geógrafos, 2002, João Pessoa. Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos. AGB. João Pessoa, 2002.

MALUF, Renato S. *Políticas Agrícolas e de desenvolvimento rural e segurança alimentar*. In: LEITE, Sérgio (org.). *Políticas Públicas e Agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/ UFRGS, 2001. p. 145-168.

MALUF, Renato S. *Enfoque da Multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões da pesquisa*. In – LIMA, D. M. A., WILKINSON, J (org.) *Inovações nas tradições da agricultura familiar*. Brasília: CNPq/ Paralelo 15, 2002. 301 – 328

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Rio de Janeiro. Vozes, 1988.

MARTINS, José de Souza. *Não há terra para plantar neste verão*. Petrópolis: Vozes, 1988.

MARTINS, José de Souza. *Reforma Agrária: O impossível diálogo*. São Paulo: Edusp, 2000.

MAZZINI, Eliane de Jesus Teixeira; MARTIN, Encarnita Salas e FERNANDES, Bernardo Mançano. *Assentamentos no Pontal do Paranapanema – SP: uma política de desenvolvimento ou de compensação social?* CD ROM – II Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais, Sessão Oral 3 código AO 12 – FEAGRI/ UNICAMP - Campinas, 2005

MAZZINI, Eliane de Jesus Teixeira. *“Compensação Social ou Desenvolvimento Regional? Contribuição dos Assentamentos Rurais no Pontal do Paranapanema – SP”* CD ROM - III Simpósio Nacional de Geografia Agrária/ II Simpósio Internacional de Geografia Agrária e Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira. FCT/ UNESP/ Presidente Prudente, novembro 2005

MAZZINI, Eliane de Jesus Teixeira. *O meio rural e a luta contra a compreensão conformada da realidade*. CD ROM – 1º Encontro da Rede de Estudos Rurais, Grupo de trabalho a Luta pela Terra e a política fundiária - CPDA/ UFF, Niterói – RJ, 2006.

MAZZINI, Eliane de Jesus Teixeira, MARTINS, Encarnita Salas e FERNANDES, Bernardo Mançano. *Assentamentos no Pontal do Paranapanema: novos territórios de luta, resistência e desenvolvimento*. Perspectivas teórico-metodológicas da geografia agrária: Anais do XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária. Departamento de Geografia da UERJ...(et al.) – Rio de Janeiro: UERJ, novembro de 2006. (Cd - rom).

MAZOYER, Marcel. *Defendendo al campesinato em um contexto de globalización*. FAO: Roma, 2003.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro, 1989.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de; ESTERCI, Neide e ROMEIRO, Adhemar et al (orgs). *Reforma Agrária. Produção, Emprego e Renda. O Relatório da FAO em Debate*. Ibase/ FAO/ Vozes: Petrópolis, 1994a: 11-26

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo et alii. *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. Editora da Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 1994b. (Prismas)

MEDEIROS, Leonilde et al. *Os impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais*. CPDA-UFRRJ/CNPq/FINEP/MCT, 1997. (cópia do relatório de pesquisa)

MEDEIROS, Leonilde e LEITE, Sérgio (1998) "Perspectivas para a análise das relações entre assentamentos rurais e região" Em: SILVA, Francisco Carlos; SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz Flávio (orgs.) *Mundo Rural e Política – Ensaios Interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Campus. 1998

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo e LEITE, Sergio. *A formação dos Assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Editora da UFRGS/ CPDA/ UFRRJ, Porto Alegre e Rio de Janeiro, 1999.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. "Sem Terra", "Assentados", "Agricultores familiares": considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: ¿Uma nueva ruralidad em América Latina? Buenos Aires: Cosejo Latino Americano de Ciencias Sociales, 2001. p. 103-124.

MESZÁROS, István. *A necessidade do Controle social*. In: MESZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002 [1971]. P. 983 – 1011.

MOLINA, Mônica Castagna. *A contribuição do PRONERA na Construção de Políticas Públicas de Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável*. 282 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, 2003.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984.

MST. *Construindo o Caminho*. Publicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo, 1986.

<NEAD – Núcleo de Estudos, Agrários e Desenvolvimento Rural. Brasília – DF. Apresenta informações sobre a estrutura fundiária brasileira,> Disponível em: <http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=230> Acesso em: 2006

NEVES, Delma Pessanha. *Assentamento rural: reforma agrária em migalhas*. Niterói, EdUFF, 1997b.

NEVES, Delma Pessanha. *A diferenciação sócio-econômica do campesinato*. Ciências Sociais Hoje. Anpocs/ Vértice: São Paulo. 1987.

NEVES, Delma Pessanha. *Políticas Públicas: intenções previstas e desdobramentos inesperados*. Ciências Sociais Hoje. Hucitec/ Anpocs: São Paulo 1993 (46-85)

NEVES, Delma Pessanha. *Reforma Agrária: idealizações, irrealizações e plausibilidades*. Revista ABRA – 25, nº 01: 1995b (185-204)

NEVES, Delma Pessanha. *Assentamento rural: confluência de formas de inserção social*. Revista Estudos Sociedade e Agricultura, nº 13: 1999. (5-28)

NOZABIELLI, Sônia Regina. *Políticas Públicas e Conselhos Municipais*. Itesp. Presidente Prudente, 2006 (xerografado)

OLIVEIRA, Alécio Rodrigues de. *Gleba Tucano: a conquista de um pedaço de chão*. 194 folhas. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia /UNESP – Presidente Prudente, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A agricultura Camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A Geografia das Lutas no Campo*. São Paulo: Contexto, 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARTINS, H. *Agricultura brasileira: tendência, perspectivas e correlação de forças sociais*. Brasília: Via Campesina, 2004. (Caderno de formação).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. "Reforma Agrária" in *Dicionário da Terra*. Org. Márcia Mota. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, (?). 385-391

PALMEIRA, Moacir e LEITE, Sérgio, "Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas". In COSTA, L.F.C. e SANTOS, R. (orgs.) *Política e Reforma Agrária*. Mauad ,Rio de Janeiro, 1998

PASSOS, Messias Modesto dos. *O Pontal do Paranapanema: um estudo de geografia física global*. 1988. Tese (Doutorado) – São Paulo: FFLCH – Universidade de São Paulo, 1988.

PASSOS, Messias Modesto dos. *A paisagem do Pontal do Paranapanema – uma apreensão geofotográfica*. In: Acta Scientiarum Human and Social Sciences. Maringá, v. 26, nº 1, 2004. p. 177 – 189.

PAULINO, Eliane Tomiasi. *Os limites das cercas: desdobramentos da apropriação capitalista da terra e as estratégias da exploração familiar em Presidente Prudente*. 228 folhas. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia /UNESP – Presidente Prudente, 1997.

PRADO JÚNIOR, C. *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia – A experiência da Itália Moderna*. Ed. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1996.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos. A estrada de Ferro Noroeste do Brasil na construção histórica de Mato Grosso (1918 – 1956)*. 559 f.. Tese (Doutorado em História Econômica) – FFLCH – USP, São Paulo, 1999.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo. Atica, 1993.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. *Impactos Socioterritoriais dos assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema – Região do Pontal do Paranapanema – SP*. Dissertação de Mestrado. FCT/ UNESP/NERA. Presidente Prudente, 2002.

<RDH/ UNDP. *Relatório de Desenvolvimento Humano 2005.*>Disponível em: <http://hdr.undp.org>. Acessado em setembro de 2006.

RIBAS, Alexandre Domingues. "Gestão Político-territorial dos Assentamentos no Pontal do Paranapanema (SP): uma leitura a partir da Cocamp – Cooperativa de comercialização e prestação de serviços dos assentados da reforma agrária do Pontal. 224 folhas. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia /UNESP – Presidente Prudente, 2002.

RIBAS, Alexandre Domingues et al. *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. UNIOESTE, Francisco Beltrão, 2004.p.15-36

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROCHE, Chris. *Avaliação de Impacto dos Trabalhos de ONGs*. São Paulo. Editora Cortez, 2000.

ROMEIRO, Ademar; GUANZIROLI, Carlos; LEITE, Sérgio (orgs.) *Reforma agrária: produção, emprego e renda*. Petrópolis: Vozes/Ibas/FAO, 1994.

RUAS, Maria das Graças. [*Análise de políticas públicas: conceitos básicos*](#). 1994, 19 p. Disponível em <http://www.ufba.gov.br> Acessado em setembro de 2006.

SACHS, Ignacy. *O Brasil rural: da descoberta a invenção*. In: Dossiê Desenvolvimento Rural, Estudos Avançados, USP, nº 43. 2001, 75-82 p.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento Humano, trabalho decente e futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil*. ED. SEBRAE. Brasília, 2002.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*. Ed.Garamond. Rio de Janeiro, 2004.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. *A Reforma Agrária e o projeto de construção nacional*. In: MOLINA, Mônica Castagna. SOUZA JÚNIOR, José G., TOURINHO NETO, Fernando da C. (Orgs). *O Direito achado na rua Vol 3: Introdução Crítica ao Direito Agrário*. Brasília: Editora UnB e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002, p. 315 – 319.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo; Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, José V. Tavares dos. *Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1984. 182 p.

SANTOS, Isabel Peres dos e FERRANTE, Lúcia Silveira Botta. *Da Terra Nua ao prato cheio: produção para consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo*. Araraquara, Fundação ITESP/ UNIARA, 2003. 128 p.

SCHMIDT, Benício; MARINHO, D. e ROSA, S. (Orgs.) (1998) “Os Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil”. Brasília: UNB/DATAUNB

SCHNEIDER, S. ; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (orgs.). *Políticas Públicas e participação social no Brasil rural*. Porto Alegre: Ed. Da, UFRGS2004, 252 p.

Secretaria de Planejamento do Estado de S. Paulo (Estado).São Paulo, 1992; 55 p.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya. *Desigualdade reexaminada*. Ed. Record. Rio de Janeiro, 2001.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo, Cortez e Moraes, 1976.

SILVA, B. C. NENTWING. *Métodos quantitativos aplicados à geografia: uma introdução*. Geografia, Rio Claro, SP., 3 (6), 1978 (33-73)

SILVA, B. C. NENTWING, GALBRAITH, J. H. et al. Técnica estatística para agrupamento e mapeamento de informações geográfica. *Boletim de Geografia Teórica*, Rio Claro, SP., 4 (7/8), 1974 (29-42)

SILVA, Maria Aparecida Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

SILVA, Silvio Simione da. *Na fronteira agropecuária acreana*. UFAC – LEUPAG – Departamento de Geografia [Tese de Mestrado]. Acre – Presidente Prudente, 2003.

SILVEIRA, Fátima Rotundo. *Censo de Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo*. Presidente Prudente. FCT/UNESP, 1996

SMITH, Neil. *Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço*. Tradução: Eduardo de Almeida Navarro. Bertrand Brasil - Rio de Janeiro, 1988.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, Iná Elias de. Et al (orgs). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 353p. p. 77 – 116

SOUZA, Marcelo Lopes. *Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social*. Território, n.3, jul./dez 1997.

SOUZA, J. G. *Financiamento da produção em assentamentos rurais no Brasil: O Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária – PROCERA*. Jaboticabal: UNESP/FAPESP, 2001, p. 01-09. (mimeo)

SHANIN, T. (Org.). *La clase incómoda: Sociología política del campesinado en una sociedad en desarrollo (Rusia 1910-1923)* Madrid: Alianza Editorial, 1983.

SPAROVEK, Gerd. *A qualidade dos assentamentos de Reforma Agrária Brasileira*. São Paulo: Páginas & Letras Editora, 2003.

SPAROVEK, Gerd; FRANÇA, Caio Galvão de (coord.). *Assentamentos em debate*. Brasília: MDA/NEAD, 2005. 297 p.

STÉDILE, J. P. (Org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre, Ed. UFRGS/ANCA, 1994.

STÉDILE, João Pedro e Frei Sérgio. *A Luta pela Terra no Brasil*. São Paulo: Scritta, 1993.

STÉDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava Gente*.

SZTOMPKA, Piotr. *A sociologia da mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

VEIGA, José Eli da. *Delimitando a Agricultura familiar*. In: Reforma Agrária, nº 2 e 3. Campinas: ABRA, 1995.

VEIGA, José Eli da, *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: EDUSP/ Hucitec, 1991. 219p.

VEIGA, José Eli da. *A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura*. Editora da Universidade/ UFRGS, Porto Alegre, 2000.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI*. Garamond Universitária: Rio de Janeiro, 2005.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *A Ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento*. In: ¿Uma nueva ruralidad em América Latina? Buenos Aires: Cosejo Latino Americano de Ciências Sociales, 2001. p. 31-44.

ANEXOS

Anexo 01 – Questionário aplicado nos lotes com as famílias assentadas

1 – INFORMAÇÕES SOBRE O ASSENTAMENTO

Nº LOTE: _____

Nome do

Assentamento: _____ Município: _____ SP

2- IDENTIFICAÇÃO DO ASSENTADO E COMPOSIÇÃO FAMILIAR

1 - Nome Titular: _____ idade: _____

2 - Naturalidade: _____ Estado: _____ Fone: _____

3 - Ocupação dos pais:

a- () bóia-fria b- () empregado rural c- () arrendatário d- () assentado e- () assalariado urbano f- () proprietário rural g- () outros

4 - Último município em que morou: a- () mesmo do assentamento c- () municípios do Pontal d- () outras cidades dentro do Estado e- () outras cidades fora do Estado

5 - Experiência anterior: a- () arrendatário b- () parceiro c- () posseiro d- () empregado da antiga fazenda e- () assalariado rural temporário f- () assalariado urbano g- () desempregado h- () acampado _____ (anos, meses, dias)

6 - Escolaridade:

a- () analfabeto b- () escreve o nome c- () Fundamental incompleto (1º a 7º série)

d- () fundamental completo (concluiu a 8º série) e- () Médio incompleto

f- () Médio completo (concluiu o 3º colegial) g- () superior incompleto h- () superior completo

i- () técnico em _____

7 - É o primeiro ocupante do lote:

a- () sim b- () Não/ segundo dono c- () Não/ terceiro dono d- () não sabe

8 - Data em que o titular entrou no lote? ____/____/____ (dia/mês/ ano)

9 - Composição familiar

Nome	Parentesco	sexo	idade	Estado civil	escolaridade

10 - Quantos trabalham no lote: a- () todos b- () uma c- () duas d- () três e- () quatro f- () cinco g- mais de cinco _____ h- () nenhum

11 - Quantos geram renda dentro do lote com atividades não agrícolas (costura, artesanato, derivados do leite, etc.): a- () todos b- () uma c- () duas d- () três e- () quatro f- () cinco g- mais de cinco _____ h- () nenhum

12 - Quantos são assalariados agrícola (diarista, safrista ou empregado): a- () todos b- () uma c- () duas d- () três e- () quatro f- () cinco g- mais de cinco _____ h- () nenhum

13 - Quantos são Assalariados urbano: a- () todos b- () uma c- () duas d- () três e- () quatro f- () cinco g- mais de cinco _____ h- () nenhum

14 - Quantos recebem aposentadoria, pensão ou auxílio doença: a- () todos b- () uma c- () duas d- () três e- () quatro f- () cinco g- mais de cinco _____ h- () nenhum

15 - Fale um pouco sobre a origem deste assentamento: (e um pouco de sua história para conseguir o lote)

3 - JOVENS NOS ASSENTAMENTOS

1 – Quantos filhos jovens (de 14 a 25 anos) o senhor (a) tem?

a-() um b-() dois c-() três d-() quatro e-() cinco f-mais de cinco _____ g-() nenhum

2 – Quantos moram neste lote?

a-() um b-() dois c-() três d-() quatro e-() cinco f-mais de cinco _____ g-() não se aplica

3 – Qual a função principal deste (s) jovem (s)?

a-() lavoura b-() pecuária leiteira c-() funções domésticas d-() administra o lote
e-() auxilia em todos os trabalhos do lote f-() só estuda g-() trabalha fora h-() outro i-() n.s.a

5 – Quantos moram fora?

a-() um b-() dois c-() três d-() quatro e-() cinco f- mais de cinco g-() nenhum h-() nsa

6 – Motivo de estarem fora?

a-() estudos b-() trabalho c-() união conjugal d-() não gostam do campo e-() moram em outro lote f-() não se aplica

4 – CONDIÇÕES DE VIDA NO ASSENTAMENTO

1 - Seus filhos têm acesso à escola no assentamento?

a-() sim b-() não c-() não se aplica

2 - Recebe atendimento médico?

a-() sim, no assentamento b-() sim, na cidade e-() não

3 - As estradas de acesso ao assentamento são?

a-() ótima b-() boa c-() regular d-() ruim e-() péssima

4 – Você tem problemas com roubos no lote?

a-() sim b-() não

5 - Você tem acesso à água encanada?

a-() sim, do poço (cacimba) b-() sim, do poço artesiano particular c-() sim, do poço artesiano comunitário e-() não (carro pipa, busca na mina, etc.)

6-Você tem acesso à energia elétrica?

a-() sim, Luz para todos b-() sim, Luz da Terra (paga) c-() sim, recursos próprios d-() não

7 – Você tem telefone?

a-() sim b-() não c-() celular

8 – Você tem acesso à computador?

a-() sim, em casa b-() sim, na escola c-() sim, outros d-() não

9- Você tem televisão?

a-() sim b-() não

10- Você tem geladeira?

a-() sim b-() não

11 – Seu banheiro é:

a-() interno b-() externo

12- Qual o seu meio de locomoção? (pode assinalar mais de um)

a-() carro b-() caminhão c-() trator d-() carroça e-() moto f-() ônibus g-() carona
h-() a pé i-() outro

13 – Aqui no assentamento passa transporte público coletivo?

a-() sim, ônibus de linha b-() sim, transporte da prefeitura c-() não

14-Alguém neste lote recebe benefícios governamentais?

a-() aposentadoria b-() pensão c-() bolsa escola d-() vale-gás e-() cesta básica d-() não

15- Você possui conta bancária?

a-() não c-() sim, Bradesco d-() sim, Banco do Brasil e-() sim, Nossa Caixa
f-() sim, Caixa Econômica Federal g-() sim, Banespa h-() sim, outros

16 – Do que é feita sua casa?

a-() alvenaria b-() alvenaria sem acabamento c-() madeira d-() alvenaria e madeira
e-() lona/ barraco f-() casa de alvenaria em construção

17 – Você considera sua casa:

a-() ótima b-() boa c-() regular d-() ruim e-() péssima

5 – ORGANIZAÇÃO E INSERÇÃO POLÍTICA

1 - Qual foi o processo de obtenção da terra?

a-() acampamento b-() cadastro c-() compra d-() pagamento das benfeitorias e-() outro

2 - Ter um “pedaço de chão” é um sonho realizado?

a-() Sim b-() não

3 – Você participa de:

a-() cooperativa b-() associação c-() grupo informal para geração de renda
d-() grupo informal religioso d-() reuniões na comunidade e-() não participo

4- Se participa de associação ou cooperativa qual o nome da organização? _____

5–Qual a finalidade desta organização?

a-() geração de renda b-() comercialização c-() utilização conjunta de maquinário d-() outro

6- Você conhece algum (a) assentado (a) que foi eleito para prefeito (a) ou vereador (a)?

a-() sim, vereador b-() sim, vereador mais de um c-() sim, prefeito d-() não conheço

7- Qual a sua principal fonte de informação? (só a principal)

a-() televisão b-() rádio c-() jornal d-() revista e-() escola f-() sindicato g-() amigos
h-() movimento social i-() órgão públicos

8 – Quais são as organizações sociais existentes em seu assentamento?

a-() Não temos nenhum tipo de organização social no assentamento

b-() Desconheço a existência de algum tipo de organização social no assentamento

c-() Associação de produtores rurais	a-() participo	b-() não participo
d-() Sindicato de trabalhadores rurais	a-() participo	b-() não participo
e-() Grupos informais de mulheres de jovens, religioso	a-() participo	b-() não participo
f-() Movimento social _____	a-() participo	b-() não participo

Sobre o movimento social se houver comentários:

6 –RENDA E CONSUMO

1 - Origem da renda familiar em porcentagem:

a- Produção do lote: _____% b-Trabalho externo de membros da família _____%
c-Aposentadoria e pensões de familiares: _____% c-Outros: _____%

2- Renda mensal aproximada: R\$ _____ (opcional, só registrar o valor se a pessoa quiser informar)

a-() menos de um salário mínimo;
b-() 1 a 2 salários mínimos
c-() 2 a 4 salários mínimos
d-() 4 a 5 salários mínimos
e-() mais de 5 salários mínimos
f-() não quis, ou não soube responder

3 - De todas as refeições diárias quanto você produz e quanto é comprado?

a-() produz tudo b-() produz metade c-() produz menos da metade d-() produz mais da metade
e-() não produz f-() compra tudo g-() compra metade h-() compra menos da metade
i-() compra mais da metade j-() não compra

4 – Em quais estabelecimentos comerciais você compra? 4.1-Identifique também a(s) cidade(s).

a-() supermercados, mercados e armazéns	a- _____	_____
b-() lojas de roupas	b- _____	_____
c-() quitandas	c- _____	_____
d-() padarias	d- _____	_____
e-() casas agropecuárias	e- _____	_____
f-() açougue	f- _____	_____
g-() farmácia	g- _____	_____
h-() Lojas de materiais de construção	h- _____	_____
i-() Lojas de eletro-doméstico	i- _____	_____

j-() outros _____ j- _____

7 - PRODUÇÃO:

PECUÁRIA DE CORTE:
a-() sim b-() não se aplica
número de cabeças total, tamanho do rebanho:
() 1 a 05 b-() 06 a 12 c-() 13 a 20 d-() 21 a 30 e-() 31 a 40 f-() mais de 41
3- Destas quantas são leiteira?
a-() 5 a 10 b-() 11 a 20 c-() 21 a 30 d-() 31 a 40 e-() + de 40
4-Venda de animais: indique quais são vendidos vivos e o valor unitário.
a-() bezerros R\$ _____ b-() vacas R\$ _____ c-() novilhas R\$ _____
d-() reprodutor R\$ _____ e-() garrote R\$ _____ f-() não vende
5- Se abate - quantas arrobas são vendidas/mês:
a-() 4 arrobas b-() 5 arrobas c-() 6 arrobas d-() 7 arrobas e-() mais de 7 arrobas
f-() não abate
6-Se vendido qual: a- local _____ b- município: _____

PECUÁRIA LEITEIRA
() sim b-() não se aplica
8 – Qual a média diária de leite produzido por vaca:
a-() 3 a 4 litros b-() 4 a 5 litros c-() 5 a 6 litros d-() mais de 6 litros
09 - Produção total em litros/ mês:
a-() 10 a 100 b-() 101 a 200 c-() 201 a 300 d-() 301 a 400 e-() 401 a 500 f-() mais de 500 ____
10-Comercialização: a-() laticínio _____ (nome do estabelecimento)
b-() venda direta consumidor c-() atravessador d-() não comercializa
11-Valor pago por litro atualmente: R\$ _____
12-Possui:
a-() ordenha mecânica b-() resfriador coletivo c-() resfriador individual d-() não possui
13-Contrai empréstimo do laticínio:
a-() sim b-() sim, em produtos c-() nunca e-() raramente
14-Consumo diário in natura:
a-() 1 a 2 litros b-() 3 a 4 litros c-() mais de 4 litros
15-Beneficiamento do leite: a-() não é beneficiado b-() queijo para consumo c-() queijo para consumo e venda d-() outros (manteiga, danone, doces) para venda e-() outros (manteiga, danone, doces, pães, bolos) para consumo

– AGRICULTURA CONSUMO E DE VENDA
() não se aplica
b-() sim c- Indique a área do lote destinada para agricultura _____ ha

	17- Principais Culturas			
a-ITENS	a-	b-	c-	d-
b-Área plantada				
c-Área financiada				
d- financiador				
e-Produção				
f-Consumo %				
g-Venda %				
h-Valor R\$				
i-Forma de comercialização				
j-Onde é vendido (município)				

18-Utilização de insumos e implementos				
	Sim	Não	Onde compra (município)	Estabelecimento
a - Adubos químicos				
b-Adubo orgânicos			() não compra produz	
c-Sementes/ mudas			() não compra produz	
d- implementos				
e- venenos diversos				
f- Aplicação de calcário				
g - Outros				

19-AVES: a-() sim b-() não (se responder esta alternativa, descartar as demais perguntas deste item)

20 - quantidade de cabeças

a-() 10 a 20 b-() 20 a 30 c-() 30 a 40 d-() 40 a 50 e-() 50 a 60 f-() + 60

21 – Produção de ovos/ mês

a-() 30 a 60 b-() 60 a 120 c-() 120 a 240 f-() 240 a 480 g-() + 480 (40 dúzias)

22 – Destino da produção de ovos

a-() consumo b-() venda e consumo c-() venda direta consumidor c-() venda atravessador

23 – Produção de carne de frango/ mês

a-() 5 a 10 kg b-() 10 a 20 kg c-() 20 a 30 kg d-() 30 a 40 kg e-() 40 a 50 kg f-() + 50 kg

24 – Destino da produção de carne de frango

a-() consumo b-() venda e consumo c-() venda direta consumidor c-() venda atravessador

25-SUÍNOS: a-() sim b-() não (se responder esta alternativa, descartar as demais perguntas deste item)

26-quantidade de cabeças a-() menos de 5 b-() 6 a 10 c-() 11 a 20 d-() mais de 20

27 – Destino da produção de carne suína

a-() consumo b-() venda e consumo c-() venda direta consumidor c-() venda atravessador

8 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E INCENTIVO A PRODUÇÃO

1- Você recebe algum tipo de assistência técnica no lote? a- () Sim b- () Não

2- Se sim, especificar o órgão:

a-() ITESP b-() INCRA c-() Prefeitura d-() CATI e- () Movimentos sociais e sindicatos f-() ONGs g-() particular h-() outros _____

3 – Se recebe assistência, como você a avalia?

a-() ótima b-() boa c-() regular d-() ruim e-() péssima

4 - Você recebeu algum tipo de crédito?

a-() sim, o fomento inicial manutenção R\$ _____

b-() sim, PROCERA R\$ _____

c-() sim, PRONAF - A R\$ _____

d- () sim, HABITAÇÃO R\$ _____
e- () sim, fomento pronaf R\$ _____
f – () outro R\$ _____ Qual? _____
g -() não

5 - Onde e como foi gasto?

6 - Situação de pagamentos de custeio e créditos recebidos:

a- () em dia b- () prorrogado c- () inadimplente d – () em carência

9 - INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

1 – Qual era o uso dado a estas terras antes de ser Assentamento rural?

a- () pastagem b- () terra ociosa c- () culturas anuais d- () culturas permanentes e- () não sabe

2 – Já realizou ou realiza em seu lote alguma prática de conservação ambiental?

a- () sim b- () não

3 – Se sim, qual? (podem assinalar mais de uma alternativa)

a- () calagem b- () curvas de níveis c- () reflorestamento d- () plantio de árvores e- () outros

4 – Existem áreas com limitações de exploração em seu lote?

a- () sim b- () não

5- Em caso afirmativo qual o motivo?

a- () erosão b- () desertificação c- () pedregosidade d- () alagamento e- () área de reserva

6 – Existe algum recurso hídrico aflorante (rios, riachos, nascentes) que passa pelo seu lote?

a- () sim b- () não

7- Quais as condições de conservação de rios, riachos, nascentes, neste assentamento?

a- () ótima b- () boa c- () regular, começando a assorear e pouca mata ciliar

d- () ruim, assoreado, sem mata ciliar e- () péssima, o rio esta secando e não há vegetação arbórea

8– Você participa ou tem conhecimento de algum programa de recuperação ambiental nos assentamentos do Pontal?

a- () sim b- () não

9- () Em caso afirmativo, qual (s)?

a- () agrofloresta b- () viveiros de mudas c- () reflorestamento d- () Apiário escola e- () outros

10– Depois que recebeu a terra quais mudanças teve na vegetação do lote?

b- () plantação pomar, cultura para o gado

c- () plantação de eucaliptos para reflorestamento e pasto

d- () plantação de várias culturas para consumo e para venda

e- () pasto, pomar, horta e culturas para consumo

10-OUTRAS INFORMAÇÕES:

1 – O que você acha do seu assentamento?

a- () ótimo b- () bom c- () regular d- () ruim e- () péssimo

2-Por quê?

3- Viver no assentamento é:

a- () ótimo	b- () bom	c- () regular	d- () ruim	e- () péssimo
--------------	------------	----------------	-------------	----------------

4 – Sua vida melhorou?
a- () muito b- () pouco c- () nada d- () piorou

5 – Quais seus planos para o futuro?
a- () permanecer no lote
b- () ir embora

6- Se prefere ir embora, para onde? a- () Cidade b- () Campo

Comentar sobre os planos para o futuro: _____

Nome do entrevistador: _____	Data: ____/____/____
------------------------------	----------------------

Anexo 02 – Questionário aplicado nos estabelecimentos comerciais

1 – INFORMAÇÕES SOBRE O MUNICÍPIO E O ESTABELECIMENTO COMERCIAL

1- Município: _____
2 -Nome do estabelecimento: _____
3 - Tipo de produto comercializado: _____
4 -Nome do proprietário: _____
5 -Telefone para contato: _____ 6 -ano de inauguração: _____

2 – INFORMAÇÕES SOBRE O COMERCIANTE

1 -Escolaridade: a- () analfabeto b- () escreve o nome c- () 1º fundamental incompleto d- () fundamental completo e- () Médio incompleto f- () médio completo g- () superior incompleto h- () superior completo i- () técnico em _____ j- () outros _____
2 – O que fazia antes de ser comerciante? a- () sempre fui comerciante b- () assalariado urbano c- () assalariado rural d- () outros
3- Você possui: a- () fazenda b- () sítio c- () chácara d- () somente imóvel urbano e- () imóvel urbano e rural f- () não possui imóveis
4 - Sobre a Reforma Agrária; a- () contra b- () a favor c- () não sabe d- () não quis responder Comentários: _____ _____ _____
5 -Você conhece e/ou já foi em algum assentamento? a- () sim b- () não

3 – IMPACTO DA IMPLANTAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS NO COMÉRCIO LOCAL

1- A implantação dos assentamentos influenciou a abertura deste estabelecimento? a- () sim b- () não Comente: _____ _____
2 - Dos fregueses da loja aproximadamente quantos são do assentamento? a- () muitos b- () poucos c- () alguns d- () não tem
3 – como você sabe se as pessoas que estão comprando em sua loja são assentados?

b - () pergunta c - () aparência d - () são conhecidos e - () não sabe f - () outros

4 - Com relação ao pagamento dos produtos adquiridos, os assentados:

a - () pagam a vista b - () compram fiado e pagam em dia c - () compram com cheque pré
d - () não pagam e - () não se aplica

5 - Você compra algum produto do(s) assentamento (s)?

a - () sim b - () não c - () sim, troco por produtos da loja

6 – Quais?

a - () não se aplica

b - () frutas

c - () verduras (alface, cheiro verdes, outros tipos de folhas)

d - () legumes (abóbora, cenoura, quiabo, beterraba, pepino, quiabo, maxixe, tomate, vagem, etc)

e - () leite

f - () animais (vaca, bezerro, novilha, frango, porco, carneiro)

g - () ovos

h - () produtos beneficiados (doces, queijos, pães, bolos, pickles, compotas etc)

i - () outros

7 – Comercializa algum destes produtos?

a - () sim b - () não

8 - A implantação dos assentamentos neste município:

1 - aumentou o número de estabelecimentos comerciais na cidade?

a - () sim b - () não c - () não sabe

2- Aumentou o movimento de pessoas no seu estabelecimento?

a - () sim b - () não c - () não sabe

3 - diminuiu o desemprego?

a - () sim b - () não c - () não sabe

9 – Após a implantação dos assentamentos seu ramo de atividade:

1 – () melhorou

Comente: _____

2 – () piorou

Comente: _____

3 – () não alterou

Comente: _____

10 – Os assentados que hoje são seus clientes já eram antes de serem assentados?

a - () sim b - () não c - () não sabe

11- Em sua opinião a vida das famílias assentadas melhorou:

a - () muito b - () pouco c - () nada d - () piorou e - () não sabe

12 – Você considera o assentado um cliente:

a - () bom b - () regular c - () ruim d - () não se aplica

13 – Sua empresa realiza algum trabalho diferenciado para os assentados?

a - () não b - () transporte em dias de compra c - () entrega de mercadorias no assentamento
d - () outro

14 – Existe algum produto que os assentados comprem na sua loja que você acha que poderia ser produzido no lote?

a - () sim Qual (s) _____

b- () não

15 – Você teria alguma sugestão para melhorar o desenvolvimento do seu município?

a - () sim

a – () Qual? _____

b - () não

16 – Você sabia que o seu estabelecimento foi apontado como um dos locais nos quais os assentados mais compra? O que você acha disto?

Nome do entrevistador: _____

data: ____/____/____

Anexo 03 – Questionário aplicado com os administradores públicos (prefeitos, diretores e secretários municipais)

1 – INFORMAÇÕES SOBRE O MUNICÍPIO

1-Município: _____ Estado: SP

2- Área do município: _____

3 -Número total de habitantes: _____ a) Na zona urbana: _____ b) na zona rural: _____

4- Número de famílias assentados: _____

5 – Número de assentamentos: _____

6- Nome do prefeito: _____ 7- Partido: _____

8-mandato (s): _____

2- INFORMAÇÕES SOBRE OS SERVIÇOS PRESTADOS AS FAMÍLIAS ASSENTADAS

1 – Existem escolas municipais no(s) assentamento(s)?

a- () sim, uma b) sim, duas c) sim, três d) sim, mais de três

b- () não

2 - Número de alunos atendidos: _____

3 – Quantidade de funcionários que trabalham na(s) escola(s):

a) professor (es) _____ b) merendeira (s) _____ c) caseiro _____

4 - Principais demandas dos assentamentos: (numerar de 1 a 5 por ordem de prioridade)

a-() infra-estrutura

b-() saúde

c-() educação

d-() transporte

e-() benefícios sociais (cestas básicas, bolsa escola, vale gás, etc.)

f- () assistência técnica

5- Atualmente o senhor considera os serviços prestados pelo município à população assentada:

a-() ótimo

b-() bom

c-() regular

d-() péssimo

6-A implantação dos assentamentos neste município:

6.1-aumentou o número de estabelecimentos comerciais na cidade?

a- () sim

b- () não

Comente: _____

6.2-diminuiu o desemprego?

a- () sim b- () não

Comente: _____

6.3-diversificou a produção do município?

a- () sim b- () não

Comente: _____

6.4- Aumentou a arrecadação do município?

() sim () não

Comente: _____

7- Quais as principais dificuldades enfrentadas na administração municipal com relação aos assentamentos? (numerar de 1 a 7 por ordem de prioridade)

a- () falta de infra-estrutura da prefeitura para atender os assentamentos

b- () aumento da demanda por serviços públicos

c- () nível de exigência dos assentados

d- () falta de repasses financeiros do governo federal e Estadual

8 – Com relação ao nível de organização dos assentados para reivindicar benefícios:

a-() ótimo b -() bom c- () regular d- () ruim

9- Existe aporte de recursos adicionais pela implantação dos projetos de assentamentos no Município?

a) () sim b) () não

Comente: _____

10 – Qual é o principal projeto que a prefeitura desenvolve atualmente ou desenvolveu no(s) assentamento (s)?

11- Existem feiras livres no município?

a- () sim, uma vez na semana

b- () sim, duas vezes na semana

b- () não

12 – Em caso afirmativo, existe algum tipo de incentivo municipal para funcionamento desta feira?

a) sim infra-estrutura b) sim, transporte de feirantes c) sim, outros d) não se aplica e) () não

13- A administração municipal participou do processo de seleção das famílias assentadas?

a- () sim b- () não c -() não sabe d -() não quis responder

14- Em caso afirmativo como foi?

15 - Com relação aos assentados:

a- () todos moravam no próprio município

b- () a maioria morava no próprio município

c- () a maioria veio de outros município

d- () não sabe

16 - O Senhor saberia me indicar famílias assentadas que possam ser consideradas como um modelo bem sucedido da política de assentamento rural no seu município?

Nome: _____ assentamento _____ lote _____

Nome: _____ assentamento _____ lote _____

–

Nome: _____ assentamento _____ lote _____

☐ acha que tem mas não soube indicar

☐ acha que não tem

17 – Em sua opinião o que seria preciso para melhorar o desenvolvimento deste município?

Nome do entrevistador: _____

Data: ____/____/____